

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO EM HISTÓRIA**

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

**TRABALHO E IMIGRAÇÃO: TRABALHADORES HAITIANOS EM
CASCAVEL-PR (2012-2020)**

Marechal Cândido Rondon

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO EM HISTÓRIA

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TRABALHO E IMIGRAÇÃO: TRABALHADORES HAITIANOS EM
CASCADEL-PR (2012-2020)

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, nível Doutorado da Unioeste, como exigência para a obtenção do título de Doutora em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José Varussa.

Marechal Cândido Rondon

2020

Ao Christian, meu companheiro.

*À minha avó materna, Beatriz Maria de Oliveira
(In memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Depois de quatro anos dedicados a esta pesquisa, certamente há muitos e muitas a quem preciso agradecer. Gostaria de contar uma breve história sobre cada um que agradeço neste trabalho, mas não será possível. No entanto, espero que cada familiar e amigo (a) mencionado sinta minha gratidão.

Inicio agradecendo àqueles que me conceberam, meu pai José e minha mãe Arlene, em seguida, àqueles que vieram para me “dar trabalho”, meus dois irmãos Giovanni Iago (e a Karina, minha cunhada preferida) e José Igor. Hoje, ao conquistar o doutorado é como se eu agradecesse a vocês por todo esforço, amor e dedicação, acima de tudo, porque conseguimos driblar as estatísticas. Esse doutorado é nosso! Agradeço a minha avó paterna “dona Arlete” que veio morar com a família, há muitos anos, e também acompanhou o processo.

Em seguida, agradeço ao Christian, homem com quem decidi construir minha família. O olhar atento àqueles que precisam, a vontade de viver para ajudar os outros e o abraço mais acolhedor que já encontrei. Quando decidimos nos casar, os números também não eram favoráveis. Tivemos que limpar alguns salões de festas e economizar para ficarmos juntos. Agradeço-lhe porque você, junto comigo, experienciou, viveu esta tese. Foi quem não mediu esforços para me ajudar a participar de eventos, foi quem confiou em mim até mesmo quando eu não confiava. Você é o amor da minha vida e eu te escolho de novo todos os dias! E agradeço também à família que você me deu ao nos casarmos (os “Souza”), ao invés de elencar o nome de todos, estendo aqui minha gratidão para a avó dona Maria e à Deuzanir, minhas duas sogras que tanto amo.

Às amigas e aos amigos (por ordem alfabética e não de amor) Adriana Medeiros, Ana Cristina Hammel, Gleissiele Kihara, Grazielly Godoy, Guilherme Grando, Lucas Pereira (do Ceará), Paloma Caetano, Ricardo Krupinski e Tânia Mara de Bastiani, o meu verdadeiro obrigado por cada história engraçada, por cada segredo compartilhado, por cada sufoco vivido em cumplicidade. Vocês não são muitas/muitos, mas são verdadeiras (os) e incríveis! Obrigada por me fazerem compreender o significado da palavra “amiga (o)”.

Ao Antonio, à Cida e à Emília, meus amigos e exemplo de professores que acreditam e lutam por uma educação melhor. Vocês foram, são e serão sempre minha família de Marechal. Lembro-me, desde quando estagiava no LEH, que a casa de vocês foi mais do que um lugar de visitas, foi um refúgio, um abrigo, um consolo. Nunca tive dúvidas de que poderia contar com os conselhos, os “puxões de orelha” e a cumplicidade. Saibam que serei eternamente grata por tantas memórias que se tornaram mais bonitas por ter vocês por perto. E neste momento, um dos mais incríveis e esperados da minha vida, vocês estão novamente juntos comigo. Ainda bem que vocês existem!

Aproveito para agradecer ao grupo de pesquisa “Trabalho e Imigração” coordenado pelo professor Antonio que proporcionou debates esclarecedores e me auxiliaram grandemente na escrita desta tese.

Ao professor Rinaldo, meu orientador do mestrado e do doutorado, a quem terei uma gratidão eterna. Gostaria de dizer que cada sugestão, orientação, correções, foram imprescindíveis para que eu conseguisse concluir esta tese. Este trabalho, que foi tão sonhado, só foi possível porque tive você me auxiliando e tentando me fazer melhorar a cada dia.

À banca examinadora agradeço de antemão a leitura deste trabalho, as sugestões e o tempo dedicado em me fazer perceber que a História se faz no coletivo, entre experiências e diálogos.

Aos haitianos e às haitianas, que são não apenas o meu objeto de estudo, mas o sentido deste trabalho. Nos últimos quatro anos, pude conhecer um pouco de suas histórias, seus anseios, suas dificuldades e, em cada experiência compartilhada, cresci. Não poderia deixar de agradecer também aquelas e aqueles voluntários (as) que têm dedicado parte de suas vidas no acolhimento dos imigrantes. Em específico, deixo aqui registrado meu agradecimento ao reverendo Luiz Carlos Gabas da Igreja Anglicana de Cascavel que não mediu esforços em me ajudar durante o processo das entrevistas.

Gostaria de concluir este trabalho apresentando uma história bonita, sem muitos arranhões, mas não é assim que se escreve sobre a classe trabalhadora. Cada palavra deste trabalho fez parte de histórias que constituíram a vida de pessoas comuns, que continuam e continuarão lutando para sobreviver. Definitivamente, nunca estive tão cansada mentalmente e fisicamente quanto neste contexto de pandemia e de perdas de direitos constantes, mas finalizo esta pesquisa com a certeza de que espero sempre escolher o lado dos vencidos e que nunca falte uma mão companheira para segurar quando eu estiver sem forças para seguir.

“Quem estará ao teu lado nas trincheiras? – E isso importa? – Mais do que a própria guerra”

Ernest Hemingway

Num jornal do bairro do Raval, em Barcelona, uma mão anônima escreveu: “o teu deus é judeu, a tua música é negra, o teu carro é japonês, a tua pizza é italiana, o teu gás é argelino, o teu café é brasileiro, a tua democracia é grega, os teus números são árabes, as tuas letras são latinas. Eu sou teu vizinho. E ainda me chamas de estrangeiro?”

Eduardo Galeano

“Lakay se Lakay” - Provérbio haitiano

RESUMO

Nesta pesquisa, busquei analisar e discutir três pontos fundamentais das narrativas dos imigrantes haitianos que vivem ou já viveram em Cascavel, cidade localizada na região Oeste do Paraná: i) trajetórias de vida; ii) trajetórias de imigração; iii) trajetórias de trabalho e de luta. A principal fonte deste trabalho foram as entrevistas realizadas entre 2016 e 2020 a partir da teoria-metodologia da História oral, tendo como referencial teórico autores como: Alessandro Portelli e Alistair Thomson. Entendendo a imigração como uma escolha predeterminante na vida dos haitianos, foi necessário analisar não apenas o momento que chegaram ao Brasil, mas suas experiências anteriores que deram sentido ao contexto migratório. Desta forma, foi possível compreender a imigração enquanto um processo histórico repleto de desafios e incertezas. A cidade de Cascavel tornou-se foco de imigração devido às indústrias instaladas neste local que investem no discurso de “desenvolvimento”, em destaque os frigoríficos da Coopavel e da Globoaves. Este primeiro frigorífico, em 2013, juntamente com demais empresas da região Sul do Brasil, foi realizar triagem para a escolha de imigrantes que estavam no acampamento do Acre com o intuito de trazê-los para trabalhar na linha de produção. Deste modo, estas foram as duas principais formas de trabalho destacadas nas narrativas: a linha de produção dos frigoríficos e a construção civil. O principal objetivo dos trabalhadores haitianos que imigraram para Cascavel foi a procura incessante de trabalho para que pudessem sobreviver e enviar remessas de seus salários para suas famílias que permaneceram no Haiti. No entanto, foram apresentados desafios cotidianos vivenciados por estes trabalhadores, como: a dificuldade da língua, o desemprego, as péssimas condições de trabalho, as moradias precárias, a falta de políticas públicas, entre outras situações de estigmatização as quais, constantemente, foram submetidos. Por isso, em 2016, foi criada a Associação Haitiana de Cascavel, instituição autônoma organizada por haitianos, cujos fundadores e integrantes buscam encontrar melhores condições de vida para a sobrevivência nesta cidade. Sendo assim, considero fundamental a escrita da História das situações vividas por estes trabalhadores para a construção de estudos referentes ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; Imigração haitiana; Trabalhadores; História Oral.

ABSTRACT

In this research, I sought to analyze and discuss three fundamental points in the narratives of Haitian immigrants who live or have lived in Cascavel, a city located in the western region of Paraná: i) life trajectories; ii) immigration trajectories; iii) trajectories of work and struggle. The main source of this work was the interviews conducted between 2016 and 2020 based on the theory-methodology of oral history, having as theoretical referential authors such as: Alessandro Portelli and Alistair Thomson. Understanding immigration as a predominant choice in the lives of Haitians, it was necessary to analyze not only the moment they arrived in Brazil, but their previous experiences that gave meaning to the immigration context. In this way, it was possible to understand immigration as a historical process full of challenges and uncertainties. The city of Cascavel became the focus of immigration due to the industries installed in this place that invest in the “development” discourse, in particular the refrigerators of Coopavel and Globoaves. This first slaughterhouse, in 2013, together with other companies in the southern region of Brazil, was to screen for the choice of immigrants who were in the Acre campground in order to bring them to work on the production line. Thus, these were the two main forms of work highlighted in the narratives: the production line of the slaughterhouses and the civil construction. The main objective of Haitian workers who immigrated to Cascavel was the relentless search for work so that they could survive and send remittances of their wages to their families who remained in Haiti. However, daily challenges experienced by these workers were presented, such as: the difficulty of the language, unemployment, the terrible working conditions, the precarious housing, the lack of public policies, among other situations of stigmatization to which they were constantly subjected. Therefore, in 2016, the Haitian Association of Cascavel was created, an autonomous institution organized by Haitians, whose founders and members seek to find better living conditions for survival in this city. Therefore, I consider it essential to write the History of the situations experienced by these workers for the construction of studies related to the world of work.

Keywords: Work; Haitian immigration; workers; oral history.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

CATVE – Cascavel TV Educativa

CNIG – Conselho Nacional de Imigração

CONARE – Conselho Nacional para os Refugiados

COOPAVEL – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FAG – Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos

HOPE – Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MSPP - Ministério da Saúde Pública e da População

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OBMIGRA – Observatório de Migração

ONG – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIC – Parque Industrial de Caracol

PGR – Procuradoria Geral da República

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINE – Sistema Nacional de Emprego

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I: A VIDA NO HAITI: NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES HAITIANOS	2
1.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DO HAITI.....	2
1.2 TRABALHO	27
1.3 EDUCAÇÃO	48
1.4 SAÚDE.....	62
1.5 REFLEXÕES ACERCA DA PRESENÇA BRASILEIRA NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI (MINUSTAH)	69
CAPÍTULO II: TRAJETÓRIAS DE IMIGRAÇÃO: QUANDO O TRABALHADOR HAITIANO SE TORNA IMIGRANTE	20
2.1 O TRAJETO	20
2.2 A CHEGADA NO ACRE E AS LEIS MIGRATÓRIAS	99
2.3 OS HAITIANOS NA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL	112
2.4 O ACOLHIMENTO DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS EM CASCAVEL	119
2.4.1 A Igreja Anglicana	120
2.4.2 A Pastoral do Migrante e a Cáritas da Igreja Católica.....	123
2.4.3 As Igrejas Evangélicas.....	126
CAPÍTULO III: TRAJETÓRIAS DE TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DE HAITIANOS NOS FRIGORÍFICOS E NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CASCAVEL - PR	79
3.1 RELAÇÕES DE TRABALHO NOS FRIGORÍFICOS E NA CONSTRUÇÃO CIVIL .	133
3.1.1 Relação com os trabalhadores brasileiros.....	156
3.2 OS “BAIRROS DE HAITIANOS”	161
3.2.1 A convivência nos espaços de moradia.....	166
3.2.2 Os brasileiros e os “bairros de haitianos”	172
3.3 A XENOFOBIA E O PRECONCEITO RACIAL NA CIDADE DE CASCAVEL – PR.	176
3.4 ASSOCIAÇÃO HAITIANA EM CASCAVEL	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	192

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória de pesquisa se iniciou em 2011, quando comecei a fazer parte da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” estudando as experiências de moradores de Guaíra que trabalhavam no frigorífico da Copagril em Marechal Cândido Rondon e da C.Vale em Palotina. Desde essa primeira investigação decidi que a História que escreveria seria a contada pelos trabalhadores. E por isso, a História Oral foi um dos caminhos que escolhi percorrer.

Em minha dissertação (CARVALHO, 2016), continuei pesquisando sobre os trabalhadores da cidade de Guaíra que viviam nos bairros Parque Hortência e Vila Alta, os quais, partindo da concepção de Engels (2010), caracterizei como “bairros de má fama”. Busquei sintetizar as experiências de quem morava nesses bairros marginalizados, visando entender como a disputa pela cidade apresentava relações intrínsecas com o trabalho que exerciam.

Portanto, algo que permeou minhas duas pesquisas anteriores à tese, e que ainda se faz presente, é compreender a luta de classes por meio das experiências dos trabalhadores. Em específico os que vivem na região Oeste do Paraná, por isso a cidade de Cascavel¹ não surgiu ao acaso.

Desde 2014, quando iniciei o mestrado, ia para essa cidade de metropolitano encontrar meu namorado. Deste modo, tornou-se comum sentar-se ao lado de trabalhadores e trabalhadoras haitianos que estavam retornando do serviço, às sextas-feiras, no frigorífico da Sadia em Toledo. Além disso, quando ia ao supermercado, em Cascavel, encontrava-os vivendo sob dificuldades ao não compreenderem os preços dos alimentos, a ordem das filas para o açougue, a realização de pagamentos nos caixas, entre demais situações. A partir de 2014, compreendi que não havia um morador sequer da região Oeste do Paraná que não havia percebido a presença deles, mesmo que muitas pessoas preferissem silenciar ou ignorá-los.

Em 2016, quando terminei o mestrado e me casei, meu esposo não morava mais em Cascavel, mas resolvemos ir a essa cidade, aos finais de semana, para conversar com alguns haitianos.

¹ Essa cidade está localizada na região Oeste do Paraná e possui cerca de 332 mil habitantes¹. Os primeiros trabalhadores haitianos chegaram a Cascavel em 2012.

Foi também neste ano que percebi o aumento do discurso de ódio em relação aos imigrantes, principalmente após o impeachment da (golpe sob a) presidenta Dilma. A xenofobia, que aparentemente era velada, pareceu ganhar um ponto central nos discursos daqueles que diziam lutar pela “nação brasileira”.

Ainda em 2016, solicitei, no site da Polícia Federal, que me informassem a quantidade de trabalhadores haitianos que viviam na cidade de Cascavel, responderam-me que, até aquele ano, havia mais de seis mil legalizados, ou seja, Cascavel estava apenas atrás da capital, Curitiba, no quesito de cidade escolhida como destino dos haitianos no Paraná.

Quando decidi que pesquisaria sobre as experiências destes trabalhadores, entrei em contato com o Reverendo da Igreja Anglicana de Cascavel, que era uma das principais pessoas que acolhia os imigrantes quando chegavam à cidade. Por isso, minha inserção no mundo destes trabalhadores foi graças a essa figura, o Reverendo, que foi fundamental não só para mim, mas principalmente para os haitianos.

Foi por meio do Reverendo que pude participar da primeira reunião para a formação da Associação Haitiana de Cascavel em maio de 2016. Naquele dia, até o final da reunião, havia mais de cem imigrantes haitianos. Foi a primeira vez que me apresentei, mencionei sobre o projeto de pesquisa que estava prestes a realizar para concorrer ao doutorado e passei uma lista para a assinatura de quem gostaria de conceder entrevistas.

De 2016, quando iniciei a pesquisa, até 2020, antes da pandemia, realizei entrevistas com os haitianos e as pessoas que prestavam apoio para estes sujeitos. Diferentemente das outras experiências que tive com a História Oral, entrevistar imigrantes se tornou um desafio não apenas pela dificuldade da língua, mas também porque a memória do processo imigratório acarretava uma série de circunstâncias que, por vezes, era melhor esquecer.

Apenas a reunião da Associação, a qual acompanhei, foi realizada em um local disponibilizado pelo reverendo, um salão da igreja. As demais entrevistas aconteceram nas casas, nas quitinetes, nos apartamentos, nas varandas, enfim, nos locais considerados privados de cada um destes trabalhadores. Sendo assim, foi comum no meio das entrevistas surgirem outros haitianos procurando saber do que se tratava aquele momento. O que, certamente, rendeu-me boas conversas e uma aproximação maior, sendo convidada para almoços e ouvindo histórias particulares de cada família.

Ao iniciar as entrevistas, apresentava-me e dizia que este trabalho era sobre como os

haitianos avaliavam suas vidas no Haiti, durante a imigração, e no Brasil. Assim, ao contrário de perguntas pré-estabelecidas, construí quatro aspectos norteadores que poderiam me aproximar de suas narrativas: as trajetórias de vida, as trajetórias de imigração, as trajetórias de trabalho e as trajetórias de luta. Obviamente, em diversos momentos, esses percursos eram intrincados, quando, por exemplo, a trajetória de trabalho no frigorífico possibilitou e incitou a criação da Associação como um mecanismo de luta.

Por isso, tive dois referenciais muito importantes sobre História Oral. O primeiro, que me acompanhou desde a graduação, foi Alessandro Portelli (2007; 2013), que escreveu sobre a importância da História Oral como possibilidade, ou seja, não basta construirmos nossa fonte de pesquisa que são as entrevistas, mas precisamos dar sentido às interpretações que os próprios sujeitos constroem sobre suas vidas. Sendo assim, temos a possibilidade de disputar a memória acerca de uma sociedade, de um grupo específico ou de uma geração. No caso dos imigrantes haitianos, não se tratou apenas de contrapor suas narrativas acerca daquilo que a sociedade brasileira pensava a seu respeito, mas de realizar aproximações com a classe trabalhadora brasileira que busca sobreviver diariamente encarando trabalhos, moradias e situações precárias.

Outro autor importante foi Alistair Thomson (2002) que escreveu um texto sobre História Oral e imigrantes. Para este pesquisador, “a migração emerge como um dos temas mais importantes da pesquisa de história oral” (THOMSON, 2002, p. 342), pois, é a partir da construção de narrativas que a sociedade migrante pode lutar contra os rótulos que lhes são impostos, como: “estrangeiros”, “minorias étnicas”, entre outras definições que buscam moldá-los. No entanto, dentre as tantas interpretações importantes deste historiador, em minha tese, a principal foi a de que “a evidência oral proporciona um registro essencial da história oculta da migração” (THOMSON, 2002, p. 343); pois, foi por meio das narrativas que o processo migratório tornou-se mais humanizado, ou seja, os sentimentos apareceram, as indecisões, as incertezas e o caminho que foi percorrido por parte dos haitianos, por intermédio do tráfico ilegal, que fez com que suas experiências se tornassem ainda mais dolorosas de serem recuperadas por meio da memória.

Além das narrativas orais, trabalhei com outras fontes para apresentar informações sobre o trabalho executado pelos haitianos em Cascavel, como os relatórios anuais do Observatório da Imigração (OBMIGRA) de 2014 a 2019. Foi possível analisar, nestes documentos, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que são registros administrativos declarados

pelas empresas anualmente, sendo uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal em território nacional e municipal no Brasil.

Para compreender a história dos frigoríficos – Coopavel e Globoaves, pesquisei nos sites dessas empresas e em suas revistas, ambas apresentavam informações sobre a trajetória de suas produções; ademais, investiguei estudos acadêmicos que exploraram esta temática. Foram fontes importantes para contrapor o discurso das empresas acerca do que consideravam como “desenvolvimento” e o que era vivenciado pelos imigrantes como sinônimo de degradação física e mental de suas forças produtivas.

Objetivando entender a falta de políticas públicas, procurei detalhar a constituição do visto humanitário para os haitianos e a luta pela regularização de documentos para que pudessem ser contratados formalmente pelas empresas que os buscavam no Acre. Além disso, apresentei a Lei de Migração (2017) e suas principais consequências, entendendo, a partir de análises e reflexões de Atas da Câmara de Vereadores de Cascavel e de narrativas das assistentes sociais, como a falta de políticas públicas incidiu sobre as entidades religiosas o papel de acolhida para que parte dos imigrantes não passassem fome e nem ficassem sem moradia em Cascavel.

Em conjunto, considerei importante analisar, em jornais da região, como apareciam as visões acerca do aumento de haitianos, principalmente em Cascavel. Percebi que uma das maneiras a partir da qual a população interagia em assuntos que envolviam estes sujeitos foi em matérias online, por isso, destaquei, no estudo, algumas informações retiradas de sites que vinculavam notícias que eram transmitidas pelo rádio, acessadas em redes sociais, compartilhadas em *WhatsApp* e publicadas em jornais impressos.

Além disso, para a realização deste trabalho foi fundamental ler autores que pesquisavam sobre os haitianos em outras cidades e estados brasileiros, como Cotinguiba (2016), Mamed (2016), Seguy (2014) e Calegari (2014). Ademais, como principal referencial teórico-metodológico, considerei pertinente retomar a discussão que Marx realizou, durante o século XIX, mas que se faz presente na atualidade, para referir-me ao trabalho efetuado por estes imigrantes e por outros trabalhadores de frigoríficos e, em consequência, a forma como são tratados por aqueles que representam o capital.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista.

Ela constitui um **exército industrial de reserva** disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. (MARX, 1985, p.200, grifo meu)

As narrativas evidenciaram como a pressão por haver mais imigrantes haitianos na cidade de Cascavel do que vagas nos frigoríficos fazia com que aqueles que estavam trabalhando precisassem se desdobrar e aceitar condições ainda mais precárias, como, por exemplo, a realização de hora-extra sem serem pagos por isso para que não fossem despedidos.

Nos relatos acerca do trabalho no frigorífico e na construção civil, foi perceptível a dualidade sobre as interpretações, ou seja, se por um lado, o trabalho era entendido como dignificante para a condição humana, por outro, o trabalhador não conseguia identificá-lo como pertencente a si, o que ocasionava o estranhamento que foi detalhado por Marx (2013) entre o trabalhador e sua força produtiva.

Para compreender as experiências narradas por estes sujeitos históricos, dividi a tese em três capítulos, os quais detalharei a seguir. No primeiro capítulo, há a discussão acerca de quem são os trabalhadores haitianos sobre os quais pesquisei. Ao procurar informações sobre a imigração haitiana no Brasil, incomodava-me o fato de que a existência dessas pessoas parecia ter iniciado somente quando chegaram ao solo brasileiro. Portanto, partindo de uma concepção histórica do processo de suas vidas, no primeiro capítulo, apresento como viviam no Haiti e quais foram os motivos pelos quais decidiram imigrar.

Quando os trabalhadores que entrevistei detalhavam suas experiências, fossem elas: culturais, econômicas ou políticas, salientavam uma série de dificuldades que enfrentavam, o que me instigava a buscar compreender quais aspectos de suas memórias passadas ainda se faziam presentes em suas narrativas. Por isso, dividi o capítulo em alguns temas que foram apresentados para tais questionamentos.

O primeiro tema, o qual denominei de “trabalho”, não foi uma escolha aleatória, mas sim o principal fator que ocasionou as experiências de imigração. Embora as histórias não sejam homogêneas, coincidiram em um aspecto específico em relação à imigração: a busca pelo trabalho. Por isso, considerei fundamental discutir quais eram as funções que esses sujeitos executavam no Haiti, como o trabalho afetava suas vidas e as de suas famílias, visto que, segundo Coggiola (2010), mais de 80% dos trabalhadores haitianos sobreviviam com menos de dois dólares por dia.

O segundo tópico escolhido foi a educação. Nas entrevistas, era costumeiro que eles me contassem a alegria de frequentar a escola em Cascavel. Portanto, procurei discutir algumas especificidades sobre a educação no Haiti, demonstrando que quando um trabalhador narrava que era praticamente impossível frequentar o ambiente escolar, não se tratava apenas da falta da presença do espaço físico da escola, mas do direito ao acesso à educação lhe ser negado. Por isso, aqueles que aprenderam a ler e a escrever se sentiam privilegiados.

No terceiro eixo de discussão busquei demonstrar como a falta da saúde pública impossibilitava as condições para uma vida digna no Haiti. Em algumas narrativas foi sintetizado que os familiares que permaneceram neste país, moravam em locais onde ainda restavam destroços do terremoto. Doenças como a malária e a tuberculose ainda faziam parte da realidade haitiana e não havia previsão de um dia contê-las, conforme apontaram dados do relatório da Comissão de Saúde do Haiti, em 2018, expostos neste capítulo.

Em 2019, escutei relatos que caracterizaram a falta de saneamento básico, a inexistência de água tratada e de energia elétrica na maioria dos bairros da classe trabalhadora no Haiti. Em lugares marginalizados, como Cité Soleil, foi mencionado que o lixo era depositado ao lado das casas, facilitando a proliferação de doenças.

Ademais, finalizo o primeiro capítulo com a discussão sobre a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah), sobre a qual foram divulgados, em sites do governo, grandes feitos neste país; silenciando parte da História que foi contada pelos haitianos e haitianas acerca dos abusos de autoridade do exército, como o caso de brasileiros que foram culpabilizados por estupros de mulheres haitianas e pela morte de haitianos que eram contrários às políticas imperialistas em seu país.

Portanto, considerar o terremoto como a causa principal da imigração dos haitianos para o Brasil trata-se de desconsiderar o contexto de dificuldades que esses sujeitos viveram em seu país. A imigração não foi uma decisão inconsequente de suas vidas, pelo contrário, conforme busquei pontuar no primeiro capítulo, para a maioria destes trabalhadores significou uma chance para tentar viver com melhores condições e, acima de tudo, para auxiliar na sobrevivência de sua família.

No segundo capítulo, discuto um dos assuntos mais difíceis que lidei no contexto das entrevistas sobre imigração. Em algumas narrativas, o processo de chegada até o Brasil não era detalhado com especificidade. Quando perguntava a quantidade de dias, os trajetos percorridos,

o processo da viagem; o silêncio tornava-se primordial. Poucos foram as narrativas em que o percurso foi contextualizado. Então, por que escrever sobre este momento? Primeiro, como já pontuei nesta apresentação, porque a imigração é um processo e a transição do Haiti para o Brasil fez parte da vida dessas pessoas. No entanto, quando os haitianos contavam sobre as condições de trabalho as quais se submetiam em Cascavel, as histórias apresentavam uma exploração intensa. Um dos motivos pelos quais permaneciam trabalhando era o de que precisavam terminar de pagar a viagem e, em alguns casos, os familiares no Haiti eram ameaçados pelas agências clandestinas que haviam realizado o financiamento do percurso.

Portanto, além de descrever o trajeto, como outros pesquisadores já fizeram com maestria, interessei-me em discutir o que esses trabalhadores elencavam como importante quando recuperavam, em suas memórias, as experiências da vinda para o Brasil. Foi durante esse processo que os haitianos se tornaram o que Marx (2013, p. 200) definiu como: “exército industrial de reserva”, ou seja, na disputa por conseguirem empregos, assumiram uma situação que pode ser considerada como inferior à dos demais trabalhadores no Brasil. Condição que os obrigou a aceitar uma exploração de trabalho ainda mais intensa.

Além disso, ao discutir a Lei de Migração (2017), busquei demonstrar como a falta de políticas públicas em Cascavel fez com que incidisse sobre as igrejas o papel da acolhida aos imigrantes. Ao entrevistar o reverendo da Igreja Anglicana, o padre responsável pela Pastoral do Migrante e da Cáritas e ao frequentar aulas de Português, que eram fornecidas em uma comunidade da Igreja Católica para os haitianos aos sábados, pude constatar como estes representantes buscavam acolher os imigrantes e realizar o papel que deveria ser do Estado.

Por fim, no terceiro capítulo, contextualizo as experiências destes haitianos acerca da exploração do trabalho nos frigoríficos (Coopavel e Globoaves) e na construção civil. Além disso, entrevistei imigrantes que estavam desempregados, os quais relataram que já trabalharam em frigoríficos, mas, por não conseguirem se adaptar, foram dispensados ou pediram demissão.

Desta forma, dividi o terceiro capítulo explorando as narrativas sobre os frigoríficos, mas também sobre o tempo que, mesmo fora do local de trabalho, ainda assim era permeado pelo reflexo das atividades realizadas no serviço, como a dor causada pelos movimentos repetitivos da linha de produção. Ademais, utilizando como aporte teórico principal a obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Engels (2010), busquei discutir a constituição dos “bairros haitianos” levando em consideração as moradias onde viviam e suas relações com os demais moradores do bairro: haitianos e brasileiros.

Ao solicitar informações na Secretaria de Assistência Social de Cascavel (2020) fui informada que a maioria dos imigrantes atendidos por esta instituição moravam nos seguintes bairros: Alto Alegre, Coqueiral e Periollo. Além disso, em meu caderno de campo, anotei os lugares que mais frequentei ao entrevistar os haitianos: bairro Brasília, onde está localizado o frigorífico da Globoaves (LAR) e o bairro Parque São Paulo, onde está localizado o frigorífico da Coopavel.

A partir de notícias de jornais, procuro demonstrar como o aumento de haitianos, na cidade de Cascavel a partir de 2014 (OBMIGRA, 2018), possibilitou que a xenofobia e o preconceito racial se tornassem escancarados em atitudes, inclusive institucionais. A notícia veiculada, em 2014, sobre a suspeita de um imigrante africano que poderia estar com o vírus Ebola, fez com que comentários xenofóbicos e racistas se tornassem comuns, o que modificou parte da vida destes trabalhadores que, até então, apareciam nos jornais e nas narrativas de demais moradores da cidade como: “aqueles que gostavam de trabalhar”. Assim, demonstrei como o processo de higienização em relação a imigrantes fez e faz parte da própria formação histórica do Brasil, de modo que foi visível, em suas narrativas, a dificuldade da sociedade brasileira em lidar com a presença dos haitianos em Cascavel.

Finalizo o terceiro capítulo apresentando a Associação Haitiana de Cascavel, pude participar da primeira reunião e acompanhei, por meio das entrevistas dos haitianos que faziam parte da organização, os avanços das propostas que se iniciaram em 2016, mas que foram ao longo dos anos se concretizando. Além disso, considero essa organização como uma resposta imprescindível para compreender que estes imigrantes não estiveram inertes às explorações vividas em Cascavel, e por isso, buscaram a autonomia de uma instituição que pudesse de fato representá-los.

Embora os capítulos apresentem temáticas distintas, elas se complementam, além de haver um ponto específico que permeia as discussões, ou seja, as relações de trabalho que estão para além do espaço fabril. Portanto, nesta pesquisa, não busquei discutir perdas ou ganhos em relação à vida que eles levavam no Haiti e a realidade vivida em Cascavel. Procurei analisar, a partir das narrativas, como interpretaram o processo de suas experiências de imigração relacionadas ao trabalho, compreendendo-as como coletivas. Dessa forma, entendendo como, entre pressões e limites, estes trabalhadores lutavam e lutam por sua sobrevivência e pela de seus familiares que ficaram no Haiti.

CAPÍTULO I: A VIDA NO HAITI: NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES HAITIANOS

Neste capítulo apresento aspectos narrados pelos haitianos e haitianas sobre o modo como viviam no Haiti. Ao solicitar que contassem suas histórias, relataram as dificuldades vividas em três áreas específicas: o trabalho, a educação e a saúde.

Deste modo, este capítulo trata-se sobre isso, discutir e analisar as narrativas propondo entendê-las no contexto em que a imigração se tornou a principal condição viável na expectativa de melhorar de vida. Não se trata de romantizar o Brasil, evidenciando que a vida aqui é melhor do que no Haiti, pelo contrário, a ideia é demonstrar como, independentemente dos países para os quais imigram, a forma de trabalho que lhes é imposta é a de exploração intensa e assídua, que, por muitos momentos, nega-lhes a condição de seres humanos.

Os relatos deste capítulo, apresentam-se em desacordo com a noção de que a imigração foi exclusivamente ocasionada pelo terremoto ocorrido em janeiro de 2010 ou de que a Minustah favoreceu a percepção que os haitianos tinham acerca da cordialidade dos brasileiros. Como será possível perceber ao longo das narrativas, obviamente, a situação do país foi agravada com tal fenômeno, mas parte destes trabalhadores já apresentavam dificuldades no seu cotidiano, inclusive situações de vulnerabilidade ocasionadas pela própria Minustah. O terremoto pode ser encarado como uma possibilidade para imigrar, mas não um fim em si mesmo.

Para uma melhor compreensão sobre os temas discutidos ao longo deste capítulo, é necessário explanar alguns dados sobre como vive a maioria da população haitiana.

1.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DO HAITI

O Haiti ocupa a posição 169º de 189º no Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, é um dos lugares mais pobres do mundo (UNPD, 2019)². Quase 60% dos 10,5 milhões de

² CONCEIÇÃO, Pedro. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2019-report/download>. Acesso em: 06 jul. 2020.

haitianos vivem abaixo da linha da pobreza. Conforme escreveu Coggiola (2010), a maioria das famílias sobrevive com menos de dois dólares por dia, e 24% das pessoas encontram-se na extrema miséria.

A carne de frango é o alimento básico da alimentação haitiana, de 2014 a 2018 seu preço dobrou. Além disso, o óleo e o arroz contabilizaram um aumento de cerca de 10% nos últimos meses de 2018. O litro de leite, neste mesmo ano, custava mais da metade do salário diário (UOL, 2018)³. Segundo o site Country Economy⁴, o salário mínimo haitiano, em 2018, era de 6.500 gourdes haitianos, transformados na moeda brasileira, seria, naquele período, o equivalente a R\$300,00. No entanto, a maioria das pessoas vivia com menos de um salário mínimo por mês, conforme apontou Coggiola (2010).

Além disso, Calegari (2014) discutiu, em sua dissertação, que o salário pago pela Codevi - uma indústria têxtil - a um trabalhador com cargo superior na linha de produção, ou seja, semelhante ao encarregado do setor no Brasil, era o equivalente a U\$24 semanais, tal informação correspondia ao ano de 2014 quando Calegari escreveu seu trabalho. Este salário convertido para o real equivalia a R\$252,48 (de acordo com o valor do dólar no período). Desde 2010, o salário mínimo, no Haiti, é de 6.500 gourdes, ou seja, a empresa pagava menos do que o salário mínimo mensal para um cargo tido como superior.

Acerca dos gastos, “um prato de comida (com arroz, feijão, peixe, frango ou carne, banana frita ou batata) feito na rua ou em um pequeno restaurante era vendido pelo preço de 100 a 150 gourdes” (CALEGARI, 2014, p. 97). Se durante o mês, o trabalhador tivesse 23 dias de expediente, contabilizaria só de comida 3.450 gourdes, restando menos da metade de seu salário para pagar outras despesas como: aluguel, parte da alimentação, possíveis gastos com saúde, material escolar e uniforme para as crianças (quando matriculadas em escolas públicas), entre demais eventualidades. As empresas não pagavam alimentação e nem transporte, por isso, Calegari (2014) destacou que estas despesas ficavam sob a responsabilidade dos próprios trabalhadores que narraram gastar cerca de 500 gourdes semanais com tais obrigações.

³ LOPEZ, Ezequiel Abiu. “Preços sobem todos os dias”: custo de vida está fora de controle no país mais pobre do Ocidente. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/07/25/antes-de-protesto-violento-em-dia-de-jogo-do-brasil-vida-no-haiti-ja-estava-piorando-para-muitos.htm> Acesso em: 06 jul. 2020.

⁴ Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/haiti>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Em 2019, os telejornais, os sites mais comuns de notícias no Brasil, enfim, os principais veículos de informação noticiavam a crise política que ocorria na França. Por outro lado, o Haiti, que durante séculos havia sido colônia deste país, vivenciava um momento de grande turbulência desde o início de 2019, quando foi divulgado o relatório do Tribunal Superior de Contas do fundo PetroCaribe em que ficava evidente que o atual presidente, neste contexto Jovenel Moise, havia desviado US\$4,2 bilhões de projetos que reorganizariam o Haiti com a construção de: hospitais, universidades, escolas, estradas e melhorias na eletricidade. A verba roubada foi destinada às empresas privadas de Moise (Agritans e Betex), pouco ou quase nada ouvíamos falar sobre este assunto nos noticiários brasileiros.

A população haitiana organizou manifestações que duraram semanas, desde as cidades do interior até a capital Porto Príncipe, havia pessoas nas ruas em marchas com gritos de protestos e cartazes que pediam a renúncia do presidente, as quais foram brutalmente reprimidas pela polícia e sete pessoas foram assassinadas.

Nas fotos divulgadas no jornal El País⁵ apareciam multidões revoltadas com a atitude deste presidente e dos demais que existiram ao longo da história haitiana que usufruíram do dinheiro que deveria ser direcionado a melhorar as condições de vida da população. Os manifestantes cobravam pela falta de água, pois quando tinham acesso a esse bem essencial a distribuição nos poços era precária; pela falta de energia elétrica, já que nos bairros onde existia funcionava apenas durante alguns dias da semana e em horários específicos; e asseveravam que esse presidente, assim como o anterior, Martelly Lamothe, haviam não apenas roubado o dinheiro destinado a melhorar a vida de parte da população, mas como salientou Louis⁶: “eles são culpados das pessoas morrerem no Haiti, é isso que nosso povo entende e por isso vão pras ruas”.

Conversei com Louis em setembro de 2016 e ele já havia me alertado que “as coisas não estão nada boas no Haiti”. Por isso tinha imigrado para o Brasil, estava com 37 anos, trabalhava no frigorífico da Coopavel e não tinha pretensão de retornar ao seu país, mas seus familiares ainda moravam lá, portanto, Louis mantinha-se preocupado. Em maio de 2019, reencontrei-o, era evidente que havia emagrecido desde 2016 quando o vi pela primeira vez, com um

⁵ ALVARADO, Ivan. **Haiti soma mais de uma semana de protestos contra o governo de Moise**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/15/album/1550250482_649881.html#foto_gal_1. Acesso em: 15 abr. 2020.

⁶ Todos os nomes de haitianos aqui utilizados são pseudônimos. No entanto, respeitando a tradição do Haiti, utilizo nomes comuns neste país, mas que não coincidem com os dos entrevistados.

semblante cansado, sentou-se e me disse: “eles ainda estão lá, só que agora as coisas estão piores” referindo-se aos seus familiares que moravam no Haiti e viviam o caos entre a vontade de imigrar e a participação nas manifestações de quem exigia o direito de poder permanecer no país e ter uma vida digna. Louis, mesmo de longe, acompanhava tudo e sofria por se sentir incapaz de tirar sua família do Haiti.

O roubo escancarado do presidente fez com que os haitianos, que possuíam em seu histórico um passado de luta, fossem às ruas e enfurecidos saqueassem lojas de móveis, de eletrodomésticos, mercados e demais estabelecimentos. Louis, que permanecia sentado me contando o que estava acontecendo no Haiti, ergueu seu rosto, olhou-me nos olhos e disse: “acho justo que a população faça isso porque não é roubo é luta pela vida!”, destacando que sabia as dificuldades que a população haitiana passava e mediante a miséria em que vivia, as lojas saqueadas demonstravam uma retaliação não apenas contra o presidente, mas em oposição a elite que havia estabelecido relações com outros países para governar o país.

Louis, que parecia desanimado por trabalhar há anos e não ter sua família por perto, de repente, animou-se ao me mostrar uma fotografia de seu pai e dizer que ele já tinha falecido, mas havia deixado um legado para a família: “ele lutou contra a ditadura do Papa Doc e do Baby Doc, foi preso e torturado, minha mãe teve que fugir uns meses pra casa da irmã dela. Ele ensinou pra gente que quando estamos certos, temos que lutar!”, demonstrando que Louis estabelecia comparações entre sua vida em 2019 com a repressão de 1913, quando o Haiti foi invadido por fuzileiros navais norte-americanos que auxiliaram na implantação da ditadura de François Duvalier, conhecido como “Papa Doc”. Este, em 1971, foi sucedido por seu filho, Claude Duvalier, o “Baby Doc”, e, apenas em 1986, após diversas manifestações a dinastia dos “Doc” foi interrompida. (GORENDER, 2004)

Foram décadas de ditadura e repressão no Haiti, em contrapartida, havia resistência e luta de parte da população não apenas contra as elites locais, mas também em relação aos países que financiavam a ditadura no país. Embora não seja um caso específico de financiamento da ditadura nesta nação, afinal, sabemos que em outros países latino-americanos também houve incentivo norte-americano para a consolidação dos períodos ditatoriais; no Haiti, havia uma segunda intenção que era a de não permitir que ocorresse outra revolta como a de 1791, quando a maioria da população que era escrava se rebelou contra trinta mil pessoas brancas que viviam na ilha e eram responsáveis pela escravização.

Segundo Joseph (2010), em 1734, os franceses começaram a cultivar café na ilha de São Domingos, mas faltava mão de obra; por considerarem que os africanos eram bárbaros e por isso, aptos para o trabalho pesado, iniciaram o tráfico visando tornar aquele local um dos destaques da colonização francesa. No entanto, assim como no Brasil que houve resistência dos africanos o que fez com que surgissem os quilombos, no Haiti os *nègres marrons* eram os escravos que fugiam e tornavam-se livres vivendo nos quilombos, “em 1720, mil escravos fugiram para as montanhas e, em 1751, havia pelo menos três mil deles nessa situação” (JOSEPH, 2010, p. 42)

O quilombo mais famoso na ilha era o Bahoruco, fazia fronteira com a República Dominicana e chegou a ser habitado durante 85 anos, seu principal líder foi Mackandal. (LAGUERRE, 1989). Essa figura histórica organizava rebeliões nas quais os ex-escravos envenenavam os donos das propriedades, porém, quando acreditava que havia africanos contrários às rebeliões, tratava de eliminá-los da mesma forma.

Mackandal ficou conhecido não apenas como um forte guerreiro capaz de unir as diversas etnias africanas e mobilizá-las contra a escravidão, mas também por ter exercido o papel de líder espiritual. Por meio da prática do vodu era conhecido entre a população africana como detentor de dons sobrenaturais, conhecedor de várias línguas e dos poderes ancestrais africanos. Em janeiro de 1758, foi preso e queimado vivo para servir de lição ao restante dos insurretos. No entanto, a memória de luta deste líder foi crucial para o que, anos depois, ficaria conhecida como a maior revolução de escravos do mundo, a Revolução Haitiana.

Louis continuou comparando sua trajetória de vida com aspectos passados do Haiti: “meu pai dizia que quando houvesse injustiça, tínhamos que liberar o Mackandal de dentro de nós”, demonstrando que, assim como o líder guerreiro que não deixava sem vingança aqueles que considerava ser contra os escravos, Louis também achava justo que, nas manifestações, os haitianos ocupassem os espaços das lojas e dos bancos levando objetos e dinheiro para suas casas.

Boukman Dutty Zamba foi precursor de Mackandal, era um sacerdote do vodu jamaicano que havia sido escravizado e, que em 1791, foi um dos principais organizadores da revolução. Boukman coordenava encontros que alegava serem festividades africanas com o pretexto de reunir os escravos, mas eram celebrações de vodu que tinham por objetivo estruturar a revolução. O vodu era conhecido pelas elites que viviam na ilha como “obra demoníaca” e era proibido de ser realizado.

No entanto, os africanos continuavam realizando as cerimônias e o vodu tornou-se um ponto importante na resistência dos escravos que encontravam nessa religião força para lutar, pois, diferentemente das religiões cristãs que reforçavam o caráter escravista, “o vodu se apresenta como uma resposta à exploração do cativo, do imperialismo econômico, social e cultural dos brancos” (JOSEPH, 2010, p. 46). Segundo o antropólogo haitiano Hurbon (1987), o vodu apresentava uma linguagem própria que fortalecia a consciência da diferença em relação ao mundo dos senhores, o que estimulava a luta pela liberdade dos negros.

Antes da revolta acontecer, houve um culto voduísta que ficou conhecido como *Cérémonie Du Bois Caiman*. Boukman liderou a cerimônia definindo um pacto entre os escravizados, foi realizado o sacrifício de um porco e cada sujeito bebeu do sangue do animal jurando lutar pela liberdade de todos em nome de seus ancestrais. Para finalizar o ritual, Boukman proferiu as seguintes palavras:

El Dios de los blancos ordena el crimen. Nuestros dioses nos piden venganza. ¡Ellos conducirán nuestros brazos y nos darán la asistencia! Rompan la imagen del Dios de los blancos, que tiene sed de nuestras lágrimas; escuchemos en nosotros mismos la llamada de la libertad (CARPENTIER, 1955, p. 46).

Ao recorrer à ancestralidade e atribuir a rebelião dos escravos como uma luta intrínseca à vontade dos deuses, o vodu selava como verdadeira e legítima a revolta. Boukman tratava de concretizar, em objetivo coletivo, o ressentimento vivido por cada haitiano para que a morte fosse o destino de quem os escravizava e que não houvesse dúvidas deste desfecho.

Segundo C.L. R. James (2010), a revolta dos escravos foi iniciada nas noites de 23 e 24 de agosto de 1791, mas obteve melhores resultados a partir de 1794 com a liderança de Toussaint L’Ouverture que havia tido uma vida distinta dos outros escravos, por ter sido alfabetizado por seu pai. Dessa forma, Toussaint lia obras do período do Iluminismo que criticavam a escravidão e que haviam sido importantes para os ideais da Revolução Francesa. Toussaint acreditava que Napoleão Bonaparte tornaria a ilha São Domingos independente, baseado nos ideais franceses de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Obviamente, estava enganado, Napoleão enviou tropas para conter a insurreição na ilha que era considerada a “pérola das Antilhas”, pois, um em cada oito franceses sobreviviam indiretamente dessa colônia, o que equivalia a 70% dos recursos que a França retinha de suas colônias no período (HURBON, 2000). Além de produzir café, anil, cacau, e outros gêneros, era sobretudo o país

colonizado pela França que mais produzia açúcar, competindo com as colônias de outros países na época.

Embora C.L.R. James (2004) tenha dado ênfase, em seu livro, à figura do líder Toussaint L'Ouverture, um ex-escravo que aos 45 anos auxiliou na organização da independência do Haiti, compreendi, ao longo das narrativas, que outra figura se destacava entre os haitianos: Jean Dessalines. Percebi esta relação pela primeira vez, quando constatei que havia conhecido muitos haitianos que se chamavam Jean.

Em um determinado dia frequentei uma sala de aula na capela Nossa Senhora das Graças, em Cascavel, na qual voluntários, organizados pela Pastoral do Migrante da matriz São Cristóvão, ministravam aulas de Português para haitianos, sendo que dos 15 alunos, 8 se chamavam Jean. Ao conversar com um desses *Jean*s, ele me contou que “no Haiti, *Jean* é um nome muito prestigiado porque desde pequenos aprendemos a ter orgulho da história da independência do nosso país, e Jean Dessalines foi um dos mais importantes líderes do exército de ex-escravos”.

De fato, ele se destacou na liderança do exército de São Domingos. Em 1801, quando Bonaparte enviou 25 mil soldados para combater a insurreição, o francês representante do exército, o comandante Rochambeau, exigiu que 500 escravos cavassem suas próprias valas e os executou, buscando demonstrar o ar de superioridade daqueles que duvidavam da capacidade dos haitianos de se concentrarem em um exército. No entanto, Dessalines, que era líder do exército de oposição, em resposta, mandou enforcar 500 brancos, atitude que deixou os franceses enfurecidos, o que reforçava sua atuação como um representante do povo que não abaixava a cabeça para as tropas francesas. Afinal, não se tratava apenas de vencer o exército francês, mas de expor as condições humilhantes que até então vivia mais da metade da população da ilha enquanto era escravizada.

Quando Toussaint foi preso, em agosto de 1802, e condenado à prisão sem direito a julgamento, ainda assim, acreditava que Bonaparte teria compaixão por São Domingos (JAMES, 2004). Em 1803, faleceu no cárcere e a França continuava enviando soldados para desmobilizar a organização dos ex-escravos. Segundo Gorender, “no processo da luta, massacraram a maioria dos brancos, que antes dominavam a colônia. Bonaparte conseguiu restabelecer a escravidão em outras possessões francesas, não, porém, na pátria de Toussaint” (2004, p. 300). Por isso, como acentuou Jean, “é uma honra ser chamado de Jean. No Haiti,

toda família tem mais do que um Jean! (risos)”, referindo-se às homenagens prestadas à Jean Dessalines e a forte presença da história da revolução haitiana ainda hoje.

Em 31 de dezembro de 1803, foi lida a Declaração de Independência do país o qual recebeu a denominação indígena de Haiti⁷, escolha dos próprios ex-escravos. Dessalines foi o primeiro chefe do Estado haitiano. Os ex-escravos se tornaram livres do trabalho nas plantações e nos engenhos de açúcar e a partir de então, predominava na região a tradição herdada da África de agricultura de subsistência. “De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional” (GORENDER, 2004, p. 300).

No entanto, a França e diversos países, como os Estados Unidos, não aceitaram a independência do Haiti. Por isso, foi implementada uma quarentena a este país não apenas pelas potências imperialistas, mas até mesmo por Simón Bolívar que havia sido abrigado no Haiti e, quando organizou a Conferência do Panamá, em 1826, deixou de fora os haitianos por medo de retaliação dos demais países. “O isolamento internacional acentuou o atraso e agravou as dificuldades históricas após uma das mais heroicas lutas emancipatórias do hemisfério ocidental” (GORENDER, 1990, p. 131-132). Como podemos compreender, a independência do Haiti não foi aceita por muitos países, o que ocasionou sérias dificuldades para que este país conseguisse se manter economicamente. Tais obstáculos se tornaram cruciais para os discursos contemporâneos da falta de emprego, da pobreza e do “atraso” em que o país vive, como se estivesse “pagando a conta” por ter se rebelado e constituído o primeiro e único país a se tornar independente pelas mãos de ex-escravos.

No entanto, há outra face dessa história que condiz com a imposição de uma colonização forçada em que, em um primeiro momento, a França enviava tropas para combater os ex-escravos, depois que perdeu buscou por anos atuar com as elites políticas locais para efetivar no poder seus representantes. Após anos de resistência contra os países imperialistas, em 1913, quando Papa Doc estabeleceu a ditadura com o auxílio dos Estados Unidos, aspectos políticos, econômicos e sociais foram reorganizados sob o discurso da incapacidade do país de se reerguer economicamente; destacando-se assim, o “auxílio” prestado por outros países como ajuda humanitária, que mesmo depois de décadas, demonstrou ser ineficiente para o Haiti. O que

⁷⁷ Haiti significa “terra de montanhas”, como era denominado pelos ancestrais antes da ilha ser colonizada pelos europeus.

permite analisar que a independência de um país que ocorreu exclusivamente pelas mãos de escravos nunca foi aceita efetivamente na História global.

Por fim, além dos aspectos mencionados acerca da História do Haiti que constantemente aparecia nas narrativas em conjunto com as experiências de vida dos haitianos e haitianas que entrevistei, estes sujeitos destacaram vários motivos que os fizeram imigrar por compreender que, em seu país, a busca por uma vida digna estava além do resultado de seus esforços. Nos próximos itens, continuo a discussão acerca do conjunto de fatores que foram narrados como primordiais para que a imigração se tornasse uma opção.

1.2 TRABALHO

O trabalho pode ser considerado como o fundamento de todas as sociedades históricas que temos registro. No caso dos haitianos que imigraram, suas vidas estão diretamente relacionadas à falta de trabalho em seu país. E é por isso que neste subitem essa é a discussão principal.

Começarei apresentando Wladimy. Em uma tarde de sábado, combinei de encontrar Mike para entrevistá-lo, um jovem que, em 2018, tinha 22 anos e trabalhava na Coopavel. Como Mike estava no Brasil havia apenas três meses, Wladimy foi o amigo que convidou para ajudar-nos com a tradução do *kreyòl* para o português e vice-versa. Ele falava bastante e tinha facilidade para desenvolver os assuntos, visto que, para outros trabalhadores, como Mike por exemplo, alguns temas como o processo de viagem eram complexos.

Em 2016, com 33 anos Wladimy imigrou do Haiti com sua irmã de 19 anos e vieram para Cascavel. “Já tínhamos amigos aqui, um era inclusive professor igual eu e dizia que trabalhava em algo que era melhor do que ser professor”. Após essa frase, compreendi que era provável que ele soubesse da dificuldade que teria para exercer sua profissão no Brasil. Mas a expectativa indicada por seu amigo do que era “melhor” lhe parecia uma oportunidade.

No decorrer da entrevista, Wladimy relacionava os aspectos da imigração com o trabalho que executara em seu país, em alguns momentos parecia tentar se justificar, de modo que, para quem ouvisse sua narrativa, não o condenasse por narrar aquilo que parecia um

retrocesso, ou seja, no Haiti era professor e no Brasil estava trabalhando na linha de produção de um frigorífico.

Contou que, no Haiti, acordava às 05h para conseguir organizar seu material para levar para a sala de aula. Não era possível ajeitar no dia anterior, pois o bairro onde morava só possuía energia elétrica até às 20h. Ele chegava em casa apenas às 18:30h e, então, ia ajudar seu pai a arrumar o que iria vender no outro dia, em uma espécie de feira livre no comércio. Após ordenar o material, Wladimy auxiliava sua irmã que também acordava nesse horário para preparar a comida que todos levariam para comer durante o dia. Ele narrou que “tinha que sair de casa no máximo 06h10min, senão atrasava pra escola”.

A distância da escola onde trabalhava até sua casa era de 6 km. Um detalhe importante a ser mencionado, pois Wladimy carregava uma mochila com livros e mais duas sacolas com cadernos de seus alunos que levava para casa para corrigir as tarefas, visto que, enquanto estava na escola, não havia hora-atividade. “Trabalhava com alfabetização de duas turmas, uma de manhã e outra de tarde, na primeira tinha sessenta e cinco alunos e na segunda variava, às vezes até oitenta!”, conforme pontuou.

As péssimas condições que encontrava em seu trabalho refletiam o descaso com a educação no Haiti. Foi árduo o processo para conseguir finalizar o ensino superior e tornar-se professor. Seus pais não moravam em Porto Príncipe e a universidade ficava na capital, então precisou viver de favores e fazer bicos para que conseguisse concluir, mesmo assim, trancou a faculdade durante um ano: “Queria desistir, não via mais sentido pra estudar. Meus pais precisavam de ajuda e eu só se preocupava comigo, aí fui perdendo o valor nos estudos”.

Infelizmente, em situações como a que Wladimy vivia, tornava-se difícil acreditar que os estudos poderiam auxiliar para melhorar a situação financeira de seus pais. Afinal, o que mais preocupava era a falta de comida e de dinheiro diariamente, pensar a longo prazo, imaginando que pudesse em poucos anos conseguir um trabalho melhor para sustentar sua família, não ajudava naquele momento em que passavam fome. Além disso, pesava a condição de que mesmo com poucos recursos era por meio da agricultura de subsistência que seu pai mantinha sua família, por isso havia objeção de sua parte que o filho estudasse.

Continuou relatando: “desanimei de ser professor. Eu gostava das crianças, mas como ia ser professor? Foram cinco, seis anos estudando e achando que no final ia levar meus pais pra Porto Príncipe e que eles não ia mais sentir fome e no final foi isso...”. Wladimy expressou

nessa frase as contradições que viveu no Haiti, em que mesmo sendo contrário ao seu pai, que queria que ele permanecesse em casa e auxiliasse na agricultura familiar, compreendia que a profissão que escolhera dificilmente possibilitaria uma vida melhor para si e para sua família.

Wladimyr se sentia prejudicado pela forma como a educação no Haiti era desvalorizada. Mas, por outro lado, sentia-se dono de sua própria história. Talvez pudesse até caracterizá-lo como privilegiado por ter estudado, quando quase ninguém que havia crescido na zona rural conseguiu. Além de não querer ocupar o lugar que seu pai gostaria que ele ocupasse na família, como o “homem da casa” por ser o filho mais velho, imbricou em conflitos de gerações. Ele queria construir seu próprio caminho.

O que se torna evidente, pois, ao longo da narrativa, afirmou: “meus pais vem pro Cascavel até final do ano, não querem, mas vem. Conseguimos convencer eles! É muito difícil pros mais velhos deixar o Haiti (...) mesmo sendo ruim lá, não sei explicar porque não vem”. Wladimyr já havia conseguido juntar dinheiro para trazer seus pais, mas a história de seu pai estava atrelada a seu pertencimento ao Haiti, aspecto que o filho, aparentemente, não possuía por ser de uma nova geração. No entanto, o sentimento demonstrado por Wladimyr, a busca incessante de convencimento de seus pais para que aceitassem vir do Haiti para o Brasil, pode ser compreendido também como uma maneira de não perder as relações com seu país de origem.

No decorrer de sua narrativa, Wladimyr expôs que, ainda que seus amigos relatassem a dificuldade de se tornar professor em Cascavel, ele havia procurado escolas de idiomas para tentar ministrar aulas de francês ou inglês, mas não foi aceito, condição sobre a qual disse se importar pouco, “pra você ver né, o Brasil não é tão diferente assim do Haiti”, considerando que não tinha conseguido a valorização da profissão docente no Haiti e, aqui, esta realidade também lhe parecia distante.

Em contrapartida, ouvir um “não” em Cascavel tinha um peso menor sobre o fato de não conseguir ser professor, afinal, tratava-se de outro país. No entanto, a intenção em procurar trabalho nessa área, ainda que já soubesse das dificuldades, demonstrou que havia esperança de que sua experiência pudesse ser distinta da dos demais haitianos. Conforme narrava sua trajetória de trabalho no Haiti, demonstrava tristeza por não conseguir sobreviver com seu próprio salário. Para ele, a imigração foi uma forma de buscar aliviar o conflito vivido com seu pai em relação ao trabalho e às escolhas de sua própria vida.

Os motivos que fizeram estes trabalhadores haitianos imigrarem são vários, mas a consequência é sempre a procura pelo trabalho. Wladimy me indicou seu amigo Marcelin para que eu pudesse entrevistá-lo. Ele trabalhava na construção civil, mas já havia sido colega de linha de produção de Wladimy no frigorífico da Coopavel em Cascavel.

Quando entrevistei Marcelin ele tinha 25 anos, foi em 2018. Sua trajetória se assemelhava em alguns pontos com a de Wladimy, no sentido de que ambos tiveram a infância relacionada ao campo e na juventude mudaram para a capital para conseguir estudar, afastando-se dos familiares que permaneceram no campo.

Ao contrário de seu amigo, Marcelin foi morar em Porto Príncipe, mas não mencionou aos seus pais que era para estudar. Aos 16 anos, ao chegar à capital, decepcionou-se quando descobriu que assim como ele, havia muitos jovens de sua idade sem trabalho e, então, entendeu que para conseguir estudar precisaria trabalhar, além da obrigação de enviar ajuda todos os meses para seus pais.

Vivendo na casa de familiares, conseguiu laborar com seu tio na construção civil, em uma espécie de trabalho terceirizado pelo governo. Então, das 4h até às 20h tinha sua vida dedicada ao trabalho, demonstrando tristeza comentou que não havia tempo para estudar. Contou-me que pensou em voltar para a casa de seus pais, principalmente quando seu salário atrasava devido às intensas crises políticas que o Haiti vivia.

Em 2010, o terremoto modificou, além de sua vida, seus sonhos. Narrou que,

Eu comecei a trabalhar ajudando a montar de novo as escolas. Trabalhava até nos finais de semana, sem parar. Mas aí tinha uma ONG que dava a comida, isso já me ajudava. Eu chegava mais cedo né? Porque a comida era pra quem chegasse primeiro, então eu passava o dia lá. Trabalhava pelo dinheiro, pela comida e também pra ajudar, eu sabia que aquelas crianças estavam sem a família e agora sem a escola né? Aí um dia eu passando pelas salas e uma professora perguntou se eu não queria saber ler. Aí no meu intervalo ou dia de descanso, comecei a ir com as crianças (risos), eu grande lá, mas era muito legal. (...) mas isso foi pouco tempo, meu serviço era pesado, eu tremia e não conseguia me concentrar, então não podia continuar. (MARCELIN, 2018)

Marcelin destacou que estava guardando dinheiro para conseguir sobreviver um ano sem precisar trabalhar e poder, finalmente, estudar, ademais de continuar auxiliando nas despesas de sua família. Mas, quando aconteceu o terremoto, disse não ter se sentido no direito de estudar, visto que, a procura por trabalhadores da construção civil aumentou e essa era uma oportunidade que não pensava em desperdiçar. Em seu relato, afirmou que, por não ter filhos e

pesar sobre si o auxílio que deveria prestar aos seus pais, trabalhava arduamente de forma que não conseguia definir o que era, por exemplo, dias da semana e do final de semana, “pra mim tanto faz se era domingo, segunda, era dia de trabalho!”.

Algo semelhante presente na fala de Marcelin e que pude perceber em outras narrativas, em situações adversas, foi que apresentavam suas condições de existência imbricadas no trabalho que executavam. Essa forma de expressão continuou a ser relatada nas experiências de trabalho em Cascavel. É o “viver para trabalhar” que Marcelin expôs, e que lhe retirava desde as noções mais simples, como não se lembrar do dia da semana, até suas formas mais complexas, como a impossibilidade de estudar.

Ao comparar a realidade que vivia em seu trabalho no Haiti com o que executava em Cascavel também na construção civil, Marcelin reafirmou que “nada muito diferente do que eu tinha que fazer lá. Aqui, eu torço para ter trabalho no domingo, preciso trabalhar!”. No entanto, a face de Marcelin demonstrava tristeza por não conseguir vislumbrar um futuro diferente para si, quando proferiu a frase acima, balançou os ombros como se não restasse nada a esperar da vida.

Wladimyr e Marcelin demonstraram vários aspectos em comum, um me pareceu mais profundo, o fato de que suas trajetórias não possibilitavam estabelecer o trabalho em suas vidas pensando a longo prazo. Essa foi uma das principais distinções que estes jovens trabalhadores apresentaram em relação aos seus pais. Nas narrativas, ambos afirmaram não compreender a resistência de seus familiares em sair do campo no Haiti e imigrar, evidenciando os conflitos existentes.

Os haitianos supracitados, embora possuíssem ofícios, haviam executado outras formas de trabalho, Marcelin confirmou: “fazemos o que for possível pra sobreviver” por isso, não compreendiam que a relação de seus pais com a terra era também sua própria condição de vida.

Lá no Haiti mesmo quando eu ia sem comida meu pai dava um jeito. Algumas vezes a gente trocava o que estava vendendo por um pedaço de comida, sabe? Tinha pessoas que vendiam comida. Aí a gente vivia assim. Meu pai não gostava muito porque a gente precisava muito do dinheiro, mas tinha dias que chegava passar mal de fome. Aí não tinha jeito, tinha que comer! (risos). (MARCELIN, 2018)

Esse foi um dos aspectos que Marcelin definiu como diferenciador das relações de trabalho que mantinha em Cascavel em relação ao Haiti. Em seu país de origem, quando ia com

seu pai para feiras vender os alimentos e os animais que mantinham no sítio onde viviam, mesmo se não vendessem nada durante a jornada de trabalho, que chegava a ultrapassar doze horas, ainda assim, poderiam chegar em casa com mantimentos. Os trabalhadores trocavam entre si alimentos, roupas e demais artigos de necessidade, de modo que mesmo que o dinheiro fizesse falta, conseguiam estabelecer ajudas mútuas. Em Cascavel não conseguiam estabelecer essas relações e precisavam, efetivamente, enviar dinheiro para suas famílias. Embora o interesse de Marcelin, em Cascavel, fosse principalmente o valor monetário que poderia mandar aos seus familiares, ao expor a experiência de escambo que realizavam, demonstrou que, se comparadas, as relações de trabalho no Haiti apresentavam mais vantagens, afinal “assim era mais difícil de algum haitiano passar fome”.

Essa foi uma das dificuldades relatadas por Marcelin, pois, no Haiti, as relações de trabalho se davam de modo diferente: se não tivesse um trabalho fixo durante o mês, mas conseguisse realizar trabalhos diários na construção civil, poderia receber não somente em dinheiro, mas em comida, e isso ajudaria sua família de qualquer modo. Em Cascavel, narrou que não havia essa possibilidade. Os seis meses em que ficou sem trabalho “foram horríveis”, pois, ainda que realizasse “bicos”, recebia por dia e não conseguia juntar a quantidade do valor de seu aluguel e permaneceu estes meses sem enviar remessas para seus familiares no Haiti, recordou que sentiu “uma mistura de fracasso e desespero”.

“Tenho que trabalhar pra conseguir dinheiro pra minha família”. Essa foi a frase apresentada como determinante na vida de Marcelin, mas também na vida de Wladimyr e de Mike. Na realidade, em todas as entrevistas realizadas esse era o objetivo de se trabalhar: a sobrevivência da família. Em nenhum caso era mencionado que o dinheiro serviria para comprar uma casa ou um carro, por exemplo, de modo que a condição de vida em que a família se encontrava se tornou o principal motivo destacado. O salário adquirido por meio do trabalho alienado que executavam não era visto como sendo transformado em mercadoria, mas em mecanismo de sobrevivência para seus familiares, ainda que significasse a perda cotidiana do sentido de suas vidas.

Quando Marcelin relatou sobre o fato de auxiliar seu pai nas feiras livres, desde sua adolescência até quando se mudou para Porto Príncipe, lembrou-se de um fato que considerou importante destacar: havia mulheres que vendiam pratos de comidas nas feiras e que, em muitas vezes, quando seu pai não conseguia dinheiro, eram elas quem lhes davam comida para que Marcelin, ainda criança, não passasse fome.

Depois de conversar com mais trabalhadores haitianos, pude identificar que as pessoas que Marcelin exemplificou como vendedoras de comida ocupavam um papel fundamental na organização econômica do Haiti. O termo apropriado é “*madanm machann manje*”, segundo Calegari (2014), não existe uma tradução precisa para o português porque é um trabalho específico daquele país, mas a tradução literal seria algo semelhante à “mulher comerciante de comida”, em síntese, as “marmiteiras”, mulheres que se dedicavam em fazer o que, no Brasil, denominamos de “quentinha”. Essas mulheres se organizavam nas feiras que normalmente ficavam próximas à entrada das indústrias.

As condições de trabalho narradas por haitianos que eram funcionários das indústrias, no Haiti, foram destacadas como péssimas. Além da exploração intensa, as indústrias não forneciam alimentação para estes trabalhadores e, como a maioria morava distante do serviço, a única solução que encontravam era comprar os pratos de comida dessas mulheres que labutavam nas feiras.

Segundo Calegari,

Cerca de 200 mulheres são responsáveis pela alimentação dos mais de 6 mil trabalhadores haitianos da CODEVI. Todas as manhãs um número que pode variar de 20 a 30 mulheres servem o café da manhã em frente à zona franca. Este por sua vez é variado e depende do gosto do freguês (e da condição financeira). Para os que preferem uma alimentação mais pesada logo cedo, que possibilite uma sustentação para as 5 horas de trabalho que terão pela frente até a próxima refeição, às 11h30, arroz, feijão, ovos ou macarrão (o famoso *spaghetti*, muito apreciado no Haiti como café da manhã) se apresentam como boas opções. Para aqueles que preferem algo mais leve há bananas, pão com mambá (pasta de amendoim), biscoitos etc. (CALEGARI, 2014, p.103).

Este autor detalhou que a função que essas mulheres ocupavam era extremamente importante, tanto que, em 2012, quando Calegari estava realizando sua pesquisa no Haiti, foi a partir dessas trabalhadoras que se iniciou uma greve que atingiu todas as indústrias da zona franca da cidade de Ouanaminthe.

Essas mulheres comercializavam pratos de comida todos os dias e, sabendo que, em muitos casos, os operários não possuíam dinheiro, vendiam para que pudessem pagar quando recebessem o salário. No entanto, as indústrias estavam pagando menos do que o combinado e os trabalhadores não conseguiam pagar suas dívidas com essas cozinheiras. Por isso, elas se

reuniram e iniciaram a greve, os operários os acompanharam e, após dias de negociação, a empresa cedeu.

Deste modo, o papel das *madanm machann manje* era essencial. Calegari (2014) apresentou, em sua dissertação, relatos de haitianos que, quando as cozinheiras não iam para as feiras, desistiam do dia de trabalho porque era impossível permanecer tanto tempo na linha de produção sem se alimentar.

Quando entrevistei Daniella, em 2017, ela estava com 67 anos e morava em Cascavel com suas filhas, Natasha e Stephania e mais dois filhos que recentemente tinham chegado do Haiti. Daniella me contou que trabalhou durante mais de vinte anos como *madanm machann manje* na zona franca de Caracol.

A cozinheira destacou que havia duas zonas francas principais: a da cidade de Caracol, conhecida como PIC, e a de Ouanaminthe, conhecida como Codevi. Antes de mencionar sobre as narrativas de Daniella, gostaria de comentar que, em sua pesquisa, Calegari (2014) entrevistou trabalhadores da Codevi, o autor destacou que os operários haitianos denominavam aquela área como *Codemò*, uma sátira, já que em *kreyòl* a palavra *lavi* significa vida, então, modificaram as duas letras finais para *mó* que significava morte, ou seja, era uma maneira que esses trabalhadores encontravam para contradizer a empresa que apresentava “vida” em seu nome, mas que na prática representava a morte devido à intensa exploração do trabalho (CALEGARI, 2014).

Menciono esse aspecto porque, por meio deste pesquisador, percebi que se tratava de algo comum entre os haitianos, isto é, o pensamento crítico em relação às indústrias. Há outro termo que utilizavam para a Codevi, a denominavam *Codesclav*, substituindo o “vi” de vida por “*esclav*” de escravo. Tal informação permitiu identificar que esses trabalhadores não estavam inertes à situação em que viviam, assim como demonstraram críticas em relação ao trabalho industrial em Cascavel.

Daniella relatou que: “quando Natasha e Stephania e eu morava no Haiti, nós três cozinhamos para os operários das indústrias. Mas menina, eu tinha dó de cobrar deles. Eu cobrava porque precisava, né?” As *madanm machann manje* apoiavam a luta operária e havia por parte dessas mulheres a consciência de classe de que o principal contraponto eram os proprietários das indústrias e não os trabalhadores que, em muitos casos, não conseguiam pagar sua alimentação.

Acerca do ambiente das fábricas, embora fosse limpo, conforme pontuou Mike, a água distribuída aos trabalhadores era suja, de modo que preferiam comprar em saquinhos com as cozinheiras do lado de fora ou passar o dia todo sem beber água (CALEGARI, 2014). Sendo assim, reflito que não bastava ter contrato de trabalho no Haiti, mesmo que ele fosse raro, pois apenas cerca de 70% dos trabalhadores possuíam tal realidade, além disso era importante pensar sobre qual era a dignidade que ele oferecia; segundo Daniella, “dignidade nenhuma!”, ou seja, para essa trabalhadora, a Codevi não era um lugar onde se trabalhava para “ganhar” a vida, mas sim para perdê-la.

Pesquisando sobre o funcionamento das indústrias no Haiti, encontrei o projeto “Plano de ação para recuperação e desenvolvimento nacional do Haiti” (2010)⁸ que visava legitimar a concretização das zonas francas neste país. As principais alegações eram as de que se aumentasse o número de indústrias, seriam disponibilizados mais cargos no trabalho industrial. Desta forma, o documento apresentava um discurso acerca de promessas de melhores condições laborais para a população haitiana, enfatizando o aumento do trabalho formal.

Embora possa parecer uma tentativa de ajuda humanitária, o que aconteceu foi distante disso. Daniella mencionou que seus tios, que viviam há mais de quarenta anos em terras que foram designadas para a instalação de indústrias, não foram questionados em nenhum momento sobre as implicações que isso ocasionaria em suas vidas. “Um dia normal eu acordei e pronto, tinha gente no rádio dizendo que ia perder a casa porque tava vindo um monte de fábrica”. Isso implicou em uma série de dificuldades para sua família, ela disse que seu tio que já estava com 82 anos não aguentou de tamanha tristeza e morreu de desgosto.

Longe de parecer exagero de Daniella, a maneira como os haitianos descreviam o significado da terra em suas vidas, principalmente os mais velhos, era identificado como um processo histórico intrínseco. Desde a independência do Haiti, quando a luta pela terra e a agricultura de subsistência tornaram-se realidade, havia o costume dos haitianos vivenciarem a terra não apenas como propriedade, mas compreendiam aquele espaço como pertencimento não apenas de si, mas de seus antepassados que ali também viveram. Por isso, tirar-lhes a terra, era sinônimo de apagar suas próprias histórias.

⁸ RÉPUBLIQUE D’HAÏTI, Gouvernement. **Plan d’action pour le relèvement et le développement national d’Haïti**. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/haiti_pardh_mars2010.pdf Acesso em: 15 abr. 2020.

As zonas francas ficaram em pontos estratégicos, normalmente próximas de rios, visto que, “pra nós falta água né? Já pra eles...”; identificou Daniella, expondo as contradições, visto que, se por um lado o discurso das indústrias era o de que trariam maiores oportunidades de trabalho para a sociedade haitiana, por outro lado, na prática, retiravam-lhes o pouco que possuíam.

A área industrial que comentou Daniella, também mencionada por Mike, é a da Codevi que está localizada próxima ao aeroporto e à fronteira do Haiti com a República Dominicana. Há autores que destacaram que até o término de suas pesquisas, em 2014, as famílias que foram expropriadas ainda não haviam recebido os lotes de terra que o governo havia prometido (CALEGARI, 2014; SEGUY, 2014).

Detalhar sobre o complexo industrial da Codevi permite compreender melhor a desigualdade social do Haiti que foi fortalecida pelos grupos multinacionais. No site da empresa⁹, há detalhes de sua história, afirma-se que foi criada, em 2003, por um grupo denominado “M” na República Dominicana. O diretor do grupo é Fernando Aníbal Capellán que define os objetivos da empresa como: “a principal atividade do Grupo M é a fabricação de têxteis; contribuir de forma significativa por meio de treinamento, atrair empresas relacionadas e fazer investimentos estratégicos, buscando aumentar as exportações líquidas e criar um sistema de cadeia de suprimentos local”¹⁰.

A narrativa de Mike identificou outros aspectos que não transpareceram na mensagem acima e nem no site da empresa.

Eu sofria né? Eu trabalhava lá sem descanso. Comecei com dezesseis pra dezessete anos e não tinha nada do que tinham prometido que ia ter. Não tinha médico, não davam comida, nada era falado em haitiano. Quando vinha as instruções, era tudo em inglês, aí um haitiano tinha que traduzir. É como se estivesse no Haiti, mas não fosse de lá entendeu? E pra piorar, eles davam os melhores cargos para os dominicanos, mesmo sendo no meu país, eu tinha que obedecer um dominicano! (MIKE, 2018)

Em consonância com a narrativa de Mike, o site da empresa é escrito em inglês, podendo no máximo ser traduzido para o francês. Por mais que possa parecer algo simples, para ele, foi notório o fato de que até nos murais da empresa não havia escritos em *kreyòl*. Segundo Mike, era mais do que não se sentir pertencente àquele espaço, era também sentir que aquele local não

⁹ CODEVI. **Service**. Disponível em: <http://www.grupom.com.do/codevi.php#service> Acesso em: 23 abr. 2019.

¹⁰ CODEVI. **History**. Disponível em: <http://www.grupom.com.do/history.php> Acesso em: 23 abr. 2019.

pertencia ao Haiti. Semelhante à concepção destacada pelo entrevistado, Fanon escreveu que “a linguagem diferente daquela da coletividade em que nasceu, representa um deslocamento, uma clivagem” (2008, p. 40), elencando que, nas Antilhas, por exemplo, que haviam sido colonizadas pela França, a luta pelo *kreyòl* como linguagem característica da população afro-caribenha relacionava-se com aspectos políticos, econômicos e sociais. Deste modo, a língua estava imbricada ao significado de luta pela defesa de seus costumes.

Conforme a imagem abaixo, a Codevi foi instalada no Haiti, mas permitia que, de modo prático, quem morasse na República Dominicana conseguisse acessá-la para trabalhar. O questionamento de Mike baseou-se nisso. A indústria instalou-se na fronteira do Haiti com aquele país, ou seja, teoricamente pertencia àquele espaço porque economicamente era viável, pois, tratava-se de uma zona franca, apropriava-se das leis haitianas, mas favorecia também à República Dominicana, e isso foi entendido por Mike como uma falta de respeito aos trabalhadores haitianos. Afinal, como mencionou Daniella, muitas famílias perderam suas casas acreditando que haveria trabalho para os haitianos.

Figura 1: Mapa da Codevi



Fonte: Site da CODEVI¹¹

A dificuldade na relação entre dominicanos e haitianos tomou proporções avassaladoras, como no caso do ex-presidente dominicano Rafael Trujillo que, em 1937, mandou perseguir e

¹¹CODEVI. **History**. Disponível em: <http://www.grupom.com.do/history.php> Acesso em: 23 abr. 2019.

matar os imigrantes haitianos que viviam na República Dominicana. Segundo Handerson Joseph (2017):

O primeiro grande fluxo de (e)migração de haitianos para o exterior constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-1934) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. Como desde o final do século XIX e o início do século XX, o crescimento das indústrias americanas de cana-de-açúcar no Caribe, particularmente em Cuba e na República Dominicana produzira uma escassez de mão de obra para trabalhar nas plantações de ambos os países, essa lacuna fora preenchida, em grande medida, pelos camponeses haitianos. (JOSEPH, 2017, p. 9)

Tal processo reforçou a caracterização do povo haitiano como inferior, pois dependiam do trabalho fornecido pelos dominicanos. Além disso, ampliou o imaginário popular de que o povo vizinho imigrava para trabalhar na República Dominicana, roubando as vagas de quem lá vivia. “É aquilo né, eu sou haitiano, se vou pra República Dominicana posso ser preso. Eles não! Eles vem trabalhar no nosso lugar!”, mencionou Mike, demonstrando que entendia a presença dos dominicanos como uma afronta, já que ocupavam cargos melhores, os quais, para ele, deveriam ser dos haitianos.

No entanto, não se tratava apenas disso. Coggiola (2010) acentuou que um trabalhador haitiano custava menos do que um trabalhador chinês na linha de produção. Além disso, Mike salientou “porque falar a verdade, é ruim, mas é digno, né?”, destacando que, além do ofício ser extenuante, era escasso entre os trabalhadores aqueles que conseguiam ter contrato de trabalho e a garantia de um salário fixo todos os meses. Portanto, a disputa por um emprego, na Codevi, era constante.

Neste sentido, a dignidade mencionada tratava-se do fato de que, mediante as calamidades no Haiti, um membro da família que conseguisse trabalhar em uma indústria, ainda que fosse na linha de produção, era a esperança de que não morreriam de fome ou “imagina que podia me mudar pra outro país, né? Podia até ser para a República Dominicana”, salientou Mike, que compreendia o ofício na indústria como um caminho para novas oportunidades. Ele tinha a expectativa de que, se demonstrasse dedicação no trabalho, na Codevi, seria valorizado e mudaria da linha de produção para um cargo administrativo. Assim, Mike vislumbrava que conseguiria juntar dinheiro suficiente para imigrar para os Estados Unidos. Portanto, a dignidade a qual ele se referia, era sobretudo acerca do que imaginava que o trabalho poderia fornecer, que era uma realidade distinta e contraditória do que vivenciava na prática.

Quando se acessa o site da indústria Codevi, há um *link* denominado “Villa Codevi” que, embora esteja localizada na República Dominicana, é perceptível aos olhos dos trabalhadores fabris no Haiti. As imagens deste hotel de luxo são divulgadas no site, além de destacar que este local recebe funcionários internacionais e jovens pesquisadores norte-americanos que realizam projetos com a população haitiana sob a supervisão da empresa, tal lugar foi definido por Mike como “o paraíso!” Ao mesmo tempo em que distinguiu que “não é pra mim, né? Nenhum haitiano vive lá!”, demonstrando que, se por um instante pensou que o esforço individual poderia permitir que ocupasse um quarto na “Villa Codevi”, logo lembrava que a realidade coletiva era a de que aquele espaço não era para trabalhadores haitianos.

Não se tratava de um lugar escondido para que os trabalhadores não percebessem a distância da realidade entre a linha de produção e o espaço fabril daquele palacete. Pelo contrário, assim como Mike, outros haitianos poderiam observar o lugar e, se por um momento, era possível sonhar em frequentá-lo, em seguida, entendiam que “lá é de quem manda, aqui, quem obedece” mencionou Mike, que se lembrou de ter realizado este comentário com alguns de seus amigos que também trabalhavam na Codevi.

Outro aspecto a se destacar é que, assim como Mike mencionara sobre os postos de trabalho na linha de produção para os haitianos e os cargos melhores para os dominicanos, as próprias fotografias divulgadas pela empresa no site difundiam essa ideia. No item “*services*” há um subitem denominado “*process*” e a única foto em que aparecia a população haitiana era a que destacava a linha de produção onde milhares de trabalhadores negros vestidos de amarelo estão costurando. As demais fotografias apresentadas evidenciavam processos com a utilização de máquinas sofisticadas, como por exemplo, laboratórios químicos, em nenhum destes espaços havia trabalhadores haitianos em destaque.

Ao se realizar discursos, como o do documento “Plano de ação para recuperação e desenvolvimento nacional do Haiti” (2010), justificando que não havia outra maneira de auxiliar os haitianos que não fosse por meio do desenvolvimento econômico criando postos de trabalho, escondia-se a realidade dos fatos de que essas indústrias se interessavam pela mão de obra barata haitiana e não em lhes possibilitar uma vida melhor. Mike, por exemplo, exerceu a função de operário na indústria e, assim como outros haitianos que não trabalharam na Codevi, decidiu que, para melhorar a condição de vida de sua família, era necessário imigrar.

O interesse pela mão de obra haitiana se destacou porque além de ser miseravelmente desvalorizada, como salientou Coggiola (2010), apresentava uma tradição de qualidade nas indústrias têxteis. No site da Codevi é possível ler as seguintes informações:

Nossos principais produtos são jeans e calça casual, camisetas estampadas e camisetas polos, roupas esportivas e roupas íntimas. Estes produtos são exportados para os nossos clientes principalmente nos Estados Unidos através do transporte marítimo em tempo recorde, dada a nossa localização geográfica estratégica.¹²

Essa empresa não atua somente na fabricação de um objeto específico, há marcas famosas como a *Levi's* cujas camisetas são costuradas pelas mãos haitianas. “Meu salário não era suficiente pra pagar nenhuma das roupas que eu costurei”, lembrou Mike. Ele relatou ter trabalhado até 2014 nesta empresa afirmando que recebia 900 gourdes haitianos por semana, com uma simulação feita sob o valor do gourde haitiano, em 2019, em relação ao real, seria o equivalente a afirmar que Mike recebia cerca de R\$42,00 por semana. Totalizando, o salário de Mike seria de R\$168,00 mensais. As camisetas da *Levi's* (conforme as expostas no site da Codevi) custam, no Brasil, cerca de R\$79,00 a R\$200,00, ou seja, a fala de Mike evidenciou uma questão clássica da experiência dos operários de indústria em que a vantagem comparativa tratava-se do descaso com a força produtiva de seu trabalho.

Mike destacou que, quando conseguiu o trabalho, “foi uma alegria, né? porque o meu salário ia ajudar nas despesas de casa. Meu pai já é velho, então não conseguia sustentar todo mundo”. Por meio da entrevista de Mike foi possível compreender que, além do salário ser atrativo, pois parte da população vivia com menos do que era pago nas indústrias, era significativo, para os próprios haitianos, ter um contrato de trabalho, pois lhe permitia uma experiência reconhecida.

A geração do pai de Mike trabalhava no campo e, mesmo sem possuir condições melhores, construiu um legado no trabalho rural, por isso Mike contou que o trabalho industrial representava o respeito entre os demais haitianos, ou seja, não precisava mais fazer “qualquer coisa para viver”. A partir de então, ele tinha um ofício.

A Codevi não era a única indústria multinacional no Haiti. Houve outros projetos de implantação de indústrias nas zonas francas, como o caso do Parque Industrial de Caracol, conhecido como PIC que fica cerca 30 km de Cabo Haitiano. Ao pesquisar sobre essas

¹² CODEVI. **History**. Disponível em: <http://www.grupom.com.do/history.php> Acesso em: 23 abr. 2019.

informações, encontrei que, em 2015, o governo haitiano divulgou um relatório em que afirmava que, até meados de 2016, o PIC deveria estar pronto. Até o momento da publicação deste relatório, já haviam sido gastos 175 milhões de dólares¹³. E até o ano de 2019 ainda não havia sido realizada a concretização do aumento do espaço. As zonas francas mudaram a estrutura das cidades onde se instalaram e, por isso, foi necessária uma lei complementar que criasse mecanismos ainda melhores com o intuito de facilitar a invasão do Haiti, após o terremoto de 2010, por países como os Estados Unidos.

Inicialmente surgiu como Lei Hope¹⁴ (Oportunidade hemisférica haitiana por meio do incentivo à parceria), em 2006, quando o economista Paul Collier foi enviado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o Haiti com o objetivo de estabelecer estudos e novas propostas para que os Estados Unidos e demais países interessados pudessem “auxiliar” na economia haitiana. Este documento com mais de trezentas páginas procurava legitimar as zonas francas, de modo que não apresentasse dúvidas sobre o contexto da economia haitiana: a privatização era apontada como o único caminho possível.

Em contraponto aos argumentos de Collier, por meio da sugestão de Mike, encontrei um site de um grupo de trabalhadores, que se reuniram para formar um sindicato autônomo no Haiti, que se identificavam como “todos trabalham no Haiti na construção de um movimento sindical autônomo, combativo e democrático e organizam também operários, trabalhadores, desempregados e toda a gente das massas populares para a defesa de seus direitos”¹⁵, denominados “*Batayouvriye*”, em português “Trabalhadores de combate”. Além disso, esse grupo foi mencionado, no trabalho de Calegari (2014), como uma das organizações combativas que assumia a comissão de frente contra as atrocidades que aconteciam nas zonas francas.

Segue o texto disponível, no site do sindicato, sobre a Lei Hope:

Como podemos constatar lei “HOPE” é um resultado. Um resultado histórico da destruição do país desde Duvalier, passando pelos distintos governos que o sucederam até Aristide, que ratificou o processo de desmantelamento nacional ao sinalizar em Monterrey a favor do estabelecimento de 18 zonas francas e inaugurar a primeira construção, de maneira sigilosa, no ano de 2002. A Lei “HOPE” é o resultado do desmantelamento histórico nacional, e ao mesmo tempo, e o resultado do empobrecimento e desvalorização constante do valor real da mão de obra (não só ao pagar um salário de miséria; não só ao reprimir

¹³ SONAPI. **Parc Industriel de Caracol (PIC)**. Disponível em: http://www.ute.gouv.ht/bm/documents/Q2_PIC_2016_Report_Approved_for_Distribution.pdf Acesso em: 23 abr. 2019.

¹⁴ Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement.

¹⁵ BATAYOUVRIYE. **Boletín Político Série II**. Disponível em: <http://www.batayouvriye.org/Espanol/quien.html>. Acesso em: 11 maio 2019.

permanentemente para impedir que os trabalhadores se organizem para defender seus direitos e lutar para o aumento de seus salários; mas também ao permitir a generalização da miséria que acompanha o aumento de preços, visto que o Estado não diz nada a respeito, e a “gourde” [moeda haitiana] segue desvalorizando-se cada vez mais para que o salário calculado em dólares valha menos “gourdes”). Esta macabra história, então, passou por diversas etapas antes que os imperialistas e os burgueses, junto com seu Estado reacionário, chegassem a pensar que podem sair adiante e aplicar uma lei capaz de permitir-lhes obter enormes benefícios explorando esta mão de obra tão barata, no marco das “vantagens comparativas” (BOLETÍN POLÍTICO SERIE II, N°2, Junho de 2007)¹⁶

A informação acima foi escrita em 2007, um ano após a elaboração da Lei Hope que legalizou a instalação das zonas francas. Pesquisei no site do sindicato, em 2019, e encontrei várias informações acerca do que acontecia politicamente no Haiti. Além disso, distribuíam folders e cartazes, diariamente, na saída das indústrias propondo a discussão com os trabalhadores haitianos sobre a realidade do espaço fabril e suas contradições.

A organização foi mencionada na narrativa de Mike: “foi a minha primeira experiência de política. Aí quando vim pra Cascavel, pensei que os haitianos se unindo podiam organizar um sindicato aqui. Conversei com outro amigo e vi que já tinha uma associação”. Nas narrativas dos trabalhadores haitianos, desde os mais jovens até os mais velhos, foi comum constatarem uma análise política de âmbito geral sobre o país, destacando como isso afetava suas vidas. Quando Mike narrou que encontrou este grupo de trabalhadores vinculados ao sindicato, na porta da fábrica, disse que “nós parávamos e ouvíamos eles. Eles estavam lá pela gente, do nosso lado. Tínhamos respeito”.

Além das informações dos folders, trabalhadores como Lucia, puderam sentir na pele o que de fato significava a presença das indústrias nas zonas francas do Haiti que foram detalhadas pelo sindicato. Quando a entrevistei, em 2017, ela tinha 28 anos, contou-me sua experiência na linha de produção da Coopavel, salientando que já havia trabalhado na zona franca no Haiti. Imigrou com sua mãe e dois de seus irmãos. Lucia narrou que seu principal sonho era o de “reunir toda a família de novo, igual a gente fazia nas festas no Haiti”.

Sobre a experiência de trabalho no Haiti, destacou que:

Eu também trabalhei em fábrica lá no Haiti. (...) Ah, porque lá eu trabalhava, trabalhava e não tinha como dizer que eu trabalhava pouco porque nem via o

¹⁶ BATAYOUVRIYE. *Boletín Político Série II*. Disponível em: <http://www.batayouvriye.org/Espanol/posiciones/hope.html>. Acesso em: 11 maio 2019.

sol, não parava nem pra beber água. Eu pensava assim... se eu trabalhar muito, vou ganhar mais. Mas só ganhava menos (risos). Eu fiquei muitos dias na fila esperando pra ser chamada na fábrica. Quer dizer, acho que fiquei foi meses! Foi tanto tempo, caminhando e indo em todas as fábricas pra ver se chamavam eu. (...) Era fábrica de roupa. Minhas amigas não conseguiram trabalho, só eu entrei porque eu já tinha estudado e porque minha mãe era costureira e tinha me ensinado a costurar. Então eu já tinha como eles dizem... experiência! (LUCIA, 2017)

Nas narrativas de Lucia, Mike e outros haitianos entrevistados, o ofício fabril foi apresentado como um dos mais concorridos no Haiti, pois possibilitava um contrato de trabalho. Ainda que Lucia destacasse que recebia muito pouco e que não era suficiente para manter as despesas de sua casa, contou que continuou trabalhando porque havia a garantia de que receberia, afinal “a gente era em muitos, né? Íamos brigar e um dia eles iam ter que pagar!”. Além disso, destacou que, haveria o apoio do sindicato para ajudar os trabalhadores, caso ficassem sem receber, ou seja, novamente o sindicato ocupava um espaço importante nas memórias narradas acerca do trabalho no Haiti.

Seguy (2014) escreveu, em sua tese, sobre a concorrência entre os trabalhadores haitianos para conseguir uma vaga nas indústrias. Um dos elementos destacados pelo autor era o de que a experiência na área da qual concorriam a vaga fazia diferença para a contratação. Além disso, os que possuíam domínio do francês, do espanhol e do inglês tinham suas vagas garantidas.

Obviamente, esses aspectos não correspondiam à realidade da maioria dos trabalhadores que, além de não possuírem experiência na área industrial, não haviam frequentado a escola básica no Haiti. Tal fator dificultava para que aprendessem línguas estrangeiras. As considerações que Seguy (2014) apontou como diferenciais para se obter uma vaga na indústria possibilitou entender o porquê Lúcia narrou que se sentia privilegiada por ter conseguido o trabalho.

Lucia poderia ser considerada o tipo de trabalhadora “modelo” para essas fábricas. Possuía 22 anos, quando foi contratada, sabia ler e escrever e tinha aprendido o nível básico de inglês. Ao detalhar o porquê dentre suas cinco amigas que fizeram a entrevista ter sido a única que passou, destacou que conseguiu a vaga, pois já possuía experiência com costuras, visto que, desde criança, sua mãe solicitava sua ajuda para conseguir terminar as encomendas de roupas que fazia para a vizinhança. Ao questioná-la a respeito do trabalho de sua mãe, se ela teria trabalhado nas fábricas também, Lucia afirmou que “não, minha mãe eles não aceitaram”.

A mãe da entrevistada possuía o ofício da costura desde criança, quando ainda tinha 10 anos. Foi a avó de Lucia que ensinou sua mãe a costurar. Assim como a jovem, sua mãe tentou uma vaga na indústria, no entanto, por se tratar de uma senhora, não conseguiu a vaga. Ela contou que vários foram os questionamentos que fizeram para sua mãe durante a entrevista e que no final, “ela mesma sabia que não servia para o emprego”. Segundo a análise que Lucia fez, relacionando sua entrevista de trabalho com a de sua mãe, entendeu que a indústria buscava trabalhadores jovens que enfrentassem longas jornadas de trabalho e que, por isso, não podiam ter nenhum problema de saúde.

Lucia lembrou que “tinha dias que não via o sol”, demonstrando a lógica do capitalismo de que a exploração não era apenas sobre o tempo dedicado ao trabalho, mas refletia nas demais esferas sociais de sua vida, pois era o trabalho que organizava sua rotina. Ela acordava às 04h para que pudesse organizar o lar e deixar comida para seus irmãos, relatou que sua casa era pequena, mas abrigava seis pessoas, o que percebi ser comum, de acordo com as demais narrativas. Sua mãe, dona Anita, possuía um pouco mais de 60 anos e não conseguia fazer as tarefas domésticas porque havia mais de trinta anos que era costureira e o esforço diário deste trabalho fez com que sua visão fosse prejudicada. Além disso, a posição como ficava sentada para costurar fez com que desenvolvesse uma série de doenças.

Depois de organizar a casa, Lucia ia para uma fila que também afirmou ser comum, tratava-se da fila ao redor de um poço de água. “Eu acordava e já ia buscar água porque era quando tinha menos pessoas e daí não me atrasava para o trabalho”. Mesmo assim ficava cerca de 30 a 40 minutos esperando sua vez para encher um balde de água, o que seria provavelmente o único que a família usaria naquele dia. Depois de organizar seus compromissos com a casa, ela ia para o trabalho. Saía em torno das 05h30min para conseguir estar às 07h de frente para sua máquina de costura. “Na fábrica que eu trabalhava, entrava mais tarde, né? Tem outras que entra às 06h, pra mim era mais difícil porque tinha meus compromissos da casa”.

Apenas Lucia realizava as tarefas de casa, justamente por ser a única mulher da família que estava hábil para tal função. É importante destacar que, no Haiti, segundo os relatos das mulheres haitianas, têm-se uma concepção radicalizada sobre o que era tarefa de mulher e o que era tarefa de homem. Portanto, embora Lucia vivesse com mais seis pessoas, havia apenas duas mulheres na casa: ela e sua mãe que, conforme mencionei, já não possuía condições de realizar as tarefas da casa, ficando sob a responsabilidade da filha.

A entrevista relatou que chegava cansada em seu trabalho e que, na maioria dos dias, a fraqueza que sentia fazia com que acreditasse que fosse desmaiar. Quando recordou sobre o momento em que chegava para trabalhar, disse-me que “todo mundo chegava junto, muito barulho, muita conversa, muita raiva também, né? (risos), mais um dia difícil de trabalho demais e pouco gourdes”; Lucia buscou exemplificar a dinâmica fabril que organizou sua vida durante os últimos quatro anos em que viveu no Haiti: a exploração assídua de seu trabalho, a luta para permanecer com o vínculo na fábrica, pois era visível aos seus olhos como sobrevivia a maioria da população haitiana sem trabalho e em condições miseráveis.

Em síntese, Lucia sentia que “minha vida passava e parecia que eu não estava vivendo”. A maneira como ela se portava durante a entrevista foi diferente dos outros trabalhadores que entrevistei, embora fosse jovem, demonstrava um semblante cansado de quem havia passado por muitas experiências em pouco tempo de vida. As escolhas de Lucia eram principalmente morais em relação a ter que cuidar de sua família no lugar de sua mãe que estava debilitada pelas doenças derivadas dos anos em que foi costureira no Haiti. Ela sentia que carregava um fardo pesado em ter que ser a responsável por seus familiares, tanto no Haiti quanto no Brasil; durante a entrevista demonstrou sentir vontade de se livrar desta carga, mas aparentemente não conseguia considerar outras opções em que não se culpasse moralmente.

Ao lembrar sobre o espaço de dentro da fábrica, recordou que havia poucas informações escritas em *kreyòl*, mas se lembrava de placas traduzidas para o francês que informavam “é preciso lavar as mãos antes de pegar na costura”. Quando a questioneei se todos os trabalhadores lavavam as mãos, ela riu e disse que muitos mentiam que haviam lavado e costuravam com as mãos sujas, “era uma forma de protesto, né?”, a concepção de revolta representada por costurar com as mãos sujas apresentava um contraponto ao espaço disciplinador da fábrica e auxiliava na permanência de trabalhadores e trabalhadoras como Lucia, que percebiam nestes atos que a negação sobre as experiências fabris eram coletivas.

Ainda no mesmo contexto, Lucia narrou que, além das trabalhadoras que passavam o dia todo em frente às máquinas de costura, havia outra função que era considerada pelos próprios trabalhadores como “ainda pior” do que a linha de produção. Ela referia-se às trabalhadoras de serviços gerais das indústrias. Diferentemente da maioria dos bairros e casas no Haiti, o espaço da fábrica foi apresentado por Lucia e destacado no texto de Calegari (2014) como um lugar extremamente limpo. As senhoras que eram responsáveis por essa limpeza se

enquadravam em uma escala inferior de salário e dignidade do trabalho, segundo recordou a entrevistada:

Em um dos dias teve uma mulher que estava com muita vontade de ir no banheiro. Mas as chefes da produção dizia que a gente não podia sair até completar o tanto que elas tinham falado no início do dia. E essa mulher estava sentada na fileira de trás de mim, de repente ouvi uma gritaria e alguns risos. Ela fez xixi ali mesmo. E depois mesmo fazendo xixi não foi no banheiro, ficou ali molhada e a mulher que limpava a fábrica foi ao redor dela limpar. (risos) Foi uma mistura de dó e de nojo. (LUCIA, 2017).

A partir da narrativa acima, é possível afirmar que o maior causador de estranhamento, para Lucia, não era o fato de sua colega de trabalho urinar em frente à máquina de costura. De acordo com sua fala, pode-se considerar que era comum que isso acontecesse naquele espaço. A comoção apresentada se referia à responsável pela limpeza, que precisou limpar a urina de outra pessoa. Por isso, em uma escala de valores, trabalhar costurando na máquina era superior do que nos serviços gerais.

“Bom, eu cortava, transformava basicamente o pano em camiseta mesmo. Tinha marcas bem famosas, quando eu vim pra cá eu via as pessoas usando as marcas e era eu quem fazia as roupas”. Nesse trecho Lucia expôs com clareza a separação de sua força produtiva com o trabalho que executava. Este episódio não foi o único em que demonstrou consciência da exploração que sofria. O que lhe pareceu difícil explicar em palavras já que continuava trabalhando lá. “Eu precisava, né?”, mas ainda assim, quando disse isso não parecia justificar seus sentimentos.

Lucia expressou tristeza ao falar sobre o trabalho que exercia na fábrica, seu rosto refletia as dificuldades. A todo momento se expressava também com gestos. Ao dizer que a realidade vivida era “muito difícil”, ela distanciou suas mãos do corpo de forma a demonstrar a dificuldade enfrentada para que eu compreendesse a dimensão do que queria representar.

Hoje se eu voltasse lá, não tem jeito. Eu ia voltar pra fábrica, claro se eles me quiser né? (risos). Porque o que eu podia fazer né? Eu sei limpar bem a casa, mas tem pessoas que contrata a gente e depois nem paga o combinado porque diz que não foi limpo direito. (LUCIA, 2017)

A entrevistada vivenciou várias formas de exploração de trabalho. Mediante às péssimas oportunidades para escolher, a fábrica pareceu alcançar um sentido maior, afinal, não eram todos os haitianos que conseguiam trabalho nestes espaços.

Outro fator importante que foi destacado pelos trabalhadores e trabalhadoras, foram os bairros onde viviam que eram insalubres. Quando Lucia narrou sobre o local onde morava, lembrou-se que era “igual assim como os outros do Haiti”, referindo-se ao Cité Soleil que foi um dos bairros estudados por Calegari, destacando que “milhares de haitianos ali moram em condições de extrema pobreza, compartilhando seu ambiente com lixo, porcos e outros animais e muita lama, ao lado de um mar negro de sujeira” (2014, p. 25).

Lucia disse que era comum, no Haiti, devido à falta de organização sanitária as pessoas “viverem no meio dos bichos”. Em consequência disso, havia a proliferação de doenças que, muitas vezes, resultavam em morte. Por isso, ela se lembrava nitidamente da vigilância na fábrica acerca da higiene. Ela destacou que viveu no bairro Cité Soleil desde o seu nascimento, porém me contou que havia outros bairros que também eram “famosos”, como o “Gaia”, sobre o qual, trabalhadores próximos no momento da entrevista, comentavam “vixi”, “credo”, “esse é dos bons”, além de se expressarem por meio de risos. Lucia narrou que,

Os bairros dos meus amigos eram bem parecidos com o que eu vivia. Por isso o pessoal tira sarro, mas em Porto Príncipe é normal. Tinha muita areia, terra, sujeira. Tinha casas que nem tinham porta. Ah, o mais importante! Luz a gente só tinha a do sol (risos) a vontade que eu tenho é de dormir com a luz todo dia no meu rosto de tão alegre. (LUCIA, 2017)

Quando ela contou sobre essa “luz”, que se tratava da energia elétrica, comparei ao relatado por outros entrevistados de que esse fator ocasionou grande mudança em suas vidas. A narrativa de Daniella, por exemplo, evidenciou aspectos semelhantes aos descritos por Lucia, quando relatou que “depois de sessenta anos da minha vida eu tenho, olha aqui (nesse momento a entrevistada desligava e ligava o interruptor), energia!” Esse fato foi importante para pensar acerca das reflexões que os trabalhadores haitianos realizaram entre o passado e sua vida no presente.

Seguy (2014) e Calegari (2014) apresentaram em seus trabalhos referências às péssimas condições de energia elétrica no Haiti. O primeiro autor esclareceu que esta questão perpassava a desigualdade social, ou seja, mesmo aqueles que poderiam ser considerados ricos, no Haiti, não possuíam energia e água todos os dias.

A energia elétrica era fornecida em bairros, como o de Lucia, apenas três vezes na semana das 18h até às 23h. Essa realidade foi apresentada, no trabalho de Seguy (2014), como comum no Haiti, principalmente nos bairros da classe trabalhadora. Tal fator fazia com que as

crianças que frequentavam as escolas tivessem que se reunir debaixo de postes de luz para conseguir responder as atividades escolares.

Por fim, a escolha em iniciar este item com a trajetória de Wladimy foi devido ao fato de que, embora ele não trabalhasse mais como professor, esse era o seu ofício. Entender a complexidade de sua narrativa, levando em consideração suas angústias e sofrimentos em relação ao seu direito de exercer a profissão, pareceu-me instigante para exemplificar que não se tratavam de condições precárias apenas aos demais trabalhos, como os da linha de produção nas indústrias.

Mencionar o conflito existente entre as gerações que possuíam um ofício e as que procuravam “qualquer coisa” para sobreviver, também se fez necessário, pois além de serem constantemente mencionados nas narrativas de Mike, Wladimy e Marcelin, acompanharam a dinâmica do processo histórico. Não se trata de afirmar que são acomodados, mas sim de entender o estranhamento mencionado por Marx (2013) em que o trabalho já não ocupava mais um sentido para a vida. O que o tornava ainda mais angustiante, afinal, como apontaram os entrevistados, o “viver para trabalhar” fazia com que a própria condição de existência fosse motivo de questionamento.

Em síntese, a emigração/imigração surgiu na vida destes trabalhadores em um contexto em que buscavam melhores condições para suas vidas, no horizonte de suas perspectivas acreditavam que por meio do salário que receberiam, no país de imigração, seria possível mudar nem que fosse minimamente a história de suas famílias.

1.3 EDUCAÇÃO

Durante as narrativas, além da temática do trabalho, a educação apareceu em destaque. Todos os trabalhadores e trabalhadoras que entrevistei disseram saber ler e escrever. Alguns frequentaram por menos tempo a educação escolar, mas tiveram outras experiências com vizinhos, amigos e parentes, que lhes ensinaram o básico.

Além da educação formal, o que foi destacado, na maioria das entrevistas, condizia com as experiências educacionais, no Haiti, em espaços informais. Os trabalhadores haitianos, que narraram que estavam participando de aulas nas escolas públicas de Cascavel, afirmavam que

sabiam ler e escrever, mas não porque tinham frequentado o ambiente escolar no Haiti. Conforme afirmou Stephania, “Eu precisava saber ler e escrever para imigrar. Como ia conseguir um trabalho sem saber escrever nem meu nome?” Desta forma, assim como os outros trabalhadores, não frequentou a escola e foi alfabetizada em casa por sua irmã. Por isso, iniciarei apontando aspectos da educação informal, pois foi a realidade narrada por muitos haitianos.

“Antes não dava pra pensar em estudar, agora dá!”, Stephania tinha 24 anos quando a entrevistei, em 2017, e estava trabalhando na linha de produção da Mascarelo em Cascavel. A frase acima releva uma comparação entre a experiência de sua mãe analfabeta e a sua vivência, que mesmo sob embates, conseguiu aprender a ler e a escrever. No entanto, conforme Stephania narrava sua história, tornava-se perceptível a contradição de sua afirmação.

A trabalhadora relembrou que, desde os 8 anos de idade, auxiliava sua mãe e sua irmã fazendo comida para vender aos trabalhadores haitianos. Stephania contou que anos após anos, a vontade de estudar permanecia e era fortificada pela ideia de que sua oportunidade chegaria logo. Quando a entrevistei, ainda lembrava de seus sonhos de criança:

Eu queria, na verdade ... sabe, era um sonho! Desde os oito anos que eu trabalhava eu pensava “vou juntar umas moedas, ano que vem vai dar pra comprar o material e ir pra escola”. Mas aí, no outro ano eu tinha que trabalhar mais e mais, nunca dava, sabe? (STEPHANIA, 2017)

E assim seguia sua vida, todos os anos acreditava que poderia ser diferente, que, em algum momento, conseguiria dinheiro para comprar o material escolar. É importante pontuar esse fato porque foi ela que escolheu mencionar sobre a vontade em ir à escola, de modo que essa lembrança ainda ocupava um espaço importante em sua memória afetiva.

Embora Stephania tivesse apenas 8 anos, já estava envolvida nas relações sociais de trabalho. Conforme narrou que sua oportunidade de estudar nunca chegava, em sua memória de quando era criança, expressou que as consequências do trabalho eram permanentes na experiência de sua família e, conseqüentemente, de sua vida.

Segundo a entrevistada, aos 15 anos já tinha um “trabalho sério”, o que significava ter horários para cumprir. Acordava às 05h e ia com sua mãe para a zona franca de Codevi, mas o trabalho desempenhava uma função maior em sua vida desde o dia anterior. Quando Stephania e sua mãe chegavam em casa, aproximadamente às 19h, começavam a preparar os alimentos que, no outro dia, levariam para a feira onde montavam uma barraquinha. Era comum que, aos

finais de semana, se dedicassem à criação de frangos e os deixassem preparados para que, durante a semana, tivessem encaminhado parte do serviço. Porém, havia a organização dos demais alimentos, que para adiantar o trabalho, os cozinhavam à noite. Quando acordava, depois de sua mãe requentar as comidas, Stephania ficava encarregada de organizá-las.

Naquele ano eu achei que eu ia estudar! Eu tinha certeza que ia conseguir, né? Porque já estava trabalhando sério, já era maior e podia ir sozinha pra escola, mas aí, o meu pai morreu. Ele ficou muito doente, a gente não sabia o que fazer. Todo nosso dinheiro era pra tentar não deixar a família morrer de fome ... e eu não estudei. (STEPHANIA, 2017)

Conforme a narrativa acima, Stephania precisou realizar uma escolha moral, ainda que se sentisse no direito de estudar, pois havia dedicado tempo e trabalho para que isso se efetivasse, em contrapartida, sua família estava passando por dificuldades financeiras que se intensificaram com a perda de seu pai. Desta forma, novamente a escola, que era uma escolha individual, ficaria para outro momento e isso a entristecia profundamente; já que via no trabalho uma forma de alcançar seus objetivos, porém cada dia mais compreendia que não bastava conseguir juntar o dinheiro para frequentar o ambiente educacional, pois haveriam outras escolhas que organizariam sua trajetória e o trabalho era justamente o que distanciava seu sonho.

Ao contar sobre sua vida, Stephania fazia referência às idades em que lembrava de seu anseio por estudar. Sua história não se separava de tantas outras histórias de crianças que nunca foram à escola no Haiti. Por isso, tornou-se prática comum crianças e adolescentes se reunirem em casas (após o terremoto até mesmo entre os destroços)¹⁷ e serem guiados por um haitiano mais velho que prestava o trabalho voluntário de professor ou em, alguns casos, recebia auxílio dos alunos, como alimentação, roupas e outros artigos.

Stephania contou que era alfabetizada porque, aos finais de semana, sua irmã mais velha, Natasha, reunia as crianças que moravam próximas de sua família e dava-lhes aulas “para que a gente não fosse bobo, né? Pelo menos saber ler e escrever nosso nome e saber fazer umas continhas básicas”. Afinal, essas habilidades eram fundamentais para a execução das tarefas

¹⁷ Segundo fala de professores haitianos no documentário “Dignité: the human right for education in Haiti”, 1.340 escolas foram completamente destruídas com o terremoto de 2010 e cerca de três mil escolas ficaram gravemente danificadas. Juntamente com esta afirmativa, 3.900 estudantes morreram e 13 mil ficaram feridos, contando com 40 professores universitários. Disponível em: <https://www.right-to-education.org/resource/dignit-human-right-education-haiti> Acesso em: 02 de fev. 2018.

diárias que realizavam para ajudar suas famílias. A entrevistada, por exemplo, precisava anotar o nome dos trabalhadores que compravam fiado as marmitas de sua mãe.

Embora ainda exista um alto índice de analfabetos¹⁸, os jovens haitianos, como Stephania, buscavam mecanismos para aprender ao menos ler e escrever, imaginando que as possibilidades de trabalho seriam melhores. Cada trabalhador possui uma história, embora possuam semelhanças há também distinções. No caso de Stephania e das demais mulheres que entrevistei, até mesmo sua irmã Natasha que foi quem a alfabetizou, foram semelhantes os aspectos no que diz respeito à educação. Não iam à escola, este espaço era dedicado apenas para um filho, normalmente o homem mais velho. Por isso, houve diferenças entre as trajetórias narradas pelas trabalhadoras e as narrativas destacadas pelos trabalhadores em relação a diversos pontos, entre eles a educação.

Além disso, entrevistei Wladimyr que apresentou uma visão diferenciada sobre os problemas da educação, pois se tratava do olhar de um professor. Independentemente do trabalho em escolas públicas ou privadas, de especialista ou não, o salário docente, para ele, refletia uma educação deficitária. Por isso, foi compreensível a falta de perspectivas em relação à educação até mesmo para os professores.

Wladimyr mencionou, durante a entrevista, que sentia falta de ser professor porque havia se preparado durante anos para executar tal função e concluiu que “a gente educa por amor também, mas e a nossa família fica como? Eu ficava mais de três meses sem receber, ia pra escola igual, meus alunos mereciam estudar. Mas, tinha vezes que ia sem comer e permanecia lá, passando fome”. Tal comparação aconteceu porque o trabalho no frigorífico, ainda que precário, possibilitava-lhe sobreviver e enviar dinheiro para sua família, em contrapartida, quando era professor, no Haiti, seus pais precisavam mantê-lo.

Ele trabalhava como professor em uma escola pública, no Haiti, também denominada de liceu. Segundo Joint (2008), 80% de quem frequentava as escolas públicas eram crianças e adolescentes dos bairros pobres. As famílias que possuíam salários fixos preferiam matricular seus filhos em escolas privadas porque apresentavam uma educação de melhor qualidade. As escolas públicas eram estruturadas em grandes prédios, mas havia péssimo controle e investimento do Estado fazendo com que tivessem “as salas lotadas. Chega a se ter oitenta

¹⁸ Estima-se, segundo site da Unicef, que cerca de 54% da população haitiana é analfabeta.

alunos, sentado um no colo do outro, falta lanche para aluno e para professor”, conforme relato do entrevistado.

Durante a narrativa, Wladimyr não exaltava as condições de trabalho no frigorífico como melhores, mas comparando com suas experiências passadas de professor no Haiti concluiu que “é isso, ambos são tão ruins como. Mas aqui pelo menos não é a minha área, isso dá um certo alívio em saber que talvez se fosse professor, se conseguir ser professor aqui um dia, seja diferente!”. Contou que, por vezes, sentia-se mal em não ir trabalhar no Haiti porque pensava no esforço que seus alunos faziam para estar na escola, mas, por outro lado, pensava em sua família, na necessidade de procurar outro trabalho e ajudar no sustento de casa. Essa foi uma das principais dificuldades da educação no Haiti apontada por Wladimyr, o problema era social, mas em vários momentos parecia individual. Ele se entendia “privilegiado” por ter estudado e se sentia na obrigação de lecionar mesmo quando não recebia seu salário, ou seja, recaía sobre os professores lidar com o trabalho não como um ofício do qual haviam se dedicado anos para se especializar.

Wladimyr não era o único professor que permaneceria dando aula, pois a maioria das famílias haitianas que mandavam seus filhos e filhas para a escola faziam um esforço coletivo, às vezes, abdicando de uma refeição durante o dia para que as crianças estudassem, conforme salientou o entrevistado. Por fim, o papel do educador era de um intelectual engajado, desvalorizado e que não conseguia sobreviver de seu próprio salário.

Segundo Joint (2008), o salário dos professores das escolas públicas haitianas, no período de sua pesquisa, equivalia a meio dólar americano. Em 2008, época em que Wladimyr lecionava no Haiti, o dólar equivalia a R\$1,77. “É pouco, né? Mas se você pensar que toda a minha família junta recebia quase que isso por dia, dava um ânimo ser professor, né?”. Infelizmente esse dinheiro já tinha destino certo. Nas escolas, não havia material escolar, então, ele utilizava parte de seu salário para comprar materiais didáticos ou adequá-los. Além disso, morava distante da cidade, por isso precisava arcar com as despesas de mobilidade e alimentação. Praticamente, pagava para trabalhar.

Segundo Bouzi (2015), no Haiti, a falta de investimento na educação era visível, havia um projeto excludente que favorecia apenas a classe dominante. No entanto, foram criados alguns planos de educação os quais visavam aumentar a presença de crianças de famílias pobres nas escolas. Em consequência disso, o ensino primário tornou-se obrigatório, o que foi

estabelecido pela Constituição haitiana de 1987¹⁹. Entretanto, quando Bouzi (2015) realizou sua pesquisa, ainda havia um milhão de crianças que não frequentavam as escolas por diversos motivos, entre os que se destacavam: as escolas eram afastadas de suas casas, o alto custo da mensalidade e dos materiais didáticos, entre demais realidades enfrentadas como o trabalho, por exemplo.

Prosper et.al. (2016) destacaram que viviam, aproximadamente, dez milhões de pessoas no Haiti, das quais cerca de um milhão eram crianças sem nenhuma experiência escolar. Deste modo, foi elaborado um projeto de privatização que aumentou em mais de 80% o ensino privado, utilizando argumentos de que a responsabilidade das crianças não frequentarem as escolas era de seus familiares que não acreditavam na importância da educação. O que não correspondia à realidade, pois, mesmo que não conseguissem enviar seus filhos para as escolas, os familiares procuravam quem os pudesse alfabetizá-los, ainda que de maneira informal.

Ademais, o documentário “*Dignité: the human right for education in Haiti*”²⁰, produzido em 2010, apresentou algumas informações sobre perdas na área educacional devido ao terremoto deste mesmo ano. Segundo os dados, cerca de 3 mil escolas foram gravemente danificadas com a estimativa de que 3.900 estudantes morreram.

Além das escolas públicas, que como vimos são apontadas como o principal meio de ensino das classes populares, a partir da década de 1970, a igreja católica – que sempre foi predominante neste país – disponibilizou vagas em seus estabelecimentos de ensino para crianças de famílias pobres. Esse processo foi desencadeado após a intensa luta da população haitiana por escolas e, em contrapartida, por meio da fuga do Estado para não se comprometer com a criação de escolas públicas.

Mike estudou em uma escola católica:

¹⁹ O artigo 32, nas seções 32.1, 32.2 e 32.3 da Constituição de 1987 em vigor, estipula que: Artigo 32.1: “A educação é uma responsabilidade das autoridades estaduais e locais. Eles devem fazer educação gratuita para todos, garantindo o nível de formação e de ensino no setor público e privado. Artigo 32.2: A primeira responsabilidade das autoridades estaduais e municipais é a educação das massas, única capaz de permitir o desenvolvimento do país. O Estado deve incentivar e facilitar a iniciativa privada neste domínio. Artigo 33.2: A educação primária é obrigatória sob pena de ser determinado por lei. Salas de aula e material didático serão fornecidas gratuitamente pelo Estado à disposição dos alunos do ensino primário”. (Tradução de Velna Bouzi).

²⁰ O documentário foi produzido, em fevereiro de 2010, por Alysson Montrezol, professor da Universidade de Montes Claros (Unimontes-MG) juntamente com a produtora Phantom Films. Este professor é vinculado ao CLADE (Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação) projeto que está presente em quinze países da América Latina e do Caribe que visa discutir a promoção de direitos referentes à educação. Disponível em: <https://vimeo.com/136146813> Acesso em: 02 fev. 2018.

É uma realidade diferente, né? Eu me sentia assim, perdido (risos). Eu era burro mesmo! Aquelas crianças já eram pequenas e sabiam ler e escrever. Cantavam músicas em francês quando eu ainda mal sabia falar o *kreyòl*. (...) Eu consegui a vaga assim...minha mãe trabalhava na casa de uma dona que era muito rica e os filhos estavam saindo dessa escola pra ir pra uma mais chique ainda. Ela ia doar os uniformes deles pra quem quisesse. Minha mãe então teve uma ideia, como ela era religiosa, ela foi falar com o padre e pedir pra ele me colocar na escola. Quando ele pediu: “mas senhora, a senhora vai ter como comprar uniforme e os livros pra ele?” minha mãe sorriu assim, estufou o peito e disse: eu já tenho o material e o uniforme. (MIKE, 2018)

Quando conversamos sobre essa experiência, ao contrário do que se poderia imaginar, visto que, tratava-se de um privilégio que filhos de trabalhadores pudessem frequentar aquele ambiente de ensino, Mike não demonstrou nenhuma felicidade. Em tom de indignação, contou-me sobre as dificuldades não apenas em entrar naquele tipo de escola, mas também em lá permanecer. Ao narrar a intensa luta de sua mãe para que ele conseguisse uma vaga, deixou evidente que mesmo quando não queria ir à escola, quando não se identificava com os outros colegas, permaneceu frequentando para dar orgulho à sua mãe que tanto se esforçou para que ele pudesse estar naquele espaço.

Ao contrário do que as escolas católicas buscavam demonstrar, ou seja, de que se tratava de um ato de solidariedade acolher crianças pobres, a verdade era vivida de forma diferente por Mike que relatou não ter encontrado identificação nos estudos que eram fornecidos naquele lugar. Nos exemplos citados nas aulas de História e Geografia lembrou que “eles falavam dos Estados Unidos e da França, enquanto eu só queria saber de comer!” Ele compreendia que suas experiências na escola eram discrepantes em relação ao seu cotidiano.

“Eu tinha que trabalhar! Estudar de tarde não dava porque aí meu pai não tinha ajuda e lá no Haiti é muito comum crianças ajudarem bastante no sustento de toda a casa”, Mike teve o sonho de estudar interrompido porque precisou trabalhar. Porém, quando mencionou sobre o episódio que a escola católica ocupou em sua trajetória, relatou ter perdido o interesse em estudar porque, a partir da experiência em uma escola privada, passou a acreditar que a “educação era para os ricos”.

A narrativa de Mike demonstrou que mesmo em situações como a dele, de famílias que não tinha dinheiro para pagar a mensalidade e então conseguiam bolsas de estudos, a dificuldade em permanecer nas escolas católicas era exorbitante, visto que o material didático

e o uniforme eram responsabilidades dos familiares, que mesmo tendo os gastos diminuídos, ainda assim não conseguiam pagar.

Por meio da narrativa foi possível compreender que não era tão simples a inserção de alunos de famílias pobres nessas escolas, havia vários fatores exteriores que o impossibilitavam de prosseguir. “Eu estudava e trabalhava, mas aí de noite quase nunca conseguia fazer as tarefas. Não tinha luz, não conseguia tomar banho e como ia mexer nos cadernos com as mãos sujas? Aí, chegava na escola e me ameaçavam “olha menino, você vai perder a bolsa!” Mike me contou com tom de indignação a falta de capacidade de compreensão dos professores por não entenderem que não se tratava de não querer fazer as tarefas, mas de não haver possibilidades de realizá-las, em muitos casos.

Aos poucos o haitiano foi narrando como o espaço da escola deixou de se tornar uma conquista e passou a ser visto como um sacrifício. Ele lembrou que havia colegas de sua turma que o menosprezavam, o chacoteavam porque era bolsista e não conseguia ser inteligente como os outros, compravam lanches e passavam em sua frente para deixá-lo com vontade, entre outras situações. Mike mencionou: “eles nem eram tão ricos assim. Os ricos mesmo estão nas escolas internacionais!”

No topo da hierarquia das escolas haitianas estão as internacionais, conforme mencionou Mike. Segundo Joint (2008), essas escolas eram instaladas em cidades maiores, como: Porto Príncipe, Délmas e Pétionville. Essas escolas surgiram, durante a década de 1970, juntamente com a inserção de alunos mais pobres nas escolas católicas. Os pais de estudantes das escolas religiosas normalmente eram funcionários de alto escalão das Organizações não Governamentais (ONGs), em muitos casos, funcionários do governo haitiano ou banqueiros, ou seja, representantes da burguesia haitiana que havia se incomodado com a concessão de bolsas nas escolas católicas, pois viram seus filhos próximos dos filhos da classe trabalhadora e, então, passaram a exigir uma nova forma de educação que foi representada pelas escolas internacionais.

“Eu nunca cheguei nem perto de uma escola dessas, os professores são tudo de outro país, a escola é de outro mundo”, recordou Mike, lembrava-se de ouvir, em histórias de outros haitianos, que elas eram de “cores claras, alunos bonitos e até o cheiro diziam que é diferente” (risos). Joint (2008) escreveu que, nestes ambientes, a base estrutural assemelhava-se às escolas do Canadá e da França. Inclusive, algumas das avaliações periódicas da escola eram realizadas nestes países. Para inscrever seus filhos, os pais pagavam 5.000 gourdes (R\$290,40), sendo

4.000 gourdes (R\$232,33) de taxas anuais e a mensalidade custava cerca de 300 a 400 gourdes (R\$17,42 à R\$23,23); em comparação ao que Wladimy narrou, que recebia (quando recebia) cerca de meio dólar americano na escola pública, essas escolas pagavam 25 a 30 dólares haitianos por hora aos professores, o que daria cerca de três a quatro dólares americanos.

Segundo Wladimy, a realidade de um professor que trabalhava nas escolas internacionais não se diferenciava apenas no quesito salarial, havia também um status que possibilitava que estes profissionais fossem vistos como “alguém importante”, de modo que, para ele, “nem parecia que era professor como eu”. Além disso, Mike contou que os professores das escolas internacionais eram de outros países, ou até mesmo haitianos que haviam estudado em outros países e voltavam, o que era conhecido como a “diáspora que deu certo”, ou seja, pessoas que haviam conseguido imigrar e retornaram com uma condição de vida melhor, ainda que, como salientou o professor haitiano, fosse mais uma questão de status do que propriamente de valorização salarial.

Em contrapartida, no documentário já mencionado, foram destacadas as péssimas condições das escolas públicas. Em um dos relatos, um professor descreveu o espaço da “sala de aula”: um ônibus que foi depredado pelo terremoto de 2010 e que servia de escola para mais de vinte crianças que passavam mal de calor, de sede e de fome.

Além dos problemas referentes às estruturas físicas das escolas, Stephania contou que era comum, no Haiti, que os adultos que não tiveram oportunidade de estudar quando crianças, ao retornarem à escola, estudavam nas mesmas salas que as crianças que estavam sendo alfabetizadas. Por isso, ela lembrou que: “eu tinha sonho de estudar, mas depois tinha vergonha de um dia ir para a escola e ter que ficar com as crianças, parecia que era burra, né?”, identificando que havia uma complexidade moral acerca da educação, o que provavelmente fazia com que outros adultos que tinham condições de estudar, por sentirem-se semelhantes à Stephania, deixassem de frequentar a escola.

No ensino superior, também havia dificuldades que impossibilitavam que os trabalhadores e as trabalhadoras haitianas o frequentassem. O primeiro aspecto deficitário apresentado foi o de que existia apenas uma universidade pública, no Haiti, e todos os campi se localizavam em Porto Príncipe.

Quando Stephania mencionou que “queria saber ler e escrever para virar professora”, imaginei que estivesse se referindo a cursar a universidade. No entanto, conforme íamos

conversando, pude compreender que ela entendia o espaço da universidade, no Haiti, como inalcançável, já que não considerava, nem em seus sonhos, que pudesse frequentá-lo. A universidade estava longe de seus planos porque morava em outra cidade, distante do lugar onde ficava a instituição pública, o que dificultava, pois sua vida era direcionada ao trabalho e não ter um serviço significava deixar sua família em segundo plano, aspecto sobre o qual ela disse que não se sentia confortável em realizar, ainda que, em sua narrativa, pude perceber que havia arrependimento por ter colocado à frente de seus sonhos, durante anos, os projetos de vida de seus familiares. Além disso, não possuía o “*bacca lauréat*”²¹ o que a impossibilitava de poder frequentar o ensino superior.

Poucas foram as vezes em que Stephania mencionou a universidade em sua fala, quando isso aconteceu, salientou que: “eu só poderia estudar se não tivesse que pagar, aí teria que ser na universidade pública, né? Só que lá não era um lugar pra mim, era um lugar de gente rica, de gente que não trabalhava”; ela traduziu em sua fala a contradição do espaço público, que embora devesse ser ocupado pelos filhos de trabalhadores que não possuíam condições de pagar os estudos, era majoritariamente frequentado por “aqueles que estudavam nas escolas pagas, as católicas e internacionais”. No entanto, as dificuldades narradas pela haitiana, apesar de apresentarem especificidades, assemelhavam-se as universidades públicas brasileiras, onde é um desafio para a classe trabalhadora ter seus filhos frequentando este espaço.

Jean foi um dos trabalhadores que conseguiu conquistar um lugar na universidade pública no Haiti. Narrou que, antes de vir para o Brasil, já havia iniciado o curso superior. A primeira vez que tive contato com um grupo de haitianos foi em maio de 2016, quando participei da primeira reunião da criação da associação dos trabalhadores haitianos em Cascavel. Havia entre eles um trabalhador específico que chamava atenção, pois conduzia a reunião em *kreyòl* e português para que todos compreendessem.

A ideia que tive foi a de que eu deveria entrevistar aquele trabalhador que estava mediando as relações entre os brasileiros e os haitianos naquele espaço. Meses depois, em uma tarde de sábado, me reuni com Jean, um jovem trabalhador de 25 anos. “O que você faz Jean?” foi uma das primeiras perguntas que estabeleci em nosso diálogo, mesmo já sabendo de antemão que ele trabalhava em um mercado, em Cascavel, no setor de reposição. Surpreendentemente,

²¹ “*Bacca lauréat*”, segundo Prospere et. al (2016), corresponde ao Ensino Médio no Brasil.

respondeu-me “faculdade de Administração”, e a partir disso, começou a narrar suas experiências de estudos em conjunto com as de trabalho.

Bem... pra mim compensou ir pra outro país pra completar a faculdade. Eu tentei fazer faculdade no Haiti, mas morava numa cidade pequena e ir pra Porto Príncipe não dava porque lá não tinha onde ficar e muito pouco trabalho, por isso, escolhi a República Dominicana que era mais perto e tinha melhor condição pra Jean. (JEAN, 2016)

Jean narrou o processo da conquista do espaço na universidade pública ao mesmo tempo em que precisou deixá-lo por não possuir meios de permanecer. Após desistir de frequentar o curso de Administração, Jean deixou o Haiti, tinha 18 anos na época. Sua família conseguiu contribuir com as despesas para que imigrasse para a República Dominicana, juntamente com sua irmã mais velha (30 anos) para que estudassem. Embora o objetivo principal fossem os estudos, ambos trabalhavam.

A primeira experiência de estudos de Jean havia sido no Haiti. Quando questionei sobre mudar-se para a República Dominicana para estudar, disse-me que,

Não pense que isso não é normal. O povo haitiano vive de imigrar. No Haiti não tem vida. A gente tem que mudar não porque a família consegue pagar pra viver fora, mas porque senão nunca tem como fazer as coisas. Eu e muitos outros fomos pra República Dominicana pra aprender alguma coisa. Quando morei no Haiti, ia pra escola aprendia muito pouco (...) O meu irmão mais velho não terminou nem a escola e mesmo assim ele era professor onde eu estudava. Como é que ele ensinava, se nem ele sabia? (risos) (JEAN, 2016).

O que o entrevistado mencionou acima foi detalhado no trabalho de Constant (2007) que afirmou que, no Haiti, havia cerca de 70.000 educadores dos quais 85% não havia recebido nenhuma formação profissional e dos quais 30% possuía um nível inferior ao ensino fundamental (CONSTANT, 2007, p. 01).

Jean relatou que foi o único de sua família que conseguiu ingressar no ensino superior no Haiti, mas as demais condições, como a vida precária e a falta de trabalho em Porto Príncipe, foram o suficiente para que desistisse da universidade. Ao conversar com ele e com os outros haitianos algo se tornou comum em suas narrativas, todos identificavam o ensino como deficitário no país. Se por um lado, Jean tinha vontade em estudar para realizar o sonho de seu pai em ter um filho formado, por outro lado, havia o desânimo por saber que, no Haiti, dificilmente quem estudava teria uma vida diferente dos demais trabalhadores. Por isso, mesmo

que ele quisesse frequentar a sala de aula de uma universidade, tinha vontade de que fosse em outro país, pois somente assim compreendia que a educação poderia auxiliar como um mecanismo de ascensão social.

Deste modo, Jean imigrou para a República Dominicana onde iniciou o curso de Turismo em uma universidade privada onde tinha conseguido uma bolsa de estudos. Porém, em 2010, sua vida mudou radicalmente. Diante do terremoto, das inúmeras perdas pessoais e materiais, seus pais não conseguiram mais se manter, e Jean, assim como seus outros irmãos, precisavam mandar dinheiro para ajudá-los na sobrevivência. Foi um momento atribulado na vida dele, visto que, diversas eram as sensações que experimentara: a universidade, o trabalho e sua exaustão de todos os dias e naquele momento o principal: a vontade em voltar para casa e estar presente com seus pais. “Mas não podia, né? O que eu ia fazer no Haiti? Sofrer junto? Tinha que ajudar com dinheiro!” e foi pensando assim que decidiu novamente imigrar.

Diante dos problemas expostos, a possibilidade encontrada foi uma bolsa de estudos na Argentina, ele não queria deixar de estudar. A bolsa de estudos que conseguiu tratava-se de um valor único com o qual teria que sobreviver durante os três anos que faltava para finalizar o curso de Turismo. Jean precisava contabilizar no valor que havia recebido da bolsa de estudos desde as passagens até os gastos cotidianos, tais como: alimentação, aluguel e eventuais compromissos que poderiam ocorrer.

Ele foi para a Argentina e por lá viveu os três últimos anos antes de vir para o Brasil em 2014. Quando chegou na Argentina, começou a trabalhar como vendedor e o dinheiro que havia restado da bolsa enviou para seus pais para que os ajudasse nos gastos que haviam surgido por causa do terremoto. Conforme os dias passavam, Jean percebia que só com o dinheiro de vendedor não seria possível sobreviver. “Foi aí que eu tive que escolher, né? Ou estuda ou trabalha”, mesmo que aparentemente se tratasse de uma escolha, não havia a opção em não trabalhar. A realidade em que vivia, na Argentina, fazia com que fosse o único responsável por sua vida, se não trabalhasse, segundo ele, “morreria de fome”. Foi durante este período que Jean conheceu outros haitianos que estavam guardando dinheiro para conseguir viajar para o Brasil.

Jean contou que havia mencionado aos seus amigos que estava cansado de viver na Argentina, afinal, sentia-se triste pelos sonhos que atribuiu àquele país e que não conseguiria realizar, como a formatura no curso de Turismo. Então decidiu acompanhar outros haitianos, abandonando a faculdade imigrando novamente. Durante alguns meses, trabalhou em três

períodos para juntar dinheiro suficiente para conseguir vir para o Brasil. Quando relembrou a decisão de abandonar os estudos explicou que não foi fácil: “a coisa mais triste que eu precisei fazer foi ter que deixar a faculdade na Argentina, era difícil, eu me sentia feliz por conseguir estudar. Meu pai sonhava com isso!”.

Além disso, durante sua narrativa, Jean construía diferenciações com os demais haitianos que conhecia, pois a maioria não havia tido oportunidade de estudar. Porém, quando ele narrou sobre a decisão de vir para o Brasil, o que ficou evidente em sua fala foi que não havia deixado para trás apenas o sonho de terminar a faculdade, mas também, passava a igualar-se com os demais haitianos que imigravam em busca de trabalho. Ele acreditava que se tivesse concluído o curso de Administração, no Haiti ou o de Turismo, na Argentina, conseguiria um melhor trabalho no Brasil. No entanto, se nos basearmos na experiência de Wladimy, que mesmo com o diploma não conseguiu validar seus estudos no Brasil, é possível percebermos que dificilmente ele conseguiria.

Natasha, que imigrou em 2012 para o Brasil, trouxe consigo um certificado de Enfermagem, também possuía concepções semelhantes às de Jean e de Wladimy. Quando a entrevistei, em 2018, tinha 32 anos e estava trabalhando na linha de produção do frigorífico da Coopavel, mas me disse que, desde quando passou pela fronteira e viveu meses no acampamento no Acre e depois quando se mudou para Chapecó, em Santa Catarina, havia procurado validar seu certificado para exercer o ofício de Enfermagem no Brasil, mas foi imediatamente barrada.

Com os olhos cheios de lágrimas relatou: “eu era enfermeira lá no Haiti, quando cheguei no Brasil tentei em todas as cidades que viajei ser enfermeira e ninguém reconheceu meu diploma.” Natasha contou que, depois de dois anos auxiliando a cuidar das pessoas que sofreram lesões por causa do terremoto, recebeu um certificado pelos médicos cubanos que auxiliava, e acreditou que esse documento seria capaz de lhe fornecer melhores oportunidades de trabalho na área da Enfermagem no Brasil.

Ao narrar sua história, ela disse que não chegou a frequentar a universidade. Quando aconteceu o terremoto, a ajuda humanitária solicitou que as pessoas que tivessem sido menos prejudicadas se dedicassem a prestar auxílio às demais vítimas. Natasha então se prontificou e passou a acompanhar enfermeiros e médicos cubanos para auxiliá-los em situações menos complexas.

Conforme Jean havia destacado, não era incomum que pessoas que não frequentaram o ambiente acadêmico executassem trabalhos que deveriam ser de especialistas. O irmão de Jean, por exemplo, foi professor, no Haiti, durante mais de dez anos e havia terminado apenas o processo de alfabetização. Essa realidade implicou no processo de imigração, visto que, trabalhadores como Natasha procuravam oportunidades melhores de emprego que valorizassem a experiência que tiveram em seu país natal.

Anteriormente destaquei que Stephania mencionou que sua irmã auxiliava as crianças da vizinhança a ler e a escrever; durante a entrevista com Natasha, ela me contou que a oportunidade que teve verdadeiramente de ser alfabetizada foi após o terremoto, enquanto exercia as funções de enfermagem e juntamente ia aprendendo os processos de leitura e escrita. Afirmou ainda que o pouco que havia aprendido servia para ensinar àqueles que sabiam menos.

No entanto, Natasha contou que ensinava para as crianças *kreyòl* que, segundo ela, “é a língua dos camponeses, é a língua da nossa terra”, continuou dizendo que: “nas escolas que tem que pagar no Haiti, eles ensinam o francês. Na casa de Natasha era, o *kreyòl*!”, ela destacou que não se tratava apenas de um modo de falar e escrever, mas havia a presença da luta de classes, inclusive nos valores que o próprio povo haitiano defendia, como sua cultura, e o que a elite do país queria definir como cultura do povo haitiano, principalmente em relação ao que se ensinava na escola.

Hobsbawm (2014), ao escrever sobre imperialismo e nacionalismo, demonstrou como a questão da língua tornou-se fundamental para definir uma nação. Além disso, questionou como a comunidade de determinado país pode viver no cotidiano a separação do que é estabelecido pelo Estado como oficial, neste caso a língua francesa que foi mencionada por Natasha e, em contrapartida, da resistência pelo *kreyòl* que era ensinado nas casas, não apenas como uma língua, mas como uma ideologia política representante da construção da nação haitiana.

Para concluir, os estudos possuíram uma relação ainda maior na vida destes trabalhadores, quando decidiram imigrar. Mesmo que afirmassem não ter condições de frequentar uma sala de aula, de vivenciar o ambiente escolar, e que em alguns casos, como para Stephania, isso tenha feito falta, é impossível não considerar que as escolas que frequentavam todos os dias se tratavam de suas próprias vidas.

Quando narraram que trabalhavam desde os 6 anos, ficou evidente que a noção de tempo, e aqui neste item a de tempo escolar, foi substituída pelo tempo de trabalho. Por isso, quando refletiram, em seus relatos, acerca do tempo escolar que quando vivenciado não condizia com os anos exigidos para sua conclusão, estes trabalhadores evidenciaram análises de suas experiências, do mesmo modo que identificaram que não foi possível estudar naquele momento, mas em contrapartida, conseguiram ajudar suas famílias.

O espaço que o trabalho ocupou em suas vidas referia-se ao lugar que gostariam de ter dedicado aos estudos. Por isso, as narrativas apresentaram uma análise de longa duração, assim, suas reflexões destacaram que a educação não lhes foi apresentada como um direito. E é por isso que não se tratavam de escolhas, mas de dificuldades em que um único caminho foi o possível, o do trabalho.

1.4 SAÚDE

A intenção de discutir a questão da saúde (ou a falta de) surgiu quando conversava com os trabalhadores acerca da dificuldade em se ter uma vida digna no Haiti. “É difícil porque a gente não queria viver no meio daquele monte de sujeira. Mas não era uma coisa que eu ia lá, ia tirar e ia acabar. Era em todo lugar”, mencionou Crane. Entrevistei-o em março de 2019, mas já conhecia seu filho James desde 2017, quando o havia entrevistado e me disse que estava prestes a trazer seu pai do Haiti. Crane me contou que estava desempregado, e embora estivesse vivendo junto com James e sua esposa, queria encontrar um trabalho imediatamente para que não precisasse depender do filho.

Crane disse que tinha acabado de completar 57 anos, quando sua vinda para o Brasil foi adiantada em 2017. James e seu irmão, que vivia no Canadá, duplicaram a jornada de trabalho para fazer com que seu pai viesse para Cascavel, pois estava doente, contou que “depois de anos vivendo na sujeira, sujeira mesmo ... fiquei com tuberculose. E não tinha o que fazer, se ficasse, ia morrer!”

Em consonância aos problemas elencados por Crane, o relatório *Sociedades justas: qualidade na saúde e vida digna*, produzido pela Organização Panamericana de Saúde de

2018²², divulgou que 70% da população haitiana, corria risco de vida por morar e transitar cotidianamente em espaços onde não havia saneamento básico. Além disso, o documento apontou doenças epidêmicas, as quais não havia previsão de que fossem controladas, até a elaboração deste documento. A miséria foi apontada como situação corriqueira, e tornou-se comum que parte da população do Haiti sobrevivesse com uma ou nenhuma refeição diária (PAHO, 2018).

“Mas no Haiti é assim. As pessoas morrem jovens, né? Até que eu vivi bastante” mencionou o entrevistado, cuja frase me pareceu triste, mas que foi confirmada por meio do relatório mencionado, no qual o Haiti ficou em último lugar no gráfico intitulado *Dados da esperança de vida de homens e mulheres no continente americano (2018)* divulgados pelo Banco Mundial, ou seja, a expectativa de vida de homens e mulheres, no Haiti, era a de que a maioria morreria antes de completar 60 anos. Por isso, a imigração representou, na vida de Crane, uma condição encontrada por seus filhos para que lhes permitissem uma nova oportunidade de viver. Obviamente, não havia a garantia de que ele se recuperaria no Brasil, mas tampouco se permanecesse no Haiti, pois o ambiente que frequentava era propício para que sua doença piorasse. Por isso, a imigração significou, para muitos trabalhadores haitianos, a luta pela sobrevivência, de modo que adquiriu formas diversas. Para Crane, por exemplo, foi a expectativa de que conseguiria ser atendido, pela primeira vez em sua vida, por um médico.

O caso de François é semelhante ao de Crane. Desde sua primeira intenção em imigrar havia considerado essa possibilidade em busca de melhorias para a saúde de sua esposa, que durante a gravidez, em 2011, adquiriu tuberculose devido à baixa imunidade e às péssimas condições em que viviam. Em 2017, contou-me que “hoje minha esposa está bem melhor. Tem ido todo mês no posto de saúde e recebido tratamento. No Haiti não tinha isso!”.

Os dados disponibilizados pelos órgãos responsáveis pelo controle da saúde, no Haiti, identificaram que doenças, como a da esposa de François e a do pai de James, eram mais comuns do que podemos imaginar. O relatório *Rapport Estatistique* de 2017²³, divulgado em outubro de 2018, apresentou análises do contexto da saúde naquele país, no qual havia índices

²² SAÚDE, Organização Panamericana de. **Sociedades justas: qualidade na saúde e vida digna**. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=1245:pahopublications&Itemid=1497&lang=en Acesso em: 06 jul 2020.

²³ MINISTÉRIO DE LA SANTÉ PUBLIQUE ET DE LA POPULATION. **Rapport Estatistique**. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Rapport%20Statistique%20MSP%202017.pdf> Acesso em: 06 jul 2020.

preocupantes que definiam que, só no ano de 2017, 14.966 pessoas foram diagnosticadas com tuberculose (2017, p. 32).

François relatou o descaso das autoridades haitianas, já que mesmo depois de meses que havia acontecido o terremoto, corpos e destroços permaneciam nas ruas. Além disso, Seguy (2014) afirmou que os corpos permaneciam, pois não havia lugar para aloca-los, visto que não havia uma distinção clara entre a área dos sobreviventes e a dos mortos. “Era muito triste ver toda aquela gente, nosso povo sem ter sequer o direito de morrer”, afirmou François que, em seguida, acrescentou: “queria que toda minha família, meus pais, saíssem do Haiti, lá não é vida boa”, lembrando que, embora não tenha perdido sua família durante o terremoto, seu pai faleceu, em 2012, de doença infecciosa: a malária. Esta doença foi apresentada, no documento, como uma das dez principais causas de morte no Haiti (RAPPORT ESTATISQUE, 2018), desde 2012 foram criados planejamentos na área da saúde para contê-la. No entanto, até a data do relatório, os resultados esperados não foram alcançados.

Segundo este mesmo documento, dos recursos destinados à saúde 80% eram pagos pelos clientes, como mencionou François: “é um absurdo uma consulta, ou você come ou paga consulta e remédio. Só depois que meu pai ficou muito mal é que levamos ele”. O entrevistado narrou que, por entender que não haveria um leito disponível para seu pai, sem que isso custasse muito dinheiro, tentaram diagnosticá-lo em casa. Ao procurarem o hospital a situação já era lastimável, o que me permitiu compreender que só conseguiam recorrer à saúde quando a doença já tivesse alcançado níveis alarmantes, ou seja, François e seus irmãos consideraram levar seu pai para o hospital para que não ficassem com peso na consciência de que não haviam se esforçado o suficiente para recuperar sua vida.

Infelizmente, a doença que ocasionou a morte do pai de François não foi exceção. Crane também mencionou que: “é uma tristeza ver pessoas já mais velhas que não tem nem o direito de respirar que nem gente”, ambos refletiram, em suas narrativas, um contraponto à ideia de que a população haitiana estivesse acostumada a viver sob a miséria ocasionada pela ineficiência do governo e intensificada pelos desastres naturais. No relato de François, o que ficou evidente foi que, no Haiti, raramente se morre de velhice, se morre pela falta dela.

O pai de François não faleceu apenas da doença, mas da dificuldade em se viver em um ambiente onde não havia como recorrer à ajuda especializada. Para as famílias de trabalhadores haitianos, como a do entrevistado, era comum que não frequentassem os hospitais privados e nem os públicos. Segundo Bordin e Misoczky (2015), 40% da população haitiana, que estava

adoecida quando realizaram a pesquisa, não tinha como frequentar hospitais e postos de saúde, pois não possuíam condições financeiras.

Apesar da saúde estar constitucionalmente garantida nos artigos 19 e 23 da *Constitution d'Haiti* promulgada em 1987, em que o Estado tem “a obrigação de garantir o direito à vida, à saúde, ao respeito pela pessoa humana, a todos os cidadãos sem distinção, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.²⁴ É só conversar com trabalhadores, como François e Crane, que rapidamente podemos perceber que na prática a realidade era diferente.

“Não me lembro, assim, de ficar doente no Haiti. Por que a gente não ia no médico, né?” relembrou Natasha, que, em seguida, contou que quando sentia mal-estar ou dores sua mãe fazia remédios caseiros, como garrafadas e chás. Ela acrescentou que é raro ver uma mulher haitiana grávida hospitalizada para que durante o parto tenha um médico como responsável, “somos assim, fortes, né?”. No entanto, quando relatou experiências em relação à saúde no Haiti, destacando que as mulheres costumeiramente faziam o parto em suas casas, pude perceber que não se tratava de ser forte ou fraca, mas sim, de um método que se tornou tradicional devido à dificuldade em conseguir frequentar os hospitais.

Uma das principais causas de mortalidade materna e neonatal, no Haiti, era ocasionada pela falta de equipamentos essenciais, tais como, ambulâncias e demais materiais básicos, os quais apenas 63% dos hospitais pesquisados possuíam (RAPPORT, ESTATISTIQUE, 2018). “E aí como é que faz, né? Lá no Haiti, a gente mora longe dos hospitais, a maioria, né? E aí como vai fazer se não tem nem ambulância pra buscar a gente quando se machuca ou uma mulher grávida mesmo, acha que vai andar dez quilômetros?” Deste modo, Natasha exemplificou alguns motivos pelos quais parte das mulheres haitianas realizavam os partos em casa: a dificuldade em chegar aos hospitais e o alto custo dos procedimentos.

Segundo dados do Rapport Statistique (2018), a área da saúde, no Haiti, apresenta os seguintes setores: o público que era organizado pelo Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP) e o Ministério de Assistência Social, ambos abrangendo 34% dos locais destinados à saúde; o setor privado com fins lucrativos que correspondia a 30% ; o setor misto com 19%, sendo que aqueles que trabalhavam no setor público trabalhavam também no, privado; o setor privado sem fins lucrativos com 17% que era composto pelas ONGs, fundações

²⁴“(…) obligation de garantir le droit à la vie, à la santé, au respect de la personne humaine, à tous les citoyens sans distinction, conformément à la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/mla/fr/hti/fr_hti-int-txt-const.html. Acesso em: 06 jul. 2020.

e associações. Por fim, o setor de saúde tradicional, que embora não ocupasse postos específicos, possuía 40% da procura. Nos dados disponibilizados no relatório, 80% da população pesquisada, que vivia nos bairros periféricos, narrou ter a medicina tradicional como a principal forma de busca pela saúde.

Dona Fabíola, uma trabalhadora haitiana de 69 anos, representava o setor tradicional de saúde do Haiti.

Eu tenho sessenta e nove anos, vim morar no Brasil por causa dos meus filhos, mas eu gostava mesmo era de ficar no Haiti. Lá eu ajudava meu povo, batiam direto na porta da minha casa “dona Fabíola, meu filho está com febre, faz um chá pra ajudar nós”, “dona Fabíola, minha esposa vai ganhar neném, socorre, por favor!” (...) eu era como posso te dizer, praticamente uma médica, né? Deus me fez médica, só que sem aquele negócio que te dão pra oficializar... (FABÍOLA, 2018)

Conheci-a em uma roda de conversa com nove trabalhadores haitianos. Quando passava na rua e percebeu que estávamos conversando, juntou-se conosco e participou ativamente do diálogo. Logo quando chegou, considerei diferente sua presença, afinal, de longe vinha brincando, conversando e cantando em *kreyòl*. Não era comum uma mulher haitiana chegar em um local onde havia predominância de homens haitianos e conseguir falar ativamente. Por isso, pude perceber que respeitavam a “dona Fabíola”.

Depois das narrativas, descobri que ela representava uma categoria de mulheres que eram consideradas curandeiras. A senhora destacou: “não cobrava nada em troca!”. Continuei a entrevista perguntando, “mas dona Fabíola, de onde vem essa sua experiência de cura?” ela respondeu: “Então minha filha, isso é um dom, né? De família! Veio desde a minha vó. Não! Na verdade, já a mãe da minha vó, a mãe dela, a minha mãe, todas nós! E sempre uma passa pra outra as receitas, os dons com as ervas, né?”. Sua fala exemplificou a tradição oral que era transmitida em sua família de geração em geração acerca dos métodos de saúde, mas acima de tudo, refletiu a dificuldade escancarada da falta de disponibilização de saúde pública no Haiti.

Portanto, a medicina tradicional, que foi exposta por dona Fabíola como trabalho, recebia um peso ainda maior ao ser definido como dom. A desigualdade social em que vivia a população haitiana lhes negava o direito da saúde pública e de qualidade. Segundo o relatório *Rapport Estatistique*, até 2018, havia 1.077 estabelecimentos de saúde no Haiti. Porém, o documento demonstrou que não se tratava apenas da falta de estrutura para que a saúde fosse

entendida como precária. Por meio da pesquisa do MSPP constatou-se que 47% da população haitiana não tinha acesso aos serviços básicos de saúde e 50%, a medicamentos essenciais.

Por isso, dona Fabíola e outras mulheres que se ocuparam a vida toda da medicina tradicional permaneciam recebendo as pessoas que as procuravam em busca de ajuda. Além da dificuldade financeira, ela destacou elementos do imaginário popular acerca daquilo que definiu como seu dom. A saúde tradicional era revestida por costumes em comum aliada ao fato de que, para os haitianos e haitianas, a religião do vodu influenciava fortemente em todas as circunstâncias de suas vidas. Desta forma, ela possuía um papel hierárquico na cultura de seu país, era quem conduzia as cerimônias religiosas do vodu em sua comunidade no Haiti e continuava a realizar ritos, ainda que de maneira singela em Cascavel.

A entrevistada contou que, quando uma pessoa já estava “caminhando para o fim da vida”, era comum que a família batesse em sua porta como a último ato possível a ser feito. Havia no interior das próprias famílias a utilização da medicina tradicional, mas as curandeiras representavam o nível superior dessa forma de medicina. Por isso, eram procuradas, quando a doença estava avançada, com o intuito de fornecer à pessoa que estava prestes a partir o último suspiro de dignidade.

Conforme narrou dona Fabíola:

Pra você ver, né ... tem hospital no Haiti que não dá pra pessoa que tá lá a beira da morte, um cama pra ela deitar. Eu dou! Eu não preparo só os chás. Eu acolho a família, eu dou remédio pro doente, rezo por ele, mas eu fico do lado da família depois que a pessoa se vai. Colocava cadeira assim ó ... (puxou uma cadeira) e todo mundo sentava ao redor e ficava em paz. (FABÍOLA, 2018)

A curandeira cobrava dos familiares o que estivessem dispostos a pagar. Sabendo que, em muitos casos, não havia como exigir dinheiro, as famílias lhe pagavam em alimentos, como quando aconteceu o terremoto em 2010. Dona Fabíola se lembrou: “eu parecia o presidente de tão procurada!” e, ao mesmo tempo, mencionou que, durante esse período, por ter atendido muitas pessoas, conseguiu juntar alimentos que doou para outros necessitados. Inicialmente, imaginei que o papel que dona Fabíola ocupava, no Haiti, e que ainda estava presente em Cascavel, fosse o de preencher o espaço da atenção e cuidado que a população esperava receber de um médico. No entanto, quando tive a oportunidade de entrevistá-la a sós, percebi que o vodu era o principal fator que ocasionava sua procura.

Ela disse que, desde que chegou a Cascavel, não teve um final de semana em que não fosse procurada pelos trabalhadores haitianos, sobre os quais afirmou que “tem uns que vem de longe, minha filha!”, deixando evidente que não se tratava apenas, como François pontuou, da ineficiência da saúde pública no Haiti. Além da busca pela medicina tradicional, que ainda acontecia, tratava-se principalmente da construção do papel que dona Fabíola e as demais mulheres curandeiras ocupavam na cultura haitiana.

Os imigrantes que estavam sem trabalho procuravam-na para que ela realizasse rituais em busca de abrir os caminhos para que oportunidades aparecessem. No entanto, dona Fabíola apresentava um aspecto triste ao mencionar que não se sentia completa morando em Cascavel, que só havia imigrado porque seus filhos haviam saído do Haiti, mas que, por não ter um local adequado para a realização da cerimônia religiosa do vodu, muitos haitianos deixavam de proferir as palavras sagradas e os rituais, o que favorecia a perda da memória dos antepassados no decorrer dos anos. Ela não se sentia pertencente ao lugar que ocupava naquele momento.

Quando a questioneei se havia algum local específico em que realizavam o culto às divindades em Cascavel, informou-me que não, que o máximo que tinha conseguido era reproduzir um altar em um quatinho dentro do apartamento de sua filha, mas que sabia que não era o suficiente para as divindades que solicitavam maiores sacrifícios. As crenças de dona Fabíola acerca do que a religião representava para sua trajetória e para a pessoa que havia se tornado, mesmo que soubesse que ainda se mantinha numa hierarquia para os imigrantes viviam em Cascavel, não tinha o mesmo significado de quando morava no Haiti.

Ao contrário de algumas religiões cristãs em que a religiosidade pode ser atribuída ao individual em uma oração específica, para ela, ser a líder religiosa de um terreiro era mais do que ser importante, era cultivar e valorizar a história de seus antepassados, aspecto que só acreditava que seria possível se retornasse ao seu país natal, “não sou feliz aqui. Eu sinto que os deuses solicitam a minha volta”, ao definir sua memória em consentimento com a dos deuses, tornava ainda mais evidente o fato de que carregava consigo a perspectiva de que tinha a missão de não permitir que a religião vodu deixasse de representar a própria luta dos antepassados para que o Haiti se tornasse um país livre.

Quando me contou sobre o porquê o vodu haitiano não era o mesmo do realizado em Cascavel, disse que

Aqui se você perguntar, os haitianos têm vergonha de dizer que praticam o vodu. No Brasil, praticamente um país de negros, as religiões dos africanos

são menosprezadas, nossos deuses precisam ser chamados baixinho. Quem já foi em um terreiro sabe, minha filha, que a linguagem do negro é cantar e dançar! Nosso batuque se estendia por uma madrugada inteira. Aqui quando falamos alto em *kreyòl*, os olhares já vem de rabo de olho. Imagina se fizermos uma batucada a noite? Vira caso de polícia! (risos) (FABÍOLA, 2018)

O que parecia incomodar profundamente dona Fabíola era o fato de que a cultura de seu povo, que era transmitida há séculos pelos rituais de vodu, desde celebrações, como casamentos e datas festivas referentes à religião, era muito cultuada no Haiti, mas, no Brasil, os haitianos buscavam se apropriar de outras culturas para poder sobreviver, como por exemplo, “não realizei nenhum casamento vodu no Brasil, mas sei que já tiveram diversos casamentos nas igrejas evangélicas”.

Para a entrevistada, a imigração estava longe de ser considerada um caminho de liberdade e conquistas, afinal, coincidia com o enquadramento de que os haitianos e haitianas tivessem que esconder práticas que lhes eram comuns em seu país. Ao elencar o medo e a vergonha de dizer que praticavam o vodu, dona Fabíola sentia que seus conterrâneos estavam negando a história de seus antepassados, o que, para ela, significava mais do que modificar os costumes, buscavam ressignificar suas histórias sem considerar o contexto da luta revolucionária e a presença religiosa do vodu na constituição do Haiti.

1.5 REFLEXÕES ACERCA DA PRESENÇA BRASILEIRA NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NO HAITI (MINUSTAH)

A Minustah²⁵ foi criada em 30 de abril 2004 pela Resolução 1.542 do Conselho de Segurança da ONU e efetivada no dia 1º de junho deste mesmo ano. Desde seu início, até o fim de suas atividades em 2017, contou com a participação do exército brasileiro. No site da força internacional brasileira constam as seguintes informações sobre o papel desta missão: “para restabelecer a segurança e a normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência”²⁶. No entanto, as narrativas dos haitianos e haitianas apresentaram o oposto do que é apresentado na página web. Por isso, o objetivo deste tópico é

²⁵ United Nations Stabilization Mission in Haiti.

²⁶ DEFESA, Ministério da. **Missões de Paz: o Brasil Na Minustah**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em: 15 abr. 2020.

relacionar as experiências relatadas pelos imigrantes acerca da presença dessa instituição brasileira em solo haitiano por mais de uma década.

Para discutir tal questão, ressalto que havia duas hipóteses para a análise e em nenhuma delas esta ação parecia “eficiente”. A primeira tratava-se de pensar que foi por meio dessa missão que o exército brasileiro, ao prestar ajuda humanitária aos haitianos, possibilitou que entendessem o Brasil como porta de entrada e acolhimento para a imigração; e a segunda era a de que a ajuda não resolveu os problemas básicos da população local e, portanto, a imigração tornou-se ainda mais corriqueira após a execução da Minustah. Os fatos apontados sugeriram compreender que, ao invés de defender o Haiti para o seu povo, a ajuda humanitária reafirmou aquilo que seus cidadãos vivenciaram na prática durante décadas: a falta de autonomia frente aos países que de lá se expropriaram. Lutar pela vida, neste contexto, foi sinônimo de imigrar, portanto, a segunda opção, mediante as narrativas, pareceu-me mais próxima da realidade vivida.

Ao questionar Jean, um dos primeiros imigrantes que entrevistei, sobre a participação do exército brasileiro na missão, respondeu-me que “aquilo era uma vergonha, Minustah não ajudava o povo haitiano, eles não protegiam a gente igual dizem aqui no Brasil, queriam ver os haitianos mortos! Pode perguntar pra qualquer haitiano o que acham da Minustah que vão te falar que é uma mentira!” Em sua narrativa, apareceram outras evidências, como a raiva em lembrar que os soldados brasileiros demonstravam superioridade por estarem “auxiliando” na reconstrução do país e que, frequentemente, andavam armados pelas ruas. Segundo ele, “com armas gigantes, dessas que um tiro mata várias pessoas!”, seu sentimento de raiva relacionava-se a contradição vivida, afinal o principal problema do Haiti era a fome e as armas carregadas pelos soldados brasileiros não auxiliavam em combatê-la.

Mesmo os haitianos e haitianas que imigraram se mantiveram atentos ao papel da Minustah, visto que seus familiares lá permaneceram e sabiam na prática a dificuldade deste auxílio. Perguntei ao Jean por que não achava relevante a Minustah. Ele me disse que,

Olha só, você pensa, é um projeto que vai ajudar o haitiano, o povo haitiano. Mas não é! Eles só pensa neles. Não mudou a fome, a falta de recursos, ficaram lá um tempo e nada foi mudado. Você quer saber o que eu acha da Minustah, né? Uma bobagem! (JEAN, 2017, p.6).

A afirmação do entrevistado apresentou uma interpretação importante que, ao ser confrontada com as demais narrativas, permitiu-me perceber que a Minustah não deveria ser

compreendida como um dos motivos da vinda dos haitianos e haitianas para o Brasil, pois a realidade vivida com a presença dessa organização era contrária ao discurso relatado pelo governo brasileiro, na maioria dos casos, não apenas pelas opiniões dos sujeitos que entrevistei, mas daqueles que permaneceram no Haiti. Por meio das narrativas, os trabalhadores demonstraram que o crucial para imigrarem ao Brasil foram às modificações no estatuto da Lei do Estrangeiro (atual Lei da Migração) o que possibilitou que os haitianos conseguissem o visto humanitário baseado em desastres naturais e, por isso, facilitou para que pudessem adquirir o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e assim buscar oportunidades de trabalho.

No entanto, o investimento brasileiro nesta missão foi cerca de 2,11 bilhões de reais, mais o valor de 741 milhões de reais oriundos da ONU²⁷, dessa forma cabe-nos questionar, acerca de tal quantia que poderia de fato ter auxiliado na reestruturação do país, se não fosse na construção de casas e instituições, pelo menos no auxílio de alimentação, pois a fome foi apresentada como uma das principais dificuldades na vida dos familiares que permaneceram no Haiti.

No entanto, “Eu sempre tive que me virar, ninguém deu nada pra mim, menina! Na verdade, eles queriam era tirar o pouco que nós tinha, o Haiti era mais feliz sem os soldados lá!”, afirmou Anita, mãe de Lucia que foi citada no item anterior. A narrativa dessa senhora esclareceu que havia uma distinção muito clara acerca da forma autoritária com que a Minustah se apresentava para os haitianos. Essa visão demonstrou a dualidade dos discursos apresentados para os brasileiros, já que a missão se honrava em divulgar essa nação como “um país entregue à violência, à barbárie e ao caos”²⁸. Porém, conforme Jean e Anita, após o terremoto, o caos estabelecido derivava justamente da expropriação de países, como o Brasil e os Estados Unidos, que mantiveram uma espécie de relação de colonização com o Haiti, ainda que o país tenha sido o primeiro a se tornar independente graças à revolta de seus escravos no século XVIII.

Juntamente com a Minustah houve a instalação de inúmeras ONGs que afirmavam que o principal objetivo era o de auxiliar o país. Por isso, o termo “ajuda humanitária” foi defendido por Seguy (2014) como, na realidade, uma apropriação para que houvesse total controle sobre o Haiti para que permanecesse como “colônia” de países imperialistas (Estados Unidos,

²⁷ GOMBATA, Marsílea. **Há dez anos no Haiti Brasil vive impasse**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/811/ha-dez-anos-no-haiti-brasil-vive-impasse-8874.html>. Acesso em: 18 abr. 2018.

²⁸ MARINHA DO BRASIL. **Minustah**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/?q=minustah>. Acesso em: 15 abr. 2020.

França). Para comprovar tal afirmação, em sua tese, o autor comenta que os trabalhadores haitianos eram vistos como inferiores pelos representantes das ONGs, visto que, nestas instituições, pouco se empregava a mão de obra local, os cargos administrativos eram direcionados aos estrangeiros que iam para essa nação apenas para preencher essas vagas.

Em contrapartida, os haitianos, como pontuou Jean, não entendiam a ajuda humanitária na forma do exército ou das ONGs como favorável ao Haiti. Além das narrativas, busquei informações, por meio da indicação de alguns imigrantes, em um dos jornais mais populares do Haiti, acerca do que se noticiava sobre a Minustah.

Conforme pode-se observar:

Pela primeira vez - no espaço de 13 anos - depois da presença indesejável, insuportável e dolorosa da Minustah no território do Haiti – que remonta ao final de fevereiro de 2004 – nossos lábios foram iluminados por um curto momento. A noite caiu devagar nos chalés afogados em uma chuva gelada que fez o deserto das ruas transformadas em pista de patinação. (HAITI LIBERTÉ, 2017)²⁹

Essa reportagem foi publicada, após serem divulgadas notícias de que se encerraria o compromisso da Minustah. O alívio que demonstravam as informações do jornal foi confirmado com a justificativa de que, se até então as ruas estavam vazias devido ao medo que assombrava os haitianos, representado na figura autoritária de um exército que interferia cotidianamente em suas vidas, quando a missão acabou significava que haitianos poderiam viver sem medo. O trecho citado acima permitiu identificar que a realidade divulgada pela missão era compreendida de outra forma pelos haitianos, um dos fatos significativos foi que, como podemos perceber no jornal, a população haitiana não se calou perante as atrocidades.

Quando a operação foi finalizada em 2017, a Minustah buscou legitimar o discurso de que saíra deixando uma nova “estabilidade” naquele país. O *The New York Times*, um dos mais famosos jornais norte-americanos, celebrou a saída da missão finalizando seu texto com o seguinte argumento “A decisão de finalizar a missão no Haiti representou um momento raro para a Unidade no Conselho de Segurança, com as potências mundiais concordando que o país

²⁹ LODIMUS, Robert. **Comment et pourquoi meurt la République d’Haiti?** Disponível em: <https://haitiliberte.com/comment-et-pourquoi-meurt-la-republique-dhaiti/> Acesso em: 06 jul. 2020.

avançou um novo nível de estabilidade”³⁰. No entanto, conforme já pontuei nos relatórios sobre a saúde no Haiti e nas narrativas acerca da vida neste país, não houve estabilidade para a maioria dos haitianos e haitianas, que inclusive procuraram na imigração uma solução para seus problemas.

Segundo a reportagem disponível no jornal *Nexo*, embora o Brasil tenha sido ressarcido pela ONU em relação aos valores gastos na missão, a assessoria da Defesa justificou a este periódico que o mais importante foram os treinamentos militares e os equipamentos desenvolvidos³¹, ou seja, foi reconhecido, perante a sociedade de modo geral, que a benesse foi ao exército brasileiro, afinal, desde o início essa era a principal condição.

Ainda neste contexto, Coggiola escreveu que,

(...) em dezembro de 2006, a Minustah atacou uma manifestação opositora de 10 mil pessoas, assassinando 30 pessoas (entre as quais mulheres e crianças). Com 7 mil soldados, desde 2004, a Minustah usa armas pesadas, apropriadas para uma guerra civil, e não para “impor ordem” contra grupos criminosos marginais, em um país devastado pela pobreza, pelo terremoto, e onde favelas e a miséria não pararam de crescer durante todos esses anos. As tropas brasileiras estão fazendo do Haiti um campo de treinamento, que serve à militarização de diversas periferias urbanas. Há treinamentos dessas tropas em favelas do Rio de Janeiro: elas vão ao Haiti e depois retornam à cidade carioca, como foi o caso da ocupação do Morro da Previdência pela Guarda Nacional, em 2008. (COGGIOLA, 2010, p. 2)

Esse historiador apresentava, já em 2010, uma síntese do porquê a Minustah não estava interessada na ajuda efetiva dos haitianos, seu texto contrapõe-se também aos vídeos e às imagens expressas no site da Defesa Civil em que aparecem soldados em uma operação solidária, abraçada e distribuindo comida para a população. O diagnóstico de Coggiola, em que por trás de uma “suposta” ajuda humanitária havia a ideia de que o Brasil pudesse realizar treinamento com armamento pesado no Haiti, foi comprovado por meio da fala abaixo:

Nós no Haiti, com o Exército brasileiro sem o preparo que tem o policial militar aqui, resolveu ... pacificou o Haiti. Por quê? Nós tínhamos uma forma de engajamento, qualquer elemento com uma arma de guerra, os militares

³⁰ SENGUPTA, Somini. **ONU vota por unanimidade o fim da missão de manutenção da paz no Haiti**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/04/13/world/americas/un-peacekeeping-haiti-cholera.html> Acesso em: 06 jul. 2020.

³¹ CHARLEAUX, João Paulo. **Qual o balanço da missão de paz brasileira no Haiti**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/25/Qual-o-balan%C3%A7o-da-miss%C3%A3o-de-paz-brasileira-no-Haiti> Acesso em: 06 jul 2020.

atiravam dez, quinze, vinte, cinquenta tiros e depois ia ver o que aconteceu. Resolveu o problema rapidamente. (BOLSONARO, 2018)³²

O discurso acima foi apresentado, durante o Jornal Nacional, pelo até então candidato à presidência da República do Brasil. A fala expõe claramente os motivos e a visão que o narrador possuía sobre os haitianos, principalmente quando destacou que, independentemente, da situação a primeira atitude era matar, depois “ver o que aconteceu”. As frases ditas por Bolsonaro reafirmaram a ideia de que o Brasil não estava no Haiti tentando ajudar àqueles que mais necessitavam, mas sim, sob o discurso de “manter a ordem”, encabeçou uma operação que, durante anos, serviu como treinamento para a maneira como o exército viria a agir nas favelas brasileiras, não levando em consideração os direitos humanos e a real necessidade da população.

Além disso, a Minustah poderia agir sob tutela do Capítulo 7 da Carta das Nações Unidas em que “autoriza a Força a tomar as medidas necessárias para cumprir seu mandato”. Resumidamente, este documento dava à operação o direito de escolher quem poderia ser morto por não estar colaborando com a “paz” no Haiti. Um dos principais interesses dos países que financiaram a missão era controlar a crise política vivenciada naquela nação, isto é, as opiniões contrárias ao até então presidente Jean-Bertrand Aristide, de modo que esta crise não afetasse às demais economias, como por exemplo, a dos Estados Unidos.

Segundo Coggiola (2010), após o terremoto de 2010, houve uma assembleia dos “amigos do Haiti” realizada no Canadá e não houve cogitação para votação de cancelamento da dívida externa do local afetado. A verdadeira intenção foi a divisão da nação para que os países imperialistas pudessem, a partir daquele momento, investir massivamente na instalação de indústrias e explorar da mão de obra barata.

Acerca do imperialismo, para Bosi (2019), foi Lenin quem “argumentou que o capital busca ampliar a mais-valia e obter lucros maiores barateando o custo da força de trabalho por meio da abertura de empresas em países considerados periféricos” (2019, p. 229). Deste modo, a concepção de Lenin, se associada ao contexto dos países que possuem relação com o Haiti, pode ser sintetizada com as seguintes características: não eram objetivos de países, como os Estados Unidos, acabar com a pobreza e a miséria, pelo contrário; foram essas condições que permitiram com que as zonas francas fossem implantadas e estruturadas com baixos salários e

³² JORNAL NACIONAL. **Debate presidencial**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

péssimas condições de trabalho, de modo que, em contrapartida, as divulgações feitas sobre essas indústrias eram de que ofereciam oportunidades e “desenvolvimento” para os haitianos. No entanto, essas empresas expropriaram locais privilegiados dos quais famílias, como a de Jean, que sobreviviam de suas terras foram obrigadas a sair; até 2016 quando o entrevistei, já havia se passado mais de cinco anos e sua família ainda não havia sido ressarcida.

Além das informações destacadas acima acerca das práticas imperialistas em relação ao trabalho, no decorrer do relato de Stephania, compreendi o que afirmou Thomson: “(...) a evidência oral proporciona um registro essencial da história oculta da migração” (2002, p. 343), demonstrando como o imperialismo se concretizava na vida cotidiana das mulheres.

Conforme a narrativa abaixo:

Eu tinha uma amiga, na verdade eu tinha muitas amigas no Haiti ... eu gostava de lá porque vivia com muitas amigas perto. E essa amiga contou pra mim e pra minha mãe que todos os dias ela tinha medo dos brasileiros. Que quando ela ia buscar água, eles ficavam chamando ela e que um dia disseram que se ela quisesse água ia ter que ir buscar de noite e sozinha. (...) Eu nunca fui buscar água. Minha mãe e eu não ficava sozinha perto deles, dava medo. (STEPHANIA, 2018)

Na primeira entrevista que realizei com Stephania perguntei acerca da experiência com à Minustah, sem rodeios ela havia me dito que não sabia ao certo do que se tratava. Já no segundo momento em que nos vimos, não fui eu quem começou esse assunto. Ela retomou o que havíamos conversado e como estávamos sozinhas contou-me sobre essa situação.

Apesar dela ter afirmado que era comum o assédio por parte de soldados brasileiros e, em alguns casos, o estupro de mulheres haitianas, o fato de ressaltar que nunca ia buscar água apresentava, em sua narrativa, uma espécie de condenação em relação ao comportamento de sua amiga que permanecia realizando essa atividade ainda que fosse assediada. Porém, diversos são os fatores que devem ser desnaturalizados para que compreendamos a realidade mencionada por Stephania que, mesmo afirmando não ter sido assediada, narrou com precisão como ocorriam os assédios, ou seja, pode ser que ela não tenha se sentido confortável em contar acerca do que viveu, pois, como sabemos, a culpa normalmente recai sobre as vítimas.

A maioria das mulheres que trabalhavam fora de suas casas, acordavam ainda de madrugada para encarar filas enormes em poços para buscar água para preparar comida e deixar a casa limpa antes do horário de seus serviços fora do lar. O transporte deste bem indispensável

para a sobrevivência era uma atividade considerada essencialmente feminina no Haiti. Por isso, os soldados ficavam próximos as filas, de tal modo que não era a amiga de Stephania que estava errada em persistir em realizar a tarefa, o absurdo era ter que viver com medo do que poderia acontecer em relação às ameaças dos soldados.

Em consonância ao que Stephania havia me contado em 2018, em dezembro de 2019, no jornal El País³³, foi divulgada a seguinte reportagem: *Os filhos abandonados da ONU no Haiti*, por meio de uma pesquisa sistemática de duas jornalistas, Sabine Lee e Susan Bartels, foi descoberto que, até aquele momento, havia cerca de 265 crianças haitianas que eram filhas de soldados da missão e, entre eles, havia brasileiros que tinham engravidado haitianas e as abandonado.

Por meio da História Oral, as pesquisadoras conseguiram tornar essas narrativas que até então estavam subterrâneas em uma História Pública; algumas mulheres relataram ter cedido ao assédio em troca de comida. Havia casos trágicos, como o de meninas de 11 anos que depois de estupradas pelos “capacetes azuis” (como os soldados da Minustah eram conhecidos no Haiti) engravidavam e eram abandonadas na extrema miséria.

Além disso, as pesquisadoras denunciaram que a ONU estava ciente de diversos casos de estupros e que a medida tomada foi a de repatriar os soldados para que retornassem aos seus países. É importante ressaltar que, antes de levarem sua pesquisa para a mídia, as autoras realizaram mais de 2.500 entrevistas com haitianos e haitianas, de modo que pudessem contestar as atividades realizadas pela Minustah no Haiti sob a supervisão desta organização. O que nos permite analisar com maior precisão a entrevista de Stephania, quando ela relata que sua amiga, assim como outras mulheres haitianas, preferiam o silêncio, afinal, a palavra de uma mulher negra e pobre, contra àqueles que teoricamente estavam ali para defendê-las, seria tratada como loucura e, provavelmente, com retaliação.

Para concluir a discussão elaborada neste primeiro capítulo, busquei elencar que a imigração foi interpretada por esses trabalhadores como redenção e não como fim. Esses imigrantes devem ser compreendidos como sujeitos movidos por vários aspectos, entre eles: econômicos, não apenas acerca da sobrevivência daquele que imigrou, mas também dos familiares que permaneceram no Haiti; culturais herdados do ambiente onde viveram, de seus

³³ LEE, Sabine. BARTELS, Susan. **Os filhos abandonados da ONU no Haiti**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html>. Acesso em: 06 jul. 2020.

familiares e dos conflitos de suas gerações; sociais, acerca da negação de direitos que, embora presentes na Constituição haitiana, como vimos, eram praticamente inexistentes, fazendo com que a emigração se tornasse uma das únicas escolhas viáveis. Por isso, não é possível caracterizar que apenas uma destas questões seja o motivo para uma mudança tão drástica em suas vidas que foi o processo de emigração/imigração do Haiti para o Brasil, desta forma, busquei neste capítulo uma análise conjunta e coletiva dos fatos para compreender suas experiências.

No capítulo seguinte a proposta de discussão é compreender o processo de imigração narrado pelos trabalhadores haitianos, visando relacionar suas trajetórias com as leis de imigração e a situação de acolhimento destes trabalhadores no Brasil, especificamente, na cidade de Cascavel-PR.

CAPÍTULO II: TRAJETÓRIAS DE IMIGRAÇÃO: QUANDO O TRABALHADOR HAITIANO SE TORNA IMIGRANTE

Neste capítulo, analiso o contexto em que, além de trabalhadores, os haitianos tornaram-se imigrantes. Foi também neste momento que ficaram mais dependentes das relações de trabalho e, portanto, foram obrigados a aceitar formas precárias e exaustivas para poder sobreviver no Brasil.

Busco contextualizar que, inicialmente, a preocupação enquanto emigrantes era a de que, ainda quando viviam no Haiti, conseguissem organizar a viagem; em seguida, como imigrantes, a sobrevivência durante o trajeto até chegar ao Brasil, que foi uma das principais lutas. Após cruzar a fronteira, a legalização da documentação foi destacada como um dos aspectos primordiais, pois somente assim conseguiriam trabalhar. No entanto, mesmo que conseguissem o documento que os permitiria procurar trabalho, faltavam políticas públicas que oferecessem o mínimo de dignidade para estes sujeitos, de modo que a solidariedade de classe se tornou crucial para que conseguissem se manter desde o Acre até a cidade de Cascavel. Além disso, tiveram o auxílio de instituições, como as igrejas, que os acolheram e prestaram serviços essenciais, como por exemplo, a disponibilidade de moradia provisória para que não dormissem nas ruas.

2.1 O TRAJETO

A entrada destes imigrantes, no Brasil, ocorreu por diferentes percursos, dentre as opções narradas como mais comuns houve três que se destacaram. A primeira, que foi a experiência mais compartilhada entre os trabalhadores e trabalhadoras que entrevistei, foi a saída do Haiti em direção à República Dominicana, depois o Equador e por seguinte o Peru, que faz divisa com o Acre. No entanto, havia outro trajeto que seguia do Equador para a Bolívia e percorria o rio Amazonas até chegar na Amazônia brasileira. Devido às péssimas condições de ter que se viver dias em um barco até chegar ao Brasil, a primeira opção mencionada era a mais corriqueira, embora tivessem que encarar longos dias andando a pé pelas margens destes

países. E por fim, houve imigrantes que narraram ter vindo de outros países até chegar ao aeroporto de Guarulhos em São Paulo; entre os tantos destinos no Brasil, a rede de comunicação dos próprios haitianos os fizeram chegar até Cascavel.

Após detalhar os caminhos percorridos geograficamente, atendo-me, nesse capítulo, em discutir como essas experiências foram vividas por estes trabalhadores compreendendo a complexidade de suas narrativas. Em julho de 2018, encontrei Benjamin, ao meio-dia de um domingo que era o horário em que iniciava o seu descanso. Ele tinha 34 anos, na época, e trabalhava desde o Haiti na construção civil, havia imigrado para o Brasil em 2011. Não tinha a intenção de entrevistá-lo em seu horário de almoço, mas foi solícito ao dizer: “não quer me entrevistar agora? Amo falar sobre o meu Haiti!”

Enquanto Benjamin terminava de guardar os objetos que havia levado ao culto, que me disse participar todos os domingos de manhã sem falta, pude observar onde vivia. Imaginei que a sala fosse o maior cômodo da casa, depois Benjamin narrou que “de noite, meu irmão e meus sobrinhos estendem os colchões aqui”, confirmando tal impressão e reafirmando que, mesmo se tratando de uma quitinete, era um espaço dividido com mais cinco pessoas.

Ao lado do televisor, havia uma fotografia sobre a qual explicou: a criança no colo do casal não se tratava de sua filha, mas sim dele no colo de seus pais. A imagem me instigou porque nas primeiras entrevistas em que eu perguntava, para esses trabalhadores, se havia alguma fotografia do Haiti, da família, dos amigos ou até mesmo da casa onde viviam a resposta era a mesma: “não tenho”, “melhor não ter”, “não lembro se trouxe”. Cheguei a imaginar que por medo não quisessem me mostrar. Depois de aumentar o convívio, entendi que guardar essas fotografias significava reviver os sentimentos, que neste momento de suas vidas, era preciso tentar esquecer ou fingir que esqueceu. Em alguns casos, como o de Jack (destacarei sua história ao longo deste texto), os pertences de sua família se foram com o terremoto e não houve fotografia que resistiu à destruição.

A sala de Benjamin era um ambiente escuro, sem muitos objetos. Havia o televisor no qual passava o jogo da seleção brasileira, o que lhe permitiu dizer: “Sou o maior fã da seleção do Brasil! Torço mais do que os brasileiros”, buscando demonstrar identificação com o país e com o povo brasileiro. Também havia o sofá, com toda simplicidade me disse: “tem uns furos, mas não repara, tá? Esse sofá eu ganhei de um rapaz que trabalhou comigo, sem ele a gente ia ter que sentar no chão (risos)”. Quem doou o móvel era outro trabalhador haitiano que, ao decidir imigrar para os Estados Unidos, deixou vários objetos para Benjamin.

Essa prática tornou-se comum entre os haitianos que, mediante a intensa exploração de trabalho a qual estavam submetidos nos países para onde se mudavam, optavam por imigrar novamente em busca de outros destinos. Por isso, doavam entre si os objetos da casa para que os que decidissem ficar os aproveitassem. Essa forma de auxílio foi fundamental, visto que Benjamin, por exemplo, ficou meses sem trabalhar quando terminou de construir os prédios da FAG. Ele contou que, quando seus amigos decidiram ir para os Estados Unidos, deixaram os objetos da quitinete onde viviam e um pouco de comida que foi o que “o salvou” durante aquele momento difícil.

Ao questionar o porquê seus amigos haviam optado por imigrar novamente, Benjamin contou-me que, quando finalizaram as obras da FAG, não conseguiram se adaptar a temperatura fria dos frigoríficos e a movimentação brusca das repetições. Mediante a exploração que viviam neste trabalho, passaram a acreditar que talvez a melhor opção fosse “tentar a vida” nos Estados Unidos.³⁴ Ele compartilhou o motivo pelo qual não seguiu com seus amigos: “eu não queria passar de novo por tudo isso que a gente passa vindo pro Brasil. Fiquei pensando que ir para os Estados Unidos podia ser ainda pior! Não ia aguentar não!”. Esse foi o primeiro aspecto apontado por ele que evidenciou as dificuldades do processo migratório.

As memórias que Benjamin trouxe consigo do Haiti, desde o momento em que decidiu imigrar até a chegada ao Brasil e, por seguinte, em Cascavel, ainda estavam cotidianamente presentes quando o entrevistei. Prova disso foi o momento em que questionei o porquê havia uma mala no canto de sua sala. Ao perguntar se alguém estava de chegada ou de partida ele respondeu que:

É meio bobo o que vou te dizer, mas gosto de deixar essa mala aí, às vezes. Essa mala foi a única coisa que restou do Haiti, assim, quer dizer, eu tenho minha família. Minha esposa veio depois de três anos de eu estar aqui, né? Mas por três anos, eu chegava em casa exausto e só via essa mala. Então era como se essa mala soubesse tudo o que passei. Eu te contei algumas coisas, mas tem coisas que eu nem contei pra minha família, só agora você que sabe, entende? É muito triste falar pra eles o que eu passei, vão achar que a culpa é deles, mas não é. Eu também quis vir para o Brasil. (BENJAMIN, 2018)

Naquele momento entendi que a mala tinha um valor simbólico para ele. Partindo da concepção discutida por Portelli (2013), segundo a qual o papel do entrevistador é recuperar

³⁴ Segundo Baeninger e Peres (2017), desde a década de 1960, os Estados Unidos é visto como destino principal para os haitianos. No entanto, com o aumento das restrições no processo de imigração surgiram novos destinos, como o Brasil.

principalmente aquilo que não se pode materializar, compreendi que o objeto de fato era material, mas o sentimento acerca do momento que ele representava na história de Benjamin significava o percurso vivido até chegar ao Brasil, ou seja, a mala era o mais próximo que ele se sentia do Haiti; além disso, representava as abdições que precisou realizar para que conseguisse imigrar. Dessa forma, a mala visível no canto da sala era um aviso de Benjamin para si mesmo, ainda que inconscientemente, reafirmando as dificuldades do processo, ou seja, representava o fardo da memória das situações experienciadas durante o trajeto e do que tinha ficado no Haiti, para que não deixasse ambos atrapalharem sua luta cotidiana para sobreviver em Cascavel.

Devido ao resgate da memória supracitada, Benjamin dialogou acerca do processo migratório, o que era difícil de ser narrado por outros trabalhadores. Sobre este assunto, lembrou que:

Foi como posso dizer ... uma agência de viagens que só faz viagem para haitiano vir pro Brasil, sabe? Você vai lá e não é possível desistir. Eles dão tudo, papel de praias no Brasil ... até, ah! Lembrei, eles dão um papel escrito assim que o salário no Brasil é de U\$1.200 para quem trabalha nas indústrias. Eu já vim feliz em saber disso, né? Mas tem haitiano que já pensa “se dão isso pra quem é de trabalho pesado, então pra engenheiro, por exemplo, o salário é o dobro”. Aí os haitianos vêm. Vem porque esses lugares (as agências) financiam. (BENJAMIN, 2018).

Sua narrativa demonstrou características que tentarei detalhar. A primeira é como o imaginário acerca do Brasil ainda era construído como um lugar de oportunidades para os haitianos, em 2011, quando Benjamin imigrou, mas elas não se confirmavam quando chegavam ao país. Conforme os relatos apontaram, a partir de 2013, surgiram novos discursos, estes elaborados pelos próprios imigrantes sobre a realidade que viviam no Brasil, em contraponto ao relatado pelas agências de viagens do Haiti, principalmente acerca da precariedade do trabalho, incluindo os péssimos salários.

Porém, mesmo tendo conhecimento dessas divergências sobre a realidade brasileira, a imigração continuou sendo uma possibilidade. “O povo haitiano continuou vindo porque sabia que ia ganhar mal, mas pelo menos tinha trabalho!”, afirmou Benjamin, explicitando que vir para o Brasil surgiu como uma oportunidade, pois ir para outros países, como os Estados Unidos e o Canadá, exigia maiores obstáculos, como as leis severas que determinavam o tipo de imigrante que estes países não aceitariam.

Para os trabalhadores haitianos mais jovens que entrevistei, “ter trabalho” não era suficiente para permanecerem no país. As narrativas destacaram que vir para o Brasil era entendido como um processo de transição, ou seja, lugar que os possibilitaria alcançar outros destinos, como França, Canadá e Estados Unidos.

Outro ponto que merece realce, no relato de Benjamin, foi quando mencionou sobre a agência que havia procurado para auxiliá-lo com a imigração, de modo que, fez questão de destacar que foi em uma “agência séria”, ou seja, que trabalhava com trâmites legais. Em contrapartida, contou-me que conheceu outros haitianos que foram em agiotas conhecidos e denominados por eles de “*raketès*”:

Raketè é um sujeito fundamental que age no contexto da *diaspora*. É alguém contratado ou que se oferece para intermediar o processo de traslado de uma pessoa ou grupo de um país a outro. Um *raketè* sempre cobra por seus serviços e sempre recebe. É uma categoria em ação transnacional. Às vezes, *raketè* é chamado de *ajans*, pode ser uma agência de turismo ou de viagens, ou pessoa que presta serviços burocráticos, trabalha com venda de passagens, câmbio de moedas, agiotagem, serviços consulares para documentação em processos migratórios, emissão de documentos no país, venda de vistos falsos, etc. (CONTINGUIBA; COTINGUIBA, 2016, p. 177).

Por meio da definição proposta por Geraldo e Marília Cotinguiba (2016), em concordância com a fala de Benjamin, foi possível observar que, para os trabalhadores que não possuíam condições financeiras para imigrar, e que mesmo que dedicassem anos de suas vidas não conseguiriam o suficiente, encontravam nos *raketès* uma das escassas opções.

Na sequência Benjamin narrou acerca dos problemas que as agências clandestinas geravam na vida dos haitianos. Além disso, lembrou que, durante os primeiros oito meses na cidade de Cascavel, não conseguiu enviar dinheiro para sua família, mas afirmou que depositava todos os meses o valor destinado à agência com a qual havia realizado o empréstimo, “não podia deixar minha família sofrer por isso, né?”. Empresas deste tipo poderiam se utilizar do não pagamento de empréstimos para ameaçar familiares dos contratantes que permaneceram no Haiti, sendo possível imaginar que, mesmo que o entrevistado acreditasse ter recorrido a uma agência legal, havia a possibilidade de que fizera acordo com os *raketès*.

Por meio de Benjamin conheci Lucas que morava na rua detrás de sua casa. Quando Lucas abriu o portão para me receber, me surpreendi com a quantidade de trabalhadores haitianos que viviam naquelas quitinetes. Ele garantiu: “em cada uma, pelo menos dois trabalha no frigorífico, sem gostar, né? (risos)”, evidenciando a exaustão dessa forma de trabalho.

Segundo o Relatório Anual (2019) do Observatório de Migração (OBMIGRA), dos 8.587 trabalhadores haitianos que permaneceram com trabalho formal no Brasil no ano de 2018, 4.384 realizavam atividades nos setores industriais, tais como: auxiliar de linha de produção, magarefe, abatedor, entre outras atividades, ou seja, onde Lucas vivia não era exceção e sim a regra da condição de vida e trabalho precários destinados aos imigrantes haitianos no Brasil.

De acordo com este mesmo relatório, entre 2011 a 2013, a maioria dos trabalhadores haitianos que chegaram ao Brasil possuíam entre 20 a 34 anos, dados que foram recuperados apenas em 2018, pois de 2014 a 2017 a estimativa era de homens de 35 a 49 anos. O que permitiu evidenciar que, nos primeiros anos de imigração, quando se desconhecia a realidade brasileira, os jovens resolveram encarar este desafio e as remessas enviadas para seus familiares contribuíram para a vinda de imigrantes mais velhos, como foi o caso de Lucas que chegou ao país em 2016 com 46 anos.

O entrevistado me recebeu em sua quitinete, enquanto sua esposa fazia uma comida típica haitiana para que, depois da entrevista, pudéssemos experimentar. A cozinha era modesta, Lucas havia me contado que a maioria dos objetos já estavam na quitinete quando alugou, confirmando que sua história tinha semelhanças com a de Benjamin que também havia conseguido doações para poder sobreviver. Lucas e sua esposa foram muito acolhedores. Normalmente os outros trabalhadores me recebiam na sala, de modo formal. Ao abrir o ambiente de sua cozinha demonstrava ter me inserido em sua rotina do final de semana quando “gostava de receber amigos e comer bem”.

Ao longo do convívio com esses trabalhadores, pude perceber que a cozinha, além de ser um dos maiores cômodos das casas, era elencada pela família como o espaço onde se reuniam para lembrar dos encontros familiares no Haiti. Portanto, este ambiente pode ser compreendido com um ponto de encontro da cultura haitiana no Brasil. Além de Lucas e sua esposa, também moravam na casa seu irmão, sua cunhada e dois filhos deste casal. Naquele dia, como iriam me receber, combinaram com seu irmão para que saísse com sua família, de modo que pudéssemos ficar à vontade, pois a quitinete era pequena para tantas pessoas.

O trabalhador tinha as mãos entrelaçadas e o olhar cabisbaixo, quando começou a me contar que a principal memória que tinha de seu país se tratava da tristeza em ter perdido seu

filho ainda bebê, com apenas um ano e dois meses, por desnutrição³⁵. Era como se em cada narrativa exposta, além da triste memória da morte de seu único filho, Lucas tentasse se convencer de que não era o culpado por sua morte, “no Haiti eu acordava no meio da noite e ainda ouvia o choro dele”.

Lucas perdeu o filho em 2011, mas decidiu imigrar apenas em 2016, pois, além da dificuldade financeira, contou que não tinha possibilidade de sair do lado de sua esposa que havia perdido a vontade de viver quando o filho morreu. Por isso, a imigração, para este casal, tratava-se de deixar um lugar de memórias tristes e procurar um novo sentido para suas vidas. “Ainda bem que não vim pro Brasil quando perdi meu filho. Senão, depois de tudo que passei, eu não ia ter aguentado. Muita humilhação, medo e desespero”, lembrou Lucas sobre o trajeto da viagem do Haiti até o Brasil. Quando o entrevistei, ainda pagava parte de sua passagem às agências ilegais, os chamados *raketès*. Narrou: “está difícil perder o vínculo”, após ter afirmado que, por ter atrasado o pagamento em alguns meses, o valor cobrado de U\$4.000,00 aumentou em vinte por cento.

Conforme já mencionado anteriormente, muitos trabalhadores encararam o sonho de imigrar, mas não possuíam condições financeiras de pagar o custo que a viagem exigia, para tal compreensão podemos retomar os dados de que a maioria da população haitiana sobrevivia com menos de dois dólares por dia (COGGIOLA, 2010). Assim como Lucas, houve aqueles que emprestaram dinheiro para seguir viagem, os valores variavam entre U\$3.000 a U\$6.000 (MARTINS et. al., 2014, p. 9).

Como o objetivo de Lucas era o de trazer sua família para o Brasil, contou que, para não deixar de enviar dinheiro para seus familiares, optou por dever aos agiotas que haviam financiado sua viagem. No entanto, por conta da dívida adquirida, sua esposa sofreu ameaças e precisou mudar-se da casa onde vivia com sua irmã no Haiti. A narrativa de Lucas evidenciou uma série de medidas arriscadas que precisou optar para que conseguisse chegar ao Brasil.

O processo de compra da viagem de modo ilegal foi contado também por outros trabalhadores que entrevistei – que imigraram desde 2011. O que fez com que, em 2012, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) solicitasse à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) a investigação das ações dos famosos “coiotes” que atuavam desde a saída no Haiti até

³⁵ “Aproximadamente 15.000 crianças sofrem de desnutrição aguda severa; estima-se que uma em cada três crianças no Haiti seja cronicamente desnutrida”. Disponível em: <https://www.unocha.org/story/haiti-one-year-later>
Acesso em: 19 maio 2019.

a chegada dos haitianos no Brasil, tanto pelo Acre quanto pela Amazônia³⁶. O silêncio que, por vezes, permeava a construção das narrativas evidenciava que essas redes de tráfico se tornaram fortes e incisivas sobre os imigrantes. Em 2014, uma notícia abalou os responsáveis pelo acolhimento dos haitianos, no Brasil, fazendo com que entendessem a gravidade dos fatos.

Segue abaixo:

Um adolescente haitiano de 15 anos, que viajou do Haiti para o Brasil pela rota do tráfico de pessoas, vive há mais de um ano, sem companhia de parentes, em um abrigo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social da cidade de Epitaciolândia, no Acre. Ele convive com a esperança e a angústia de que um dia vai reencontrar a mãe na Martinica, departamento francês localizado no Caribe. Porém, a Embaixada da França resiste em conceder o visto de entrada do menino na Guiana Francesa, onde estão seus parentes, que possivelmente são migrantes irregulares (G1, 05 de maio de 2014)³⁷

Em outra reportagem, a mãe do garoto traficado disse que não fazia ideia de que se tratava de uma rede ilegal de movimentação de pessoas. Embora essas formações clandestinas fossem comuns na travessia dos imigrantes, o que pude perceber nos relatos dos haitianos entrevistados, foi de que mesmo que soubessem que eram ilícitas só conseguiam compreender de fato a complexidade do trajeto quando vivenciavam na prática o processo da imigração.

No caso das mulheres imigrantes e das mulheres refugiadas a esperança de que conseguissem para seus filhos a possibilidade de viver uma vida diferente da que tiveram no país de origem possibilitava que tomassem decisões drásticas, porém compreensíveis quando se entende a dificuldade do processo de imigração intrínseco às condições desumanas do capitalismo. Essa notícia traz em evidência o desespero de uma mãe que preferiu que seu filho realizasse a viagem sozinho mesmo diante dos casos de extorsões, roubos, estupros e mortes, pois imaginou que, mesmo assim, ele teria maiores oportunidades de sobrevivência do que tê-lo em seus braços.

O mesmo aconteceu em casos, noticiados pela ONU, em que mulheres refugiadas encontraram como último recurso colocar seus filhos em botes em busca de que conseguissem atravessar o oceano na esperança de um país que os refugie. Ao contrário do que possa parecer,

³⁶ ACRE, Gazeta do. **CPI terá Abin para investigar ‘coiotes’ no tráfico de haitianos**. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/cpi-tera-abin-para-investigar-coiotes-no-trafico-de-haitianos/> Acesso em: 31 maio 2019.

³⁷ EFE, Agência. **Garoto haitiano vive há mais de um ano em abrigo no Acre**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/05/garoto-haitiano-vive-ha-mais-de-um-ano-em-abrigo-no-acre.html> Acesso em: 31 maio 2019.

de que essas mães “não se importam”, a partir das narrativas tornara-se evidente que suas atitudes não foram apenas escolhas, mas situações impostas acerca de futuros que consideravam inexistentes e que, por isso, lutar pela vida exigiu proporções drásticas, como se afastarem de seus filhos no sonho de que eles conseguissem sobreviver. Na maioria das vezes, este é o único horizonte perceptível nas mentes das mães refugiadas e imigrantes.

Ao contrário do desespero da mãe que enviou seu filho para o Brasil, Benjamin contou que, depois de conversar com sua família e enfim decidir imigrar, passou cerca de seis meses investigando como faria, mas relatou que colegas seus haitianos, quando decidiram imigrar, não tiveram tanto tempo quanto ele para se organizar. Segundo o entrevistado, a única justificativa para quem procurava as agências ilegais baseava-se em “a pessoa está desesperada, né? Porque a gente sabe que existe, muitos fecham os olhos porque não querem ver, não entendo ...”.

No entanto, Benjamin interpretou a situação de acordo com sua realidade. No caso de Lucas, por exemplo, foi diferente. Desde quando morava em seu país natal, ele era o responsável pela fonte de renda de sua família, por isso não havia como juntar dinheiro para imigrar, contou que já sabia das constantes ameaças que os *raketès* faziam aos familiares que permaneciam no Haiti, mas relembrou que não havia opções.

A presença do medo era constante em tratar deste assunto até mesmo para aqueles, como Benjamin, que afirmaram não ter recorrido aos coiotes para organizar a viagem. O que condiz com o que escreveu Mamed: “havia notável receio da parte deles em falar sobre a organização da viagem, os agentes contratados, os pagamentos realizados e a experiência da trajetória em si” (2016, p. 81). O temor de falar sobre o percurso era daqueles que recorreram aos agiotas, devido ao fato de não conhecerem verdadeiramente para quem estavam narrando. Além disso, mesmo que existisse a possibilidade de que conseguissem fugir dos agiotas no Brasil suas famílias que permaneceram no Haiti corriam sérios riscos de perseguição.

“Há casos de haitianos que a família perdeu até a casa no Haiti por causa desses empréstimos”, lembrou Lucas que, mesmo em 2016 quando já sabia acerca das rotas indicadas pelos *raketès*, que eram vistas como “as mais perigosas” pelo fato de que condicionava os imigrantes a viajar à margem de países como Equador e Peru ilegalmente até chegar ao Brasil, optou por recorrer a esse mecanismo. Não foi uma escolha inconsequente do entrevistado, pois, mesmo sabendo dos riscos, este modo de imigrar era uma das únicas possibilidades que tinha para mudar sua vida e a de sua família.

Enquanto entrevistava Lucas, Jack apareceu meio tímido na janela, prestava atenção e, em alguns momentos, contava semelhanças entre seu processo de imigração e o vivido pelo colega. Ao finalizar a entrevista com Lucas, perguntei se Jack gostaria de ser entrevistado, ele sugeriu: “eu quero, e agora é um bom momento porque a coisa mais difícil que tem é eu ser sozinho, e hoje os rapazes que moram comigo tudo saíram”.

Como as casas eram geminadas, a parede da sala de Lucas era também a parede da casa de Jack, onde vivia com mais sete haitianos. Jack sintetizou esta experiência quando mencionou: “mas apenas um é meu amigo mesmo. O resto conheci aqui”, evidenciando a dificuldade em compartilhar um espaço tido como privado, ou seja, de descanso e lazer, o qual, desde que deixou o Haiti, não mais experimentava.

Quando o entrevistei, em 2018, ele tinha 27 anos e desde 2013 trabalhava no frigorífico da Coopavel. Diferentemente das demais casas onde moravam famílias haitianas, o lugar em que Jack me recebeu quase não possuía móveis. Ao abrir um armário da cozinha mostrou-me que tinham apenas três panelas e disse: “nem faz tanta falta, não fazemos muita comida mesmo”.

Ao longo da narrativa pude perceber que, além de trabalhar junto com Lucas aos finais de semana, Jack convivia com a família do amigo, já que ao longo do processo de imigração dividiu quitinete com outros imigrantes da sua idade, por isso, o espaço da família de Lucas significava para ele “um lar”, ou seja, o momento mais próximo de “estar em família”, que o permitia recordar os encontros, aos finais de semana, com sua mãe e seus irmãos quando estavam no Haiti.

Acostumado a viver com sua família no Haiti, Jack precisou vir para o Brasil por não possuir condições de imigrar para os Estados Unidos, onde moram dois de seus irmãos. Além disso, sua mãe foi para o Canadá com mais três filhos. Sua narrativa apontava para um estado de transição, pois, desde o dia em que chegou a Cascavel, Jack sonhava em ir para o Canadá para reencontrar sua mãe.

Sayad (1998), cuja pesquisa foi sobre imigrantes argelinos que viviam na França, escreveu que uma das condições que permitia que os imigrantes acordassem todos os dias e trabalhassem constantemente ocupando postos de trabalho que ninguém mais suportava dava-se pelo fato do lugar que a imigração ocupava em suas vidas. O que, para eles, tratava-se de um momento transitório, e que, por isso, possibilitava que suas existências tivessem sentido.

Assim como destacou Sayad (1998), pude perceber em narrativas, como a de Jack e de outros trabalhadores mais jovens, que imigrar novamente consistia no objetivo principal. Diferentemente do que Lucas e Benjamin narraram, pois desde o início a intenção era trazer seus familiares para cá, e que mesmo que quisessem imigrar para outro país, quando os parentes chegaram, essa condição foi deixada de lado.

Jack narrou uma terceira forma de imigração, compartilhada por haitianos que contaram casos semelhantes, o auxílio de seus familiares que já estavam em países como Canadá e Estados Unidos, os quais enviaram-lhe dinheiro para que pudesse imigrar para o Brasil. Interessante notar que, para ele, o importante era sair de seu país, independentemente para onde iria, já que no Brasil, por exemplo, não tinha familiares.

O entrevistado salientou que “mesmo que de um lado seja melhor, de outro, como tem muito haitiano que vem ilegal, a gente que vem certo se dá mal”, demonstrando que os mecanismos de informações e regularizações são comprados pelos *raketès*, como os lugares na fila para o visto. Ao compartilhar suas experiências Jack destacou que, por não ter sido um cliente desses agenciadores, sua viagem durou mais tempo, o que resultou na escassez do seu dinheiro fazendo com que passasse por situações inesperadas, tais como, ter que seguir o trajeto do Peru até o Brasil com um grupo que era direcionado por um *raketè*. Além disso, disse que se sentia na obrigação de enviar dinheiro para pagar a ajuda fornecida por seus irmãos, por isso enviava todos os meses parte de seu salário para sua família, como os demais trabalhadores haitianos.

Nas narrativas de Benjamin, Jack e Lucas, mas também na fala de outros haitianos, como Mike, Louis e Roody o destaque foi para uma das mentiras que disseram que era comum em seu país, referiam-se às informações divulgadas pelas agências clandestinas acerca dos salários no Brasil. Em uma roda de conversa em que consegui, sob o apoio de Jean, reunir vários trabalhadores a risada foi recorrente, quando se lembravam das promessas divulgadas por essas empresas, divulgava-se em *folders* que o salário de auxiliar da linha de produção de frigoríficos no Brasil era U\$1.200,00³⁸. Além disso, Minchola (2015) abordou realidade semelhante à dos trabalhadores senegaleses que imigraram com a expectativa de salários maiores.

³⁸ No período em questão a cotação do dólar era R\$1,85, sendo, portanto, o salário da linha de produção do frigorífico R\$2.200,00. No entanto, em 2019, o salário que Lucas recebia deste frigorífico foi R\$1.330,00.

As agências clandestinas, que apareceram em destaque nas narrativas deste capítulo, foram as responsáveis por comprometer esses sujeitos com dívidas, fazendo com que criassem dependência, não só desta organização, mas das empresas que os buscavam para trabalhar. Afinal, mesmo que não suportassem as condições as quais eram submetidos, precisavam pagar os *rakètes* que ameaçavam seus familiares.

A partir das investigações da ABIN, descobriu-se que havia brasileiros envolvidos no tráfico de imigrantes haitianos. Além disso, as informações salientavam que empresas que eram favorecidas com a mão de obra haitiana possuíam motivos para colaborar com tais agências clandestinas. Afinal, esses trabalhadores relataram diversas dificuldades, principalmente no que se referia à linha de produção dos frigoríficos e, mesmo assim, destacaram aguentar, pois não poderiam ficar sem trabalhar e sem pagar os *raketès*.

O primeiro fator elencado por Mike como interessante, e que surpreendia os olhares dos haitianos, era o de que as agências prometiam supostas garantias, tais como: a afirmação de que era só vir para o Brasil que haveria trabalho e com salários a partir de U\$1.200,00. Diferentemente das promessas ouvidas, ele destacou a dificuldade de encontrar trabalho quando chegou ao Brasil. A situação era tão complexa que precisou se submeter a qualquer circunstância até como: “pedi esmola nas ruas de São Paulo, porque ... o que eu ia fazer? Não tinha trabalho e precisava pagar os caras”.

Mike afirmou que, apesar das dificuldades, sua realidade possuía uma característica diferente da dos demais amigos, ou seja, imigrou com o sonho de auxiliar financeiramente sua família, mas não era casado e possuía outros irmãos que imigraram e que também ajudavam na renda dos pais. “Tem outros caras aí, haitianos, que trabalham em mais de um emprego. Não descansa! Trabalha todo dia e até no final de semana o sábado e o domingo, até mentem pra família que estão indo na igreja aqui, mas não dá tempo!”.

Em conformidade com a narrativa de Mike, de que os próprios haitianos não eram donos de seu tempo, pesquisadores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), ao entrevistarem mais de setenta trabalhadores haitianos que viviam em 2014 na cidade de Cascavel, concluíram que:

Induzidos por coiotes - e tendo uma ideia distorcida do país - eles imaginavam salários mais elevados no Brasil. O que ganham é insuficiente para mandar aos parentes no Haiti e cobrir as despesas de moradia e alimentação. Por isso, alguns buscam uma segunda ocupação, como auxiliares de cozinha, garçons,

frentistas, etc. ... normalmente sem registro na carteira. (MARTINS, et. al., 2014, p. 8).

Outro problema mencionado foi a burocratização dos trâmites legais para imigrar, de modo que as promessas dos ditos coíotes se tornaram mais interessantes. Prova disso, foi a história de Roody, trabalhador da construção civil de 32 anos, que estava desempregado em 2019, quando o entrevistei. Ele relatou que as agências clandestinas não interferiam apenas na vida dos trabalhadores que decidiam sair ilegalmente de seu país, mas também nas histórias de outros haitianos, como foi o seu caso.

Durante dois anos ele trabalhou para juntar dinheiro para imigrar. Como não queria se envolver com os *raketès*, disse-me que fez pesquisa com outros colegas que já haviam viajado e juntou o valor que considerou ser o suficiente para chegar ao Brasil. Assim como Lucas, Benjamin e Jack, partiu de ônibus de Porto Príncipe até à República Dominicana. De lá comprou uma passagem de avião para ir até Quito no Equador. “Eu estava ansioso, foi a primeira vez que andei de avião, não via a hora de chegar no Equador”. No entanto, Roody mencionou que assim que chegou à embaixada do Brasil em Quito sua ansiedade tornou-se desespero, “a surpresa negativa foi na hora! Tinha mais ou menos o mesmo tanto de haitiano na fila que tinha no Haiti pra conseguir o visto!”.

Ele disse que se arrependeu de não ter tirado o visto no Haiti, mas, em seguida, relembrou que “era praticamente impossível conseguir”, afinal:

Para se candidatar à permissão, o postulante deve ter passaporte em dia, ser residente no Haiti (o que deve ser comprovado por atestado de residência) e apresentar atestado de bons antecedentes. Com todos os documentos em mãos, deve ainda pagar U\$200 dólares para a emissão do visto. Segundo dados da Embaixada brasileira em Porto Príncipe, em fevereiro de 2012 foram concedidos apenas 30% dos 100 vistos mensais permitidos pela resolução. (FERNANDES; FARIA, 2016, p. 102).

No caso de Roody, mesmo que quisesse, não seria possível adquirir o visto no Haiti, pois não correspondia a maioria das exigências, como o fato de não possuir casa própria, entre risos mencionou: “se eu tivesse U\$200,00 fácil assim, eu nem vinha para o Brasil!”; destacando a dificuldade dos trabalhadores em cogitar fazer o visto no Haiti pelo valor cobrado. Portanto, a lei descrita acima apresenta aspectos segregacionistas, pois, ao invés de facilitar a viagem a complicava fazendo com que os haitianos precisassem criar meios para burlá-la.

Por isso, ele e os outros trabalhadores entrevistados disseram não considerar tirar o visto no Haiti, pois acreditavam que em outros países as exigências seriam menores, principalmente pelo fato de que imaginavam que haveria esforço dos órgãos institucionais em legalizarem a imigração haitiana. “Eu não queria vim ilegal, eu já queria fazer tudo certo pra chegar aqui e conseguir um trabalho rápido”, recordou Roody, quando explicou que, ao chegar em Quito, havia decidido esperar os quinze dias que lhes anunciaram na embaixada brasileira que era o prazo para o documento ficar pronto. Durante esse tempo se alojou em uma pensão que dividia com outros haitianos que também esperavam os trâmites da imigração.

Depois de passado o prazo, Roody procurou a embaixada para a retirada do visto. Ao chegar ao estabelecimento tamanha foi sua decepção, pois disseram-lhe que não sabiam do que se tratava, que não havia documentação em seu nome e que se quisesse teria que iniciar o processo novamente. Ele havia guardado o protocolo de atendimento e quando o apresentou disseram que nada poderia ser feito, pois os seus dados não constavam no sistema.

Roody me contou essa situação em tom de indignação quando relembrava que não sabia com quem havia falado e nem a quem poderia recorrer, mas acreditava ter sido enganado por um *raketè*. Depois de passada a raiva, analisou quais eram as decisões que estavam em seu alcance. A primeira seria retornar ao Haiti, mas em seguida, Roody contextualizou que “isso jamais eu ia fazer. Eu não ia chegar lá e decepcionar a minha família que queria me ver no Brasil”, por isso decidiu permanecer no Equador por mais quinze dias para trabalhar e juntar o dinheiro para o visto. Ele ainda se recordava que, quando saiu da embaixada, mesmo confuso e triste com a situação, começou a procurar trabalho imediatamente.

Depois de um mês trabalhando na construção civil no Equador, Roody procurou a embaixada brasileira. No entanto, foi avisado de que a quantidade de vistos disponíveis naquele ano já havia sido extrapolada, o que impossibilitava iniciar o processo para a aquisição do documento; Roody viveu dessa forma durante três meses numa luta incessante atrás do que fazer para conseguir esta autorização. Recordou que “só pensava em desistir, mas ia chegar no Haiti e falar o que pra minha família?”, afinal tinha ficado dois anos sem auxiliar nas despesas domésticas enquanto economizava seu salário para organizar a imigração. Retornar para sua casa sem ter conseguido chegar ao Brasil significava despertar a indignação de sua família que tinha esperanças de que ele os ajudaria a mudar de vida.

A triste trajetória de Roody não foi resolvida pelos trâmites legais da embaixada. Após tantos sufocos, resolveu ouvir os conselhos de colegas haitianos e procurou o auxílio de um

raketè. “Eu paguei em uma quarta-feira, no sábado eu estava com o visto nas minhas mãos”. Sua experiência permitiu entender o porquê muitos trabalhadores haitianos desistiam de recorrer aos meios legais. Quando o questionei sobre como o *raketè* havia conseguido o visto, ele não soube me dizer e salientou: “melhor nem saber, né? (risos)”.

Há estudos que destacaram esses crimes, como o de Cotinguiba (2016), que afirmou: “raras são as pessoas que conhecemos e conversamos nessa *dyaspora* que negaram o auxílio de um *raketè* na *wout*. (...) Incerteza sobre a possibilidade de passarem ou não pelas fronteiras dos países” (2016, p. 177). Roody narrou que parte dos trabalhadores que disseram que recorriam aos *raketès* “não possuíam dinheiro para viver no Haiti, imagina para imigrar, né”, e nas agências legais era obrigatória a comprovação de que possuíam bens para que conseguissem o visto.

No caso de Benjamin, seu pai declarou como bem sua própria casa para que, se não houvesse o pagamento da dívida, a agência pudesse legalmente ressarcir-se. Por isso, aqueles que não possuíam bens recorriam às agências ilegais que, embora exigissem menos trâmites burocráticos, como garantia ficava estabelecida a vida dos imigrantes e de seus familiares que permaneciam no Haiti.

É importante refletir sobre os motivos pelos quais os imigrantes recorriam a essas agências clandestinas, mesmo quando afirmavam ter conhecimento acerca dos obstáculos vivenciados no processo. Para tal embate, podemos pensar na exemplificação de Benjamin. Seus pais moravam no campo, plantavam e vendiam em feiras, eram pequenos produtores rurais e o plantio servia para que não passassem fome. A casa que serviu como garantia para sua viagem era resultado da herança de seus avós maternos: “era bem simples, havia quartos que nem tinham divisões. Mas nós improvisamos e eu morava lá com a minha família”. Referindo-se a sua esposa, sua filha e seus pais.

Contou que quando procurou a agência para organizar sua viagem:

Fui com meus pais, são do interior e queriam se certificar de que o lugar que estava indo era sério, já que tem alguns haitianos que ... você deve saber, né? aí fomos em três agências. Essa que pediu que meu pai assinasse o papel porque ele tem uma casa foi a que pareceu mais séria. Embora dê medo, né? a gente desconfiou de todas, mas essa, meu pai quis que eu aceitasse. Mesmo assim, foi pelo menos três meses deles falando com a gente todo dia pra nós decidir. (BENJAMIN, 2018)

A realidade que Benjamin destacou era singular em vista do relato de outros trabalhadores. Como é possível perceber, ele conseguiu se organizar meses antes, conversou com sua família e durante um tempo dedicaram-se em estudar as possibilidades para que conseguisse realizar a viagem.

Segundo Lucas, mesmo que quisesse não tinha como se organizar antecipadamente para a viagem, justamente porque não possuía condições financeiras. Então “tanto fazia viajar hoje ou amanhã”, esse foi um dos motivos que fez com que recorresse a uma agência clandestina, “a gente já chega lá metade decidido, sabe? O papel deles era aproveitar disso, essa que é a verdade (risos)”. E de fato essas organizações se beneficiavam. Assim, as redes ilegais ganhavam cada vez mais força, de modo que expropriavam de trabalhadores, como Lucas, primeiramente seus sonhos e depois sua força de trabalho, sendo que, se não correspondessem com as expectativas expostas, poderiam pagar com suas vidas. O entrevistado contou que seus amigos, que já haviam imigrado, tinham o avisado das dificuldades em vir para o Brasil com os *raketès* e que depois de ter passado pela experiência avisava a outros amigos que “eu não posso dizer que não faria de novo desse jeito porque eu não tinha como vim de outro jeito. Mas se eu tivesse pelo menos uma, uma única oportunidade, faria diferente”.

Se por um lado ele contava para os amigos as dificuldades ao longo da viagem até o Brasil, o mesmo não acontecia quando conversava com sua família. Quando contou o processo de viagem de sua esposa, a realidade apresentada foi diferente da que havia vivido, “eu trabalhei bastante pra que quando minha esposa viesse, fosse de outro modo, né? Assim ela já ia começar gostando do Brasil”. Lucas não queria que sua companheira vivesse experiências que lhe fossem traumáticas. Portanto, mesmo que sofresse ao longo de dois anos e meio sem sua presença, juntou dinheiro o suficiente para que ela viesse do Haiti até São Paulo de avião.

Além da insegurança narrada por Lucas, Roody também disse que não contava para sua família o que havia passado no Equador durante os três meses que lá viveu, “só falei pra ela quando ela chegou aqui e eu abracei forte assim nos meus braços e aí chorei, não deu pra evitar ... aí eu contei!”; nesse momento ele pegou nas mãos de sua esposa e demonstrou que ainda sentia emoção sobre a memória que havia acabado de narrar, mesmo depois de anos. Ao lembrar o medo em decepcionar sua família, contou: “sabe o que eu mais sentia vontade? Era de tomar um copo de café, desde que eu saí da casa da minha mãe. Via na rodoviária no Equador, quem me dera ...”. Roody mencionou a dificuldade em que viveu, demonstrando a dimensão de

sua angústia. Deixar de comprar um copo de café significava contar cada centavo para investir no processo imigratório que havia prometido para sua família.

“Se fosse só por mim, tudo bem! Mas o sofrimento era também pela minha família”. Ele, assim como outros trabalhadores que entrevistei, recuperou a memória acerca do presente que vivia em relação ao passado, que condizia exatamente com as perspectivas do futuro, pois sua vida no Haiti havia ficado para trás, mas em seu presente tudo o que mais queria era chegar ao seu futuro, o momento em que conseguiria reunir sua família no Brasil.

Se por um lado os trabalhadores mencionaram que havia constante espera dos que ficaram em busca de receber ajuda financeira, de outro, os que imigraram carregavam consigo a pressão de ter que sobreviver em um país desconhecido e fazer com que, do pouco salário que recebiam, sobrasse dinheiro para enviar para os familiares.

Segundo Jack, o processo de imigração fez com que os haitianos se tornassem mais solidários. Ao relembrar os momentos da viagem mencionou experiências coletivas:

Quando você chega no Equador é aquela ... (procura se lembrar de uma palavra brasileira) ah, lembrei, vocês chama de “zona”! Haitiano xingando daqui, de lá, povo sentado no chão, abre a comida assim e come ali mesmo onde tem espaço. Uns vão pro meio da rua, procurar lugar debaixo de árvore e até dorme lá. Falando assim, nem dá pra explicar a bagunça que é, naquele momento você sabe que está sozinho mesmo no meio de todo mundo ali. Por isso, o jeito de sair logo dali é você ajudar os outros. Por exemplo, tem umas senhas que o haitiano pega pra ser ouvido. Às vezes ele fica horas na fila e não é chamado, aí ele sai e vai lá pra fora. Chamam a senha dele, chamam e nada. Aí já começa vários haitianos gritar pra ele ouvir e saber que é a vez dele, entendeu? É isso. Não me interessa naquele momento roubar a hora de outro haitiano, claro que pra uns haitianos espertinhos sim, né? mas todo os outros percebem e aí esse tipo fica sozinho. (JACK, 2018)

Ele relatou o período em que esteve no Equador para a retirada do visto humanitário, do qual acabou desistindo e seguindo viagem até o Peru de modo ilegal. Na narrativa acima, Jack tentou destacar a solidariedade, mas acabou por explanar as dificuldades encaradas em comum por esses trabalhadores que, para se protegerem, era fundamental permanecerem em grupo.

Além disso, Roody descreveu que era comum encontrar trabalhadores haitianos vendendo lugares nas filas para facilitar o processo burocrático do visto humanitário. Em situação semelhante, Mamed (2016) relatou que encontrou disputas entre senegaleses e haitianos em um acampamento, em Rio Branco, no Acre, ao longo de 2015; quando alguns

haitianos roubavam passaportes de outros e vendiam para os senegaleses para que seguissem viagem para o Brasil com maior facilidade, pois, assim, conseguiriam entrar com o visto humanitário, condição que não lhes era permitida.

Por outro lado, foi durante essa experiência de medo, já na trajetória do Equador, que Benjamin e Jack contaram que procuraram grupos de haitianos para se integrarem visando ampliar as possibilidades da imigração. Durante os dias em que permaneceu no Equador, Benjamin encontrou Carlos que o apresentou a outros amigos que já estavam há alguns dias na fila de espera. Ambos se aproximaram porque já haviam decidido o caminho que iriam percorrer quando chegassem ao Brasil. Mas, Carlos era o único dentre os oito novos colegas que Benjamin fizera, que sabia para onde queria ir, pois tinha primos que já trabalhavam na construção civil em Cascavel.

Depois de cerca de quinze dias no Equador, Benjamin contou que ele e os outros companheiros desistiram de conseguir a documentação neste país. O que é compreensível quando relembramos a história de Roody que levou mais de três meses para conseguir o visto. Benjamin e seu grupo decidiram partir do Equador para o Peru. Me contou que “decidimos que ia sair mais rápido e quase o mesmo preço se a gente se unisse e pagasse um carro fretado. E era melhor ir pela zona rural já que na cidade tem possibilidade de proibirem a gente de seguir viagem”. Ao questioná-lo sobre como havia adquirido tais informações, ele disse: “parte dos meus amigos fizeram a viagem com um *raketè* que nos encontrou no Equador e aí falava onde ir e onde não ir de jeito nenhum”.

É importante mencionar que nesta rota, do Equador ao Peru e de lá para o Brasil, Benjamin correu sérios riscos, afinal, não possuía documentos que o legalizasse nesses países, além disso, estava acompanhando um grupo organizado por um *raketè*. Segundo Mamed (2016), na cidade peruana de Tumbes havia um posto policial localizado entre o Equador e o Peru, que muitos imigrantes, principalmente por meio dos coiotes, visavam evitar. Por isso, narrou a dificuldade dos caminhos escolhidos e o medo que tinha de encontrar a polícia.

Benjamin continuou: “quando chegamos na cidade de Trujillo no Peru, o cara do carro disse que, como a gente era em nove pessoas, ia cobrar mais caro. Eu tinha dinheiro pra pagar minha parte, mas tinha outros que não tinham mais”. De Trujillo até Lima, que era um dos destinos onde novamente se reuniriam para reorganizar o trajeto, dava aproximadamente 550 km de distância e cerca de oito horas e vinte minutos de carro. No entanto, quando pesquisei

no *Google* o percurso deste caminho a pé, ele passou a ser 747 km, os quais Benjamin e seus amigos gastariam cerca de cento e sessenta e duas horas para percorrer.

O entrevistado disse que, quando o taxista aumentou o preço no meio do caminho, se desesperou ao ponto de perder a visão. Afinal, mesmo que estivesse acompanhado, a dificuldade era imensa, pois ninguém conhecia o percurso, o *raketè* que estava lhes direcionando havia permanecido no Peru e, segundo Benjamin, “eu acho até hoje que foi ele que organizou isso. Porque ele que apresentou o taxista e disse que a gente podia confiar”. Quando narrou essa história Benjamin parecia ainda sentir o medo e a insegurança daquele dia, lembrou-se que Carlos sugeriu que ficassem em Trujillo para irem caminhando aos poucos até encontrarem uma solução. Ele não queria, mas não havia mais nada que pudessem fazer.

A opção de ir pelo Peru era escolhida pelos haitianos pelo fato de que, mesmo havendo vários empecilhos como: prisão, roubo, extorsão, tortura e estupros (CONTINGUIBA, 2016), ainda era considerada menos perigosa do que o caminho pela Bolívia. Mamed (2016) escreveu que era comum que a viagem até à capital Lima, no Peru, durasse cerca de 25 a 30 horas quando realizada por carros fretados, vans ou ônibus. No entanto, a autora escreveu que alguns haitianos, como Benjamin, acabavam percorrendo trechos a pé.

Fomos a pé, andamos um dia inteiro até chegar em um lugar em que vimos mais haitianos, nos juntamos com eles e ali mesmo, na beira da estrada, num lugar que tinha terra, colocamos as malas no chão e dormimos. Esperando alguém, um milagre, alguma coisa que a gente sabia que não ia acontecer [...] Naquele dia o milagre podia ser a chuva mesmo, né? (risos) era muito sol aí misturava com muita sede que tinha. (BENJAMIN, 2018).

Estar em grupo, para Benjamin, representava fugir do perigo onde crimes contra haitianos poderiam até ser considerados menores do que na Bolívia, mas ainda existiam. Jack, que também realizou o caminho pelo Peru, disse que precisou unir-se com outros viajantes para dar dinheiro aos policiais que haviam parado o ônibus em que estavam e ameaçado denunciá-los como imigrantes ilegais. Portanto, o medo de ser pego pelos policiais foi apresentado como uma das principais causas que fazia com que encarassem, como no caso de Benjamin, rotas alternativas. “Assim, ao chegarem ao Acre, muitos apresentavam problemas de saúde decorrentes da longa viagem e estavam psicologicamente transtornados pela violência sofrida no caminho” (MAMED, 2016, p. 11).

Antes de Benjamin terminar de contar sobre os demais percalços, fez um sinal apontando para sua esposa Jenita e disse: “Por isso Jenita, por tudo isso e mais um monte de coisas que eu vi que não dá nem pra acreditar é que eu não trouxe você logo. Assim não dava!” Ele deixou transparecer que ainda existia mágoa de sua companheira acerca do período que precisou esperar para que pudesse se juntar a ele em Cascavel. Além disso, Benjamin não conseguiu ir até o Haiti para buscá-la. Preferiu mandar dinheiro para que ela viesse do Haiti realizando o trajeto até São Paulo de avião e, então, a encontrou no aeroporto para que terminassem o percurso até Cascavel de ônibus. A viagem ilegal, para as mulheres, foi apontada como mais perigosa, entre os fatores destacados, por isso Benjamin mencionou: “a gente ouvia falar de muitos casos de estupro no trajeto, né?” reafirmando o posicionamento destacado em estudos sobre essa questão. (MAMED, 2016)

“Como eu te falei, né, eu rezava pra Deus mandar um milagre, de certa forma ele mandou”. Benjamin lembrou que, no dia seguinte após dormirem na estrada, quando já não acreditavam que conseguiriam sobreviver, pois estavam desnutridos e a fome fazia com que não conseguissem persistir caminhando, o que aconteceu foi o milagre que ele pediu a Deus, “de repente passou um micro-ônibus e parou, já tinha haitiano lá, mas falaram que tinha lugar pra mais uns de nós, na verdade fomos nós tudo, uns em pé e outros sentado”, foi assim que relatou ter conseguido chegar até a capital do Peru.

Desde o início de sua fala, Benjamin mencionara que tentou de muitas formas não ter que recorrer ao auxílio dos *raketès*, mas, conforme narrado, é nítido que essas redes se organizavam de tal modo que era praticamente impossível fazer a travessia do Haiti ao Equador de lá ao Peru e então ao Brasil sem, em algum momento, precisar de sua ajuda. Além disso, o trajeto percorrido pelas vans (MAMED, 2016) era conhecido pelos haitianos, mas preferiam por segurança fretar um táxi. No entanto, como foi perceptível, por meio da história de Benjamin, não havia meios mais seguros. Ressaltando que a estruturação da rede ilegal de haitianos até o Brasil determinou suas escolhas e caminhos.

Benjamin expôs detalhes de sua estadia de quase um mês no Peru e a luta por atravessar o país mediante as situações que iam aparecendo. Lucas contou que, como dependia das redes clandestinas, permaneceu mais de quarenta dias porque havia outros trabalhadores haitianos na sua frente para continuar o percurso, ou seja, mais de quarenta dias em situações lastimáveis em que “passar fome era normal”. Em uma hierarquia de situações vulneráveis, para ele, passar

fome estava abaixo de ser encontrado por um policial e ter que cancelar sua imigração retornando para o Haiti sem nada.

Jack e Lucas contaram que não havia um planejamento sobre como fazer a travessia, quem os auxiliava era o conjunto de pessoas que havia decidido acompanhar durante o período em que estiveram no Equador. No caso de Jack, seu grupo estava organizado por um *raketè*, “ele não sabia de mim, ele não estava lá com a gente. Só ligava, passava o que e como a gente devia fazer, mas ele mesmo não aparecia”. O entrevistado destacou que o medo era constante, pois estavam em um lugar que não conheciam, não sabiam de fato em quem confiar e estavam ilegais no país. O que fez Jack dizer: “podiam nos matar e ninguém ia ficar sabendo, era isso que a gente pensava toda hora!”, ele não era o único que tinha esse pensamento durante os dias em que viveu no Peru, me contou que nas noites de frio era ainda mais difícil porque algumas mulheres que acompanhavam o grupo choravam de saudade de seus filhos e tinham medo de que nunca mais os encontrariam. A partir disso, compreendi que, embora cada um do grupo tivesse suas dores, elas eram vividas no coletivo porque compartilhavam o medo de não saber o que aconteceria no próximo dia.

Quando o questioneei sobre a alimentação, sem muitos detalhes sobre o que comia (e se comia), disse que não se lembrava. Evidentemente, o silêncio de Jack deixou transparecer as dificuldades e, entre elas, a falta da comida e o desespero por lutar por sua vida durante a viagem para o Brasil. O silêncio também foi uma resposta.

Alessandro Portelli (2007, p. 16) escreveu que: “muitas pessoas com as quais falamos passaram por experiências traumáticas e mudanças pessoais muito radicais”. Isso se tornou claro para mim desde o primeiro contato com os haitianos. O caso de Benjamin foi específico, pois, apresentou disposição para falar sobre seu trajeto de viagem. No entanto, assim como outros trabalhadores, ao narrar sobre a trajetória no Peru, apresentou desconforto e mudanças na fala. Mencionou várias vezes: “você não faz ideia do que é isso!”, e seu silêncio permitiu entender que as experiências foram traumáticas, se tratava de reviver momentos em que não teve controle sobre os trajetos que percorria, ainda que, como destaquei anteriormente, diferentemente de outros imigrantes tenha organizado financeiramente a viagem.

Durante as narrativas os trabalhadores interpretaram suas experiências em relação ao passado – no Haiti e durante o percurso - e ao presente - em Cascavel. Benjamin, por exemplo, falou que, até o momento da entrevista, não havia contado para sua esposa Jenita todas as dificuldades que havia vivido até conseguir chegar ao Brasil. Depois de passar cerca de trinta

dias no Peru, relatou ter vivido dificuldades sérias como fome, ter andando quilômetros a pé a ponto de não sentir mais os dedos, enfim, ter seu direito de vida violado, “vou dizer pra você agora, a cena mais linda da minha vida, as duas mais lindas: a primeira foi o nascimento da minha filha. A segunda, foi o dia que eu cheguei em Iñapari e encontrei os taxistas brasileiros esperando”.

2.2 A CHEGADA NO ACRE E AS LEIS MIGRATÓRIAS

“A gente sente muito medo das fronteiras, né?”, lembrou Lucas que mencionou que se sentiu feliz em ver os taxistas brasileiros que os levariam até chegar na cidade de Assis Brasil no Acre. Por outro lado, sentia medo do que estava por vir. Além da fronteira ultrapassada, esses motoristas organizavam outro trecho da viagem que era o de levar os haitianos para as cidades de Epiaciolândia e Brasileia, onde enfim encontrariam a Delegacia da Polícia Federal.

Depois de relatar tanto sofrimento, cruzar a fronteira assemelhava-se a luz no fim do túnel. No entanto, as narrativas evidenciaram que havia sempre um desafio tão difícil quanto o anterior; no momento em que chegavam ao Brasil o principal obstáculo era conseguir meios para sobreviver. “Eu tinha medo de como os brasileiros ia enxergar nós haitianos”, recordou Lucas, evidenciando que a forma como as pessoas são recebidas “do outro lado” demonstra como as fronteiras não são apenas físicas, mas principalmente moldadas pelo imaginário popular. Afinal, são as fronteiras que nos separam do resto do mundo, principalmente quando a barreira que precisa ser rompida diz respeito a imigrantes que vivem em situações lastimáveis, como a dos haitianos, venezuelanos, senegaleses, bolivianos.

As fronteiras não correspondem apenas ao momento de travessia entre os lados. Elas se estabelecem principalmente no depois, na dificuldade, por exemplo, desses trabalhadores em conseguirem sobreviver em um país que até então lhes era desconhecido. Benjamin, assim como Lucas, como Mike, como Carlos, como tantos outros trabalhadores que entrevistei, optou por chegar ao Brasil pelo estado do Acre.

Segundo Mamed (2016):

No Posto Alfandegário de Assis Brasil, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, os imigrantes se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal para registrar em seus passaportes a data de ingresso em

território brasileiro. Após isso, pela mesma rodovia Interoceânica, seguiam até as cidades gêmeas de Etipaciolândia e Brasileia, onde existe a delegacia de Polícia Federal responsável pela região de fronteira, unidade na qual davam entrada à solicitação de refúgio. Até abril de 2014, estava sediado na cidade de Brasileia o acampamento público de acolhida aos imigrantes. Entretanto, após a mudança dessa estrutura de serviço para a capital do estado, depois de passarem pela Polícia Federal, eles se dirigiam até o novo endereço do abrigo, localizado na cidade de Rio Branco. (MAMED, 2016, p. 12)

Este trajeto, segundo Fernandes e Faria (2017), foi o mais utilizado durante o início do fluxo migratório e tinha como percurso a saída de avião de Porto Príncipe, após alguns dias na capital da República Dominicana, reorganizavam a viagem até o Panamá e de lá iam para Quito. Alguns faziam sem escala, indo diretamente para Lima, no Peru. Depois por via terrestre ou fluvial possuíam quatro escolhas para chegar até o Brasil pela fronteira: Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC), Brasiléia (AC) ou Etipaciolândia (AC). Ressalta-se que fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia na cidade de Tabatinga, estado do Amazonas, era menos procurada devido à dificuldade geográfica de se locomover.

Depois de ultrapassar a fronteira havia outros problemas, Benjamin contou-me que, desde 2011 quando conversava com seus amigos que tinham imigrado, Cascavel era vista como uma cidade considerada rota de imigração. No seu caso a escolha se deu porque seus amigos o avisaram que estavam à procura de eletricista para trabalhar na FAG e pela disposição de outros trabalhadores haitianos em recebê-lo, mas mencionou que:

Muitos vão sem saber pra onde ir. Chegam até as entradas no Brasil, aquelas mais famosas, Acre e ... e ... você sabe, né? e aí, lá aparecem outros haitianos que combinam de dividir lugar pra ir ou empresas que buscam haitianos pra trabalhar. O principal é o trabalho, né? Então se haitiano ouve: “em Cascavel tem trabalho”, vem tudo pra cá! (risos) (BENJAMIN, 2018)

O entrevistado expressou o papel importante das empresas que iam até o Acre para selecionar trabalhadores que serviriam de mão de obra, pois era justamente nesse momento de chegada e de incertezas, no qual os haitianos estavam desesperados por conseguir trabalho, que essas organizações ofereciam vagas expondo condições que eram inferiores as esperadas, mas que eram aceitas, porque precisavam sobreviver.

Segundo Mamed (2015), os estados que mais se destacaram com a presença de empresas no acampamento do Acre foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Embora Mamed (2016) tenha destacado principalmente o papel das agroindústrias da carne na busca de

trabalhadores haitianos no acampamento; segundo o reverendo da igreja Anglicana que acolhia os haitianos em Cascavel, a primeira empresa a buscá-los, no Acre, foi a FAG.

Em uma reportagem disponível no site da FAG a entidade divulgou, em 30 de janeiro de 2012, quando os primeiros trabalhadores haitianos chegaram à cidade de Cascavel:

Um grupo de 44 haitianos chegou hoje de manhã à FAG. Eles passaram cerca de dois meses na cidade de Brasileia, no Acre, e foram trazidos pela FAG para Cascavel, para trabalhar na construção civil. De acordo com o engenheiro civil da instituição, Carlos Oya, a iniciativa de contratá-los surgiu da carência de mão-de-obra, “nós precisávamos de trabalhadores para as novas construções da FAG e com a visão social e humanitária do senhor Assis Gurgacz, aliamos a nossa necessidade à necessidade deles”, conta Carlos. [...] Logo que chegaram, os haitianos foram encaminhados para o Ginásio da FAG, onde assinaram os contratos de trabalho [...] até sexta-feira, dia 04, o grupo ficará hospedado em um alojamento no Ginásio da FAG, até que sejam organizados os apartamentos onde o grupo deve morar.³⁹

Embora a reportagem não esclareça alguns aspectos é fundamental pontuá-los. Esses imigrantes “não chegaram” simplesmente do Acre até Cascavel, eles foram trazidos, o que permite uma análise diferente dos fatos. A FAG é uma faculdade privada que faz parte de um patrimônio maior que envolve também a empresa de ônibus privada Eucatur (que inclusive apareceu em fotografias, no Acre, buscando os trabalhadores haitianos para realizarem o trajeto até Cascavel), seus donos são: Assis Marcos Gurgacz e seus dois filhos: Acir Gurgacz e Jaqueline Aparecida Gurgacz Ferreira.

Diferentemente da notícia destacada acima que visa apresentar uma organização com “valores humanitários”, os proprietários da FAG destacam-se pelas pendências com o setor judiciário, entre elas, o desvio de dinheiro de serviços que deveriam ser destinados para a população pobre de Cascavel e região. Em 2014, o Ministério Público Federal indiciou os representantes da FAG de Cascavel por peculato e fraude⁴⁰. Segundo a denúncia, tinham sido desviados cerca de 4,5 milhões do governo federal, recebidos do Ministério das Comunicações, cuja verba deveria ser destinada para a inclusão digital de pessoas carentes.

É importante evidenciar tais aspectos para justificar que, baseando-se na trajetória de

³⁹ FACULDADE ASSIS GURGACZ. **Grupo de 44 haitianos chega à FAG e assina contrato**. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/novo/noticia/5063>. Acesso em: 5 jun. 2019.

⁴⁰ G1 PARANÁ. **MPF denuncia fundação educacional de Cascavel por peculato e fraude**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/10/mpf-denuncia-fundacao-educacional-de-cascavel-por-peculato-e-fraude.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

seus donos, a FAG estava em busca da força produtiva dos imigrantes como mão de obra barata, o oposto do que foi apresentado na notícia. Afinal, essa faculdade foi uma das primeiras organizações a buscá-los ainda em 2012, quando estava em trâmite a regulamentação da condição de trabalho desses sujeitos. Assim, o contrato estabelecido entre a empresa e esses trabalhadores foi acordado, de modo que a FAG se tornava responsável por eles, pois ainda não havia sido decidida a situação jurídica no Brasil.

Benjamin, que trabalhou na FAG, contou-me sobre a situação descrita acima:

Eu trabalhei como eletricitista, aquele prédio novo da FAG fui eu que organizei tudo de eletricidade lá, mas eu recebia como auxiliar de obra. Muitos haitianos desanimaram porque tinha experiência na construção civil, mas recebia uma miséria. Então por que buscavam a gente lá no Acre? Falaram para os primeiros haitianos que podia vim mais amigos que iam dar moradia, mas quando eu cheguei, não tinha moradia. No Acre, falaram que eu ia ser eletricitista, mas eu ganhava como um auxiliar como se tivesse aprendendo a fazer aquele trabalho. Quando acabou a construção, mandaram todos nós embora, foi desesperador! (BENJAMIN, 2018)

Para a empresa foi uma estratégia de lucro buscar trabalhadores haitianos em 2012, pois não havia regulamentação sobre a presença destes imigrantes no Brasil e nem sobre as formas de contrato de trabalho. Ademais, em 2019, o jornal “Gazeta do Povo” disponibilizou uma lista com “Os 500 maiores devedores da União”⁴¹ e a Eucatur (empresa dos proprietários da FAG) aparecia com dívidas de mais de 1 bilhão de reais, incluindo os seguintes tipos: previdenciária, trabalhista, tributária, criminal, eleitoral e outros débitos não tributários. Portanto, a longa trajetória de pendências, narrada por Benjamin, é consonante com a história donos desta faculdade.

Outro ponto importante é que, juridicamente, os trabalhadores haitianos, até 2012, ainda não recebiam o visto humanitário; solicitavam o refúgio que era analisado pelo Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE) que, ao mesmo tempo em que não podia negar-lhes a solicitação porque o Brasil era um dos países que seguia as normas da Convenção de Genebra de 1951 e da Convenção de Cartagena de 1984⁴², acabava por não lhes receber como refugiados, pois esse reconhecimento jurídico implicaria que o Estado tivesse que se responsabilizar em

⁴¹ SANT'ANA, Jéssica. **Estatal lidera ranking dos 500 maiores devedores da União**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/500-maiores-devedores-uniao-2019/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

⁴² ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 03 jul. 2018.

oferecer condições para uma vida digna a todos os imigrantes haitianos.

Como solução encontrada, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) tornou-se o órgão responsável por discutir a questão humanitária dos haitianos (FERNANDES; FARIA, 2017, p.153). Em 2011, ainda sem medidas definitivas, o CNIg cedeu pela primeira vez a permanência a um grupo de 199 haitianos, por meio da Resolução Normativa n. 27/1998. Assim, o governo federal designou o status de “imigrante por razões humanitárias”, afastando-se da lógica de refugiados. A indecisão supracitada sobre os trâmites legais fez com que esses trabalhadores permanecessem durante dois meses no Acre. Quando enfim foram recebidos como “imigrantes por razões humanitárias”, as demais exigências para que se transformassem em mão de obra eram realizadas rapidamente, conforme pontuado na fala do engenheiro civil da FAG.

Silva (2015) tentou esclarecer os embates jurídicos para além do âmbito da lei, levando em consideração o que modificava, para a realidade haitiana, o termo “refugiado”. Segundo o autor:

Contudo o Conselho Nacional para os Refugiados - CONARE, os haitianos não estariam sofrendo algum tipo de perseguição política, religiosa ou étnica e em base a isso não encontra fundamento para deferir os pedidos de refúgio, encaminhando-os para o Conselho Nacional de Imigração - CNIg, que tem a função de resolver casos omissos, como é o caso dos haitianos. A saída encontrada pelo governo brasileiro foi conceder-lhes um visto humanitário com validade de cinco anos, em razão da dramática situação social no Haiti, agravada ainda mais com o terremoto de 2010 (Resolução 97/2012). Trata-se na verdade, de uma situação de grave e generalizada violação de direitos fundamentais, como o da alimentação, da moradia, da saúde, da educação e da segurança pessoal. Nessa perspectiva, de acordo com o Estatuto do Refugiado, lei 9794/09, eles poderiam ser reconhecidos enquanto tal. (SILVA, 2015, p. 122).

De acordo com Silva (2015), os haitianos poderiam ser considerados refugiados, pois no Estatuto dos Refugiados consta na Seção I, no Art 1º, Inciso III - “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”. Conforme pontuei no primeiro capítulo desta tese, os entrevistados narraram que não existia respeito aos direitos humanos no Haiti, inclusive por parte dos representantes enviados pela ONU que lá estavam para a efetivação destes direitos.

Portanto, criou-se um embate no campo da lei, de modo que, inicialmente, os 44 trabalhadores haitianos ficaram sob a responsabilidade da FAG que os havia contratado. Porém, com o aumento considerável do fluxo imigratório a partir de 2012 não apenas para Cascavel,

mas para outras regiões do Brasil, não havia mais interesse das empresas em oferecer-lhes moradia, auxílio com a língua portuguesa e demais mecanismos de acolhimento. Pelo contrário, visavam usufruir da mão de obra estabelecendo competição entre os próprios imigrantes, para que, conforme pontuou o engenheiro da FAG, fizessem o trabalho que os brasileiros não queriam.

Foi sob essas modificações da lei que Benjamin veio para o Brasil acreditando que sua realidade seria parecida com a de seus amigos, mas foi diferente. Ao chegar a primeira dificuldade foi conseguir o visto humanitário porque era a partir deste documento que seria possível fazer a carteira de trabalho. Por isso, o auxílio prestado no acampamento do Acre, onde realizavam a solicitação do visto *online* e forneciam um lugar para esses trabalhadores dormirem, era tão requisitado. O pedido era efetuado pelo site da Polícia Federal, para isso o requerente precisava preencher um formulário para agendar a data e a hora que seria fisicamente atendido. Os haitianos chegavam ao Acre sem saber português, portanto, o acolhimento era essencial para auxiliá-los na retirada do documento.

A lei utilizada para sistematizar a vida dos imigrantes no Brasil, até 2017, era o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815 de 1980. Ela foi criada durante o período ditatorial e salientava o imigrante como sujeito nocivo ao Estado sob a responsabilidade da Segurança Nacional. Esse estatuto era contraditório à própria Constituição Federal de 1988, por exemplo, que proibia a organização de “quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas” (BRASIL, Art. 107, Lei nº 6.815, Estatuto do Estrangeiro, 1980), ou seja, essa legislação era incompatível com o Estado Democrático de Direito.

A partir de 2012, com o aumento considerável da imigração haitiana no Brasil, novos parâmetros foram criados buscando soluções rápidas, como o visto por questões humanitárias, pois já não era possível desconsiderar a presença desses trabalhadores no país. No entanto, a principal lei referente a este tema permanecia considerando os haitianos como um problema de Segurança Nacional, o termo utilizado era o de “estrangeiros”. Após a consolidação não apenas de imigrantes, mas de famílias de imigrantes, o Estado viu-se na obrigação, mediante pressão dos órgãos acolhedores destes sujeitos, a criar uma lei que correspondesse às novas políticas migratórias.

Após alguns anos de tramitação no congresso nacional, em 2017, enfim, foi aprovada a nova Lei de Migração. A lei nº 13.445/2017 entrou em vigor a partir de novembro de 2017,

desta forma revogando o Estatuto do Estrangeiro 6.815/1980. Como já exposto, a antiga legislação que tratava da migração foi concebida no país no período ditatorial e seu foco era voltado para a segurança e a soberania nacional, destacando o “estrangeiro” como alguém a ser combatido, um potencial inimigo do Brasil. Diante disso, ela dificultava a regulamentação do imigrante que se encontrava no território brasileiro.

A nova legislação nasceu em consonância com a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais do qual o Brasil faz parte, deste modo, com um olhar voltado para os direitos humanos, tratando o imigrante com ser possuidor de direitos e não só de deveres. É importante salientar que a lei de migração foi amplamente debatida com representantes da sociedade civil, o que fica caracterizado na sua formação social. No entanto, após aprovação do Congresso Nacional, a lei foi para a sanção presidencial, na qual, infelizmente, houve vários vetos realizados pelo até então presidente da república Michel Temer. Um dos mais infelizes vetos realizados foi no artigo 118 que garantia anistia às pessoas que ingressaram no país até 6 de julho de 2016. O que seria benéfico na regularização dos imigrantes que já se encontravam em território brasileiro. O veto foi defendido por motivos de segurança nacional, ou seja, havia ainda resquícios do antigo Estatuto do Estrangeiro formulado no período ditatorial.

Outro pesar, sendo contrário ao que era o objetivo da nova legislação de migração, o Governo Federal publicou um extenso documento, o Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017 que regulamentou alguns pontos da Lei nº 13.445/2017, foram apresentadas demasiadas exigências burocráticas para sua fiel execução, alguns pontos, inclusive, conflitantes com o que a própria lei instituiu. Ainda, na contramão da nova legislação, o Brasil deixou de participar do Pacto Global de Migração da ONU em 2019. Essa direção tomada sob o comando do presidente Jair Bolsonaro tornara-se preocupante quanto à respeitabilidade dos direitos fundamentais do migrante.

Sabe-se que o novo estatuto de migração brasileira é inovador e está alinhado aos preceitos fundamentais da dignidade humana, assim como busca a desburocratização dos processos de regularização dos imigrantes. Porém, é perceptível que, desde que passou pelo crivo presidencial, essa legislação vem sendo desconfigurada, desrespeitando o longo processo de debates realizados para sua formulação. Deste modo, é imperativo que entidades responsáveis fiquem vigilantes quanto à sua aplicação, abarcando todos os migrantes e não se torne apenas uma dita lei para “inglês ver”.

No entanto, mesmo com as modificações na lei, o problema da língua foi destacado na maioria das narrativas, principalmente em relação à compreensão das leis trabalhistas e da regulamentação da imigração. “Não entendia das leis no Brasil, me assustava que quando a gente pisava no Brasil, já era a polícia que a gente tinha que ir. Parecia que a gente não era bem-vindo. Depois disso, era um sufoco tentar entender o que a lei dizia que podia ou não fazer”. Disse Jack, que viveu o processo de transição do Estatuto do Estrangeiro para a Lei de Migração de 2017 e contou sobre a aflição dos haitianos em buscar compreender o que essa legislação modificaria na vida daqueles que já estavam no Brasil e acerca daqueles que imigrariam a partir daquela data.

Roody narrou situação semelhante à de Jack sobre dúvidas em relação à nova Lei de Migração. Ele havia chegado ao Brasil com o visto retirado no Equador e, por isso, contou que: “a gente que entrou pelo Equador tem só cinco anos que pode ficar no Brasil, já ele (aponta pra Fredner), que entrou pelo Brasil lá no Acre, tem direito a dez anos. Eu não sei o que fazer, vou ter que conversar na Associação pra buscar ajuda”. De fato, um dos únicos lugares que esclarecia as dúvidas dos haitianos em relação às leis no Brasil eram os voluntários brasileiros da Associação Haitiana de Cascavel.

O entrevistado contou uma situação sobre a qual busquei auxílio do Ministério das Relações Exteriores do Paraná, localizado em Curitiba, para entender. Em uma ligação telefônica realizada no dia 18 de junho de 2019, o responsável disse que realmente havia uma discrepância entre as leis que regulavam o visto humanitário retirado no Brasil dos que eram adquiridos no Equador, o que tornava as normas de imigração para os haitianos no Brasil confusas. Além disso, contou-me que a Polícia Federal estava vivendo um embate em relação aos vistos, pois, no dia em que liguei, já haviam sido distribuídas senhas de atendimento para a aquisição do documento, mas havia sido extrapolada a quantidade máxima de solicitações. Ao questionar o número de vistos humanitários que a Polícia Federal disponibilizava anualmente, o responsável pelo Ministério das Relações Exteriores afirmou que não sabia responder.

Por essas e outras questões que a Associação, que Roody destacou que foi organizada pelos próprios trabalhadores haitianos de Cascavel com o auxílio do reverendo da Igreja Anglicana e do Centro dos Direitos Humanos, tornou-se tão importante. Segundo ele, “nas reuniões da Associação tiramos dúvidas e nos unimos!”. Desde a primeira vez em que os haitianos se reuniram para discutir a construção da Associação, havia a presença de duas advogadas que eram representantes do Comitê dos Direitos Humanos de Cascavel. Conforme

os trabalhadores haitianos narravam as dificuldades que sofriam em relação à compreensão da lei, elas anotavam e depois apontavam esclarecimentos que eram traduzidos para o *kreyòl* por Jean.

No entanto, antes de conseguirem organizar o trajeto até Cascavel e buscar apoio da Associação, estes imigrantes enfrentaram dias ou até mesmo meses de precariedade no acampamento no Acre. Mediante a tantas incertezas e dúvidas, quando enfim tinham em mãos os documentos, outro problema importante os perseguia, “será que eu ia mesmo encontrar trabalho?”, lembrou Jack.

Entre 2010 e 2015, o Acre foi a principal via de acesso dos haitianos no Brasil (MAMED, 2016). Pesquisadores que estiveram no local, como Geraldo e Marília Cotinguiba que destacaram:

A noite vimos que a acomodação no local era impossível, dado o número de pessoas e a capacidade do lugar, e por isso, revezavam-se nos poucos colchões e os demais pelos bancos da praça para dormirem, ou [...] esperavam para descansarem durante o dia (CONTIGUIBA, 2016, p. 180).

O relato desses estudiosos refere-se ao ano de 2012, momento no qual ainda não se tinha noção da quantidade de haitianos que cruzariam a fronteira e procurariam ajuda naquele lugar. Semelhante à discussão apresentada pelos autores, Benjamin, que veio em dezembro de 2011, lembrou que “a primeira noite que fiquei lá, dormi no chão. Abracei minha mochila e pensei: meu Deus, quando vou ter dignidade de novo?”. Ele se sentia como “mais um” imigrante em meio ao caos, mas quando recordava de seus familiares que haviam permanecido no Haiti, lembrava-se que ocupava um espaço importante na vida daquelas pessoas. Por isso, mesmo que, no Haiti, sua existência fosse repleta de dificuldades, ainda assim compreendia que lá tinha mais dignidade do que a condição de imigrante na qual se encontrava, sentia-se como um número a mais na estatística do acampamento.

Jack também vivenciou a precariedade do acampamento, em 2013, e lembrou os principais aspectos de sua experiência:

Difícil, né? Não tinha como dormir direito. Era sempre muita gente, você virava pro lado e de repente levava um susto, tinha alguém te olhando, sabe? (risos). Os banheiros eram insuportáveis de cheiro forte, tinha alguns moradores da cidade que chegavam a cobrar R\$5,00 pra ir no banheiro deles pra gente poder tomar um banho decente. Isso acontecia com água também, a gente quase não tinha. Eu tive coragem de bater palma numa casa e pedir se

podiam me dar uma garrafinha de água. Mas o pessoal, de modo geral, não aguentava mais ouvir falar de haitiano (risos) (JACK, 2018).

Por isso, o auxílio mútuo que Jack e os outros companheiros haitianos fizeram durante o trajeto se intensificou ainda mais no acampamento, visto que foi uma das formas encontradas para conseguir sobreviver; “tinha dias que era muito calor, nós dividíamos quem ia buscar água. Aí era uma garrafa de água por haitiano, então mesmo que a gente ficasse passando sede, bebia um pouco e dividia pra ter água pra todos”. Ainda que Jack tenha narrado aspectos solidários no acampamento, conforme os dias passavam, as incertezas se tornavam cada vez maiores. Deste modo, Mike relatou que ocorriam discussões sobre o lugar para dormir, sobre o espaço na fila para buscar água e comida, ou seja, em determinados momentos a angústia tomava conta destes trabalhadores que relacionavam o passado – as dificuldades enfrentadas para chegar até o Brasil - com o presente - a vida no acampamento - e chegavam a imaginar que “nada podia ser pior”.

Mike que chegou, em 2015, no Brasil pelo Acre, ficou em um lugar distinto do narrado por Jack. Segundo Mamed (2016), depois de persistirem as denúncias, o governo providenciou uma chácara privada de cinco hectares em um local de proteção ambiental chamado Irineu Serra, localizado a 10 km de Rio Branco.

O trabalhador contou que:

Tinha até piscina! Mas claro que não havia condição alguma de entrar. Mas pelo que os outros haitianos conta, lá foi muito melhor. Tinha apartamentos que a gente dividia, sabe? Mas tinha lugar pra dormir. Quando cheguei cada um tinha uma cama, depois foi chegando mais e mais, aí fomos improvisando e uns dormia no chão. Mas até que foi bom lá, pelo menos pra mim, né? (MIKE, 2018).

Conforme Mamed (2016), alguns problemas permaneceram, como a falta de água e o mau cheiro devido às privadas entupidas. Além disso, o espaço tornou-se ineficiente para a quantidade de imigrantes que não paravam de chegar.

Acerca da experiência em relação à população que vivia no Acre, Mike, que chegou em 2015, e Jack, que chegou em 2013, contaram que sabiam que não eram bem-vindos; Jack lembrou que “andava na cidade, às vezes buscando emprego e às vezes só pra não enlouquecer” de ficar no acampamento e ouvia os gritos: “macaco”, “volta pro seu país”. Mike, recordou que, no ápice da vontade de beber um copo de água, bateu na porta da casa de uma

senhora que o recebeu com vassouradas. Por isso, ambos disseram que preferiam passar necessidades, em Cascavel, do que ter que retornar para o acampamento no Acre. Ele acrescentou: “no meu país o povo é educado, se ver um brasileiro passando sede o haitiano tira o que tem, ou até o que não tem pra ajudar”, demonstrando que, logo nos primeiros dias, já havia compreendido que a fama de “homem cordial” do brasileiro, era uma invenção, pelo menos em relação aos imigrantes haitianos.

A chegada desses trabalhadores a Cascavel não ocorreu de modo homogêneo. Jack não escolheu essa cidade, isto é, foi escolhido por representantes de empresas que estavam no Acre para definir os trabalhadores que seriam contratados pelos frigoríficos de Cascavel. E então, como foi a primeira oportunidade de trabalho no Brasil, aceitou, afinal, como pontuou: “eu imigrei para trabalhar!”.

Benjamim lembrou que Carlos, desde o Equador, contava que tinha primos que já moravam em Cascavel, por isso havia decidido que essa cidade seria seu próximo destino, mesmo assim teve que passar pelo processo da empresa quando chegou ao Acre. O que permitiu constatar que não se tratava apenas de uma escolha própria, era necessário ser selecionado. Além do que, somente assim conseguiria que a empresa, neste caso a FAG, pagasse suas despesas até Cascavel. Os colegas, que não sabiam ao certo para onde e como ir, participaram da seleção e ao serem contratados se juntaram a Benjamin e a Carlos para trabalharem na construção civil da faculdade.

“Foi aí que à noite, a igreja que ajudava a cuidar da gente avisou que ia naquela semana empresas pra contratar a gente. Aí ficou aqueles gritos de alegria (risos), povo haitiano em festa!”, lembrou Benjamin que disse que só não chorou por se considerar um homem muito forte. No entanto, foi perceptível que seus olhos se encheram de lágrimas, quando lembrava a oportunidade de trabalho que, naquele momento, significava entre tantas possibilidades, a efetivação do motivo que o fez imigrar.

Como havia ineficiência dos órgãos públicos, grupos voluntários e, entre eles, as igrejas, se responsabilizavam em auxiliar a partida dos imigrantes do acampamento. Segundo Mamed (2016), a permanência diária neste acampamento era de cerca de 500 a 1.000 pessoas em um espaço que deveria ser ocupado por 200, no máximo 300 pessoas. Por isso, algumas igrejas, juntamente com outros grupos que prestavam auxílio, buscavam agilizar o processo de distribuição dos imigrantes por outras cidades brasileiras.

Segundo Handerson Joseph (2017),

Em alguns casos, a escolha de Curitiba foi motivada pela presença de padres ou outros representantes da Pastoral do Imigrante nas cidades de Rio Branco (AC) ou Manaus (AM), portas de entrada de muitos migrantes. Com efeito, através de contatos com outras pastorais das regiões Sudeste e Sul, representantes incentivaram a migração para o Sudeste e Sul do Brasil, onde, segundo eles, havia maior oferta de postos de trabalho e também onde havia sedes da pastoral do migrante às quais eles poderiam se dirigir em busca de acolhimento e ajudas diversas. (JOSEPH, 2017, p. 33).

Desde 2010, a Igreja Católica foi um dos primeiros setores a se mobilizar em auxílio aos imigrantes. Além disso, como pontuou Joseph (2017), a Igreja foi fundamental para a distribuição de mão de obra haitiana para as empresas, em específico os frigoríficos da região Sul, de modo a tentar organizar a estrutura do acampamento para que fosse possível acolher os imigrantes que chegavam e oferecer perspectivas para aqueles que já estavam ali há dias ou até meses.

Benjamin recordou: “lembro que era uma segunda-feira que chegaram lá, nós haitiano, estava tão feliz que tinha passado o final de semana cantando. Acordei bem cedo pra tomar banho e não pegar fila queria muito que me escolhessem”, continuou narrando que, por volta das 7h da manhã, os contratantes da FAG se posicionaram em uma tenda e, após conversar com os responsáveis pelo acampamento, organizaram uma pré-seleção acerca do “modelo de trabalhador” que a empresa queria.

Fazia assim, uma fila indiana, às vezes organizavam por idade. Nós estávamos de shorts e sem camisa. Ficávamos debaixo do sol, enquanto passavam olhando pra gente. Não sei onde olhavam mais... era o corpo inteiro. Eu sei porque me escolheram, fizeram algumas perguntas e eu disse que tinha experiência na área de eletricitista. É como se estivessem vendendo Benjamin. (BENJAMIN, 2018)

Benjamin expressou humilhação por ter que passar por uma experiência em que se sentiu vendido como um objeto e, ao mesmo tempo, havia medo de que não agradasse suficientemente a empresa e, então, não conseguisse o trabalho. Disse que pensava em sua família, que estava disposto a realizar qualquer esforço para vê-los de novo. Em seguida, contextualizou: “eu já ouvia história sobre o Brasil de que foi um país que fazia os negros trabalharem de escravos, eu achei que tivesse mudado”; ao enunciar essa frase me mostrou suas mãos cheias de calos e feridas resultantes de anos de trabalho na construção civil e contou que,

entre as principais exigências da empresa para contratá-lo, pediram que ele mostrasse os dentes, que fizesse alguns exercícios para demonstrar que não estava doente e que poderia servir para o trabalho braçal.

O entrevistado tinha consciência de que, se durante a escravidão, os africanos eram forçados a virem para o Brasil para serem explorados; a condição da qual fazia parte, naquele momento, apresentava formas diferentes da venda produtiva de sua força de trabalho, mas a exploração acerca dos trabalhadores negros ainda permanecera intensa.

Ao pontuar a questão da escravidão, Benjamin apresentava a contradição em relação ao que esperava do Brasil e ao que vivia no Haiti, pois em seu país natal também trabalhava na construção civil e era explorado de tal forma que havia dias que dormia na obra por estar demasiadamente cansado. Mas, no Brasil, aliado ao fato de ter que permanecer exposto debaixo do sol para que a empresa conferisse suas condições físicas, implicava também a cor de sua pele e o país de onde vinha; “eles acham que a gente que é haitiano é acostumado a viver sendo humilhado porque nosso país é pobre, mas não é verdade. Nós temos dignidade!”. Demonstrava a raiva em ter vivido esse momento de contradição em que precisava se vender para conseguir ser escolhido para o trabalho, ao mesmo tempo em que condenava a atitude da empresa em expô-los como mercadorias.

O sentimento de revolta demonstrado por Benjamin foi destacado nas narrativas de Jack assim como na de Mike, que imigraram antes de 2015, e relataram semelhanças com o processo narrado por Benjamin de escolha de trabalhadores no acampamento. Sobre este processo, Jack narrou: “tive que ir de shorts e sem camisa, falar a idade e se era casado, pediram se eu já tinha tido alguma doença e olharam minhas mãos. Era muita gente querendo trabalho!”, além de pontuar que só naquele dia saíram três ônibus lotados rumo ao frigorífico da Coopavel em Cascavel.

Nas palavras de Jack, “o processo foi humilhante”. Disse-me que, dias antes da empresa chegar para selecioná-los, procurou aprender palavras em português para que pudesse impressionar o contratante, “pra quê, né? Nem ouviram o que eu tinha a dizer”. Ele estava entre os “escolhidos”, mas não sabia o que exatamente estava por vir, contou que, depois deste acontecimento, pensou que teria uma festa da população haitiana cantarolando e comemorando, “a gente ficou em silêncio. Não sei o porquê, não tinha motivos para comemorar. Na verdade, a gente foi humilhado”.

Depois disso, precisou se organizar imediatamente para seguir viagem, pois, havia mais haitianos que estavam chegando ao acampamento e os que tinham conseguido trabalho precisavam desocupar o lugar. “A gente demorou uns cinco dias até chegar em Cascavel, nem sentia minhas pernas mais”. Durante esse período da viagem de ônibus, Jack recordou que as paradas para alimentação eram pagas pela empresa que, obviamente, descontou cada centavo de seus salários.

De acordo com as narrativas, pude perceber que os representantes dos frigoríficos escolhiam trabalhadores mais jovens, que tivessem uma aparência física de força, para trabalharem nos setores que exigiam carregamento e descarregamento de caixas. Já os que afirmavam serem casados, como foi o caso de Lucas, normalmente eram alocados nas linhas de produção, nas quais, além de realizar movimentos bruscos e extenuantes por minuto, eram obrigados a aguentar temperaturas frias que não estavam acostumados. “Eu aguento e vou aguentar até quando Deus deixar, né?”, afirmou Lucas que demonstrou tamanha persistência juntamente com outros trabalhadores da linha de produção que, embora tenham sido os que mais relataram sofrer no trabalho, foram os que salientaram ser a principal fonte de renda da família. Desde o processo de triagem, a lógica era organizada para a exploração máxima do trabalho dos imigrantes haitianos nos frigoríficos, levando em consideração as especificidades de suas histórias.

Quando chegaram a Cascavel, Jack disse que a empresa os “despejou em um bairro com vários outros trabalhadores haitianos”, os deixaram lá, sem se responsabilizar como passariam a noite, mas lembraram de exigir que no outro dia estivessem às 08h no trabalho. “Aí o pessoal de uma igreja ajudou a gente, né? Um haitiano ligou pra o reverendo que aí ajudou a gente a dormir na casa de outros haitianos espalhados na cidade, e aos poucos a gente foi achando nosso lugar”. Novamente não havia sido o Estado o responsável por acolher os imigrantes.

2.3 OS HAITIANOS NA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL

A principal lei que rege o país é a Constituição Federal de 1988, porém cabe aos entes federados (a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios) criarem políticas públicas com o objetivo de dirimir os problemas de grupos que se encontram em vulnerabilidade social.

Sem isso, os direitos fundamentais do ser humano, que são preconizados na Constituição Federal, são apenas uma letra morta. A Constituição e as leis esparsas mencionam vários direitos sociais, no entanto eles precisam ser implementados por meio de políticas públicas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em setembro de 2019, que de 2010 a 2018 aproximadamente 500 mil imigrantes entraram no Brasil. Ainda nesta pesquisa, os dados indicaram que havia a presença de imigrantes e refugiados em 3.876 dos 5.568 municípios brasileiros, mas apenas 215 destas cidades possuíam algum tipo de serviço público direcionado a estes sujeitos. É importante mencionar que, entre essas políticas públicas, o IBGE destacou que a maioria era viabilizada em condições precárias, como por exemplo, o acampamento no Acre. Dessa forma, ainda que, em 2017, na Lei 13.445, Lei de Migração, tenha sido instituída, no 3º parágrafo, a obrigação de políticas públicas para os imigrantes como garantia de sua inclusão social no Brasil, são praticamente inexistentes os serviços públicos que se dedicam a tais especificidades.

Assim como na pesquisa destacada pelo IBGE (2019), a falta de políticas públicas voltadas aos imigrantes pôde ser percebida desde o primeiro contato que tive com esses trabalhadores; conforme narrou Stephania, “não sabia aonde ir pedir informação, tinha medo de não conseguir trabalho, e se eu precisasse de médico pra minha irmã que é hipertensa?”, ou seja, as dificuldades em lidar com aspectos básicos do cotidiano até fatos mais complexos, como as leis trabalhistas e a procura de ajuda médica, foram apresentados como desafios para estes trabalhadores, principalmente devido ao não domínio do português.

Para buscar compreender se havia políticas públicas municipais para os imigrantes em Cascavel, percorri dois caminhos: o primeiro foi entrevistar assistentes sociais responsáveis pelos bairros com maior índice de procura de ajuda por parte de imigrantes. As três assistentes sociais mencionaram que até o momento da entrevista, em fevereiro de 2020, o público que mais atendiam eram os haitianos e os venezuelanos e que não havia política pública específica e nem treinamento adequado para lidar com estas pessoas.

A segunda maneira foi buscar evidências para compreender as políticas públicas em relação aos imigrantes haitianos em Cascavel, para isso pesquisei nas Atas da Câmara Municipal dos Vereadores. O caminho mais promissor foi o contato com as assistentes sociais, já que nestes documentos consta apenas uma lei específica em relação aos haitianos.

Conforme consta:

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná aprovou de autoria do ilustre vereador Carlinhos Oliveira, e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei: Art. 1º Esta Lei institui o “Dia do Imigrante Haitiano” no município de Cascavel, a ser comemorado sempre no dia 18 de maio de cada ano. Art. 2º É facultado ao poder público municipal colaborar com ações que possam homenagear o Dia do Imigrante Haitiano. Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial. (LEI Nº 6.728 de 03 de julho de 2017)

Embora o aumento da presença de haitianos em Cascavel seja destacado a partir de 2012, apenas em 2017 essa lei foi elaborada. Além disso, ela foi construída a partir de um processo de constante participação dos voluntários que acolhiam os imigrantes e solicitavam incansavelmente por políticas públicas para essas pessoas. No entanto, as reivindicações não eram a de “um dia do imigrante haitiano”, mas a busca por acolhimento de maneira sistematizada, como por exemplo, a capacitação das assistentes sociais para que auxiliassem os haitianos com a legalização dos documentos e a questão da disponibilidade de cursos de português fornecidos pela prefeitura.

Em outra notícia, no site da Câmara Municipal de Cascavel, em maio de 2017 (meses antes da aprovação da referida lei), o representante da Cáritas havia procurado os vereadores para solicitar políticas públicas para os haitianos devido à situação de vulnerabilidade destes sujeitos. Entre as reivindicações segue a fala destacada no site: “há dificuldades de acesso aos bancos escolares começando por Cmeis para filhos e cursos de português para gerar adaptação na sociedade”. A reportagem é finalizada com o apelo do representante: “o que o coordenador da Cáritas pede é uma preocupação dos vereadores num todo para com a causa, iniciando com uma reunião entre líderes haitianos e os vereadores e, iniciativas para que Cascavel ofereça uma política pública de inserção dos imigrantes haitianos”⁴³.

Exponho a lei referida e a intervenção do presidente da Cáritas para discutir não apenas a falta de políticas públicas para os imigrantes em Cascavel, mas o descaso dos órgãos públicos em lidar com o que realmente foi apresentado como dificuldade para eles. Quando perguntei para Roody, o vice-presidente da Associação dos Haitianos, sobre a relação deles com a prefeitura a resposta foi: “eles não escuta os haitianos. A gente não consegue falar sobre nossos problemas, só com outras pessoas que nos acolhe, as igrejas e os voluntários”. Comparando o conteúdo da lei do dia do imigrante com o discurso do representante da Cáritas, que havia

⁴³ ASSESSORIA DE IMPRENSA, Câmara Municipal de Cascavel. **Entidade cobra política pública voltada aos imigrantes haitianos**. Disponível em: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/6762-entidade-cobra-uma-politica-publica-voltada-aos-imigrantes-haitianos.html>. Acesso em: 29 fev. 2020.

procurado a prefeitura e apontado a necessidade de ouvi-los para que se caracterizassem quais eram suas principais dificuldades, é possível pontuar que o primordial para estes imigrantes não foi levado em consideração.

Valorizar a cultura haitiana, conhecer sua história e buscar compreender outras características acerca do Haiti para além dos desastres, como o terremoto, é importante. No entanto, mediante tantas dificuldades encontradas pelos haitianos, já salientadas nas narrativas desta tese, torna-se inegável que existam elementos fundamentais e urgentes: como a garantia dos direitos humanos para que essas pessoas não precisem, como salientou Jack: “teve uma família que dormiu três dias na rodoviária porque não tinha mais espaço na igreja que acolhia os haitianos”, depender do auxílio apenas de voluntários. Ademais, o que não se pode considerar é que estabelecer “um dia do imigrante” seja suficiente em relação às batalhas enfrentadas diariamente por eles. Como se falar em comemorar o dia da bandeira haitiana, quando há haitianos na luta pelo que comer?

Em Cascavel, três foram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) mencionados como os mais procurados pelos haitianos: CRAS Cancelli, CRAS Periollo e CRAS CEU. Conforme mencionado, realizei entrevistas com as três assistentes sociais responsáveis por esses CRAS, que relataram algumas das dificuldades vividas para lidar não apenas com os imigrantes haitianos, mas com outros imigrantes como: venezuelanos, senegaleses, entre outras nacionalidades.

A primeira temática abordada foi acerca das políticas públicas em relação aos imigrantes haitianos, as três responderam enfaticamente “não tem”, “não existe”, “quem dera!”, dessa maneira seguimos o diálogo acerca das dificuldades envolvidas no trabalho das assistentes, as quais salientaram que não estavam preparadas para receber a quantidade de haitianos que havia na cidade e que, por isso, a forma mais efetiva para que conseguissem atendê-los era a troca de experiências realizadas entre elas mesmas.

Quando perguntei sobre a principal dificuldade em auxiliar os haitianos, a assistente social do CRAS CEU enfatizou:

A língua! Nós sofremos muito para compreender o que eles falam! Não conseguimos entender o que eles precisam. Quando nos procuram, gostaríamos de enfatizar que eles têm os mesmos direitos que os brasileiros, ou seja, uma maior facilidade em programas como o “Minha casa, minha vida”, por exemplo, ou conseguir cesta básica mensal [...] na realidade, o que nós procuramos fazer foi o seguinte, tentar empregar como estagiário ou estagiária haitianos para que nos ajudassem a entender o que as famílias que

recorriam à assistência social solicitavam. Auxiliou bastante na compreensão, mas no caso do meu CRAS, por exemplo, o haitiano acabou desistindo do trabalho e optando por algo que pudesse receber mais. (ASSISTENTE SOCIAL, 2020)

Como é possível observar, as profissionais identificaram uma série de contradições que não permitiam que a acolhida a estes imigrantes se concretizasse. Devido a isso, conforme cadastro disponibilizado pela prefeitura acerca do atendimento da Assistência Social, entre 2010 a 2019 apenas 421 famílias haitianas haviam sido, de alguma forma, atendidas por essa instituição; é fundamental mencionar que não significa que elas foram mensalmente auxiliadas. Algumas recorreram uma vez à assistência social, e depois, mediante a burocracia exigida, deixaram de requisitar tais benefícios.

Segundo Natasha,

Quando fui no CRAS, a gente morava em dez pessoas numa casa. Tinha pelo menos gente de quatro famílias diferente. Tinha dois bebês recém-nascidos. Nós conseguimos uma cesta básica pra nós tudo! A mulher disse que não tinha como nos ajudar com mais nada porque não tinha como colocar lá na internet que numa casa morava mais de dez pessoas e várias famílias diferentes. Eu fiquei desesperada porque eu não estava trabalhando, vários de nós estava morando lá pra não morar na rua. Naquele dia eu entendi que não havia ajuda do governo brasileiro pra nós haitianos, se não fosse a gente se ajudando e trabalhando sem parar, morria tudo de fome! (NATASHA, 2017)

A experiência destacada pela entrevistada torna evidente porque muitos procuraram a assistência social, mas acabavam deixando de lado essa opção e recorrendo a outras instituições, como as igrejas. As funcionárias mencionaram que o sistema de fornecimento de auxílio, como a cesta básica, não permitia selecionar que em uma mesma casa morava mais do que uma família, ou ainda, no caso dos haitianos, dez pessoas de famílias distintas. Por isso, mesmo elencando que os imigrantes possuíam os mesmos direitos sociais que os brasileiros, a lei não correspondia à realidade vivida.

Narraram também acerca da dificuldade em conversar com as mulheres haitianas sobre questões básicas referentes à saúde da mulher. Além da complexidade da língua, pois as profissionais relataram que era necessário conversassem por meio de desenhos para compreenderem suas solicitações; quando se tratavam de mulheres grávidas ou com filhos pequenos, era difícil convencer os maridos sobre a necessidade do acompanhamento médico. Para as assistentes sociais, havia dificuldade dos haitianos de confiar em médicos do sexo

masculino para atender suas esposas.

Sobre este aspecto, além das experiências em relação às entrevistas, em que percebi o papel da mulher haitiana frequentemente associado à condição de uma figura masculina, esta atitude receosa pode também ser justificada pelo fato de que os órgãos representantes de acolhimento dos imigrantes no Brasil, como o CNIg, destacaram que foi comum nos relatos de mulheres que vieram por meio do tráfico ilegal mencionarem casos de estupro durante o trajeto do Haiti para o Brasil. Sendo assim, as assistentes salientaram que, pela desconfiança dos maridos e das próprias haitianas em relação aos brasileiros, havia mulheres que já estavam no final da gestação e não haviam recebido acompanhamento.

Novamente a fala dessas profissionais evidenciou o descaso do Estado brasileiro, visto que, o próprio órgão de representação dos imigrantes, o CNIg, identificou situações de vulnerabilidade que parte das mulheres imigrantes viviam, quando condicionadas ao tráfico ilegal de pessoas, mas não forneciam nenhum tratamento em relação à sua saúde mental, o que se agravava quando engravidavam, pois tanto elas quanto seus maridos permaneciam com medo do desconhecido.

“Eu mesma já cansei de indicar os haitianos para que procurassem a Cáritas porque lá eles têm um papel de acolhimento mais efetivo, lidam diariamente com os imigrantes” afirmou a assistente social do CRAS Periollo, demonstrando que a falta de políticas públicas não atingia apenas os que precisavam de ajuda, mas também o papel destas servidoras que possuíam contato direto com estes trabalhadores.

Os haitianos e as haitianas que procuravam auxílio o faziam com o objetivo específico da alimentação, pois como havia a dificuldade de compreensão da língua não conseguiam obter algumas informações, como por exemplo, apoio com a regularização da documentação. Ao questionar se a assistência social lidava com os imigrantes do mesmo modo que com os demais brasileiros, elas afirmaram que, após a regularização da documentação, o atendimento era o mesmo. No entanto, salientaram que, além da doação de comida, eram disponibilizados cursos e que os haitianos não demonstravam interesse em participar, principalmente as mulheres.

Ao comparar os haitianos e os venezuelanos, as assistentes sociais declararam que havia um atendimento mais especializado em relação ao segundo grupo, pois a língua não era um fator que prejudicava a comunicação, por isso, além da busca por cestas básicas, era frequente a participação das venezuelanas nos cursos oferecidos pelos CRAS. Intrigou-me o baixo

envolvimento das haitianas na realização desses cursos, visto que, na entrevista realizada com o padre responsável pela Pastoral do Migrante em Cascavel, ele relatou que a igreja também fornecia atividades desta natureza e que a presença de haitianos e haitianas era constante.

Ao conversar com as profissionais mencionadas e com os imigrantes, pude concluir que não encontravam naquele espaço a forma de acolhimento que precisavam, não porque eram maltratados, mas porque, quando procuravam ajuda, esperavam um processo rápido e específico para suas necessidades; como citou Mike, “eu fui na assistência social, eu estava sem nada pra comer, mas aí eu tinha que esperar ela vim na minha casa, ver se eu morava aqui mesmo, ver com quem eu morava, minha barriga não ia esperar esse tanto de dias!”.

Ademais, Mike pareceu compreender que os cursos oferecidos pelos CRAS, como o de costura, não era maneira de auxiliar a ter um ofício: “vou lá e peço comida e me dão, mas em troca tinha que fazer curso. Só que o curso era na hora que eu procurava emprego e no final de semana eu já fazia português lá na igreja”, ou seja, segundo sua narrativa, as atividades, embora tivessem como destinatários os imigrantes, não levavam em consideração a realidade em que viviam. Os cursos disponibilizados pela igreja tinham um maior alcance, principalmente pelas mulheres, não apenas pela identificação com a proposta, mas também porque os que participavam, aos finais das missas, vendiam os produtos que haviam aprendido a produzir. Entre as formações ofertadas, o padre mencionou o de fabricação de material de limpeza.

A seguir apresento o último aspecto narrado acerca das políticas públicas, cuja iniciativa foi das próprias assistentes sociais com a Secretaria Municipal de Assistência Social, essas profissionais se organizaram e elaboraram uma cartilha explicando o papel do CRAS e informando os direitos que os imigrantes teriam na cidade de Cascavel. No entanto, quando as entrevistei, em 2020, esse informativo ainda não estava pronto, pois a tradução para o *kreyòl* não havia sido terminada.

Em 2014, uma experiência semelhante foi organizada pela Associação Haitiana de Cascavel, pelo reverendo da Igreja Anglicana e pelo vereador Paulo Porto que reproduziram cartilhas iguais às que eram distribuídas pela Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga, no Acre.

Conforme a notícia:

A Associação dos Imigrantes Haitianos de Cascavel iniciou nesta semana a distribuição de cartilhas que irão auxiliar na comunicação e inserção social dos caribenhos que hoje residem no município. Publicada em crioulo-haitiano

e português, o material será distribuído entre os próprios haitianos e órgãos públicos, entre eles locais de busca de emprego, postos de saúde, UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), entre outros [...] A cartilha de título “Ann Pale Potigé” foi organizada pela Associação dos Imigrantes Haitianos em Cascavel, com apoio do mandato do vereador Paulo Porto (PCdoB) e do Centro de Direitos Humanos de Cascavel. No total foram confeccionistas mil exemplares. Essa é a terceira edição da cartilha, que anteriormente já havia sido distribuída pela Pastoral da Mobilidade Humana da Diocese de Tabatinga (2011) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2012), em Brasília”. (CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, 29 de agosto de 2014)⁴⁴

O documento mencionado foi distribuído em 2014; quando questionei haitianos que chegaram alguns anos depois, como o Lucas, ele me disse que “nunca ouvi falar dessa cartilha. Até acho que se tivessem me entregado seria interessante pra ajudar nas dúvidas, mas da prefeitura nunca recebi ajuda nenhuma!”. Embora seja uma iniciativa importante, era necessário que a prefeitura tivesse apoiado a reimpressão constante desses informativos, afinal, o deslocamento de imigrantes ainda é uma realidade visível.

O que se tornou claro, mediante a pesquisa sobre políticas públicas em Cascavel para os imigrantes, é que não havia nada estruturado pensando na condição destes sujeitos, o máximo de esforço que havia, segundo as próprias assistentes sociais, era o de afirmar que eles possuíam os mesmos direitos que os brasileiros. No entanto, isso não se concretizava por diversos fatores, como a língua.

2.4 O ACOLHIMENTO DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS EM CASCAVEL

O que foi destacado no tópico anterior deste estudo foi a falta de política pública municipal, pois os órgãos públicos, mesmo sabendo da existência dos imigrantes na cidade, deixavam a cargo da Associação organizada por eles e dos voluntários representantes das igrejas a efetivação e o acolhimento destes sujeitos. Na sequência será exposto como algumas instituições religiosas contribuíram e contribuem com os haitianos.

⁴⁴ ASSESSORIA DE IMPRENSA, Câmara Municipal de Cascavel. **Órgãos públicos começam a receber cartilhas destinadas a imigrantes**. Disponível em: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/4737-orgaos-publicos-comecam-a-receber-cartilhas-destinadas-a-imigrantes.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

2.4.1 A Igreja Anglicana

O primeiro contato que tive com os imigrantes foi direcionado por Luiz Carlos Gabas, responsável pela Igreja Anglicana de Cascavel. Ele ocupou um papel importante não apenas como mediador para que eu realizasse as primeiras entrevistas, mas como constantemente mencionavam: “ele é uma das principais pessoas que ajuda nós. Ele luta pela gente e nem é haitiano!”, recordou Jean ao contar sobre o esforço do religioso para a construção da Associação Haitiana de Cascavel; em seu trabalho Eberhardt (2017) escreveu sobre a importância desta figura para os imigrantes.

Ao contrário das outras igrejas que buscarei destacar, nas quais havia um grupo de voluntários representativo da instituição, na igreja Anglicana o reverendo trabalhava praticamente sozinho no auxílio aos haitianos. Em 2016, tive a oportunidade de entrevistá-lo e tirar algumas dúvidas acerca desse atendimento prestado. Nascido em São Paulo, residia em Cascavel há 11 anos. Além desta cidade, atendia as igrejas Anglicanas de Palotina e de Marechal Cândido Rondon. Quando questionei se a comunidade anglicana de Cascavel contribuía, ele disse que a ajuda era manifestada de forma indireta, ou seja, não havia nenhum grupo de voluntários dispostos a atendê-los, mas quando os haitianos solicitavam ajuda com alimentação, roupas ou outras necessidades, ele pedia, aos finais de semana, durante o culto, e era comum que os fiéis ajudassem.

Ele expôs, em sua narrativa, várias das problemáticas transcritas nesta tese, como por exemplo, a dificuldade de conseguir auxílio para ajudar todos os haitianos que o procuravam, considerando que a busca do que comer e de onde viver era comum; a luta pela construção da Associação de modo a estabelecer um espaço formado pelos próprios imigrantes que buscasse ajuda-los no acolhimento e na permanência na cidade de Cascavel; mas principalmente em relação ao trabalho no frigorífico que os explorava assiduamente e não sabiam como proceder. Deste modo, o procuravam por diversos fatores que, segundo ele, na maioria das vezes, tratavam-se de problemas coletivos.

Dessa maneira, compreendi que o trabalho efetivo do religioso era de “chão em chão”, em busca de auxiliar as famílias haitianas, ou seja, embora ajudasse na cobrança dos órgãos públicos, entendia que elas não podiam esperar, pois a situação vulnerável em que se encontravam as impossibilitava de ter uma vida digna. Assim sendo, buscava encontrar soluções práticas corriqueiramente, tais como: um lugar para que dormissem, comida para que

não passassem fome, auxílio nos documentos exigidos pelo Estado para que pudessem procurar trabalho.

No entanto, a maior diferença que pude constatar entre o reverendo e outras pessoas envolvidas no acolhimento dos imigrantes foi a de que, mais do que enxergar alguém que procuravam para conseguir comida e não os deixava sem teto para morar, eles recorriam ao religioso para pedir ajuda em situações que exigiam confiança, como, por exemplo, em casos de exploração de trabalho em que queriam recorrer juridicamente contra as empresas. Por isso, compreendi que a frase de Jean, de que o reverendo era praticamente um haitiano, significava muito no contexto das narrativas, pois a confiança que havia conquistado de maneira coletiva acerca do grupo que a ele recorria, dificilmente seria comparada a outro brasileiro pelos próprios imigrantes.

O auxílio se tornou ainda mais necessário a partir de 2016, durante o impeachment da presidenta Dilma que incidiu nas experiências dos trabalhadores imigrantes, conforme destacou o reverendo. O preconceito que até então era velado, suprido por frases de que os haitianos gostavam muito de trabalhar, foi substituído por xenofobia e preconceitos raciais. “Se é branco não tem problema, mas incomoda por ser imigrante e negro”, lembrou contando casos de atitudes preconceituosas em Cascavel.

Segundo o clérigo, o primeiro grupo de haitianos que o procurou chegou a Cascavel em 2012. No entanto, ao longo dos anos foi se tornando cada vez mais difícil atender a tantos imigrantes, especificamente acerca dos abusos que relatavam serem vítimas. Por isso mencionou a criação do Centro de Direitos Humanos em Cascavel que contou com a participação de pessoas envolvidas na região Oeste do Paraná. Essa organização estendeu-se para outras cidades, como Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon e busca auxiliar não apenas os imigrantes, mas também os indígenas e outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região.

Em sua narrativa o reverendo afirmou que embora tivesse buscado apoio na Câmara dos vereadores para o surgimento desta organização, o projeto não foi aceito sob alegações de que não havia necessidade. Deste modo, o Centro de Direitos Humanos surgiu paralelo aos órgãos municipais contando com o apoio de pessoas que se dedicavam em atender às causas emergenciais das minorias. Em relação ao auxílio prestado por esta organização, a ideia, segundo o reverendo, era a de que prestasse o suporte necessário, mas que não estivesse à frente da Associação dos próprios imigrantes, ou seja, buscavam auxiliá-los nas dificuldades

apresentadas, principalmente no âmbito jurídico em relação à exploração do trabalho.

O reverendo destacou que, em 2016, com o aumento no índice de imigrantes na cidade, eles sofriam perseguições e exigências ainda maiores referentes à precariedade no trabalho, como o caso de um haitiano, funcionário de uma empresa de ônibus, que era contratado como lavador, mas que constantemente era obrigado a calibrar pneus. Ele percebeu que a quantidade de vezes em que precisava fazer esta atividade era superior a dos trabalhadores brasileiros, mas continuou, pois tinha medo de perder o emprego. No entanto, seu superior na lavagem dos ônibus exigiu que ele manobrasse um ônibus, tarefa que não sabia realizar e foi imediatamente reprimido. Novamente por receio de ficar desempregado, relatou ter dirigido o ônibus e que acabou batendo-o, o que ocasionou sua demissão por justa causa. Deste modo, as advogadas do Centro de Direitos Humanos estavam auxiliando este e outros trabalhadores para que recorressem à justiça em busca de seus direitos.

Devido ao seu esforço, o religioso tornou-se conhecido entre o círculo desses trabalhadores e até mesmo aqueles que nunca o viram mencionavam nas entrevistas: “eu não cheguei a conhecer o reverendo, mas conheci vários haitianos que ele ajudou, por isso, me sinto ajudado por ele também! Hoje como vem mais haitianos, a gente conversa um com o outro, mas quando não tinha ninguém por nós, ele estava lá!”, recordou Lucas.

O clérigo contou que, quando os haitianos imigravam novamente deixando a cidade de Cascavel, ainda assim mantinham contato com ele e, em alguns casos, o procuravam, ainda que em outras cidades ou países, solicitando ajuda. Em 2016, quando novamente um terremoto assolou o Haiti, o reverendo estava preocupado e tentava, de diversas maneiras, auxiliar um haitiano que tinha vivido em Cascavel e retornado para seu país natal e que estava desesperado por ter perdido além de seus familiares, seus bens materiais. Quando o entrevistei, ele disse que entraria em contato com o bispo da sua igreja para que tentassem auxiliá-lo com passagem para ele pudesse deixar seu país. Fazia parte de seu dia a dia buscar recursos para os imigrantes, como na maioria das vezes faltavam políticas públicas, ele carregava para si, juntamente com outras instituições religiosas, o esforço da acolhida.

É importante destacar que, mesmo os haitianos afirmando que havia o auxílio de outras igrejas para acolhê-los, a relação que mencionavam ter estabelecido com o reverendo era diferente. “Muitos não querem ouvir a vontade própria do haitiano. É como se a pessoa soubesse o que a gente precisa sem perguntar pra gente”, recordou Jean ao afirmar que ele se distinguia de outros líderes que buscavam ajudá-los, pois entendia-os como seres humanos com

autonomia. O haitiano destacou que o reverendo não exigia que participassem de sua organização religiosa, pelo contrário, quando o procuravam só queria saber quais eram suas dificuldades e, a partir disso, buscava modos de ajudá-los. Segundo Jean, existiam igrejas que, em troca das cestas básicas, requeriam que eles participassem das celebrações religiosas e outras, como as igrejas evangélicas, onde o vodu, religião intrínseca à história do Haiti, tinha que ser renegado na frente da comunidade para que, então, após “deixar o caminho do pecado”, os haitianos recebessem ajuda.

Portanto, mediante às narrativas, o reverendo Luiz tornou-se conhecido no meio dos trabalhadores haitianos como aquele a quem podiam solicitar ajuda, mas acima de tudo, como aquele que os compreendia como seres humanos independentemente de falhas ou contradições.

2.4.2 A Pastoral do Migrante e a Cáritas da Igreja Católica

Além do reverendo, a Igreja Católica também foi mencionada nas narrativas. Conforme relato:

A igreja católica é uma das como posso te dizer ... lugares que mais ajudou e ajuda haitiano. Desde que eu decidi imigrar, meu amigo que vivia aqui já tinha falado que a igreja fazia de tudo pra gente não passar fome. Quando cheguei, vi que eram muitas pessoas, mas que a igreja fazia de tudo pra ajudar. Tem várias igrejas que querem ajudar o haitiano, mas poucas são que nem a católica que não exige que haitiano participe da missa ou culto [...] no Haiti, a maioria das pessoas pratica o vodu, você sabe, né? Até o haitiano que falar pra você “não, não participo disso!”, você pode saber que participa sim. Só que no Brasil tem muito preconceito e as igrejas evangélicas não aceita o haitiano ser como ele é! (MIKE, 2018).

A primeira experiência de Mike com o acolhimento fornecido pela Igreja Católica foi quando chegou ao Brasil e morou em São Paulo. Ele disse que viveu na Casa do Migrante, instituída pelos padres Scalabrinianos vinculados à Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro Liberdade, denominada de “Missão Paz”. Foi onde começou a aprender português com aulas oferecidas pelos voluntários e, a partir disso, teve condições de imigrar para Cascavel em busca de trabalho. Conforme Mike, “lá foi um dos melhores momentos da imigração. Me sentia bem, sentia que as pessoas se preocupavam comigo, ninguém julgava Mike por ter saído do Haiti. As pessoas entendia que o haitiano é gente!”; evidenciou em sua fala que não se tratava apenas de ter um lugar para dormir, como em alguns casos narrados por outros trabalhadores referente a

casas de acolhimento no Acre, mas um lugar que atendesse humanamente os imigrantes sem julgar suas escolhas.

A partir da entrevista com os haitianos, percebi que seria importante conversar com o padre Márcio, responsável pela Pastoral do Migrante em Cascavel que estava localizada na Paróquia São Cristóvão. Encontrei com o padre para tirar dúvidas acerca de qual era o papel da Igreja Católica em relação ao acolhimento mencionado.

A congregação dos padres que presta auxílio aos imigrantes em Cascavel é a Scalabriniana, a mesma congregação responsável pelos imigrantes em São Paulo denominada “Missão Paz” que foi relatada em diversas pesquisas (PARISE, 2016) como fundamental para o acolhimento dos haitianos neste estado⁴⁵. Os scalabrinianos estão nas principais rotas percorridas pelos haitianos no Brasil. Um dos meios adotados por eles é manter contato entre si, por exemplo, quando um imigrante deseja mudar de cidade esses padres articulam-se para que ele recorra a uma cidade que possua a congregação para que consiga auxílio para se manter.

Dentre as mais significativas posições, lembramos as que estão em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Santo André, Jundiaí, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e algumas cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta presença no território nacional insere a atuação da Missão da Paz num contexto mais amplo e articulado. Ao mesmo tempo, a Missão da Paz faz parte da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, formada por 55 entidades distribuídas em todo o território nacional e viabilizada pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) com o objetivo de atender e acolher migrantes e refugiados. (PARISE, 2016, p. 410)

Mike relatou parte de sua experiência com a Missão Paz: “eu me sentia feliz lá, só vim pra cá porque eu não era acostumado no Haiti em viver em uma cidade tão grande que nem São Paulo. Quando cheguei aqui o primeiro choque foi que não existia uma casa pra gente morar como tinha lá”. O local mencionado por Mike tratava-se da Casa do migrante disponibilizada por essa paróquia, os scalabrinianos forneciam um espaço para o acolhimento de 110 pessoas, “nela são oferecidos alojamento completo, em dormitórios separados entre alas feminina e masculina, alimentação, material de higiene pessoal, roupas, aulas de português,

⁴⁵ Ao conversar com um dos padres Scalabrinianos, em Cascavel, que atendia diretamente os imigrantes, ele contou que o “carisma”, ou seja, a vocação dessa congregação era prestar auxílio aos imigrantes de maneira geral. A congregação tem como lema “eu era estrangeiro e me acolhestes” (Mt 25, 35). Por isso, os padres dessa congregação podem ser transferidos para qualquer um dos 24 países onde existe a instituição visando prestar apoio aos mais diversos imigrantes. O padre que conversei, por exemplo, estava no Brasil fazia poucos meses, embora fosse brasileiro, anteriormente estava na Argentina e me disse que o principal grupo de imigrantes para quem prestou apoio neste país foram os bolivianos.

acompanhamento de assistentes sociais e apoio psicológico”⁴⁶.

O modo de organização dos padres scalabrinianos em relação à acolhida aos imigrantes é semelhante independentemente da cidade. Obviamente que em cidades maiores, como São Paulo, possuem um espaço mais amplo, como a Casa do Migrante citada por Mike. Pude acompanhar algo que acontecia em São Paulo, que foi mencionado pelo padre Paolo Parise (2016), e que também ocorre na cidade de Cascavel: aulas de Português destinadas a imigrantes haitianos.

Aos sábados no período da tarde, horário apontado pelos haitianos como o melhor para os encontros, algumas pessoas se reuniam na capela Nossa Senhora das Graças, em Cascavel, e ofertavam, por meio do trabalho voluntário, o ensino de Português. O dia em que participei das aulas, em que Fredner relatou ter aprendido o Português, havia cerca de cinquenta imigrantes e uma das voluntárias me disse que, embora muitos tivessem se inscrito para auxiliar, no decorrer do ano muitos desistiam e então era fundamental convidar outras pessoas.

Em um dos momentos que participei, havia quinze alunos, todos prestavam atenção na professora que corrigia uma atividade no quadro, tratava-se de uma tarefa de casa que tinha sido repassada na aula anterior. Martines era um rapaz de 23 anos, havia se tornado o auxiliar da professora, pois aprendeu o português antes que os demais imigrantes. A voluntária levava imagens para explicar o nome dos objetos em português, mesmo assim, em algumas situações, os haitianos ficavam com dúvidas, então Martines traduzia para o *kreyól* e, em seguida, ela prosseguia.

No final da aula conversei com a professora que era formada em Direito e disponibilizava duas horas aos sábados para ministrar as aulas de Português. Para ela, que tinha contato com imigrantes desde quando realizava o curso de Direito em um projeto de extensão da Universidade Paranaense (Unipar), ofertar as aulas era uma maneira de permanecer auxiliando os haitianos reconhecendo que viviam em vulnerabilidade. Ela não frequentava a paróquia São Cristóvão da qual fazia parte a Pastoral do Migrante, mas sua sogra havia lhe contado que a igreja procurava por voluntários e, por isso, resolveu auxiliar.

Além das aulas de português, o padre contou que algumas pessoas ofereciam cursos visando contribuir no projeto de “economia solidária”. Por exemplo, estes voluntários

⁴⁶ MISSÃO PAZ SÃO PAULO. **Estrutura e convivência**. Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/conteudo/casa-do-migrante/estrutura-e-convivencia>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ensinavam a fazer sabão e aqueles que participavam das aulas tinham a possibilidade de, nos finais das missas, vender os produtos que haviam fabricado. Ademais, quando os imigrantes conseguiam organizar eventos nos salões paroquiais para divulgar a cultura haitiana, também vendiam as mercadorias.

Segundo o padre, a Pastoral do Migrante juntamente com a Cáritas conseguiam, por meio de bazares e de atos voltados para auxiliar os imigrantes, ajudá-los de diversas formas, como por exemplo, pagar por alguns meses o aluguel para que famílias de haitianos tivessem onde viver até que encontrassem trabalho ou que conseguissem dividir espaço com outras pessoas; doavam cestas básicas; forneciam roupas; buscavam contribuir nas dúvidas sobre a documentação para a permanência no Brasil e às terças-feiras forneciam o espaço do salão paroquial para que expusessem seus produtos para venda.

Busquei destacar o auxílio das igrejas, pois, além de reconhecer o esforço dos voluntários envolvidos, compreendo que se existissem políticas públicas para estes imigrantes as condições em que vivem e a vida de quem busca incansavelmente ajudá-los seriam melhores. Não se trata de romantizar a luta diária dessas entidades de acolhimento, até porque, embora seja corriqueiro o número de pessoas que procuram as igrejas, entre os próprios haitianos há solidariedade para que não passem fome e para que possam ter onde dormir.

Conforme pontuei, foi comum nas entrevistas um pequeno espaço de quitinete servir de moradia para cerca de cinco a dez pessoas. No entanto, ainda assim, a rotatividade de funcionários no frigorífico, a mudança de cidade em busca de melhores condições de trabalho, a chegada de familiares que estavam no Haiti e o cotidiano da vida em Cascavel contribuem para que, em algum momento, precisem recorrer ao auxílio mútuo ou de alguma dessas instituições de caridade.

2.4.3 As Igrejas Evangélicas

Saliento que os haitianos que mencionaram os auxílios oferecidos por entidades religiosas demonstraram resistência quanto à igreja evangélica. No entanto não comentaram o nome dessas instituições, mas disseram que parte dos imigrantes frequentavam as igrejas evangélicas neopentecostais mesmo quando viviam no Haiti.

Os haitianos que conheci iam a igrejas evangélicas distintas, preferindo a que estivesse mais próxima de suas casas. Quando fui entrevistá-los, percebi que onde viviam era frequente a presença dessas organizações, principalmente nos bairros marginalizados ao redor dos frigoríficos; Natasha confirmou: “é naquela ali da esquina que eu vou”.

Embora o vodu seja intrínseco à vida dos haitianos, conforme pontuou Joseph (2010), foi também definido por Jean como: “é a nossa base. É como se fosse o cimento que junta os tijolos de nossa vida”. As famílias que imigraram e permaneceram participando dos cultos evangélicos disseram que agiam assim no Haiti, ou seja, praticar o vodu não significava que não pudessem ter outras religiões.

No entanto, Wladimy contou que, quando ele e outros colegas haitianos chegaram a Cascavel, devido ao pouco recurso que possuíam procuravam as igrejas para pedir ajuda. “Quando fomos falar com o pastor ele concordou, ficou contente e disse que era pra gente ir no culto do final de semana que depois da celebração ia nos ajudar”. O entrevistado disse que não houve problema de sua parte, pois, no Haiti, participava com sua família de celebrações evangélicas, mas que alguns de seus colegas não quiseram ir porque entenderam, desde o início, que a proposta do religioso era de que, para receber auxílio, precisavam ir à igreja e não estavam dispostos a frequentar uma religião que não os representava.

Ao conversar com seus amigos concordaram que a atitude do pastor não era cristã como imaginavam, mas Wladimy juntamente com outro colega que era evangélico aceitou ir ao culto para compreender como ele buscava atuar em prol de suas necessidades.

Chegamos lá e na porta já havia muita gente feliz por nossa presença. Achamos estranho porque em nenhum dos lugares que a gente chegava havia essa felicidade em acolher haitianos (risos). Mas aí ok, o culto foi acontecendo, tinha poucas pessoas porque era uma igreja menor dessas de bairro, até o final, nada diferente do que já vivíamos no Haiti. Só que daí o pastor chamou eu e meu amigo pra ir lá na frente da igreja. Nisso eu já queria sair correndo, estava morrendo de vergonha! Fomos porque achamos que era uma apresentação dos novos membros, ficamos com vergonha, mas até aí parecia uma acolhida. De repente, o pastor começou a falar sobre a nossa escolha de deixar o pecado de lado e enfim encontrar o lado de Deus. Pensei comigo “esse pastor não sabe o que fala, no Haiti eu já tinha encontrado Deus”, mas aí a coisa ficou feia porque foi quando nós entendemos que ele disse que eu e meu amigo tínhamos deixado o vodu e que a partir daquele dia éramos neopentecostais e prometia na frente da comunidade a não realizar rituais “pagãos”. (WLADIMY, 2018)

Wladimy foi surpreendido com a reação do religioso, pois ele não havia conversado

antes sobre suas vidas no Haiti. De fato, o que supôs, que praticavam o vodu, era verdade, mas ambos não haviam concordado em deixar os ensinamentos religiosos, que percorriam gerações, em troca de uma cesta básica. O entrevistado estava indignado ao narrar essa história, pois, quando ia à igreja evangélica no Haiti, nunca havia sido um problema a prática do vodu, pois esta religião era entendida como uma prática cultural vivida não apenas no cotidiano, mas inclusive nas histórias contadas entre as famílias. Segundo Wladimy, parte dos haitianos acreditam que foi somente com orações e sacrifícios realizados aos deuses que os ex-escravos conseguiram tornar seu país independente da França e vencer o exército de Napoleão. Por isso o haitiano estava indignado: “quem aquele pastor pensou que era pra tentar mexer assim na nossa história?”, mas lembrou que pelo menos a situação serviu de piada para entreter os amigos por um longo tempo.

Wladimy expressou, em sua narrativa e gestos, como algumas instituições sabendo da condição dos imigrantes acabavam expondo-os como se fossem aceitar qualquer imposição para conseguir ajuda. “O que eles esquecem é que a gente vem do Haiti, preparado em relação a isso. Porque isso é comum lá. Muita das “ajudas humanitárias” são construídas assim”. Desta forma, ele permaneceu no culto e esperou as orações finais do pastor que dizia estar eliminando o diabo de seus corpos. No entanto, ele não havia naturalizado aquelas falas, sabia que se tratava de preconceito com a religião do vodu, principalmente com o desconhecimento da importância deste ritual para os haitianos. “Por isso, fiquei lá, tive que confirmar que não ia mais praticar o vodu na frente da comunidade. Depois disso, nos deram roupas e comida, foi o suficiente pra não voltarmos mais lá e entendermos que em alguns lugares a ajuda teria um preço a pagar”, mas Wladimy decidiu, assim como seus colegas, não aceitar ajuda vinda de qualquer pessoa. Entendiam que muitos sujeitos haviam naturalizado o Haiti como um país pobre e mediante a condição de trabalho a que estavam submetidos isso facilitava para que algumas igrejas, como essa, os enxergassem como novos fiéis, fáceis de serem “convertidos”.

Foi por isso que nós começamos a nos ajudar ainda mais. Porque nós sabemos que não é toda ajuda que vem de coração, tem pessoas que ganham com nosso sofrimento. Só que é errado pensar que nós acostumamos com isso. Eu nunca vou me acostumar a ter que pedir comida e roupa, tanto é que logo depois que arrumei trabalho, não precisei mais. Quando alguém pergunta se preciso de algo, a primeira coisa que pergunto é quem está oferecendo e por quê. Você lembra que te perguntei isso quando disse da entrevista, né? Nós perdemos muita coisa desde o Haiti, na viagem pro Brasil também, mas temos nossa dignidade. Imagina só que um homem que nem eu com mais de 30 anos não possa escolher o time pra torcer ou a igreja que vou ir ... isso não é vida. Se já sofri coisas piores, não vou abaixar a cabeça pra dizer “sim” pra um pastor, nem que eu tenha que ficar uns dias sem comer. Os deuses do vodu olham pra

gente diferente do que ele pensa ... (WLADIMY, 2018)

O trecho acima permite compreender como, devido à falta de conhecimento acerca das religiões de matrizes africanas no Brasil, muitas igrejas, como a do exemplo citado, consideram práticas religiosas, como o vodu, uma forma de ofensa.

Para o entrevistado suas escolhas morais não seriam compradas, pelo contrário, sentia repulsa daqueles que diziam querer ajudá-los, mas que em troca exigiam que agissem de acordo com suas crenças. Wladimy poderia ter enganado o pastor e frequentado o culto, mas representava sua dignidade demonstrar que não havia motivos para se converter, pois sempre agia de acordo com sua fé no vodu. A comparação da religião com o time de futebol foi interessante, pois, para os haitianos, “religião e futebol se discute o tempo todo”, apenas no Brasil quando estão em meio aos brasileiros que evitam demonstrar claramente suas opiniões, pois já compreenderam que o vodu não é entendido da maneira como vivem.

Ao questionar outros trabalhadores, como Fredner que me contou que também havia deixado de frequentar a igreja evangélica devido à “falação de mal do vodu”, perguntei se isso acontecia apenas em relação às igrejas evangélicas e ele respondeu que: “não são todas as igrejas, estou indo em uma que o pastor nunca perguntou sobre vodu! Sei que o preconceito existe em todas as religiões, alguns haitianos dizem que na igreja católica já ficaram perguntando pra eles sobre o vodu, mas que não foi motivo de não ajudar”.

O que o entrevistado buscou demonstrar é que existe um imaginário popular construído acerca do que é o vodu, o que na realidade não representa essa vertente religiosa. Aliás, mostra uma de suas “faces”. Ao contrário do que falou o pastor da igreja que Wladimy decidiu abandonar, a religião haitiana encara o bem e o mal de maneira distinta das igrejas cristãs. Nenhum haitiano nega que exista o vodu caracterizado pelo “anjo mal” que faz parte de rituais considerados malignos e que busca prejudicar a vida das pessoas. No entanto, imediatamente ao contar sobre essa face, Wladimy salientou “eu nem falo muito disso porque no Haiti tem gente que morre por causa dessas práticas do vodu, como posso te explicar ... alguém não gosta de mim e faz algo pra me prejudicar. Sei de casos que a pessoa até morre porque outro encomendou”.

No entanto, o que acontece é que o vodu que Wladimy, Fredner e outros haitianos mencionaram segue como uma espiritualidade relacionada até mesmo com a comida. “Se não

rezo para meu protetor, é como se não tivesse comido naquele dia”, contou Fredner, que atribuía pequenas oferendas diárias ao seu protetor, como por exemplo, ele não gostava de comer quiabo, mas na tradição do vodu seu protetor exigia sacrifícios relacionados à comida, e o quiabo, para sua tristeza, estava entre seus alimentos preferidos. Por isso, contou que comia quiabo pelo menos uma vez por semana.

No primeiro capítulo, quando mencionei a história de independência do Haiti e a construção da narrativa da história de dona Fabíola, procurei discutir como os haitianos entendem o vodu como componente crucial de suas histórias. Para além de uma religião ocidental, como o cristianismo católico, em que em determinados momentos da vida existem os sacramentos que são rituais memorialísticos da presença de Jesus Cristo, no vodu as celebrações acontecem diariamente. Fredner me disse que desde quando estava no ventre de sua mãe foi identificado qual seria seu protetor e, por isso, atribui suas conquistas a essa relação com o divino.

Se por um lado, possa parecer uma relação sem consciência, por outro, é necessário compreender que o religioso entendido pelos haitianos não se trata de uma divindade moral como as religiões cristãs ocidentais. Os deuses do vodu podem ser bons e maus, são entendidos como norteadores para as decisões, mas sobretudo compreendidos como fortes guerreiros. Por isso a resistência construída no coletivo entre os haitianos, em que mesmo partindo de condições vulneráveis buscam recuperar sua dignidade e não aceitar o auxílio de “qualquer modo”, foi uma prática conquistada desde crianças, quando são ensinados pelas crenças do vodu sobre como os deuses esperam que eles sejam.

Quando questionei o reverendo e o padre responsável pela Pastoral do Migrante se eles interferiam nas decisões religiosas, ou seja, se era necessário frequentar as celebrações para receber o auxílio destas igrejas, ambos constataram que não, que embora houvesse a presença de alguns haitianos nas celebrações não era uma exigência para que conseguissem ajuda. Porém, conforme foi pontuado, havia pessoas e outras religiões que se opuseram claramente ao vodu e não foi incomum dizerem que, em determinados momentos, devido às condições precárias em que estavam vivendo precisaram negar sua religião para que recebessem alimentos ou roupas.

Nas rodas de conversas, quando falavam sobre suas memórias acerca da concepção de algumas igrejas evangélicas no Brasil sobre o vodu, riam da falta de perspectiva em relação ao que os pastores mencionavam, pois, era distante do que vivenciavam. Como Fredner que não

precisava afirmar constantemente que praticava o vodu, mas que buscava uma vez por semana comer quiabo, mesmo sem gostar, como sacrifício à sua divindade protetora.

“No Haiti, a gente acredita que mesmo que a pessoa não faça sacrifícios ou não reze para um deus específico, se alguém da sua família está metido com vodu (risos), então meu amigo, todos estão! Não tem como fugir! Vodou é Haiti, Haiti é vodou!”, contou Fredner entre risos reafirmando o posicionamento de que o vodu, mais do que uma religião, apresentava aspectos de espiritualidade a partir da qual foi escrita a própria história do Haiti. Por isso, essa prática está estruturada em seus modos de viver e de lutar pela sobrevivência, seja no Haiti, no Brasil ou onde quer que estejam.

CAPÍTULO III: TRAJETÓRIAS DE TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DE HAITIANOS NOS FRIGORÍFICOS E NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CASCAVEL - PR

Conforme discutido no capítulo anterior, os haitianos narraram duas formas mais comuns de conseguir trabalho em Cascavel: a primeira trata dos que chegaram até 2015 no Acre e que conseguiram emprego por meio do processo de triagem realizado por representantes da FAG e do frigorífico da Coopavel, que foram ao Acre atrás desses trabalhadores.

A segunda maneira destacada foi a vinda direta para a cidade de Cascavel, muitos haitianos imigraram porque amigos ou familiares que viviam nesta cidade mencionavam a falta de mão de obra na construção civil e no ramo industrial. Deste modo, os que possuíam condições de imigrar graças ao dinheiro enviado por seus familiares que tinham vindo anteriormente, chegavam a Cascavel e procuravam trabalho no frigorífico ou na construção civil com o auxílio de seu familiar/amigo que trabalhava naquele lugar, como uma forma de recomendação ou, em outros casos, como tradutor para auxiliar na contratação. Além disso, preenchiam fichas na Agência do Trabalhador da cidade de Cascavel que, até 2017, apresentava 3.615 haitianos inscritos. (BORTOLOTO, 2019, p. 255).

Independentemente da maneira como os haitianos chegaram a Cascavel, o que evidenciaram está em concordância com a intensa rotina de exploração dos trabalhadores de frigoríficos da região Oeste do Paraná, o que foi salientado em pesquisas de outros historiadores (BOSI, 2011; 2016; GRANDO, 2017; VARUSSA, 2016)⁴⁷. Estes trabalhos não foram escritos sobre os imigrantes, por isso, utilizo destas discussões elencando algumas especificidades que foram destacadas nas narrativas dos haitianos que são cruciais para a compreensão acerca da exploração de trabalho nos frigoríficos e na construção civil levando em consideração também o processo imigratório.

Entre 2013 e 2014 a nacionalidade que mais imigrou para o Brasil foi a de haitianos, conforme podemos observar:

Os haitianos passaram a ocupar o primeiro lugar pela primeira vez no ano de 2013 e se mantiveram nessa posição em 2014. Em 2010, 2011 e 2012 eram os

⁴⁷ Vinculados ao Grupo de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” do curso de graduação e do programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

portugueses. No entanto, em termos de variação (%) os portugueses registraram crescimento médio na série de 7,73%. Quando analisamos as variações percentuais na série para o total das nacionalidades obtemos a seguinte relação: haitianos 256,64%, paquistaneses 110,07%, congolese 71,34%. (OBMIGRA, 2015, p. 66)

Segundo dados da Polícia Federal (2020), os primeiros trabalhadores haitianos chegaram a Cascavel em 2012, a maioria na faixa etária de 20 a 40 anos. Alguns eram casados e haviam deixado suas famílias a espera de remessas de dinheiro que possibilitariam a sobrevivência no Haiti e as despesas com a vinda do restante dos familiares ao Brasil. No entanto, a partir de 2014 houve um aumento considerável de haitianos em Cascavel (POLÍCIA FEDERAL, 2020), deste modo se intensificaram as relações laborais elencando pressões e limites não apenas para os que estavam procurando trabalho, mas também aos que já atuavam nas linhas de produção e na construção civil.

3.1 RELAÇÕES DE TRABALHO NOS FRIGORÍFICOS E NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Fredner chegou ao Acre no final de 2013 e disse ter ficado surpreendido com a quantidade de imigrantes que lhe diziam que era melhor que fosse para uma cidade menor, pois as cidades maiores como São Paulo, “já tinha imigrante demais, né? Os haitianos, os africanos, os congolese, senegaleses, todo mundo queria São Paulo, foi aí que muito haitiano passou dificuldade e as cidades menores começaram a ser vistas porque iam buscar os haitianos no Acre”. Deste modo, trabalhadores, como Fredner, que estavam no Acre e passavam pelo projeto de triagem não escolhiam especificamente a cidade para onde iriam, se candidatavam por uma vaga de trabalho disponibilizada e isso era tido como o mais importante naquele contexto.

No frigorífico da Coopavel, em 2018, havia cerca de 5,6 mil trabalhadores e entre esse número 1.157 eram haitianos (MANICA, 2018). Fredner chegou à Cascavel por meio deste frigorífico, mas depois dos três meses de experiência pediu demissão e decidiu encontrar outro trabalho, “não tive muito sucesso, aí passei uns meses em Santa Catarina pra procurar trabalhar, mas achava lá muito frio, voltei pro Cascavel e comecei na Globoaves”. Ele contou que tentou retornar para a Coopavel, mas como havia, “deixado a empresa na mão” porque ao completar os três primeiros meses de trabalho não avisou que deixaria de ir trabalhar, tal situação complicou para que fosse aceito novamente.

Ao explicar o porquê havia deixado de ir trabalhar, Fredner fez questão de salientar: “era uma condição que como eu posso te dizer ... desumana! Parece que eu ia deixando os pedaços de mim aos poucos lá no chão do frigorífico”. Diferentemente da constatação de Fredner sobre o trabalho no frigorífico, a empresa disponibilizou em seu site e fisicamente para seus associados uma revista que apresentava informações acerca de sua atuação em Cascavel e na região:

As mais rigorosas recomendações sanitárias, de segurança no local de trabalho e de respeito ao meio ambiente são observadas, afirma Dilvo Grolli, citando que a tecnologia e a inovação são aliadas indispensáveis diante do desafio de aumentar consideravelmente a produção para alimentar a população mundial que deverá chegar a nove bilhões de pessoas em 2030. (REVISTA COOPAVEL, setembro de 2019, p. 25)

Além do relatado, outras narrativas de haitianos que trabalhavam na Coopavel evidenciaram que as “recomendações sanitárias e a segurança no local de trabalho” não eram vivenciadas como está exposto na reportagem da revista da empresa. Lucas lembrou que “trabalhar de branco dava a falsa noção de que tudo é limpo, organizado, mas se eu corto meu dedo por exemplo, tenho que continuar trabalhando assim! Quem quer comer carne de frango com sangue de haitiano?”, ele mencionou a última frase acentuando como a falta de cuidados não se referia à carne de frango, pois havia diversos encarregados que passavam horas alertando sobre as maneiras de produção: “corta mais”, “mais rápido”, “melhora o corte”, mas era uma contradição, pois o frango parecia valer mais do que a vida dos trabalhadores imigrantes na linha de produção.

Ainda nesta revista encontrei informações de que 250 mil frangos eram abatidos por dia, ou seja, 5,25 milhões de abates mensalmente. O que totalizaria 63 milhões por ano. Um aumento considerável partindo-se da análise feita por Murafose (2008), pois os grandes frigoríficos de aves abatiam cerca de 8 mil frangos por hora, no ano de sua pesquisa.

Embora a revista tenha muitos números, não foi destacado o que Finkler (2007) estudou: 18 meses trabalhando na linha de produção seria o suficiente para que um trabalhador desenvolvesse doenças relacionadas a essa forma de trabalho ou, como afirmou Fredner e Lucas, que por um acidente, devido à quantidade de movimentos e esforços, um deles não conseguindo mais responder às exigências do tempo das máquinas pudesse perder parte de seus corpos.

Os movimentos repetitivos apontados por Fredner, Lucas e outros trabalhadores da linha de produção foram pesquisados por Heck e Junior (2011)⁴⁸ em um frigorífico semelhante na região Oeste do Paraná. Eles revelaram que os trabalhadores realizavam cerca de 75 movimentos por minuto com a mão direita e 80 com a mão esquerda no setor de refile de peito. Na desossa, os autores mencionaram que em ambas as mãos eram feitos cerca de 46 movimentos, totalizando 2.700 movimentos em uma hora e no final da jornada esses trabalhadores teriam realizado 22.000 movimentos. Na evisceração eram cerca de 140 ações por minuto em cada mão, em uma hora teriam realizado 8.400 movimentos e 67.000 por jornada de trabalho. Por isso, mesmo aos finais de semana, Lucas ainda sentia tremores em suas mãos, pois em seu corpo permaneciam as consequências dos esforços repetitivos da linha de produção.

Recuperando o caráter histórico da formação de frigoríficos de aves no Oeste do Paraná, Bosi (2011) enfatizou que houve crescimento dessas indústrias a partir da década de 1980. Se até os anos 1950 os dados informavam que 7,2 mil toneladas de carne de frango haviam sido abatidas, esse número chegou a atingir 1,2 milhões de toneladas em 1980. Além disso, Varussa (2011) destacou que o Brasil ocupou o terceiro lugar no ranking mundial de produtor de frangos. No entanto, menos de dez anos depois, Eberhardt (2017) salientou que, segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2016), o Brasil ocupava o segundo lugar de maior produção em escala global.

Estes aspectos são importantes para compreender que os trabalhadores de frigoríficos tiveram atuação direta no que diz respeito ao crescimento da Cooperativa, ou seja, se aumentou a produção dos frangos foi porque o processo de exploração de trabalho tornou-se ainda mais intenso e extenuante para aqueles cuja força produtiva foi o que possibilitou o crescimento dos números divulgados na revista da empresa.

As cooperativas são algo comum no Paraná, portanto, o processo histórico de consolidação dessas empresas foi implementado a partir de um discurso de desenvolvimento para a região. Ademais, sob a prerrogativa de que trariam emprego e industrialização tiveram como aliados os meios de comunicação (GRANDO, 2017) e a criação de um imaginário popular de que, mesmo que a realidade das condições de trabalho demonstre a degradação dos trabalhadores, um trabalho ruim ainda é melhor do que não trabalhar.

No entanto, ao longo das narrativas foi possível perceber que a concepção de “trabalho

⁴⁸ Os dados foram divulgados pelos autores a partir da Ação Civil Pública nº: 01428-2010-068-09-00-5, p.11.

digno” apresentou contradições, como o caso de Roody que resistia à compreensão de que “para os haitianos, só o trabalho no frigorífico” e, embora tenha atuado um ano e meio na Globoaves, depois de pedir demissão, sem encontrar outro serviço, submeteu-se a voltar para o frigorífico, desta vez na Coopavel, falava sem dúvidas: “eu saí. Estou sem emprego, mas eu prefiro ficar assim e aos poucos fazer uns bicos de pedreiro porque eu não aguentava mais o frigorífico, ou era minha vida ou era a Coopavel”. Ele estava entre os imigrantes que, por não suportar o trabalho na linha de produção, havia deixado o trabalho. Em alguns momentos de sua narrativa parecia ter certeza que havia optado pela decisão certa, mas em outros casos, sentia-se responsabilizado por ouvir de outros haitianos que por culpa de trabalhadores como ele, que haviam se deslocado de um frigorífico para o outro e deixado a empresa sem dar satisfações, o contexto laboral havia piorado.

No entanto, Roody mencionara que conscientemente os outros imigrantes entendiam sua escolha, buscavam não aceitar que o frigorífico era a principal forma de trabalho que lhes era direcionada, por isso procuravam outros mecanismos para culpabilizar suas dores, neste caso, haitianos como ele que haviam tido coragem “ou desespero” para pedir demissão e tentar outras maneiras de sobreviver.

Acerca das formas de trabalho destinadas aos haitianos que foram mencionadas nas narrativas, apresento algumas informações:

QUADRO 1: Admissões e demissões no trabalho formal dos haitianos no Brasil em 2014

Principais Ocupações	Total
ADMISSÕES	17.577
Alimentador de linha de produção	2.632
Servente de obras	2.429
Magarefe	1.533
Abatedor	1.234
Faxineiro	967
Pedreiro	481
Cozinheiro geral	421
Repositor de mercadorias	325

Retalhador de carne	302
Ajudante de motorista	292
Outros	6.961
DEMISSÕES	6.790
Servente de obras	1.186
Alimentador de linha de produção	964
Faxineiro	423
Abatedor	347
Pedreiro	303
Magarefe	258
Cozinheiro geral	152
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	142
Repositor de mercadorias	131
Carregador (veículos de transportes terrestres)	103
Outros	2.781

Fonte: Relatório Anual da OBMIGRA (2014)

QUADRO 2: Admissões e demissões no trabalho formal dos haitianos no Brasil em 2018

Ocupação	Movimentação 2018		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Total	27.246	18.659	8.587
Alimentador de Linha de Produção	4.474	2.242	2.232
Servente de Obras	2.788	2.473	315
Faxineiro	2.468	1.676	792
Magarefe	1.828	490	1.338
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.036	777	259
Pedreiro	762	767	-5
Cozinheiro Geral	593	439	154
Abatedor	648	218	430
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	432	413	19
Ajudante de Motorista	423	304	119
Repositor de Mercadorias	390	288	102
Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	372	288	84
Trabalhador Volante da Agricultura	322	309	13
Embalador, a Mão	322	197	125
Armazenista	315	202	113
Atendente de Lanchonete	260	254	6
Trabalhador da Manutenção de Edificações	285	219	66
Retalhador de Carne	275	172	103
Almoxarife	259	174	85
Carregador (Armazém)	271	154	117
Outros	8.723	6.603	2.120

Fonte: Relatório Anual da OBMIGRA (2018)

Se compararmos os quadros, é possível compreender um refluxo considerável, ou seja, em apenas quatro anos houve aumento de 29,88% na dispensa destes trabalhadores. Nos índices de desligamentos devem ser consideradas as demissões ocasionadas pelas empresas, mas também pelos próprios haitianos que rejeitaram massivamente o trabalho nos frigoríficos.

Em relação a esse aspecto, Varussa (2011) interpretou que o alto índice de rotatividade de funcionários nos frigoríficos era expressivo pela falta de adaptação ao trabalho extenuante e precário destes lugares. Semelhante à discussão proposta pelo autor, Roody me contou o porquê pediu demissão e começou a trabalhar na construção civil:

Eu não podia mais, meus braços doíam mais no frigorífico do que hoje carregando tijolos. Chegou um momento em que minha esposa veio e meu irmão também, decidi que eu ia sair, que eles ia entrar no frigorífico e ficar uns dois anos até que eu conseguisse algo melhor e pudesse sustentar a todos longe do frigorífico. O problema é que até hoje eu ainda não consegui algo fixo. A construção civil também é ruim, não pagam os haitianos certo e se a gente reclama, eles deixam de chamar pro serviço. Mas o frigorífico é o pior de todos! Pra lá não volto mais! (ROODY, 2019)

A partir dessa narrativa podemos desnaturalizar o fato de que os haitianos por serem imigrantes se acostumaram com a exploração intensa de trabalho. Embora Roody tenha relatado sua rejeição ao frigorífico, esclareceu alguns dos motivos pelos quais os trabalhadores, mesmo diante das reclamações, continuavam no emprego. Não se tratava de acomodação, mas do desespero em sair de lá e não encontrar outro lugar que empregasse a mão de obra haitiana e que pagasse mensalmente seus salários, o que foi comprovado pelos quadros acerca do aumento de desligamentos que não superaram as admissões. Ainda assim, ele decidiu pedir demissão e contou: “pra mim não dava mais. O frigorífico não segue as normas do trabalho digno para os seres humanos, cansei de falar para o meu encarregado ‘tá muito frio, tem que aumentar a temperatura’, me ignoravam, riam de mim, então mesmo sem nada, eu saí”.

Benjamim fez o mesmo, trabalhou no frigorífico de 2014 a 2016, quando conseguiu reunir seus familiares em Cascavel optou pelo trabalho informal da construção civil, pedindo demissão da linha de produção da qual “não suportava mais, já tinha ficado tempo suficiente pra saber que aquilo era o caminho para acabar de vez comigo”, o caso de ambos reflete as condições das primeiras experiências de haitianos que chegavam a Cascavel pelo Acre. Em contrapartida, o que apareceu como comum, aos jovens trabalhadores que haviam chegado no Brasil graças às remessas de seus familiares, era de que iniciavam o trabalho no frigorífico e permaneciam durante pouco tempo, se não encontravam outro ofício mudavam de cidade.

Quando questionei Jack sobre os motivos pelos quais havia imigrado respondeu que “Cascavel ficou famosa entre os haitianos desde o Acre. Na verdade, com o celular hoje a gente se comunica e fala “vem que aqui tem trabalho”. No entanto, alertou que, em 2016, os comentários sobre Cascavel já não correspondiam ao trabalho, mas à degradação humana cujos haitianos funcionários do frigorífico sofriam e que, por isso, muitos de seus colegas estavam buscando mecanismos para imigrar para outras cidades brasileiras.

Em síntese, seria equivocado pensar que vieram para trabalhar nessas indústrias como se entendessem que seria uma boa ocupação. Pelo contrário, as narrativas demonstraram que o frigorífico era resultado da falta de opções de trabalho disponíveis aos imigrantes haitianos que enxergavam Cascavel como uma rota de passagem para outras cidades no interior do Brasil. Afinal, “trabalhar em frigoríficos é encontrar-se sem opção” (BOSI, 2013, p. 325).

Sobre a história dessas indústrias serem mencionadas como os principais empregadores da mão de obra haitiana em Cascavel, no site da Coopavel consta que: “em 15 de dezembro de 1970, um grupo de 42 agricultores funda uma pequena cooperativa em Cascavel [...] com o passar dos anos, a pequena cooperativa transformou-se em uma das 20 maiores empresas do agronegócio brasileiro”⁴⁹. Seu intuito em associar o sucesso ao esforço do trabalho é evidente e leva-nos a acreditar que as primeiras pessoas envolvidas na cooperativa eram pequenos agricultores e que, graças ao fruto de seu intenso trabalho, a empresa conseguiu lugar de destaque entre as maiores cooperativas do país.

No entanto, parte da história é silenciada, como por exemplo o fato de que, a partir da década de 1990, com a inserção de novas tecnologias muitos funcionários do frigorífico foram descartados (GRANDO, 2017). Além disso, a ideia central de que é o esforço destes cooperados que fez com que a empresa crescesse abandona a realidade implícita nas relações em que operários, como os imigrantes haitianos, são os principais responsáveis pelo resultado de tal “desenvolvimento”. Por isso, ao ler as revistas disponibilizadas no site é perceptível que o desenvolvimento proposto pela empresa se trata do lucro adquirido que aumentou ano após ano sob a força produtiva dos trabalhadores.

Diferentemente da Coopavel que se tratava de uma cooperativa, a Globoaves fez parte de 2003 até 2018 do grupo “Kaefer Avicultura” - uma família com negócios voltados ao abate de frangos e suínos. Em 2012, seus funcionários organizaram uma paralisação, pois

⁴⁹ COOPAVEL. **O início de nossa história**. Disponível em: <https://coopavel.com.br/a-coopavel/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

reivindicavam melhores condições trabalhistas e, entre elas, o pagamento de seus salários que estavam atrasados. Após acordo com a empresa, retornaram para a atividade, mas, em 2016, a Globoaves declarou falência e, em contrapartida, suspendeu cerca de 1,8 mil contratos de trabalho por 90 dias.

Fredner vivenciou o ocorrido “ficamos vários dias sem trabalho, enquanto isso eu fui ser servente de obras porque não tinha certeza se o frigorífico ia voltar”. Ele detalhou que, durante o processo de declaração de falência até 2018 quando o frigorífico foi comprado pela “LAR Cooperativa Agroindustrial”⁵⁰ viveu o embate acerca de decidir se continuava trabalhando sem a garantia de receber no final de cada mês ou se encarava a construção civil na informalidade. Por fim, com a compra da LAR a empresa regularizou os salários e aumentou a quantidade de funcionários para 2.300⁵¹, mas, para Fredner, “continuou praticamente igual! A gente achou que ia melhorar, mas continuo trabalhando muito e ganho pouco!”.

Ele se sentia indignado, pois tinha formação em Administração o que o diferenciava da maioria dos haitianos, pois as primeiras remessas de imigrantes entre 2011 e 2012 apresentavam como maior grau de instrução o Ensino Médio (OBMIGRA, 2014); de 2012 para 2013, com o aumento da vinda dos haitianos, houve um salto de 43 trabalhadores analfabetos em 2012 para 464 em 2013, ou seja, um aumento de 979%. Deste modo, Fredner imaginou que seus estudos diferenciariam sua condição no frigorífico, o que não aconteceu, fazendo com que criasse uma aversão ainda maior ao trabalho que executava.

Roody veio para o Brasil decidido em terminar seus estudos e frequentar a universidade, mas nos anos em que esteve sozinho não conseguiu se matricular na escola, pois, além do tempo dedicado ao trabalho, o que lhe restava era o cansaço e a ansiedade de querer se encontrar com seus familiares. “Minha esposa chegou no início de 2015, foi uma alegria pra mim e pra ela! Quando chegou eu não queria que ela trabalhasse, mas depois de uns quatro meses que ela já estava no Cascavel, vi que sozinho não ia aguentar, aí ela foi para o frigorífico”.

A partir de então, Roody havia procurado trabalhar novamente na construção civil, pois assim conseguia reorganizar seus horários de modo que pudesse ir à escola, mas quando o entrevistei fazia seis meses que estava sem um serviço fixo, “não aceito qualquer trabalho

⁵⁰ OLIVEIRA, Anderson. **Lar adquire frigorífico Chapecó, em Cascavel, e pretende faturar mais R\$ 300 milhões ao ano.** Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/lar-adquire-frigorifico-chapeco-em-cascavel-e-pretende-faturar-mais-r-300/20180911-102942-x257>. Acesso em: 16 dez. 2019.

⁵¹ Ao entrar em contato por telefone com a empresa, em janeiro de 2020, me informaram que havia trabalhadores haitianos, mas não quiseram informar a quantidade destes trabalhadores.

porque tenho meus estudos todo dia a noite, aí dificulta se for trabalhar em outra cidade porque tenho que ficar faltando na aula. E isso eu não quero!”. Ele queria terminar seus estudos, mas ao mesmo tempo demonstrava a dificuldade em ver seu irmão e sua esposa trabalharem no frigorífico, enquanto ele não conseguia se manter na construção civil. Embora estivesse presente em sua narrativa que acreditava ser possível arrumar um trabalho melhor após se formar, Roody não tinha certeza se seu esforço seria de fato recompensado.

Suas incertezas tinham coerência, pois, conforme o último relatório disponibilizado pelo OBMIGRA, a forma de trabalho que mais explorou a mão de obra imigrante foi a produção de bens e serviços industriais. “Em termos gerais, os trabalhos são realizados em jornada de 44 horas semanais ou mais e os proventos recebidos estão na média de 1,5 salário mínimo” (OBMIGRA, 2019, p. 106). Neste mesmo documento os imigrantes e refugiados foram apresentados como as categorias da classe trabalhadora que eram menos remuneradas e que executavam as piores atividades, aspecto que não estava inerte na consciência dos haitianos que entrevistei, como Fredner que possuía ensino superior, mas permanecia na desossa do frango.

Deste modo, entre as principais ocupações destacadas: setor industrial e construção civil, Roody e Benjamin tiveram experiências em comum, pois trabalharam no frigorífico até que seus familiares viessem do Haiti, em seguida, pediram demissão e iniciaram o ofício de pedreiro de modo informal na construção civil. No entanto, a principal diferença que elencaram em relação às duas formas de trabalho foi a de que o frigorífico pagava conforme o combinado todos os meses. Já na construção civil havia semanas e até meses em que não recebiam. Sendo assim, pelo menos um dos integrantes da família tinha que permanecer na indústria, pois, se os R\$500,00 enviados mensalmente para os familiares que estavam no Haiti os auxiliavam a sobreviver, quando chegavam a Cascavel esse dinheiro tornava-se pouco para gastos como: aluguel, alimentação, transporte público e saúde.

Havia o agravo do real convertido em dólar que não cessou de aumentar desde 2016, atingindo seu ápice enquanto escrevo esse trabalho, em agosto de 2020 o dólar chegou a R\$5,50. Quando questionei o valor que os trabalhadores conseguiam enviar para suas famílias no Haiti, destacavam: “a gente faz de tudo, de tudo mesmo pra enviar a metade. Então se recebo mil, envio quinhentos, mas tem mês que alguém que a gente divide a casa sai ou perde o trabalho, aí aumentou os gastos pra nós, entendeu?”, recordou Jack. Por isso, para que os haitianos conseguissem concretizar a expectativa de trazer seus familiares para o Brasil, precisavam de pelo menos dois anos de trabalho ininterrupto convivendo da maneira que fosse possível com

saudade da esposa e dos filhos para conseguir vê-los novamente.

Além disso, as dificuldades continuavam quando a família chegava a Cascavel. Roody detalhou que, antes da vinda de sua esposa, dividia o apartamento com mais cinco haitianos, dessa maneira, conseguia economizar metade do seu salário para enviar para o Haiti. No entanto, quando Martina chegou a Cascavel decidiram procurar uma casa para que a família tivesse privacidade, mas ele recordou que “não foi fácil e não é. Agora que saí do frigorífico e da construção civil está difícil manter esse lugar pra viver”, salientou que estava dividindo a casa com sua esposa, sua filha, seu irmão e sua cunhada para conseguir conter as despesas.

Em 2019, quando entrevistei Roody, sua esposa estava sustentando parte da família com seu salário. “Entre 2010 e 2018 houve crescimento da participação de mulheres dentre os trabalhadores migrantes com carteira de trabalho emitidas, intensificada a partir de 2015” (OBMIGRA, 2019, p. 52), o que coincide com o aumento de haitianas no Brasil. Ele era contrário à sua companheira ter um ofício fora de casa, mas quando Roody decidiu sair do frigorífico ela compreendeu que teria a possibilidade de trabalhar. Assim como o caso de Martina, outras mulheres narraram que seus maridos acreditavam que não seria preciso que elas trabalhassem quando viessem para o Brasil, mas a realidade da família reunida e o aumento dos gastos exigia o trabalho feminino para ajudar no sustento ou, em alguns casos, ser o principal recurso.

Não consegui entrevistar Martina, mas conversei com Natasha, em 2018, quando já fazia mais de um ano que trabalhava na desossa do frango na linha de produção da Coopavel. Entre os percalços vividos, disse que: “no Haiti não faz frio. No frigorífico faz muito frio! Nós não vem pro Brasil preparado pra isso. Quando começa no frigorífico acha que a roupa que eles dão vai ser suficiente pro frio, mas não é!”.

Quando realizei minha dissertação entrevistei moradores de Guaíra-PR que eram funcionários do frigorífico da Copagril em Marechal Cândido Rondon-PR e da Cvale em Palotina-PR, um dos primeiros detalhes que informaram era que, mesmo existindo normas a serem cumpridas quanto às condições de trabalho, poucas eram realmente executadas (CARVALHO, 2016). A falta de roupas adequadas para as temperaturas baixas apareceu em todas as narrativas dos trabalhadores da linha de produção, o mesmo aconteceu com os haitianos contratados pela Coopavel; como Natasha:

Eu saio de madrugada pra trabalhar, quando chego no frigorífico já é muito frio, a hora que eu entro na linha de produção já sinto como se meu corpo

inteiro congelasse e eu tivesse que continuar. Não posso parar! Não sei por que, mas o corpo da gente incha ... quando tenho que tirar a bota pra sair do trabalho, sofro com dor. Já tive que ficar mais de uma hora esperando a bota sair, porque eu inchei, acho que por causa do frio, né? A gente não tem alguém que investigue isso, porque não acho que seja normal as pessoas trabalharem congelando [...] tenho medo de um dia com tanto frio que sinto, acabar cortando minha mão grave e nem sentir! (NATASHA, 2018)

Além disso, ela contou que o fato de ser imigrante e mãe prejudicava ainda mais a exploração que sofria, “a encarregada do meu setor era mulher e mãe, ela usava isso contra a gente. Quando eu não conseguia mais sentir meus dedos, quando pedia pra ela deixar ir no banheiro, ela falava que eu era uma péssima mãe, porque mãe de verdade trabalhava pra sustentar o filho”. O apelo emocional por meio da dominação da superiora incidia consequências graves sobre Natasha, pois estabelecia os valores atinentes à maternidade enquanto ela era a única responsável por conseguir manter seu filho, seu companheiro havia falecido em Santa Catarina.

Segundo Natasha, seu esposo havia trabalhado mais de três anos na linha de produção do frigorífico Aurora na cidade de Chapecó em Santa Catarina quando, em 2016, faleceu. Ele vivia doente devido ao frio do frigorífico, pois não tinha conseguido se acostumar com as temperaturas baixas e, por isso, tinha tosse e febre constantemente. Ela representava em seu semblante a tristeza de não saber de fato o que tinha ocasionado seu óbito, como uma tentativa de consolo para tal resposta me disse que, quando questionada falava “pneumonia”, mesmo sem possuir um parecer médico que evidenciasse tal doença.

A entrevistada buscou maneiras de permanecer em Chapecó, tentou trabalhar como faxineira, mas as patroas exigiam que ela permanecesse integralmente em suas casas, inclusive aos finais de semana, como ela tinha um filho de 3 anos e nenhum familiar para auxiliá-la, optou por sair do serviço. Ademais, no Haiti, Natasha morava com sua mãe e sua irmã Stephania e dividiam as tarefas domiciliares. Por isso, ela tinha decidido não trabalhar de empregada doméstica e mencionou : “era uma casa muito grande e chique, eu não sabia que existia produto certo pra cada coisa que eu fosse limpar. Minha patroa gritava comigo, descontava do salário quando eu fazia algo errado, mas não me ensinava como era pra fazer”.

Sobre este assunto, as pesquisadoras Oliveira e Silva (2016) destacaram que, semelhante à situação narrada, na Amazônia, 90% do trabalho oferecido para as haitianas era no setor doméstico, o que se tornava objeto de crise, pois “o fato de todas as mulheres participarem dos

mesmos afazeres domésticos no interior da mesma casa diminuía a sobrecarga de trabalho para uma única mulher e contradizia o modelo ocidental do trabalho doméstico” (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 299). Deste modo, não se tratava de falta de disposição de Natasha, conforme mencionava sua ex-chefe, mas das questões culturais que marcavam sua trajetória de vida e, em contraponto, da exploração da ex-patroa que queria aproveitar-se de sua vulnerabilidade.

Depois de várias tentativas frustradas em busca de uma vaga de vendedora no comércio, mesmo com sua memória afetiva abalada, recorreu ao trabalho no frigorífico, lugar que julgava ter sido responsável pela morte precoce de seu esposo. No entanto, Natasha foi reconhecida e como supostamente representava riscos para a empresa, pois a morte de seu marido não havia sido esclarecida, o trabalho lhe foi negado em Chapecó. Além disso, a morte de seu marido persistia em suas interpretações, por isso, é possível que o trabalho tenha sido negado por tal questão ou porque em seus sentimentos a história mal resolvida insistia em aparecer.

Foi assim que Natasha decidiu se mudar para Cascavel: “imaginei que aqui minha história pudesse ser outra, quando de repente percebi que minha única opção era o frigorífico, eu meio que enlouqueci, sabe? Mas a gente que é imigrante, não tem muito tempo pra enlouquecer e pensar nessas coisas (risos)”. Durante a entrevista tentava parecer forte, mas, conforme ia pontuando os aspectos que tinha vivido ao chegar no Brasil, as lágrimas foram inevitáveis, enquanto as secava me contava sobre as experiências sofridas na Coopavel. Por isso, o desemprego aparecia nas narrativas como o “fracasso da diáspora”, ou seja, uma das piores situações que poderia acontecer. No caso das mulheres imigrantes, como Natasha, caracterizava o papel de uma mãe despreparada para cuidar de seu filho. Deste modo, contou-me que era comum que as haitianas se dispusessem a trabalhar no frigorífico mais do que o corpo podia aguentar.

Ademais, havia um agravo maior acerca do trabalho no frigorífico, pois, as mulheres tinham funções limitadas, por isso, eram consideradas, segundo Natasha, com “menos utilidade”. O que possibilitava que no espaço do frigorífico houvesse “competição, é muito competitiva as mulheres porque muita gente sai do frigorífico e muita gente entra, né? A gente precisa demonstrar que trabalha certinho”. Ela acrescentou que as haitianas persistiam trabalhando na linha de produção porque algumas não tinham ofício fora de suas casas no Haiti e não possuíam outras experiências. Além disso, sentiam a responsabilidade de auxiliar seus maridos que haviam ficado anos transferindo dinheiro para que pudessem imigrar.

“Eu consigo fazer o que é minha obrigação e ainda assim, às vezes deixo passar um

pedaço de frango. Eu fico muito cansada porque, além do frigorífico, lavo roupa nos finais de semana pra conseguir um dinheiro extra”. Natasha apontou para um cesto cheio de roupas que lavaria naquele final de semana para seus vizinhos que moravam sozinhos e que não tinham máquina de lavar e me disse: “eu gosto de lavar a roupa dos meninos aqui das quitinetes, cobro deles porque preciso, mas nesse trabalho eu me sinto útil de verdade. Quando chega domingo de noite, que lembro que no outro dia tenho o frigorífico, sinto um aperto e palpitação no peito”. Esclarecendo que o trabalho de lavadeira tinha sentido e não se tratava apenas do dinheiro pago por sua função, diferentemente do que acontecia no frigorífico.

Interessante pontuar a trajetória de Natasha, pois o trabalho na indústria não causava apenas o desgaste físico, mas também emocional, por meio do estresse ocasionado pela impressão do fracasso individual em não se sentir capaz de executar os movimentos juntamente ao fato coletivo de ter uma família para sustentar; o que também era vivenciado por outros imigrantes entrevistados. Embora já fizesse alguns anos que seu marido havia falecido, o frigorífico significava na memória de Natasha o caminho para a morte. Lavar as roupas de seus vizinhos haitianos possibilitava-lhe pensar que poderia se sustentar em Cascavel de outras maneiras, por isso, mesmo cansada do trabalho, essa outra atividade parecia dar-lhe uma nova perspectiva de sobrevivência.

Sobre o desemprego, apontado por Natasha como o medo desesperador que assolava os imigrantes, Roody representava as consequências de deixar o trabalho no frigorífico. Ele estava há mais de seis meses sem conseguir uma ocupação, o que o fazia acreditar que era por isso que outros haitianos não tinham coragem de pedir demissão. Para ele, “os haitianos sabem que o trabalho deles é explorado, pelo tanto de coisas que eles fazem deviam ganhar mais, a gente sempre conversa sobre isso”, ou seja, o fato de permanecerem no trabalho não significava que eles não possuíam consciência de classe, “o que falta pra nós é tentar melhorar nossa condição, por isso acredito que a Associação pode ser um bom caminho, pelo menos nesse momento, é o único que nós tem”. Para Roody, a Associação representava, além do principal mecanismo de luta em Cascavel, uma expectativa diferente para o futuro, que pudesse auxiliá-los em uma vida mais digna.

Ademais, a Associação também era vista como um recurso para haitianos que tiveram experiências semelhantes à de Marcel: “cheguei em 2015 no Acre e disseram que já fazia um tempo que a empresa de Cascavel não ia buscar lá no acampamento. Por isso, passei por outras cidades e trabalhei, até conseguir vim com outros haitianos de ônibus, mas quando cheguei não

tinha trabalho”. Ele continuou narrando: “no frigorífico e na construção civil até nesses lugares não tem mais. Na verdade, não tem mais pra haitiano, né? Eles estão de saco cheio da gente!”, evidenciando que, se por um lado, foi importante para os haitianos a presença de imigrantes em Cascavel como forma de dividir despesas para que conseguissem mandar dinheiro para reunir seus familiares, em contraponto, esse aumento fez com que houvesse uma saturação destes trabalhadores, afinal, “se um haitiano não aceitar o outro aceita, né?” permitindo assim a criação de um exército industrial de reserva disponível para o capital.

Foi a partir dessa experiência que Marcel conheceu a Associação, que o ajudou a se manter nos meses em que ficou desempregado. Ele viveu durante quatro meses na casa de imigrantes que faziam parte da entidade e se revezavam em acolher os que recém chegavam e não conseguiam trabalho. Deste modo, a organização era uma maneira de entender os problemas de forma coletiva, ainda que fosse difícil para os próprios haitianos resolvê-los.

Na narrativa de Marcel foi perceptível que, quando chegou em 2015, já havia aumentado consideravelmente a quantidade de haitianos em Cascavel. A reportagem intitulada: “Agência do trabalhador não tem vagas para estrangeiros” evidencia parte da dificuldade encarada por ele e por outros trabalhadores que chegaram à cidade a partir deste período:

Há pouco mais de 40 dias, a Agência do Trabalhador de Cascavel não está mais contratando estrangeiros após restrições impostas por frigoríficos e empresas que solicitavam a seleção de vagas. De acordo com a gerente da Agência do Trabalhador [...] a queda nas ofertas tem ocorrido gradativamente nas últimas semanas. A última vez que houve uma contratação em massa foi há cerca de 40 dias para o município vizinho de Toledo. Foram 40 oportunidades preenchidas por haitianos, mas esta semana já recebemos a notícia que haverá cortes. Infelizmente a média de vagas ofertadas caiu de 500 para 180, explica. Ainda segundo a gerente, as empresas não querem mais contratar estrangeiros, uma vez que teria diminuído a rotatividade de funcionários. A alegação é que a crise tem gerado cortes e por isso, estão evitando contratar estrangeiros. Na semana passada tivemos 20 vagas para desossador, antes eram 100 por dia. Hoje praticamente zerou [...] além dos frigoríficos, a construção civil também não está mais contratando estrangeiros. Além da restrição não temos vagas disponíveis e todos estão preocupados. Os haitianos, por exemplo, são os primeiros a chegar pela manhã na agência e falar que não tem vaga está cada dia pior” lamenta. (O PARANÁ, 01 set. 2015)⁵²

Os motivos elencados para justificar a diminuição da contratação de mão de obra imigrante podem ser sintetizados em duas categorias principais: primeiro, conforme já pontuei,

⁵² O PARANÁ. **Agência do trabalhador não tem vagas para estrangeiros**. Disponível em: <https://oparana.com.br/noticia/agencia-do-trabalhador-nao-tem-vagas-para-estrangeiros/> Acesso em: 07 jul. 2020.

devido à rotatividade de haitianos, já que alguns não chegavam a completar os meses de experiência e abandonavam o trabalho devido à exploração intensa; segundo, havia uma remessa de trabalhadores, como Fredner, que estava no frigorífico há quase cinco anos e que, por entender que as opções para imigrantes haitianos eram escassas, buscavam estabilidade no trabalho para conseguir sobreviver e enviar dinheiro para seus familiares, ainda que não negassem a dificuldade da realidade na linha de produção.

Por isso, entre os próprios imigrantes havia este embate, aqueles que se incomodavam com a rotatividade dos que permaneciam pouco tempo na empresa, pois, segundo eles, como mencionou Fredner, “são culpados da gente ser mais explorado lá dentro, já que começam a trabalhar e logo saem”. Porém, as narrativas mostraram situações em que o próprio corpo não correspondia mais ao trabalho repetitivo. Além disso, na reportagem citada, fica evidente que os haitianos queriam um emprego, pois procuravam vagas constantemente na agência do trabalhador; o que foi constatado nas narrativas era que não queriam mais o trabalho extenuante dos frigoríficos.

Embora tenha entrevistado imigrantes que relataram trabalhar ou já ter trabalhado na Globoaves, Eberhardt (2017) destacou que os haitianos mencionavam que este frigorífico não estava mais empregando mão de obra imigrante há alguns anos. O autor mencionou que ao entrar em contato com a empresa lhe foi negada a informação acerca dos motivos. Porém, em sua pesquisa de campo, conversou com o reverendo da Igreja Anglicana que salientou que os haitianos possuíam menos interesse nesse frigorífico, pois os salários pagos aos imigrantes eram inferiores aos dos trabalhadores brasileiros.

Além disso, as assistentes sociais inqueridas relataram que até 2015 eram contatadas pela Globoaves para indicar a empresa, caso houvesse haitianos a procura de trabalho. No entanto, a funcionária do CRAS Periollo recordou: “faz algum tempo, mais ou menos a partir de 2015, 2016, não sei o ano certo, mas o frigorífico (Globoaves) passou a exigir a carteira de reservista do exército, documento do qual é impossível para os haitianos”. Desta forma, o refluxo ao trabalho desses sujeitos apareceu nas entrevistas ao serem relatados casos de desemprego, o que fez com se deslocassem para outras cidades do Oeste do Paraná; como foi o caso de Zeky, que conheci em Marechal Cândido Rondon, ele havia deixado a Globoaves para trabalhar no frigorífico da Copagrill, e disse: “logo vou mudar para Santa Catarina, lá paga melhor e estão precisando de gente pra trabalhar”. Ele compreendia a migração nas cidades brasileiras como uma saída em busca do que seria “menos ruim” para suas experiências de

trabalho.

Apesar da reportagem referida ser de 2015, em 2018, quando entrevistei Marcel, ele me contou: “hoje é mais fácil um milagre acontecer do que um haitiano conseguir emprego em Cascavel”. Quando narrava as dificuldades de seus colegas, em seguida afirmava: “por isso eu sei que meu trabalho não é o que eu sonhava, né? Mas eu ainda agradeço a Deus porque eu tenho, se eu não tivesse ia estar pior!”, indicando justamente uma normativa comum do capitalismo, a pressão exercida sob aqueles que possuem trabalho para que se sintam privilegiados ao relacionar sua experiência com a dos que estão desempregados. Ainda que Marcel dissesse sentir-se aliviado por ter um serviço, o comparou com uma cruz a ser carregada, pois precisava aceitar algo que considerava ruim e, por vezes, mais pesado do que parecia suportar para poder sobreviver.

A reportagem a seguir possibilita compreender a opinião de Marcel sobre seu trabalho:

Nem o frio de mais uma madrugada de inverno espantou quem precisa de emprego – por volta da manhã de segunda-feira (20) a fila extensa se formava frente a Agência do Trabalhador de Cascavel. Enrolados a cobertas, eles sentaram na calçada de concreto em frente aos portões. A espera é de mais de sete horas, mas para uma noite de inverno tudo parece ser mais lento e frio. [...] a maior parte dos que chegam de madrugada é imigrante haitiano que revela encontrar dificuldade para conseguir trabalho em Cascavel” (CATVE, 20 ago. 2018)⁵³

Os empecilhos que os impossibilitavam de conseguir trabalho eram vencidos pela persistência daqueles que não poderiam aceitar um “não”. Marcel disse: “meu primo ia todo dia na agência do trabalhador e aí falavam que ele tinha que ir mais cedo porque quando chegava já tinha acabado as vagas, aí ele e mais uns amigos dormiram lá”. Por um lado, os haitianos buscavam meios para conseguir um serviço, em consequência as empresas exploravam cada dia mais os que tinham emprego sob a alegação de que, se não se comprometessem como exigiam, seriam facilmente substituídos.

Interessante pontuar que a notícia não se refere a um episódio único, segundo o entrevistado, os imigrantes buscavam constantemente maneiras de conseguir trabalho dormindo em frente ao SINE, mas também como forma de reforçar sua presença na cidade em busca de

⁵³ CATVE. **Emprego: haitianos dormem em frente à Agência do Trabalhador de Cascavel**. Disponível em: <https://catve.com/noticia/6/225690/emprego-haitianos-dormem-em-frente-a-agencia-do-trabalhador-de-cascavel> Acesso em: 09 set. 2020.

políticas públicas.

A presença massiva desses sujeitos no local fez com que brasileiros que buscavam trabalho não conseguissem senhas, pois elas já haviam sido preenchidas pelos imigrantes, o que incidiu com que a prefeitura não pudesse se omitir frente ao problema. A maneira escolhida para resolver tal embate foi a de que o SINE disponibilizaria um horário exclusivo para receber os haitianos. A partir de então eles seriam atendidos nas terças-feiras no período da tarde e teriam vagas específicas de trabalho, como os frigoríficos, por exemplo, e mesmo assim o número de imigrantes contratados seria reduzido.

Deste modo, entendendo a dificuldade em encontrar trabalho e por ser mais velho do que os demais imigrantes empregados no frigorífico, Lucas se sentia na responsabilidade de doar-se ao máximo para não ser substituído. Dos entrevistados Lucas foi a pessoa com maior idade, tinha 49 anos em 2016. Os trabalhadores na faixa etária dos 20 aos 40 anos apresentaram 74,5% de admissões, enquanto os imigrantes entre 40 e 65 anos representaram maior participação nas demissões (OBMIGRA, 2019). Ao relembrar seu ofício mencionou: “eu estou trabalhando no frigorífico faz tempo, mas não posso dizer que acostumei. No início me colocavam pra carregar caixas, eu já não aguentava, já cheguei a derrubar e aí pedi de joelhos para o encarregado me trocar de cargo porque precisava do trabalho”.

A situação narrada por Lucas permitiu compreender que uma das consequências da alta taxa de desligamento de funcionários mais velhos derivava-se do fato de que não havia distinção das atividades levando em consideração os limites físicos destes trabalhadores. Inclusive ele mencionou que colegas de sua idade já haviam sido despedidos por justa-causa por não conseguirem realizar tarefas que não tinham sido contratados para executar. Por isso, no ápice do desespero, quando derrubou frangos no chão do frigorífico, Lucas ajoelhou-se suplicando por seu trabalho, pois sabia que poderia facilmente ser substituído por alguém mais jovem.

Fredner foi outro haitiano mais velho que entrevistei, em abril de 2019 tinha completado 45 anos e brincou: “mas meu corpo já parece ter setenta”, evidenciando o cansaço de anos de trabalho extenuante e condições precárias que refletiam física e mentalmente em sua vida. No entanto, a condição destacada não era apenas devido à sua idade. Mike tinha 22 anos, quando o entrevistei, e desde 2017 trabalhava na Coopavel. Ele iniciou seus estudos no mesmo ano em que entrou no frigorífico, em 2015, porque acreditava que se demonstrasse esforço e dedicação poderia conseguir um cargo melhor. Por isso, em seu “tempo livre” estudava, das 19h às 22h45min, pensando na possibilidade de se tornar um encarregado. No entanto, para que

conseguisse fazer as duas atividades precisava sair às pressas quando o último sinal tocava na escola para embarcar no ônibus que, após parar em diversos pontos pela cidade, chegaria próximo à empresa onde iniciava seu turno à 01:00h.

Mike contou que havia dias em que sua última alimentação era o almoço, pois, aliado aos estudos e ao serviço no frigorífico, realizava “bicos” de garçom em um restaurante popular em Cascavel, lembrou que: “me cansava muito, mas o restaurante eu gosto porque lá depois que todo mundo come e sobra comida, eu posso almoçar e isso já me ajuda a economizar dinheiro”. Sua narrativa foi construída pela trajetória de quem contava cada minuto que faltava para imigrar novamente. Ao realizar tarefas extenuantes, como trabalhar o dia inteiro e não ter uma alimentação regular, refletia o desespero por tentar mudar de vida a qual era desprezada. Se inicialmente tinha como plano estudar para conseguir uma vaga melhor na empresa, com os anos, o que buscava era livrar-se daquele espaço.

O entrevistado continuou se justificando com o intuito de dizer que não era alguém que reclamava de ter que trabalhar, narrou que foi funcionário por mais de dois anos da linha de produção da Codevi, experiência que citei no primeiro capítulo. Em seguida pontuou: “no Haiti era melhor, aqui eu me sinto um escravo”, em comparação à experiência anterior de Mike, o salário do frigorífico correspondia a um valor maior, mas não era sobre isso que ele falava.

Sendo assim, não se tratava apenas de uma questão de distinção de idade entre Mike, Lucas e Fredner, mas de uma condição comum do trabalho nos frigoríficos. Mike sentia dificuldades em segurar um copo de água, quando mencionava sobre seu trabalho salientava que as dores eram insuportáveis e dizia-se preocupado, afinal, não sabia o que faria se tivesse que deixar o trabalho. Infelizmente, ele não era uma exceção, além dos haitianos, há narrativas de brasileiros que ficaram doentes devido aos movimentos repetitivos e desenvolveram a inaptidão para o trabalho (CARVALHO, 2013).

Ao entrevistá-lo me mostrava suas mãos que, mesmo aos finais de semana quando não estava no trabalho, apresentavam tremores:

Minha vida é sentir dor. Você pode pensar, mas Mike, a culpa é sua de não ir no médico, só que eu vou te dizer, já vi haitiano sentir dor e ir no médico da empresa e depois? Depois ele era mandado embora, descartado. Não sei o que vai ser de mim, eu estou só esperando o dia em que vou passar tão mal que vou cair no chão da fábrica. Porque remédio eu já tomei, mas não adianta, minha mão treme, olha ... e sinto muita febre, intercala entre frio e calor. Um dia eu reclamei e o encarregado falou que eu estava com frescura porque tinha outros haitianos que trabalhavam e eram mais velhos do que eu e não

reclamavam. [...] mas é o que eu te digo, quem aguenta o frigorífico por muito tempo? Eu não! (MIKE, 2018)

Pude compreender que a dor o incomodava, mas a falta de perspectiva em deixar o trabalho era o que o corroía, ao pensar que no dia seguinte novamente precisaria ir para o frigorífico. Além disso, ver outros trabalhadores mais velhos aguentando executar movimentos repetitivos causava-lhe desconforto e sentimento de impotência porque se tornava escracho para seu superior que insistia em menosprezar sua dor.

Quando Mike relembrou seu trabalho no Haiti, destacou que “lá eu aprendi a costurar. Eu não sabia fazer muitas coisas, mas aprendi a ter a noção de pegar uma agulha, uma linha, coisa que eu não fazia ideia antes, entende?”, ou seja, a atividade monótona do frigorífico que, embora também exigisse esforço físico a cada segundo, o impossibilitava de aprender novas tarefas, por isso, ele tinha a clareza, assim como Fredner e Lucas, que essa ocupação nada acrescentava em suas vidas.

Embora fosse mais velho do que Mike e tivesse distinções em suas histórias, Lucas narrou semelhanças acerca da exploração do trabalho, entre uma tosse e outra falou: “a gente recebe muito menos do que deveria, né? Nosso esforço fica pra empresa, pra gente só os problemas”, compreendendo a divisão entre a quantidade de trabalho que realizava para a empresa e, em contrapartida, o pouco que recebia em troca.

A condição destacada por Lucas demonstrou a situação vivida pela maioria dos trabalhadores haitianos no Brasil que, em 2019, ocuparam o primeiro lugar entre os menores rendimentos no momento da admissão, o salário em média era de R\$1.306,00. (OBMIGRA, 2019, p. 69). No entanto, eles não estavam tão distantes do arrocho salarial dos demais trabalhadores. Segundo o IBGE (2019), foi durante o ano de 2018 que a diferença entre os mais ricos e os mais pobres atingiu o ápice, de modo que, na região Sul, a pesquisa destacou que os brasileiros recebiam cerca de R\$1.465,00.

Fredner, assim como Lucas, entendia que gastava a maior parte da vida trabalhando, entretanto, recebia menos do que considerava ser justo. Quando ele explicou de maneira sucinta sua rotina, o primeiro aspecto mencionado foi o tempo relacionado ao trabalho, pois “o que sobrava de tempo” era o que sentia que realmente lhe pertencia para organizar outras tarefas cotidianas, como, por exemplo, estudar, encontrar seus amigos haitianos para conversar e participar de cultos da igreja. Conforme narrava sua história, algo que aparentemente era tão

peçoal, a organização de sua própria vida, na realidade não pertencia apenas a ele, lembrando Harvey que escreveu “a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social” (2005, p. 207).

Fredner contou que iniciava seu trabalho na linha de produção do frigorífico da Globoaves às 15h e finalizava às 00h45min, demonstrando a irregularidade desse horário que ultrapassava as 44h semanais estabelecidas por lei, da qual não recebia a mais por isso. Ele gastava cerca de dez minutos de sua casa até a empresa, visto que dividia uma quitinete com mais cinco haitianos que trabalhavam com ele e, por isso, optaram por morar próximo ao serviço. No entanto, Fredner chamou atenção para o seguinte aspecto: “eu moro aqui próximo do frigorífico, isso é ótimo porque vou andando para o trabalho, mas nunca tenho tempo e nem disposição de frequentar mais nada na cidade. Tudo é longe! Até a igreja que eu gostava de ir nas quartas e nos domingos, não vou mais”. Desse modo, mesmo aos finais de semana, quando não tinha expediente, ainda assim, sua vida era organizada pelo caos do tempo dedicado ao trabalho durante a semana, ademais, o cansaço não deixava de existir nos seus dias de folga.

Além disso, haitianos como Marcel que viviam em Cascavel, mas trabalhavam em Toledo no frigorífico da Sadia, tinham um tempo maior ocupado com o ofício, se contabilizada a distância. Sobre este assunto, Eberhardt (2017) salientou que o momento para a realização da troca de roupas para dar início ao expediente não era contado como tempo de trabalho, além disso não havia vestimentas adequadas, deste modo, “a empresa não reconhece o tempo de deslocamento do trabalhador entre casa e trabalho e vice-versa como jornada de trabalho”. (EBERHARDT, 2017, p. 116). Conforme podemos observar, não são apenas detalhes quando contabilizados na vida de cada trabalhador. Segundo Marcel:

Quando cheguei (dezembro de 2015) eu fiquei quatro meses sem encontrar trabalho no Cascavel. Fui no frigorífico da Globoaves e disseram que não empregavam mais haitiano. Ainda tinha esperança porque tinha a Coopavel. Mas naquele ano, parece que tinha vindo muito haitiano e aí não tinha vaga. Conheci um amigo que me indicou pra procurar em Toledo, fui na Sadia e deu certo. Só que meus amigos moram em Cascavel, por isso decidi ficar aqui [...] gasto mais de doze horas envolvida no trabalho. Porque não é só lá, né? Mais ou menos uma hora e meia pra ir e outra pra voltar, porque tenho que ir de ônibus até o ponto que passa o ônibus da empresa. Depois que chego lá, tem a roupa pra colocar, a minha vida é isso, só trabalho e dormir, porque eu fico muito cansado! (MARCEL, 2018)

Ele estava namorando uma jovem trabalhadora haitiana de Cascavel, mas, por causa da falta de tempo aliada ao cansaço do corpo, o relacionamento foi interrompido. Marcel tomava

analgésicos semanalmente desde o segundo mês em que iniciou na linha de produção do frigorífico, pois não aguentava o peso das caixas que carregava. Além disso, quando criança sofria de desnutrição devido à falta de condições de sua família para conseguir realizar adequadamente as refeições diárias.

Em 2018, a fraqueza persistia e Marcel ia trabalhar mesmo assim, até que um dia, enquanto se trocava para iniciar sua tarefa na linha de produção, começou a se sentir mal: “a visão escureceu e eu desmaiei, se tivesse em alguma máquina que fosse afiada, podia ter morrido!”. Foi encaminhado para o médico da empresa que, infelizmente, assinou atestado apenas para aquele dia. No entanto, Marcel não tinha como retornar para Cascavel, pois estava debilitado, lembrou: “tomei as vitaminas e os remédios que ele me deu, deitei no canto do frigorífico e uma hora depois retornei para o trabalho”. Embora estivesse na Sadia há dois anos, ficou com medo de que seu superior percebesse que ainda não havia conseguido se adaptar ao serviço. Dessa forma, fez questão de dizer que era um mal-estar atípico, quando na realidade trabalhava constantemente com dor. Ele buscava demonstrar para seu superior que se sentia feliz pela oportunidade, mas me disse que conversava toda semana com amigos que moravam na Argentina para tentar se mudar para lá.

Quando Fredner conseguiu trabalho no frigorífico se sentia realmente pertencente àquele lugar, no auge de sua emoção, ao assinar o contrato, ligou para seus filhos e contou que, mesmo sendo mais velho que a maioria dos haitianos, aquela empresa havia lhe cedido uma “oportunidade”. Para demonstrar para sua família o “sucesso da diáspora”, enviou o site da indústria e usou o termo “colaborador” para dizer que foi empregado. No entanto, com apenas um mês de trabalho já havia compreendido que mais do que colaborava com a empresa, deixava parte de si todos os dias na esteira, em contrapartida recebia gritos para que produzisse cada vez mais e ameaças de que se não produzisse seria substituído.

“Eu já pedi pra me trocarem de horário, mas não aceitam! Eu queria poder estudar, poder inclusive ter outro trabalho fixo, mas com esse horário que eu faço, não dá certo!”, mencionou Fredner. Quando o entrevistei, o salário que recebia era insuficiente para se manter e enviar para seus três filhos, sua ex-esposa e seus netos no Haiti. Por isso, nos dois primeiros anos em que era funcionário do frigorífico, além da atividade na linha de produção, acordava às 06h para trabalhar na construção civil: “eu trabalhava de pedreiro pensando que logo não precisaria mais porque eu tinha certeza que ia ser promovido no frigorífico e ia sair da linha de produção”. A compreensão de Fredner, que sonhava em demonstrar dedicação para conseguir um cargo

melhor, havia se modificado no cotidiano da empresa. Em 2019, falou: “entro, fico em silêncio, faço minha parte e vou embora. A melhor parte é ir embora”, não se reconhecia mais como “colaborador” e sentia que só após deixar aquele espaço e o que ele representava em sua memória é que se se tornava humano novamente.

O entrevistado convivia com a frustração do trabalho e o imaginário de sua família de que ele havia conseguido se destacar no processo imigratório, pois “cada dia a gente ficava sabendo de mais um caso de haitiano que imigrou e não conseguiu trabalho”. Sendo assim, não tinha coragem de contar para seus familiares como era seu dia a dia como sentia vontade de abandonar aquele emprego.

Em contraponto à narrativa de Fredner, que percebeu que não se tratava de um “colaborador”, mas de um trabalhador explorado; conheci Simon que tinha 47 anos, em 2019, quando o entrevistei estava há três anos na Coopavel. Ele iniciou sua narrativa dizendo: “haitiano que reclama do trabalho no frigorífico merece ficar sem trabalhar!”, o que representava o tipo de funcionário “ideal” buscado por essas empresas, já que mesmo com experiências parecidas com a de outros haitianos dava-lhes interpretações distintas.

“Trabalhamos de branco, recebemos em dia, temos férias e até alimentação!” exclamou Simon e ao juntar as mãos disse: “agradeço a Deus todos os dias, até nos dias que sinto dor, porque se tenho dor é porque estou trabalhando!”. A visão de que trabalhar necessariamente exigia o sacrifício de sua dor era tida como uma recompensa e estava relacionada às suas experiências passadas, pois, no Haiti, não havia trabalho com carteira assinada nem leis trabalhistas. Para ele, mesmo que o frigorífico não cumprisse algumas exigências legais, ainda assim o fato de ter direito a férias, décimo terceiro, entre outras conquistas era visto como uma dádiva da empresa e não como uma consequência da luta da classe trabalhadora no Brasil.

Simon seguiu narrando como se sentia importante: “lá eu tenho um lugar que é meu, conquistei o espaço. Tenho orgulho de dizer que essas mãos aqui ó [...] corta frango que vai pra China e pra vários outros países. Eles falam isso pra gente na empresa, que nosso trabalho alimenta gente de outros países!”, para ele, esse era o valor de seu trabalho, tinha a percepção de que, mesmo a desossa sendo cansativa, significava um pedaço de carne na mesa de muitas pessoas, ou seja, incorporava o discurso imposto pela indústria.

Porém é necessário compreender o processo que Simon vivia para de fato entender o porquê defendia o trabalho no frigorífico, mesmo quando afirmava haver cansaço ocasionado

pela exploração. Ele relacionava seu momento atual com a memória passada, no Haiti, onde se ocupou apenas da agricultura para a subsistência de sua família. Quando haitianos próximos a ele começaram a vir para o Brasil, pensava: “não havia sentido eu com mais de quarenta anos sair do Haiti, até que um amigo me falou que era possível eu conseguir um trabalho na indústria aqui no Brasil”. A partir de então passou a considerar a imigração como uma oportunidade de viver em um país diferente e trabalhar em algo distinto do que havia feito em toda sua vida. Ao chegar em Cascavel e conseguir o emprego, em 2017, num contexto em que trabalhadores haitianos mais jovens procuravam vagas e não conseguiam, sentiu-se privilegiado. Dessa forma, fez questão de dizer: “a Coopavel pode contar comigo! Pretendo ser um bom trabalhador e ficar o resto dos meus dias nesse emprego, porque é muito bom!”. De fato, o que ele elencava como conquista, como o salário fixo todo mês, significou em sua trajetória de vida uma experiência marcante, afinal, foi a primeira vez que foi contratado formalmente, o que o deixava orgulhoso.

Assim como Simon, Jean Baptiste, ao contar sua experiência, disse: “eu me sinto cansado, não vou mentir. Mas eu sei que meu trabalho é importante, esse frango que os brasileiros comem, vem do meu esforço e não só aqui, mas também vai pra China, né?” (risos). A dimensão de que o trabalho ultrapassava as barreiras físicas apareceu nas narrativas de Simon e de Jean Baptiste como cruciais para a valorização dos cortes que realizavam na linha de produção. Dessa maneira, o imperialismo referente à cadeia produtiva era deslumbrado como o frango, resultado de seu trabalho, de que alcançaria países que eles não conseguiriam chegar, embora sonhassem.

Bosi (2016) escreveu acerca da concepção do imperialismo de Lenin para demonstrar o processo histórico da consolidação da agroindústria da carne no Oeste do Paraná e suas consequências na vida dos trabalhadores. O autor relatou que são empresas multinacionais localizadas nos Estados Unidos e na Europa que definem o funcionamento da cadeia avícola e que incidem na produção dos frigoríficos. Deste modo, o mais próximo que esses haitianos estavam dos Estados Unidos era justamente o processo de internacionalização do trabalho que executavam.

Jean Baptiste deixou no Haiti sua esposa e seus filhos gêmeos que, em 2013, quando partiu, tinham apenas um ano e dois meses. Desde então trabalhou no frigorífico, quando o entrevistei tinha finalmente conseguido que seus familiares viessem para Cascavel e por isso sentia-se agradecido por aquilo que sua ocupação representava, pois durante três anos havia

ficado sem vê-los. Sendo assim, suas memórias podem ser compreendidas como contraditórias ao considerarmos que o trabalho só fazia sentido se atribuído ao valor sentimental que carregava consigo de trazer sua família para o Brasil, o que só foi possível mediante o salário que havia recebido ao longo dos anos, ou seja, embora Jean Baptiste dissesse que considerava “bom” o serviço na linha de produção, o que o fazia sentir-se assim era o resultado de seu esforço que possibilitou rever sua esposa e filhos.

Mesmo Simon e Jean Baptiste que se distinguiram dos demais trabalhadores entrevistados, pois escolheram contar sobre as experiências positivas no frigorífico, elencaram problemas que foram comuns nas demais narrativas: “Ficar de pé o dia todo me dá tanto cansaço ... e tem hora específica pra ir no banheiro!”, relatou Jean Baptiste sobre permanecer em pé mais de oito horas diárias, o que fazia com que tivesse que chegar em casa e tomar remédio para diminuir o inchaço das pernas, assemelhando-se com o que Natasha havia comentado. “Eu tento acompanhar a esteira, mas tem horas que não dá. Se eu quero, por exemplo, coçar meu olho que está ardendo de frio, eu já perco tempo e aí o encarregado pode me dar uma advertência”, pontuou Simon explicando que o corpo não conseguia realizar as atividades no mesmo ritmo imposto pela máquina.

Além disso, as consequências da exploração não permaneciam apenas no ambiente de trabalho, “ainda hoje quando eu pego uma faca pra fazer almoço me dá uma angústia, fiquei um tempo sem conseguir comer carne de frango porque era muita exigência”, relembrou Roody que, embora tivesse tido a coragem de se demitir, as experiências do frigorífico ainda assombravam sua memória.

3.1.1 Relação com os trabalhadores brasileiros

Benjamin fez parte do grupo de haitianos que foram trazidos do Acre para atuar na construção civil da FAG em Cascavel, desde então trabalhou em conjunto com brasileiros. Quando concluíram esta atividade passaram a realizar obras nas cidades da região, entre elas: Toledo, Assis Chateaubriand e Nova Aurora.

Sobre esse assunto Benjamin contou:

Eu já tinha experiência na construção civil no Haiti, desde colocar o básico começando por tijolos até o trabalho mais complexo de encanamento e

eletricidade. Eu aprimorei no Brasil, fiz cursos porque queria permanecer nessa profissão. A FAG deu uma oportunidade pra mim e para outros haitianos, mas a gente sabia que eles pagavam bem menos do salário pra nós do que pagava para os brasileiros, e nós haitianos trabalhava muito, mas muito mesmo. Quando a gente vinha no ônibus do Acre até chegar no Cascavel eu lembro que falei para os outros haitianos que era nossa responsabilidade vim e trabalhar bastante pra mostrar que haitiano gosta de trabalhar. Mas teve casos de haitiano que nem recebeu por todo trabalho realizado e acabou desistindo de ficar em Cascavel. (BENJAMIN, 2016).

Ele acrescentou que foi difícil persistir nessa função, pois sabia que tinha experiência e, portanto, deveria receber mais porque assumia riscos de mestre de obras, mas foi efetivado como servente. Após encerrar seu serviço na FAG, Benjamin e outros haitianos foram convidados por um mestre de obras brasileiro para trabalharem em seu grupo de pedreiros.

No entanto, não havia contrato e depois de dois meses trabalhando de segunda a sábado das 07h às 20h resolveu perguntar quando receberia seu salário, “ele disse que nós só ia receber quando terminasse toda a construção? Ali ia pelo menos uns sete meses, como eu ia ficar sem mandar dinheiro pra casa? E meu aluguel, quem ia pagar? Ele achava que a gente era idiota!”. Benjamin lembrou que passou a noite em claro pensando no que deveria fazer, pois, embora dissesse que sentiu vontade de dar uma surra em seu ex-chefe, sabia que dificultaria sua estadia em Cascavel. Deste modo, no outro dia procurou serviço na Coopavel e lá permaneceu durante alguns meses, “eu carrego máquinas pesadas na construção civil, eu carrego tijolos, faço de tudo! Mas nada me cansava mais do que o frigorífico”. Por isso, sem conseguir se adaptar conversou com colegas brasileiros da linha de produção e eles o indicaram para novos ofícios no ramo da construção civil.

Para Benjamin, após ter saído do frigorífico, a experiência na construção civil era diferenciada, pois já fazia anos que estava no Brasil e conhecia as leis trabalhistas, além de entender com clareza o português e exigir um contrato para sua efetivação. Ademais, durante a entrevista, compreendi que buscava se distinguir dos outros haitianos sob a alegação de que, ao contrário deles que não tinham um ofício e que poderiam facilmente serem trocados por outros trabalhadores que acompanhassem as máquinas nas repetições dos cortes, havia dedicado tempo de sua vida para aprender o serviço da construção civil.

Porém, essa concepção era vivida por Benjamin em dualidade, pois, quando era admitido, não recebia de acordo. Outro problema elencado foi que “mesmo fazendo contrato os brasileiros não pagam a gente conforme combina. E depois quando a gente cobra, eles falam

que nós não entendeu. Aí eu mostro no contrato, leio o que tá escrito e em seguida eles falam que se não tá feliz é só ir para o frigorífico”. Por isso, Benjamin sentia raiva quando tinha que exigir que os brasileiros cumprissem o que estava no documento e, ainda assim, no final acabava recebendo menos do que o combinado. O que mais o entristecia era o fato de que desde os 12 anos havia aprendido o ofício da construção civil e tinha se tornado mestre de obras no Haiti, mas, no Brasil, só conseguia trabalho se um brasileiro o contratasse.

Caso semelhante foi descrito por Eberhardt (2017) que entrevistou trabalhadores da construção civil que não eram pagos por brasileiros, tal embate foi o principal problema destacado nas narrativas destes haitianos, pois parte deles não mantinham relações de trabalho formais com os empregadores e, por vezes, como aconteceu com Roody, eram ameaçados quando questionavam sobre seus salários.

Eu não aguentava mais trabalhar e não receber, aí cheguei no homem que tinha me contratado e pedi que me pagasse. Ele riu e disse que se eu quisesse receber tinha que trabalhar mais, quando disse que ia parar ele disse que sabia onde eu morava e me ameaçou. Naquele dia continuei trabalhando com muita raiva, mas depois não apareci mais pra trabalhar. Ele manda recado para o meu primo perguntando se eu não quero receber e ri. Porque o brasileiro acha bonito brincar com o sofrimento do povo haitiano? Eu não entendo! (ROODY, 2019)

Roody contou que, mesmo decepcionado com os contratantes brasileiros, precisava deles para conseguir serviço, o que também pontuou Benjamin, pois a sociedade brasileira não considerava oferecer trabalho diretamente para os imigrantes para construir uma casa, por exemplo, era necessário que a atividade fosse terceirizada, o mestre de obras empregava o haitiano e se responsabilizava por ele. Desse modo, o entrevistado que havia trabalhado com vários brasileiros e não tinha recebido, ainda assim precisava se submeter a essas pessoas para ter uma ocupação. E acrescentou: “se você deixa de ir trabalhar, os brasileiros vão falando uns pros outros que o haitiano tá sacaneando e quando você vê logo tá sem trabalho nenhum!”.

Por isso, ainda que Benjamin e Roody tenham declarado dominar o ofício da construção civil, eles não eram donos de seu próprio trabalho, pois precisavam se adequar as regras que eram estabelecidas pelos brasileiros, que abusavam de sua capacidade física e menosprezavam reconhecer suas habilidades e pagar-lhes por isso. Se para esses haitianos, mesmo possuindo dificuldades para o pagamento, esse ramo parecia mais viável do que o frigorífico; para Mike, que embora ganhasse menos do que a média salarial nacional, a indústria era melhor, pois recebia mensalmente o salário: “não que fosse o preço justo, mas a forma de receber certinho é

justa”, a ele somam-se outros imigrantes que pensam da mesma maneira.

Havia brasileiros na linha de produção do frigorífico onde Mike era funcionário, mantinha com eles uma relação de ajuda mútua, embora não os encontrasse fora do horário de serviço, diziam para ele quando o encarregado estava utilizando-se de sua condição de imigrante para fazer com que trabalhasse mais do que deveria: “eles fala que se o diretor geral perguntasse sobre o trabalho extra que o encarregado me obrigava a fazer, eles ficaria do meu lado e falava que eu era certo”.

No entanto, a relação de cumplicidade não ocorreu com facilidade. Segundo Mike, “os brasileiros gostam de mim porque eu trabalho lá já faz um tempo. Eles veem que eu sou gente boa, tento ajudar no que posso, mas quando chega um haitiano novo todos eles, mas nós haitiano também, né? (risos) ficamos desconfiado se vai ser gente boa”. Ele foi contratado pelo frigorífico em 2017, mas, antes disso, outros imigrantes já apontavam algumas dificuldades de relacionamento, como Benjamim ao recordar o período em que trabalhou na Coopavel após ter sido demitido da construção civil da FAG:

Os brasileiros tinham desconfiança da gente. Porque nós viemos na ânsia de trabalhar, se tinha hora extra nós queria fazer porque a gente recém tinha sido dispensado da FAG e ficado meses sem trabalhar, por isso, naquele momento a gente pensava na família no Haiti que tinha ficado meses sem dinheiro e nos brasileiros que olhavam pra gente com raiva no frigorífico (risos). Então era uma situação que durante um tempo os brasileiros não entendia, mas depois, eles viram que nós não aguentava tudo sem reclamar. Porque assim, eles achava que a gente ficaria do lado do patrão, mas não! Haitiano é um povo politizado, a gente trabalhava porque precisava, mas sabia que muita coisa tava errada e quando os brasileiros falava, a gente ficava do lado deles. (BENJAMIN, 2018)

A discussão acerca da presença dos haitianos nessas indústrias era a de que roubariam o trabalho dos brasileiros, pois, conforme pontuou Benjamin, aceitavam fazer horas-extras e se submetiam a condições que os aqueles não aceitavam, como por exemplo, “tinha vezes que eu chegava em casa perto das quatro da manhã e recebia mensagem pra entrar no turno das 8h porque precisavam acelerar a produção. E eu não conseguia dizer não, eu ia!”. No entanto, a convivência no espaço fabril fez com que as experiências narradas pelos imigrantes sobre as dificuldades para sobreviver fossem interpretadas pelos próprios brasileiros como semelhantes às que vivenciavam. Além disso, ao contrário dos discursos que eram comuns na época de que “os haitianos estavam roubando o trabalho dos brasileiros”, o relatório da OBMIGRA destacou que havia uma diferença salarial de 28,3% do valor pago aos refugiados em relação aos demais

trabalhadores (OBMIGRA, 2019, p. 105).

Jean Baptiste havia sido contratado em 2013, segundo ele, os brasileiros que até então conviviam harmoniosamente com os primeiros haitianos a trabalharem no frigorífico passaram a compreendê-los como adversários, a partir de 2015, com o aumento da imigração. “Havia uns brasileiros sacanas, deixavam de fazer o trabalho deles, de cortar o frango pra aumentar na esteira de nós haitianos. Eles sabiam que nós não podia reclamar, então a gente trabalhava o dobro e ficava quieto”. Se, por um lado, os brasileiros buscavam trapacear para que eles fossem vistos como incapazes de cortar o número exatos de frangos disponibilizados na esteira, por outro lado, os haitianos se encontravam sem saída, pois não havia alguém com quem pudessem falar a respeito; pois não havia sindicato que os representasse, assim, os encarregados entendiam suas reclamações como falta de vontade de trabalhar, além disso, os outros trabalhadores estavam enraivecidos com a presença massiva deles na linha de produção, o que era compreensível, pois, segundo os próprios imigrantes, aumentou a pressão para que os brasileiros também produzissem mais.

A escolha do que fazer em relação a essa dificuldade de convivência foi apresentada por Jean Baptiste que, enquanto conversava com um grupo de vizinhos haitianos, buscava amenizar a situação. Ele sugeriu: “vamos convidar eles pra jogar futebol no final de semana, vamos nos aproximar deles, mostrar que haitiano é gente também, que também estamos preocupados em perder nosso trabalho, que nem eles estão!”. A tática foi ignorada, inicialmente, por um grupo de imigrantes, mas Jean Baptiste persistiu e convidou alguns companheiros de trabalho brasileiros para jogar bola no final de semana, pois, segundo ele, futebol era algo que os unia.

Jean Baptiste disse que, logo que chegaram ao campo disponibilizado pela empresa para a realização do jogo, houve uma aproximação entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades, pois alguns colegas haviam levado seus filhos para assistirem o campeonato dos “haitianos x brasileiros” e as crianças tinham curiosidade em perguntar para os imigrantes sobre suas vidas. Deste modo, Jean Baptiste falou pela primeira vez sobre sua vida para os colegas de trabalho brasileiros, que se comoveram perguntando o porquê ele não havia falado antes sobre suas dificuldades. Então ele aproveitou para destacar que: “haitiano não quer roubar o lugar de vocês, a gente vem desesperado tentando encontrar um lugar pra nós no mundo, pra nossa família, pros nossos filhos!”. O jogo foi mais do que um momento de lazer, entre as histórias contadas os haitianos e os brasileiros perceberam que possuíam mais semelhanças do que diferenças, inclusive acerca da maneira como eram obrigados a suportar o trabalho. Os

problemas de Jean Baptiste não foram todos resolvidos, mas ele conseguiu fazer amizades verdadeiras com os brasileiros e que, mesmo depois de anos em Cascavel, de vez em quando se reuniam para jogar bola.

Além disso, havia uma experiência compartilhada entre Fredner e outros haitianos que entrevistei, como Jack por exemplo, ambos estavam se relacionando com mulheres brasileiras que conheceram no frigorífico. Por isso, mesmo que Fredner tenha dito que buscava entrar em silêncio no local de trabalho e assim permanecer, em algumas ocasiões em que não se sentia cansado aos finais de semana, reunia-se com colegas do trabalho que, assim como ele, estavam lá há mais tempo, “a gente vai na casa ou sai mesmo em barzinho, sorveteria, algum lugar pra conversar”; demonstrando que as experiências compartilhadas no frigorífico acabava aproximando-os, mesmo que inicialmente achassem que as distinções eram maiores.

3.2 OS “BAIRROS DE HAITIANOS”

Discutir acerca dos bairros onde moravam os imigrantes que entrevistei tornou-se imprescindível para destacar o cotidiano vivido por eles. Engels, em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (2010), detalhou a importância da discussão não apenas do local de trabalho, mas também dos lugares onde os trabalhadores habitavam. Por isso, neste item, busco relacionar as experiências dos haitianos, em bairros específicos da cidade de Cascavel entendendo-os como sujeitos da classe trabalhadora.

Frequentar esta cidade é ter a certeza de que encontraremos haitianos, seja nos mercados, nas escolas, seja nas igrejas ou até mesmo nas ruas, estes trabalhadores fazem parte da lógica deste espaço. No entanto, durante as entrevistas, tornou-se evidente que havia bairros onde era possível encontrá-los em maior quantidade. Como contou Wladimy, “cheguei e encontrei na rodoviária meus amigos haitianos, organizamos pra mim conseguir mudar pra um bairro de haitianos”.

Wladimy utilizou um termo que me chamou a atenção “bairro de haitianos”, ao longo da pesquisa descobri que se tratavam de locais que os próprios haitianos se apropriavam, ainda que houvesse brasileiros, a maioria dos moradores eram haitianos. Esses lugares estavam localizados à margem da cidade, organizados sistematicamente aos arredores dos frigoríficos,

os trabalhadores relataram a praticidade em morar próximo ao local de trabalho. Conforme salientou Harvey (2005), tratava-se de um conjunto de fatores estruturados pelo capitalismo que tornava os espaços da cidade divididos entre os bairros destinados para a classe trabalhadora e os para as elites.

Fator que era evidente quando eu ia até suas casas para realizar as entrevistas. Ao questioná-los sobre como surgiram as experiências de moradia na elaboração da vizinhança imigrante, Fredner contou: “a gente vai trocando mensagem por celular e dizendo onde é que *aceitam* a gente, né? Onde tem mais haitiano estabelecido a gente sabe que pode ir, porque lá *aceitam*, quando já tem um grupo maior é mais fácil de caber mais um” (grifo meu). Ele destacou a segregação espacial e social que não passou despercebida aos olhares dos haitianos, que, sabendo disso, procuravam se encaixar nos lugares destinados a eles, não como uma aceitação sem precedentes, mas como uma maneira de evitar conflitos e buscar sobreviver.

A reportagem auxilia para compreender a perspectiva de Fredner:

Em um prédio moram nove haitianos, eles alugaram dois apartamentos e a vizinhança não anda muito contente com a presença deles. Fomos em um dos apartamentos, um dos rapazes que nos atendeu disse não entender bem o português, e pediu para que fossemos ao andar de cima. Lá fomos atendidos por Samuel, que nos contou o drama que ele e os demais haitianos estão vivendo “já colocaram revólver na cabeça do meu primo”, relatou Samuel. Samuel não soube dizer quem é, mas contou que eles estão sendo ameaçados por um homem que chegou armado e deu prazo para que eles saíssem do prédio até o dia 10, caso contrário iria incriminá-los por tráfico de drogas [...] conversamos com um vizinho, que preferiu não se identificar e ele disse que o que incomoda é o barulho causado pela entrada e saída dos haitianos que trabalham em turnos diferentes. Ele disse que eles vivem em péssimas condições, e os móveis que encontram na rua trazem para dentro do prédio causando desconforto dos moradores (CATVE, 24 fev. 2014)⁵⁴

A notícia é de fevereiro de 2014, logo após o aumento considerável de imigrantes haitianos no Brasil (OBMIGRA, 2014) e na cidade de Cascavel (POLÍCIA FEDERAL, 2020). A consequência desses bairros específicos parecia estar em seu início, já que situações, como a destacada na reportagem, incitavam a discussão sobre a presença desses sujeitos na cidade, ou seja, ainda que o texto informe que se tratavam de trabalhadores e não de baderneiros, o que pareceu incomodar os vizinhos era o fato de serem imigrantes haitianos, como se aquele espaço

⁵⁴ CATVE. **Haitianos afirmam estarem sendo vítimas de preconceito em Cascavel**. Disponível em: <https://catve.com/portal/noticia/6/78926/haitianos-afirmam-estarem-sendo-vitimas-de-preconceito-em-cascavel>. Acesso em: 09 jan. 2020.

do apartamento não pudesse ser frequentado por esse grupo de pessoas.

No decorrer da notícia foi informado que foram os haitianos que procuraram a mídia para relatarem o abuso que sofriam, pois entenderam como uma maneira de defender suas vidas contra os ataques do proprietário do imóvel. A obviedade dos fatos seria questionar o porquê não foram diretamente à polícia realizar o boletim de ocorrência. No entanto, ter recorrido à mídia significou que eles entendiam que não estavam errados e que esperavam resolver as ameaças, afinal, consideravam difícil encontrar outro lugar para morar. A partir de situações como essa ficou nítido que os imigrantes começaram a perceber que haviam pontos destinados para eles na cidade e que não lhes caberia escolher, aliás, a reportagem destacou um processo de expulsão.

Tal concepção permite retomar o caso narrado por Fredner, as trocas de mensagens via celular que os imigrantes que viviam em Cascavel direcionavam aos recém-chegados se tornou crucial para que encontrassem lugares que de fato os aceitassem. Ainda que tal realidade fosse precária como a narrada por Mike que chegou a viver em uma quitinete com doze haitianos em um espaço destinado para cinco pessoas.

Dias depois foi publicada outra reportagem, disponibilizada pela CATVE, referente ao caso citado anteriormente:

Um grupo de haitianos passou a manhã na delegacia de Cascavel prestando depoimento [...] os nove haitianos foram ameaçados por vizinhos com uma arma de fogo, tiveram o gás fechado inúmeras vezes e receberam um prazo para deixar o apartamento onde vivem. [...] Amedrontados com a situação, o grupo não quer mais continuar no imóvel, mas afirma ter dificuldade para conseguir alugar um imóvel. (CATVE, 28 fev. 2014)⁵⁵

É interessante destacar que, se num primeiro momento os haitianos procuraram a mídia para notificar o abuso que viviam, mesmo sob ameaças de morte ainda não haviam procurado a polícia, tal procedimento só aconteceu quando o dono do apartamento, após cometer uma série de delitos, expulsou-os do estabelecimento, ou seja, suportaram a intimidação ainda que envolvesse suas vidas, mas a exigência de que saíssem do apartamento os preocupava, mesmo quando agiam em conformidade com o contrato vigente, pois compreendiam que teriam

⁵⁵ CATVE. **Haitianos vítimas de ameaças temem ficar sem moradia**. Disponível em: <https://catve.com/portal/noticia/9/79005/haitianos-vitimas-de-ameacas-temem-ficar-sem-moradia>. Acesso em: 14 jan. 2020.

dificuldade em encontrar lugares para alugar.

O crime foi considerado racismo e a pessoa foi indiciada, o proprietário do imóvel era um funcionário público da penitenciária de Cascavel o que agravava a situação, pois, conforme a primeira reportagem, este sujeito ameaçou colocar drogas no apartamento onde os haitianos viviam para incriminá-los. O que nos possibilita pensar que procuraram a polícia porque sabiam que estavam sendo ameaçados por uma autoridade, caso se concretizasse, dificilmente conseguiriam se defender.

Por isso, assim como Sassen (2016) escreveu, em alguns casos, a imigração poderia ser compreendida como um processo de expulsão do país de origem, entre os fatores: econômicos, políticos e culturais. Percebi que esse processo foi vivido duplamente, primeiro quando saíram do Haiti e segundo, com a formação dos “bairros de haitianos” objetivando a sobrevivência na cidade.

As assistentes sociais destacaram que o principal problema em relação aos apartamentos e quitinetes alugados para os haitianos era o fato de que o proprietário não era informado de que um espaço para cinco pessoas, por exemplo, poderia ser ocupado por dez. Conforme salientou uma entrevistada, “tinha apartamento que o dono ficava desesperado porque tinha alugado para uma família e quando via tinha três, quatro famílias morando no mesmo espaço”. O relato das servidoras evidenciou a complexidade em lidar com tal assunto, pois, de fato, os haitianos buscavam acolher o máximo possível de pessoas para dividirem o espaço onde viviam porque precisavam economizar para enviar parte de seus salários para suas famílias e também porque era comum acolher os recém-chegados que não tinham para onde ir. Por outro lado, as narrativas destacadas apresentaram outro ponto significativo no contexto imigratório para a cidade de Cascavel: a inexistência de políticas públicas municipais, conforme exigido na Lei de Migração (2017), ou seja, os próprios haitianos precisavam “dar um jeito” ao criarem mecanismos para não deixar que os que chegassem ficassem sem um lugar para viver.

Segundo as assistentes, como modo de “resolver” os problemas, os locatários aumentavam os preços, pois, embora moravam mais imigrantes do que o combinado, ainda assim buscavam alugar para estes sujeitos porque sabiam que pagariam os aluguéis em dia, pois, caso contrário ameaçavam ir até a polícia e mandá-los de volta para o Haiti. Deste modo, houve um processo de especulação imobiliária, ao mesmo tempo em contribuiu para a expulsão destes trabalhadores para bairros periféricos e moradias em situações precárias, possibilitou que muitos locatários cobrassem valores maiores de aluguel “a gente divide uma quitinete aqui e

paga R\$800,00, eu acho muito caro porque uma brasileira morava aqui antes e pagava R\$450,00 e era do mesmo tamanho a quitinete. Quando chove molha tudo nossas coisas dentro!”, narrou Fredner que, apesar de estar indignado por ter que pagar a mais por um lugar precário, sabia que seria difícil conseguir outra moradia.

Assim como Fredner que reconhecia as péssimas condições de sua moradia, Engels (2010) evidenciou que os bairros onde moravam os trabalhadores irlandeses na Inglaterra eram tão precários quanto o trabalho que exerciam, “aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição” (ENGELS, 2010 p. 71). Além disso, na notícia a seguir referente a um grupo de haitianos em Cascavel ocorre algo semelhante:

“Edifício Cascavel tem 24 apartamentos irregulares”- algumas alas eram utilizadas por usuários de drogas, para prostituição e jogatinas”. O Edifício Cascavel está prestes a completar 50 anos. É um dos mais antigos da cidade, construído estrategicamente ao lado da antiga rodoviária. São três andares. No térreo ficam lojas comerciais e nos outros andares 28 apartamentos. Todos estão ocupados, mas apenas quatro tem a documentação regularizada. [...] em 2012 o Ministério Público buscou a interdição do espaço, mas não conseguiu porque tem famílias que moram regularmente no edifício [...] existe uma outra preocupação das autoridades: a condição estrutural do prédio. O corpo de bombeiros fez uma recente vistoria no local e constatou que não existe qualquer cumprimento às normas de prevenção de incêndio. [...] são situações como essas que podem ocasionar um despejo de quem mora no prédio. Como haitianos que alugaram apartamentos. Mas a decisão é judicial. (CATVE, 03 maio 2018)⁵⁶.

De acordo com o texto, o processo histórico dos haitianos referente à moradia e à busca por espaço na cidade permite compreender a expropriação do aumento do aluguel como um condicionante aos lugares que conseguiam habitar. A lógica evidente de que causavam desconforto, os fez procurar espaços específicos, como o da reportagem - local de trabalho informal, além da irregularidade judicial que apontou a possibilidade de desabamento.

Embora o texto trate de um caso isolado, considero este fato expressivo ao demonstrar que, nas narrativas destes trabalhadores, a moradia também se referia ao lugar “aonde dava”, como salientou Fredner.

⁵⁶ CATVE. **Edifício Cascavel tem 24 apartamentos irregulares**. Disponível em: <https://catve.com/portal/noticia/6/215402/edificio-cascavel-tem-24-apartamentos-irregulares> Acesso em: 09 jun. 2020.

Em contraponto:

Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir “territórios” distintos. Grosso modo, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais. Ao mesmo tempo em que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região. Confinados em determinadas zonas da cidade, os grupos sociais acabam de certo modo controlando seus respectivos territórios e sobretudo identificando-se com eles. Assim o bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que ocupa e com ele se identifica. (ROLNIK, 1998, p. 3)

Conforme escreveu Rolnik (1998), não se pode apenas considerar um bairro segregado sem entender os laços que são construídos pelos grupos que os habitam. Portanto, compreendo que os “bairros de haitianos” se formaram, num primeiro momento, devido à expulsão destes trabalhadores de determinados espaços da cidade, mas acabou por reuni-los de maneira a tentar construir identificação entre suas experiências coletivas.

3.2.1 A convivência nos espaços de moradia

Além dos bairros, o que se sobressaía, em cada encontro realizado, eram as condições dos locais onde me recebiam. Os jovens trabalhadores que tinham o Brasil como um lugar de passagem normalmente dividiam apartamentos ou quitinetes com pelo menos mais quatro ou cinco colegas haitianos em espaços que eram destinados a no máximo duas pessoas. Conforme relembrou Mike, que vivia no bairro Parque São Paulo, próximo ao frigorífico da Coopavel, “já chegamos a ter que dormir em doze pessoas na quitinete, claro que não cabia tudo aqui, um dormiu ali fora na sacada, outros na sala, cozinha e dois dentro do banheiro”, demonstrando a precariedade a qual precisavam se sujeitar.

Mike era vizinho de Natasha, viviam em um conjunto de quitinetes exclusivo de moradores imigrantes. Quando cheguei para entrevistá-lo havia um grupo de haitianos na calçada fora do portão, prática comum, pois eles estendiam o ambiente da casa para a rua. Por se tratar de um domingo havia muitas pessoas circulando entre as quitinetes, por isso o barulho de conversas e risos era constante.

No momento em que comecei a entrevista com Mike, dois trabalhadores se

aproximaram da varanda para ouvir, o que também se repetia, pois, quando eu marcava entrevistas, alguns haitianos sugeriam que seus amigos aparecessem no final para contarem suas histórias. Em algumas tardes, o espaço era reorganizado pelos próprios haitianos que chegavam em grupos para conversar comigo, segundo Mike, “é que quase não vem brasileiro aqui, aí quando vem o haitiano fica curioso pra saber quem é e o que quer (risos)”. Antes que eu realizasse as perguntas, me pediam informações diversas, entre elas: se sabia de trabalhos que não fossem nos frigoríficos de Cascavel, se poderia auxiliá-los na compreensão das leis trabalhistas, se conseguia ajudá-los a fazer cursos, como no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para que pudessem ampliar as possibilidades de trabalho, como na construção civil, entre outros questionamentos.

Ao entrevistar três trabalhadores que ali viviam pude perceber que as quitinetes pouco se diferenciavam, era um espaço pequeno, a sala e a cozinha eram geminadas, havia um banheiro; algumas tinham dois quartos e outras apenas um. Os haitianos cujos familiares estavam no Brasil normalmente moravam nas casas de dois quartos, assim dividiam entre seus pais e irmãos, procurando ter um pouco mais de privacidade, mesmo que dificilmente fosse possível, pois num mesmo quarto era comum ficarem mais de três pessoas. Já os rapazes mais jovens, como Mike, que haviam imigrado sozinhos alugavam a quitinete com apenas um quarto e dividiam com a quantidade máxima de pessoas que coubesse no espaço do quarto, ocupando a cozinha, sala e, em alguns, casos até o banheiro.

Quando Mike me recebeu para a entrevista, ficamos na varanda, ele contou sobre a dificuldade da divisão do espaço “um deles vai sair essa semana, um amigo dele tá vivendo em apenas três haitianos aí ele vai pra lá, pra dar uma equilibrada, né?”. Ademais, narrou que o haitiano que se mudaria tinha conseguido trabalho fazia poucos dias. Na quitinete em que Mike morava os que tinham trabalho buscavam auxiliar os que estavam desempregados e precisavam de ajuda para pagar o aluguel e ter o que comer. Ainda que ele tenha buscado construir uma narrativa sobre o lugar onde vivia como um espaço de ajuda mútua, suas expressões evidenciavam o descontentamento em ter auxiliado nos gastos do haitiano que estava sem trabalho, pois logo que conseguiu um emprego ele iria se mudar, passaria a morar com seus amigos. “Fazer o quê, né? Cada um pensa de um jeito, eu não faria isso”, Mike se sentia usado, mas ao mesmo tempo entendia que, assim como ele tinha conseguido ajuda durante os meses que ficou sem trabalho, considerava uma escolha moral a obrigação de ajudar outros imigrantes que viviam a mesma realidade.

As moradias pequenas com um número expressivo de moradores foram contextualizadas também por outros haitianos, como Jean e Benjamin que haviam imigrado anos antes do que Mike. Além de caracterizar uma maneira de sobreviver, narraram que, no Haiti, viviam experiências semelhantes: “eu morava com meus pais e meus três irmãos, uma prima engravidou e meu tio expulsou de casa e ela veio com o namorado morar com a gente”, recordou Mike. A principal diferença estabelecida era a de que, em Cascavel, moravam com pessoas que poderiam ser estranhas, isto é, que não pertenciam à família, nem eram amigos. Mike lembrou que “nem sempre dividir o apartamento é bom. Eu já troquei de lugar e de colegas de quarto, vixi, umas dez vezes! Às vezes um quer ouvir música, e o outro quer dormir, o pior é quando quer trazer namorada porque não tem jeito, é a casa de todos”, embora tenha expressado que compartilhar a moradia representava solidariedade entre os haitianos, também elencou que o principal motivo da divisão eram as dificuldades que tinham em comum acerca de ter que encontrar um lugar para morar e o objetivo de gastar o mínimo possível.

Mike não tinha fogão, apenas um micro-ondas que, segundo ele, “a gente se vira, durante a semana come alguma coisa que esquenta ali ou come na rua” e continuou: “geladeira a gente passou uns meses sem, mas não tinha como. Cascavel tem dias que é muito quente, água gelada fazia falta”. Para que coubessem os seis haitianos na quitinete, ele disse que não dormiam em camas, mas em colchões no chão, “assim é mais fácil de no outro dia só erguer e por num canto da casa e andar pelo apartamento”. Para lavar as roupas, Mike havia contratado o serviço de Natasha, que junto com outras duas haitianas que moravam nas quitinetes vizinhas, exerciam a função de lavadeiras porque eram as únicas que tinham máquina de lavar roupa.

Para Mike, viver com o mínimo possível em Cascavel e pagar pelo trabalho de outros haitianos, como Natasha e uma senhora que vendia marmitas, era avaliado como uma redução nos gastos e evitava a realização de compras em conjunto, como um fogão, e ter que dividir as parcelas entre os demais haitianos, visto que “muitas vezes um não tem o dinheiro naquele mês porque tem que enviar pra família, daí o que acaba sendo melhor é a gente viver assim, mora junto, mas cada um cuida de si”. Evidenciando uma diferença na analogia que havia feito sobre a semelhança da vida em seu país natal. No Haiti, as famílias moravam juntas, pois havia o laço sanguíneo, no caso de Mike e dos outros imigrantes que dividiam quitinetes com desconhecidos, o que os unia era a necessidade da divisão dos gastos. Além disso, como já pontuei anteriormente sobre as perspectivas de Mike e de outros jovens trabalhadores, como Jack, a vida em Cascavel era compreendida como provisória, por isso buscavam não estabelecer amizade com os haitianos que conviviam, apenas uma cordialidade na divisão do espaço.

Jack possuía uma vida semelhante à de Mike, ao narrar sobre sua situação amorosa disse: “não sou de ferro, arrumo haitianas e brasileiras também, mas nada de relação séria. Eu tenho claro que logo vou embora daqui, não quero nada me prendendo”, representando uma contradição, pois estava no Brasil fazia mais de três anos e o que o impossibilitava de imigrar não eram as relações afetivas, mas a falta de condições financeiras.

No caso de famílias haitianas que estavam no Brasil foi comum encontrá-las em quitinetes e apartamentos, mas houve situações como a de Benjamin que narrou: “prefiro morar em casa mesmo, assim minha família se sente mais próxima da lembrança do Haiti, da casa que vivia lá”. Ele morava com sua esposa, seus três filhos, seu irmão e sua irmã em uma casa com apenas quatro cômodos, “a gente tenta achar que é provisório porque é ruim toda noite meu irmão ter que dormir no sofá e minha irmã puxar um colchão e deitar no chão, mas como você pode ver, só tem um quarto, uma sala e cozinha e o banheiro”.

Independentemente da forma de moradia, o que mais impressionava eram as condições degradantes em que viviam, mesmo as famílias que moravam em casas quase não tinham móveis, uma situação que, no caso das quitinetes divididas entre os haitianos mais jovens como Mike, facilitava aglomerar quantidades inacreditáveis de trabalhadores em um espaço tão pequeno. “Aqui por um lado é ruim, já que não tem ninguém pela gente, mas por outro lado é bom, no Haiti a gente não tinha nem energia elétrica”, recordou Mike, quando narrou a luta de todos os meses para manter o pagamento do aluguel, da água e da energia elétrica, ao mesmo tempo em que se recordava do Haiti onde faltava luz, mas havia o auxílio de seus pais e de outros familiares, caso precisasse. Por isso, foi perceptível que, enquanto Mike e Benjamin destacavam o que era “bom ou ruim” em suas experiências de imigração, na memória se encontrava a comparação entre as contradições vividas, o que já não permitia sintetizar sobre o que esperar do futuro.

Natasha morava no andar debaixo da quitinete de Mike. Estive lá algumas vezes para realizar entrevistas. Aos domingos o almoço era servido próximo das 14h, ela me contou que “nos finais de semana a gente junta as mulheres que sabem cozinhar e faz comida típica do Haiti. Cada um ajuda com um pouco que tem em casa, aí depois de tudo pronto, cada um vem e pega com seu prato e come lá fora”. O horário foi estabelecido no coletivo, pois havia aqueles que iam aos cultos das igrejas evangélicas no domingo de manhã e levavam mais tempo para retornar.

Quando estive pela primeira vez naquele conjunto de quitinetes para entrevistar a irmã

de Natasha, recordei-me das definições do escritor Aluísio de Azevedo em sua obra “O Cortiço”:

Entretanto, das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas; pigarreava-se grosso por toda a parte; começavam as xícaras a tilintar; o cheiro quente do café aquecia, suplantando todos os outros; trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias; reatavam-se conversas interrompidas à noite; a pequenada cá fora traquinava já, e lá dentro das casas vinham choros abafados de crianças que ainda não andam. No confuso rumor que se formava, destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam [...] cumprimentavam-se ruidosamente, espanejando-se à luz nova do dia. (AZEVEDO, 1998, p. 18)

No livro em questão, Azevedo expõe o cotidiano dos trabalhadores que viviam no cortiço, que foi a mais antiga habitação de São Paulo, relacionando principalmente os aspectos de industrialização e urbanização iniciados na última década do século XIX (KOWARICK, 2013). O ambiente que viviam em Cascavel assemelhava-se aos destaques dados por Azevedo, como por exemplo, as quitinetes geminadas que impossibilitavam privacidade; Natasha mencionou: “aqui todo mundo sabe da vida de todo mundo e o pior: todo mundo se mete na vida de todo mundo”, o que, segundo ela, ocasionava discussões sérias em que era necessário que os mais velhos intervissem nas brigas para que os jovens deixassem os conflitos de lado. Por isso, embora houvesse a divisão do espaço por meio das janelas, os imigrantes viviam a extensão do espaço coletivo do pátio como se fosse suas próprias casas.

Aos finais de semana “tudo acontecia”, pois a maioria dos haitianos não saiam daquele ambiente para frequentar outros locais da cidade. O momento de lazer era dormir e acordar mais tarde do que nos dias em que se trabalhava ou, em outros casos, frequentar os cultos e as missas nas igrejas e depois partilhar o almoço entre aqueles que gostavam de comer de maneira coletiva. No domingo à tarde, as mulheres colocavam as cadeiras para fora de suas quitinetes, faziam uma roda e trançavam os cabelos das meninas enquanto contavam histórias em *kreyòl* que remetiam à vida no Haiti, como uma espécie de exercício para manter a tradição da língua para que as crianças aprendessem e não esquecessem de onde vieram.

Os trabalhadores mais jovens gostavam de se reunir na rua em frente ao conjunto das quitinetes, enquanto ouviam músicas haitianas e rádios online do Haiti, “a gente também gosta de música do Brasil, eu gosto de Gustavo Lima” disse Jack, de repente, seu grupo de amigos que estava falando em *kreyòl* imediatamente concordou e acrescentou: “funk nós gosta também!”. Além da facilidade de conhecer as músicas pelo celular e pela televisão, contaram

que os colegas do frigorífico apresentavam os cantores que estavam fazendo sucesso.

O celular era o principal objeto comum, mesmo que faltassem alguns móveis ou eletrodomésticos, pois estes aparelhos permitiam que se mantivessem conectados com os familiares que estavam no Haiti ou com aqueles que haviam imigrado para outros países. Enquanto conversava com Jack, ele me disse que gostaria de me apresentar sua irmã, fez uma vídeo chamada e me colocou para conversar com ela que estava no Canadá. A distância estava presente na vida dos haitianos que buscavam maneiras de concentrar as memórias afetivas do que restava de seu país natal: sejam as músicas, as casas, sejam seus familiares e amigos.

A identidade do lugar onde viviam coincidia com a própria identidade do grupo, antes de entrevistar Jack participei de uma roda com seus amigos na frente das quitinetes. As conversas altas, as histórias e as risadas eram proferidas em *kreyòl*, eles ocupavam parte da rua, quando passava outro haitiano, logo era cumprimentado como se todos naquele lugar se conhecessem. De fato, sabiam quem eram os haitianos e ficavam bravos quando eram confundidos com outros grupos de imigrantes: “dá raiva quando chamam a gente de senegalês, de ganês ou africano. Nós somos haitiano!” falou Jack, buscando detalhar que havia muitas diferenças entre os grupos de imigrantes negros, mas que, no contexto brasileiro, eram vistos da mesma forma. No entanto, no decorrer da conversa, quando ele citou que gostava de sertanejo universitário, outro haitiano disse: “Jack já virou brasileiro, já sabe as letras de música e tudo!”, ele riu e disse que era verdade, ou seja, sentia orgulho em parecer brasileiro e desprezo em ser semelhante aos africanos, isto é, aos imigrantes que possuíam de fato mais semelhanças com ele.

Eles buscavam se distinguir dos senegaleses por dois motivos principais: primeiro porque se tratava de um grupo predominantemente muçulmano, alguns haitianos possuíam preconceito contra o islamismo, como se todos os seguidores desta doutrina fossem radicais; segundo, os senegaleses enfrentavam um processo mais adverso para legalizar a vida no Brasil, enquanto, os haitianos, devido à concessão do visto humanitário, tinham maiores facilidades, ainda que parte deles tenha detalhado dificuldades, sentiam-se superiores por serem acolhidos de tal maneira.

Deste modo, como pontuou Fanon (2008), o complexo de inferioridade advindo do processo de colonização dos países africanos e afro-caribenhos fazia com que os negros quisessem se aproximar dos brancos; compreendi que mesmo possuindo mais semelhanças com os senegaleses que também eram imigrantes e sofriam preconceito devido à religião - os

haitianos eram criticados devido a sua crença no vodu, Jack e outros colegas preferiam destacar as diferenças. Além disso, para ele, sentir-se brasileiro significava que havia conseguido ocupar um espaço que não era mais apenas o de imigrante.

Enquanto um grupo de jovens conversava, alguns ouviam músicas em seus celulares, Jack falou de maneira que todos escutassem: “vamos ouvir música porque amanhã todo mundo volta pro tédio”, ou seja, na segunda-feira todos tinham que ir ao serviço e a rotina do lugar onde viviam mudava porque os moradores trabalhavam em turnos distintos. Alguns acordavam de madrugada, por isso precisavam dormir cedo e o restante do pessoal, segundo Jack, “aqui respeita bastante, depois das 22h a gente tenta não fazer barulho pra não atrapalhar quem tem que dormir e acordar cedo”, mesmo assim, como as quitinetes eram geminadas, quando o trabalhador despertava cedo seus vizinhos acordavam também. Jack, aos risos, mencionou: “tem dias que alguém xinga em *kreyòl* para apagar a luz e ir trabalhar logo”.

Embora ficasse evidente a precariedade do lugar, era visível que os haitianos haviam se organizado para que pudessem viver coletivamente. Aquele local que a lógica capitalista havia buscado determinar para os imigrantes foi ressignificado mediante a humanidade daqueles sujeitos; depois do que haviam vivido, tornaram aquele espaço coletivo, pois misturavam os costumes da nova vida no Brasil com as tradições do passado no Haiti.

3.2.2 Os brasileiros e os “bairros de haitianos”

Quando liguei para Roody para saber onde ficava sua casa para ir entrevistá-lo, ele me disse seu endereço e destacou: “aqui você vai achar fácil, é um ‘bairro de haitianos’, tem muito haitiano aqui. Se você não achar logo a casa, pergunta pra qualquer um na rua que vão te falar onde eu moro”. No entanto, quando cheguei ao bairro Brasília, percebi que, diferentemente das quitinetes que havia frequentado onde era comum que vivessem só haitianos, este local era habitado por imigrantes e brasileiros. A casa onde ele morava estava à margem da cidade de Cascavel, do outro lado do viaduto em direção a Curitiba.

Ao chegar à rua onde Roody morava foi tamanha a dificuldade para encontrar o número de sua casa. Depois de alguns minutos procurando sem êxito, bati na porta de uma família brasileira para perguntar se sabiam me informar qual era a casa dele. A senhora que me atendeu disse que “eram todos iguais” e que não fazia questão de distingui-los e nem saber o que faziam

da vida. Suas palavras não representavam medo, pelo contrário, seus gestos e entonações demonstravam raiva em dividir o mesmo bairro com imigrantes.

Quando consegui de fato encontrar Roody, percebi que não havia numeração na construção, o que dificultava a procura do aplicativo GPS. Ele vivia em um terreno que tinha um pé de manga imenso em comparação a moradia que ficava no final do lote. Era uma casa construída com tijolos e feita de improviso, ele explicou que conseguiu alugar aquele espaço com um pedreiro que anteriormente utilizava aquele lugar para guardar seus materiais de construção, ou seja, era um galpão e o proprietário percebeu que poderia lucrar com o pagamento de aluguel, o haitiano relatou que não se tratava da “casa dos sonhos”, mas era o que conseguia custear juntamente com sua família.

Quando estávamos entrando em sua casa, Roody disse para sua vizinha (a mesma que havia negado sua existência, minutos antes) que seu cachorro “mais uma vez” havia fugido. Relatou que era comum que o animal fugisse e ele fosse avisá-la. Deste modo, concluí que a presença dos haitianos no bairro não era despercebida por aquela senhora, era ignorada propositalmente a fim de estabelecer uma distinção clara de que não faziam parte daquele lugar, ainda que Roody tivesse me contado que havia mais de quinze famílias haitianas vivendo naquela rua. Norbert Elias (2000) discutiu como, em um bairro tradicional de trabalhadores denominado Winston Parva, “a existência desses bolsões de trabalhadores imigrantes foi uma das razões, com certeza, do status inferior atribuído ao loteamento como um todo” (2000, p. 63). Deste modo, havia nitidamente um olhar diferenciado dos moradores mais antigos do bairro, pois entendiam que os haitianos estavam ocupando um lugar que lhes pertencia. Muitos brasileiros haviam construído uma vida naquele espaço e se incomodavam com o fato de imigrantes andarem conversando alto, de falar em *kreyòl*, de se sentirem à vontade.

A moradia onde Roody vivia com sua esposa, sua filha, seu irmão e sua cunhada tinha quatro cômodos e “tudo que a gente tem foi doação de outros haitianos”, mencionou, em seguida, quando me sentei em seu sofá. Ele se recordou do dia em que havia ido ao SINE procurar trabalho, “na volta vim pelos bairros de casas bonitas, aí vi um rádio no lixo, fiquei feliz porque adorava rádio, peguei. Uma senhorinha do outro lado da rua me disse que eu não podia levar, que eu estava roubando”, por isso contou que só aceitava doações de imigrantes. A negação dessa senhora acerca do lixo que ele pegara permite uma análise importante, era visível a precariedade de suas vidas, mas a principal maneira a partir da qual eram enxergados por parte da população era quando pedidos de doações eram realizados pelas igrejas.

A casa onde Roody vivia era pequena e se assemelhava aos apartamentos e quitinetes que eram divididos entre os outros trabalhadores que entrevistei, como o caso da quitinete de Mike. Além do mais, o fato de não haver políticas públicas específicas para imigrantes na cidade de Cascavel fez com que, conforme chegassem à cidade, precisassem recorrer a um lugar que os acolhesse, o que implicou em dificuldades visíveis, como relatou Roody: “a gente se amontoava tudo, né? Hoje ainda é um pouco disso (risos), mas antes era pior! Era difícil até ter espaço pra ir no banheiro. Por isso o haitiano tem costume de ficar no espaço da rua conversando porque é muita gente pra caber dentro do espaço pequeno”. Este é um dos fatores que fez com que ele e outros haitianos distinguíssem os “bairros haitianos”, pois era comum que, nos locais onde viviam, permanecessem parte de seu tempo livre conversando na rua. O que certamente causava desconforto para sua vizinha que dizia preferir ignorar a presença deles.

Ao frequentar o espaço dos “bairros haitianos” era evidente a percepção narrada por Roody sobre a extensão da casa para as ruas. Normalmente eu os encontrava aos finais de semana e era o momento em que realizavam rodas de conversas debaixo de árvores, nas calçadas ou até mesmo aqueles que passavam nas ruas conversavam em *kreyòl* tão alto que os que estavam dentro das quitinetes podiam ouvi-los. Desse modo, os brasileiros que também moravam nos bairros sentiam-se incomodados com a presença constante desses imigrantes que ultrapassavam o ambiente de suas casas, ocupando as ruas.

Fredner, que morava na rua detrás da casa de Roody, sintetizou o funcionamento do bairro onde vivia:

Aqui é assim, nós nos ajudamos. Os haitianos aprenderam que precisavam reagir, que tinha que vir pro Brasil e ele mesmo construir sua história. Nós moramos um do lado do outro e combinamos um de cuidar do outro. Esses dias mesmo, eu passei mal, tive muita febre de noite e de manhã desmaiei de sono, assim ... não acordei. Meus amigos haitianos já sabem que eu acordo cedo, quando viram que tinha passado da minha hora de levantar, já vieram abrir minha porta [...] é porque eu durmo com a porta aberta, só encostada. Não tenho medo, porque aqui do lado só mora haitiano e a gente sabe que se nós mesmos ficar um contra o outro, quem vai nos ajudar? (FREDNER, 2019)

Sua narrativa explicitou que a solidariedade era fundamental, no contexto da imigração, para a sobrevivência dos imigrantes. Não se trata de uma visão romantizada, afinal, conforme escreveu Sassen (2016), faz parte da lógica capitalista a expulsão destes trabalhadores de determinados lugares da cidade, mas, por outra perspectiva, compreender a vida nos bairros foi para Fredner buscar explicar como a luta pela sobrevivência foi reorganizada por eles sob novas

formas de solidariedade, como por exemplo, dormir com a porta aberta que representou demonstração de confiança em relação aos vizinhos haitianos.

Na opinião de Fredner era primordial que os haitianos confiassem uns nos outros e demonstrassem isso, pois significava defender sua própria condição de imigrante. Ele também buscou retratar a estigmatização em relação à maneira como os brasileiros lidavam com os haitianos morando em “seus” bairros e se apropriando deles. “Os moradores mais antigos aqui do bairro, os brasileiros, olha pra gente com cara ruim quando vê um haitiano feliz ouvindo música. Eu fico me perguntando o porquê disso, sinceramente não sei!”, em sua concepção era incompreensível ser tratado de maneira distinta pelos brasileiros, pois considerava que viviam realidades semelhantes, já que a maioria das pessoas trabalhavam no frigorífico da Globoaves, passavam pelas mesmas experiências de precariedade do trabalho e também das moradias. Portanto, para Fredner, o que faltava para alguns brasileiros era compreender que, entre distinções e semelhanças, os haitianos estavam mais próximos de suas realidades do que pareciam imaginar.

Outro motivo elencado acerca do distanciamento dos brasileiros foi o seguinte: “a mulher que mora na casa ali da esquina um dia varrendo a área, me perguntou como nós haitiano tinha coragem de vim tirar o trabalho dos brasileiros se tudo nós tinha roupa de marca” contou Fredner rindo, após explicar que marcas famosas doavam roupas como “ajuda humanitária” e que achava ingenuidade de sua vizinha imaginar que eles se submeteriam a trabalhar em frigoríficos e a morar em quitinetes ou casas precárias se de fato não precisassem.

No contexto narrado por Jean a afirmação sobre andar bem-vestido tinha outra interpretação:

Eu gosto de usar roupa social, assim camisa longa, calça e sapato. A gente tem que mostrar para o brasileiro que haitiano é gente. Quando me mudei pra cá, percebia os olhares “ah ele é apenas mais um haitiano!”. Aí comecei a pôr minhas melhores roupas até pra ir para o trabalho, chegando lá eu troco porque utilizo o uniforme da empresa, né? Mas aí foi diferente. Quando me viam na rua, com a roupa toda arrumada, as vizinhas me cumprimentavam. Nós não conseguimos mostrar isso logo de cara porque tem resistência em dar espaço para haitiano, por isso, passei a demonstrar desse jeito. Pra mim deu certo, agora passo na rua e já falam “oi Jean, bom trabalho!”, já até ajudei a senhora aqui do lado porque ela precisava trocar o chuveiro e não tinha quem ajudasse. (JEAN, 2016)

Ao contrário do que acontece com outros trabalhadores que vivem em bairros

periféricos e que, em muitos casos, representam a contradição ou até mesmo a negação acerca do lugar onde vivem, como salientou Telles (2010); a condição do imigrante haitiano se confirma no bairro precário, mas está para além desse espaço. A cultura, o modo como se vestem, a maneira como falam e como se comportam em público possibilitam que as demais pessoas os identifiquem como haitianos.

Por isso Jean atribuiu a preocupação com o modo de se vestir como um passo importante em busca de respeito dos demais moradores do bairro. Ao querer se distanciar das experiências dos outros trabalhadores, tanto haitianos quanto brasileiros, ele buscava construir um imaginário de que merecia respeito por não se tratar de “mais um”. De fato, conforme narrou, ele tinha conseguido ser enxergado não como um semelhante, mas como alguém que se distinguia, sendo questionado, às vezes, se era pastor por andar constantemente vestido com roupa social. Ele ria ao contar como seu visual intrigava os moradores brasileiros, afinal, esforçava-se em negar sua condição de imigrante e o cuidado com a aparência foi a maneira que encontrou para conseguir ser visto com dignidade pelos seus vizinhos e colegas de trabalho.

3.3 A XENOFOBIA E O PRECONCEITO RACIAL NA CIDADE DE CASCAVEL – PR

Em outubro de 2014, na unidade de pronto atendimento do bairro Brasília em Cascavel, um imigrante foi isolado por ter apresentado evidências da doença que assombrava a população no período: o vírus ebola. Geffrard chegou a ser entrevistado pelo site G1⁵⁷ que durante a reportagem destacou que os haitianos estavam sofrendo perseguições constantemente, assim como outros imigrantes negros que eram tratados com gritos: “vocês que estão com ebola! Tem que mandar todos embora!”

Gostaria de enfatizar que dentre tantos assuntos possíveis de serem destacados devido ao preconceito racial e à xenofobia que os imigrantes haitianos vivenciaram: desde situações cotidianas em que líderes de setores do frigorífico os chamavam de “macacos”; a percepção de olhares nas filas do banco ou do mercado, como se não pudessem ocupar aquele espaço; a

⁵⁷ JOHN, Franciele. **Após suspeita de ebola, haitianos enfrentam preconceito em Cascavel**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/10/apos-suspeita-de-ebola-haitianos-enfrentam-preconceito-em-cascavel.html>. Acesso em: 11 mar. 2020.

pichações que apareceram em ruas centrais da cidade, como: “Fora haitianos”⁵⁸; escolhi discutir o preconceito a partir de um fato narrado como crucial para a modificação da vida destes trabalhadores: a divulgação da suspeita do vírus ebola em Cascavel em 2014.

Entrevistei Geffrard, em 2019, quando fazia apenas três meses que havia retornado do Chile. Ele relatou que chegou a Cascavel, em 2013, quando tinha 32 anos e trabalhou na linha de produção da Coopavel, mas sua vida mudou quando conseguiu um emprego no rádio e era responsável por colocar músicas haitianas para tocar uma vez por dia. Segundo ele, esse momento significava o primeiro acolhimento aos haitianos que até 2014, antes do ebola, “falavam que nós gostava de trabalhar, que era firme mesmo, que os haitianos aguentavam frigorífico, construção civil, aí o povo do Cascavel gostava de nós”. No entanto, sua experiência mudou, recordou que “eles falava que haitiano tinha que ir embora por causa do ebola, e o homem que era suspeito da doença nem haitiano era! Era africano!”, se, por um lado, a frase mencionada identificou o preconceito velado dos brasileiros em relação aos haitianos em que o surgimento da doença serviu para evidenciar tal pensamento, por outro aspecto, ele demonstrou incômodo em ser comparado aos africanos, o que permite compreender que a situação tornou-se degradante entre os próprios imigrantes.

Deste modo, Geffrard perdeu o trabalho no rádio e começou a ouvir xingamentos constantes pelas ruas de Cascavel, “onde eu passava, as pessoas olhava com medo e uns com raiva. Os que tinha raiva, xingava mesmo! Um dia estava na fila do banco e tive que sair, uma senhora mais velha começou a gritar que nós estava ali para espalhar a doença e matar todo mundo!”. Ele contou que até a questão do ebola surgir preferia deixar de lado os comentários preconceituosos que ouvia porque precisava continuar trabalhando. No entanto, sua vida começou a mudar quando passou a receber ligações ameaçadoras na rádio onde trabalhava dizendo que se não fosse embora iriam machucá-lo. Ele era um dos poucos haitianos que tinha maior visibilidade na sociedade cascavelense por trabalhar em um meio de comunicação, dessa maneira foi alvo constante de ameaças.

“A gente que é haitiano sentia o preconceito dos brasileiros, mas depois das ligações da rádio percebi que não era só ameaça. Aquilo me perturbou”, disse Geffrard, que comentou sobre esse assunto com os haitianos com quem morava, eles também evidenciaram que a rotina na linha de produção do frigorífico havia mudado. Segundo o entrevistado, “tinha um colega meu

⁵⁸ CATVE. **Mensagem de ódio contra haitianos volta a ser pichada em Cascavel**. Disponível em: <https://catve.com/noticia/17/172733/mensagem-de-odio-contra-haitianos-volta-a-ser-pichada-em-cascavel>
Acesso em: 09 set. 2020.

que quase brigou com um brasileiro que começou a perturbar ele falando que haitiano era raça ruim que só transmitia doença e que Cascavel tinha ficado mal falada por causa de nós”. Desta forma, o ebola foi apenas um motivo para ressaltar a xenofobia e o preconceito racial em relação aos imigrantes haitianos.

Afinal, o orgulho em realizar festividades e comemorações acerca dos antepassados imigrantes alemães e italianos buscou tornar a região Oeste do Paraná uma área “tipicamente europeia”, conservando nas famílias dialetos e linguagens tradicionais desses países. Por isso, ainda que após o vírus o preconceito contra os haitianos tenha se escancarado, é necessário reforçar a ideia de que ele sempre existiu, assim como em relação aos movimentos sociais da região e aos indígenas.

O ebola acentuou o caráter de higienização acerca dos imigrantes, pois se anteriormente eram aceitos por representarem a mão de obra que faltava, ou seja, a ocupação de postos de trabalho que os brasileiros não aceitavam; a partir do contexto da doença o discurso se modificou, ainda que, como fez questão de salientar Geffrard, “era africano e não haitiano!” o rapaz suspeito de ter contraído a doença. Independentemente da nacionalidade os imigrantes negros de países considerados periféricos para o capitalismo eram mal vistos e apenas tolerados no contexto do Oeste do Paraná, a doença serviu para evidenciar tal situação.

“Suspeita de Ebola em Cascavel suscita indignação de vereadores”⁵⁹ (CATVE, 13 out. 2014) na reportagem em questão são citados vários servidores que criticaram o atendimento “preferencial” ao africano que estava com a suspeita do vírus e fizeram reclamações ao sistema de saúde do município que deixou de atender os cascavelenses para dar “prioridade” para o imigrante. O episódio evidenciou que a discriminação também estava institucionalizada, pois foi discutida no âmbito da Câmara dos Vereadores sob o apoio de parte da população que entendia a presença dos imigrantes, mais do que a doença, como um caso de perigo permanente.

Semelhante a este caso, Lilia Schwarcz⁶⁰ (2020) descreveu o Coronavírus, que surgiu em 2019 na China, que foi motivo de preconceito racial após boatos de que os próprios chineses haviam fabricado o vírus e espalhado pelo mundo com o intuito de vender vacinas. No passado

⁵⁹ CATVE. **Suspeita de Ebola em Cascavel suscita indignação de vereadores**. Disponível em: <https://catve.com/noticia/2/98479/suspeita-de-ebola-em-cascavel-suscita-indignacao-de-veredores> Acesso em: 23 mar. 2020.

⁶⁰ SCHWARCZ, Lilia. **Epidemias e racismo: parte de uma mesma equação**. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2020/Epidemias-e-racismo-partes-de-uma-mesma-equa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 20 mar. 2020.

também houve casos idênticos, como, durante o século XIV, a Peste Negra que se alastrou por diversos países e era transmitida por pulgas e ratos que eram infectados pela bactéria *Yersinia pestis*. Tratou-se de uma epidemia tão séria que os dados demonstraram que mais de 70 milhões de pessoas foram atingidas. A Igreja Católica, que no período representava a figura de um poder soberano, culpou os judeus sob a alegação de que se tratava de um castigo divino para este grupo e que havia sido espalhado para o mundo todo. Assim, os judeus passaram a ser vistos como os principais culpados dos malefícios na Terra.

Deste modo, historicamente o surgimento de doenças contagiosas foi atribuída a presença de imigrantes e serviu para aumentar a xenofobia. Em Cascavel, não foi diferente. Além do ebola, em 2014, a CATVE divulgou a seguinte notícia: “Número de casos de AIDS aumentou em Cascavel nos últimos seis anos”⁶¹, no decorrer do texto foram mencionados os principais portadores da doença: as prostitutas, os homossexuais, os africanos e os haitianos. A discussão crucial era a de que, embora fossem fornecidos cursos para os haitianos, eles não frequentavam e não buscavam retirar preservativos nos postos de saúde, ou seja, a informação direcionava a compreensão de que o aumento desses imigrantes consequentemente foi responsável pela disseminação do vírus. No entanto, não foi apresentado nenhum respaldo científico para essa afirmação, com tom especulativo o texto aproveitava-se de um contexto de estigmatização, que já havia sido criado mediante a suspeita do ebola, e selava a concretização do discurso de que os haitianos não apenas traziam doenças, mas representavam eles próprios os problemas da cidade.

No entanto, a violência em relação aos haitianos não ficou apenas nos noticiários. Em 2016, um haitiano que vivia em Foz do Iguaçu⁶² foi brutalmente espancado enquanto estava em um ponto de ônibus, ao relatar o ocorrido o imigrante destacou que entre ofensas racistas e xenofóbicas foi ainda vítima de chutes e socos. Jean conhecia o rapaz que foi violentado e contou: “nós haitianos nem queria acreditar. Porque não foi só nele que bateram, foi em todo nós! Foi em Foz, mas podia ter acontecido em Cascavel, nós haitianos, temos clareza disso, entendeu?”. O contexto descrito por ele, de que também sentiam aquela dor, devia-se ao fato de que, por inúmeras vezes, eram tratados com violência, ainda que não fosse física, mas moral,

⁶¹ CATVE. **Número de casos de AIDS aumentou em Cascavel nos últimos seis anos**. Disponível em: <https://catve.com/portal/noticia/6/95169/numero-de-casos-de-aids-aumentou-em-cascavel-nos-ultimos-seis-anos>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁶² G1. **Haitiano é vítima de agressão no Centro de Foz do Iguaçu, no Paraná**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/05/haitiano-e-vitima-de-agressao-no-centro-de-foz-do-iguacu-no-parana>. Acesso em: 02 set. 2020.

aliada à falta de proteção do Estado, como foi perceptível na reportagem exposta no item anterior acerca das ameaças do proprietário em despejar os inquilinos haitianos.

Jean chegou à conclusão que “me admira um país como o Brasil que viveu a escravidão e fez tudo que fez com os negros, ainda hoje ter coragem de tratar a gente assim. Eu descobri que era negro quando cheguei no Brasil! O povo brasileiro não conhece sua própria história!”, para ele, o preconceito era vivido pelos haitianos em dualidade, ou seja, além da condição de imigrante, estava também a discriminação por sua cor. No entanto, reconhecia que esse não era um problema apenas dos imigrantes, mas se refletia no racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Para Jean, o Brasil possuía uma dívida histórica com a população negra e, mesmo assim, todas as vezes que tentavam ofendê-lo utilizavam-se de frases relacionadas à sua pele: “quando eu iniciei no mercado, tinha brasileiro que dizia que não ia me obedecer porque além de imigrante eu era preto!”. Embora no Haiti houvesse diversos problemas, o preconceito racial não era um deles. Por isso, tratou-se de mais um embate vivido mediante o contexto da imigração.

Ainda sobre o preconceito racial, em 2016, a CATVE noticiou “haitianos roubam posto de gasolina”, porém, quando disponibilizaram a informação nas redes sociais, a polícia ainda não tinha conseguido capturar os assaltantes, ou seja, o único respaldo para a afirmação eram as câmeras do local onde apareciam dois jovens assaltantes negros, o que foi motivo para caracterizá-los como imigrantes haitianos.

Após questionamentos e apoios na página online do jornal, a notícia foi modificada horas depois para: “Ladrões roubam dinheiro e celulares em posto de combustíveis” e no decorrer do texto salientaram que “há suspeita de que os dois assaltantes sejam haitianos”⁶³. Jean disse que no dia seguinte, no grupo de *whatsApp* que haviam organizado para ter o contato dos haitianos que viviam em Cascavel, vários imigrantes demonstraram indignação por terem sido divulgadas informações sem provas e disseram que, durante alguns dias, foram vítimas de piadas nos locais de trabalho, como: “pareciam santos, mas tinham que tomar cuidado com os haitianos”.

Entre os caminhos percorridos para a sobrevivência em Cascavel, mediante a falta de emprego, as moradias precárias e o preconceito racial e xenofóbico, os imigrantes destacaram

⁶³ CATVE. **Ladrões roubam dinheiro e celulares em posto de combustíveis**. Disponível em: <https://catve.com/portal/noticia/9/156855/ladros-roubam-dinheiro-e-celulares-em-posto-de-combustiveis>. Acesso em: 11 mar. 2020.

opções cotidianas que realizavam para que pudessem se proteger. Benjamin relatou que os haitianos buscavam estar constantemente em grupos: “você já viu algum haitiano sozinho? não! Nós andamos juntos porque assim podemos nos proteger, se alguém nos acusar temos alguém pra provar que não fizemos nada!”, característica que também acontecia no trabalho nos frigoríficos e na construção civil, mas, que nem sempre dava certo, pois havia o medo de que ao defender um haitiano que estava sendo exposto, os demais fossem mandados embora. No entanto, o grupo de *whatsApp* foi criado para que pudessem discutir ideias sobre como viver em Cascavel; além disso serviu de suporte para a construção da Associação. Jean, que foi escolhido como o presidente, buscava integrar as discussões feitas no grupo do celular com as reclamações dos haitianos que conhecia e foi por meio dessa rede de contato que decidiram organizar a Associação dos Haitianos de Cascavel.

3.4 ASSOCIAÇÃO HAITIANA EM CASCAVEL

Geffrard fez parte da primeira tentativa de organização da Associação, em 2014, “a gente se reuniu na Câmara dos vereadores, conversamos com alguns haitianos e levamos nossas pautas. Só que houve uma divisão entre os haitianos: alguns achava importante a gente se organizar com a prefeitura, mas outros achavam que isso fazia perder a autonomia”. Ele estava entre os que imaginavam que organizando a associação na prefeitura conseguiriam melhores condições para os haitianos em Cascavel. Por isso, a primeira reunião para oficializar a entidade aconteceu na Câmara dos Vereadores, conforme a notícia:

Cerca de 85 haitianos participaram neste domingo (13/04) do 1º Encontro de Imigrantes Haitianos de Cascavel. O evento, organizado pelo mandato do vereador Paulo Porto (PCdoB) em conjunto com a Igreja Episcopal Anglicana e a Pró-reitoria de Extensão da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), teve o objetivo de discutir a organização e o exercício de cidadania plena destes imigrantes [...] os caribenhos iniciaram encaminhamentos para a criação de uma Associação de Defesa da População Haitiana de Cascavel com o objetivo de preservação a cultura e melhorar o relacionamento com os cascavelenses. Outra intenção dos imigrantes é preparar o evento da Bandeira haitiana, a ser realizado em 18 de maio (CÂMARA DOS VEREADORES DE CASCAVEL, 2014)⁶⁴

⁶⁴ CÂMARA DOS VEREADORES DE CASCAVEL. **Haitianos discutiram organização, inserção e busca de direitos.** Disponível em: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias-xml/item/4438-haitianos-discutiram-organizacao-insercao-e-busca-de-direitos.html> Acesso em: 09 set. 2020.

Nessa primeira tentativa, uma das principais realizações foi a impressão de cartilhas traduzidas para *kreyòl* semelhantes as que foram distribuídas no acampamento de acolhimento do Acre, cuja ação foi mencionada no capítulo anterior. Em 2016, o reverendo, disse que a primeira ideia de Associação não havia dado certo porque os haitianos não queriam quem falassem por eles, buscavam, como salientou Geffrard, autonomia.

Por isso, em maio de 2016, quando iniciei minha pesquisa sobre os haitianos e haitianas que viviam em Cascavel, acompanhei a primeira reunião da consolidação da nova Associação. Conforme já apresentei, o reverendo foi uma figura de destaque na acolhida destes imigrantes e cedeu um espaço da igreja para que pudessem se encontrar para conversar.

Geffrard não era mais o principal representante, pois ficou alguns anos morando no Chile, por isso Jean havia assumido o posto de presidente da Associação. Quando questionei sobre os motivos pelos quais a primeira tentativa de organização não havia dado certo, Jean destacou que:

Foram vários motivos, mas conversando com os haitianos percebi que os principais foram porque eles esperavam uma associação feita por eles mesmo e num espaço como posso te dizer ... menos formal, na prefeitura eles não conseguia chegar lá e falar o que pensavam do patrão, por exemplo. Então o próprio ambiente lá, não favorecia os encontros, por isso começou com bastante haitiano e foi diminuindo, eles pararam de acreditar na Associação. Aí tem também a questão que tem haitiano que está no Cascavel, mas que muda para outras cidades, isso aconteceu com alguns que estavam na diretoria da Associação e desanimou os haitianos. Dessa vez a gente fez o seguinte: começamos conversando entre nós que morava mais perto nos bairros, depois fomos conversando no grupo do *whatsapp* e toda vez que falava de associação, uma coisa vários haitianos questionava: nós vamos poder falar? Vamos ter um espaço pra nós, mesmo? Foi assim que tive a ideia de pedir ajuda com o espaço para o reverendo. (JEAN, 2016)

Uma das informações mais instigantes detalhada por ele foi a de que os haitianos procuravam auxílio, mas não qualquer tipo de ajuda, gostariam de ter um lugar onde pudessem recorrer e, acima de tudo, que fosse coletivo e identitário de suas causas. Jean alertou que, antes mesmo da organização da Associação em 2014, os haitianos que trabalhavam nos frigoríficos da Coopavel e da Globoaves já haviam buscado os sindicatos para saber como proceder quando eram obrigados a realizar tarefas diferentes das que haviam sido contratados, mas a decepção foi tamanha quando perceberam que, ao invés de auxiliar os trabalhadores, os sindicatos possuíam um vínculo maior com os próprios frigoríficos.

Por isso, desde sua formação em 2016, a Associação proposta pelos imigrantes tinha em

sua gênese o intuito de ser permanente e combativa, ou seja, foram escolhidos como representantes haitianos que não tinham interesse em mudar de cidade e que se comprometeram em atuar na linha de frente, dedicando tempo e organização para buscar encaminhamentos para melhorias na vida dos haitianos em Cascavel.

O que pude perceber, durante a reunião que participei e nas narrativas dos haitianos que faziam parte da Associação, era que buscavam construir nas discussões coletivas a importância de defender a identidade do Haiti, não apenas como um país marginalizado, mas como um país com uma história de luta. Este aspecto conduzia nas narrativas a interpretação de que a trajetória de imigração havia sido difícil, mas que esse não seria necessariamente o fim, precisavam acreditar em novas perspectivas para suas experiências de vida no Brasil. Foi assim que os próprios haitianos entenderam a necessidade de manter um elo entre as Associações Haitianas nas mais variadas cidades brasileiras.

A primeira reunião para a efetivação da Associação aconteceu em maio de 2016 em um domingo às 14h, estavam presentes aproximadamente cem haitianos (havia poucas mulheres, no início da reunião apenas três, até o encerramento contabilizei a presença de doze mulheres). Eles chegavam em grupos e logo que entravam identificavam alguns companheiros de trabalho, majoritariamente do frigorífico ou da construção civil, e conversavam alto, brincavam e riam constantemente.

O reverendo solicitou o silêncio dos haitianos que pareciam estar em confraternização e pediu que prestassem atenção na fala de Jean. Desde esse momento pude perceber o respeito que tinham pela figura do religioso, pois Jean já havia tentado organizar o início da reunião duas vezes, mas eles continuavam conversando entre si. Quando o reverendo começou a falar explicou minimamente do que se tratava aquele encontro: “vocês estão aqui reunidos hoje pra gente ver se vocês conseguem organizar uma associação pra lutar pelos direitos de vocês. Todos vão poder falar, mas deixem o Jean, que assumiu o posto de organizar e convidar todos vocês, falar primeiro”.

Jean estava com uma roupa social, uma camisa de manga longa, embora fosse uma tarde de calor, a maioria dos haitianos estavam de chinelo, ele estava de sapato. Lembrava traje de festas sociais, como casamento e formatura, ou assemelhava-se com os haitianos que frequentavam as igrejas evangélicas que utilizavam suas principais roupas naquele espaço. No entanto, não haviam se reunido para ir à igreja, por isso a primeira impressão que tive foi a de que ele não havia conseguido falar anteriormente, pois os haitianos ali reunidos não se

identificavam com ele. Quando o entrevistei, comprovei essa impressão. Jean não trabalhava no frigorífico e nem na construção civil, era líder do setor de reposição de prateleiras de um mercado, ofício que fazia com que se criasse uma barreira entre ele os demais haitianos. Ele estava frequentando o segundo ano de Administração na Univel, instituição privada de ensino de Cascavel. Os imigrantes ali presentes não reconheciam suas experiências na trajetória de Jean, que representava a diáspora que “deu certo”. No entanto, foi justamente essa condição que fez com que o escolhessem como seu líder, pois ele conseguia fazer a mediação entre os brasileiros e os haitianos, além disso seu modo de se vestir e o fato de fazer faculdade no Brasil o colocavam em uma escala considerada superior.

Depois deste primeiro embate, Jean iniciou sua participação solicitando que os haitianos dissessem o porquê achavam importante a criação da Associação. Após algumas falas, ele as resumiu e traduziu: “o primeiro motivo é pelo trabalho, precisam de ajuda para melhorar a condição do trabalho. O segundo motivo é a falta de trabalho, vários disseram que precisam de trabalho ou que conhecem alguém que precisa, mas que não quer trabalhar no frigorífico”.

Por isso, se nas narrativas apareceu que, a partir de 2015, houve um aumento na pressão do trabalho sob o argumento de que poderiam ser facilmente substituídos, em 2016 surgiu a Associação como resposta aos embates vividos pelos haitianos que não estavam dispostos a fingir que não compreendiam a exploração a qual eram submetidos.

Nesta reunião pude ouvir diversos casos em que se relatava a intensa exploração de trabalho e a busca por meios legais para amenizar a situação que viviam. Além dos haitianos, havia brasileiros, como o reverendo e duas advogadas que auxiliariam no processo jurídico da criação da Associação, por isso as falas eram proferidas em *kreyòl* e depois em português para que todos compreendessem. Lembro de um haitiano que solicitou a palavra e então expôs o sentimento de raiva que foi compartilhado por alguns haitianos presentes na reunião. Cujos discurso foi traduzido para o português por Jean:

Ele quis dizer que quer ir embora do Brasil, que nada do que tinham falado pra ele é verdade, que o frigorífico explora tanto ele que falta até coragem pra viver. Ele disse que preferia a vida no Haiti a ter que sentir saudade da família dele que ficou lá e não conseguir saber quando ele vai poder voltar. [...] Ele veio procurar a associação porque quer ir embora de Cascavel, não suporta mais ficar aqui. (JEAN, 2016)

Quando esse rapaz falou aumentou seu tom de voz e fazia gestos rápidos demonstrando

indignação. Embora algumas palavras tenham se perdido na tradução, os gestos e sentimentos demonstrados nos faziam compreendê-lo mesmo sem entender o *kreyòl*. Ao final da reunião da Associação procurei Jean para que me ajudasse a conversar com aquele haitiano para saber se poderia entrevistá-lo. A resposta foi clara: “não, não cederia entrevistas porque dos brasileiros não queria mais ficar perto”, ao realizar a tradução Jean, imediatamente, explicou que, para ele e para os demais haitianos que organizavam a Associação, a presença daquele imigrante tinha sido complexa. Muitos foram os insultos aos brasileiros, ele havia decidido não os traduzir, pois considerava desrespeitoso conosco que estávamos ali para ajudar. Deste modo, explicou que não era um problema específico em relação a mim ou a minha pesquisa, mas acerca das experiências que esse trabalhador viveu e que o fizeram se sentir marginalizado e, portanto, sua resposta era essa: raiva dos brasileiros.

Marcelin, que fazia parte da diretoria da Associação, anotava as reclamações em sua agenda, as principais eram sobre as horas de trabalho que ultrapassavam cotidianamente o horário acordado no início da contratação; segundo Mike, “o pior é que nem pagam hora extra! A gente reclama aqui porque lá não temos o direito de reclamar!”. Deste modo, havia muitas questões para serem discutidas pela Associação e Jean era interrompido cada vez que queria mudar de assunto porque os haitianos que estavam presentes queriam expor suas experiências.

Depois de mais de uma hora, todos tinham se apresentado e muitos compartilhado suas experiências de trabalho em busca de reivindicações, foi decidido que o tema de urgência para a discussão deveria ser o desemprego, “ouvindo os colegas falar eu acho que a gente tem que dar prioridade para quem está desempregado. Sei que o trabalho no frigorífico e da construção civil é ruim, mas quem está sem trabalho, está ainda pior!” mencionava Jean em busca de acalmar aqueles que não aceitavam deixar para outra reunião a temática da exploração de trabalho nos frigoríficos.

Quando os trabalhadores desempregados iniciaram suas falas narraram aspectos que não pareciam distantes das realidades vividas pelos demais imigrantes que estavam presentes, os quais balançavam suas cabeças em sinal de aprovação, sabiam do que seus colegas falavam.

Jean reiterou a dificuldade em lidar com o tema do desemprego, pois para outros problemas, como a exploração do trabalho, havia um caminho a ser percorrido que era o auxílio das advogadas brasileiras que faziam a parte jurídica da Associação, mas o desemprego possuía relação direta com a falta de políticas públicas e se relaciona com outras questões, como a dificuldade em se manter na cidade. Portanto, em busca de solucionar a questão, Marcelin disse:

“sei que não vai resolver por completo o problema, mas até a gente pensar melhor nesse problema, e se a gente dividir os haitianos desempregados em regiões da cidade?” assim, ele havia sugerido algo que, para mim que até então estava na reunião como alguém de fora da realidade dos haitianos, não fazia sentido. No entanto, quando explicou os motivos em *kreyòl*, por meio do semblante dos haitianos, foi possível perceber que a ideia foi aceita pela maioria.

A lógica proposta por Marcelin era de que os desempregados estavam atrapalhando os que tinham trabalho, pois ficavam nas portas dos frigoríficos em busca de uma vaga, tal fato fazia com que os encarregados da linha de produção pressionassem os demais haitianos para realizarem tarefas além de suas funções. Deste modo, Marcelin propôs que, enquanto a diretoria da Associação ficava encarregada de procurar o SINE para que as contratações fossem efetivadas por esse órgão, os demais imigrantes seriam organizados por região, ou seja, assim como a cidade é dividida entre leste, oeste, norte e sul, os que tinham trabalho ofereceriam lugares em suas moradias, mas obedeceriam a uma lógica para que não sobrecarregassem apenas um bairro. Assim todos os haitianos se tornavam responsáveis pelo coletivo. Essa foi uma das maneiras consideradas mais rápida e eficiente para que ninguém passasse fome ou ficasse ao relento.

Embora fosse comum que eles dividissem quitinetes, apartamentos e casas, a partir de 2015, foi relatado que, com o aumento do número de imigrantes desempregados cresceu a quantidade de haitianos vivendo sob o mesmo teto. Foi discutido na reunião que isso incomodava não apenas os que trabalhavam e precisavam dividir o salário entre seus gastos, envio de dinheiro para sua família no Haiti e auxiliar os desempregados, mas também os demais moradores do bairro que reclamavam da quantidade de haitianos que estavam constantemente nas ruas.

Para Marcelin, “é comum ter lugares com muitos haitianos nas ruas mesmo porque se não estão trabalhando, estão em casa, mas a casa é pequena, então só entram pra dormir. Por isso ficam pra fora e conversam alto, acabam incomodando mesmo”. Ouvir as questões levantadas na Associação foi imprescindível para perceber que o contexto vivido pelos haitianos era minucioso e exigia que estabelecessem uma série de mecanismos para facilitar sua sobrevivência na cidade. Quando mencionaram sobre o cuidado que precisavam ter em relação ao bairro onde moravam para que não houvesse muitos haitianos visíveis, demonstravam a estigmatização vivida nas mais variadas facetas, ou seja, não era suficiente que vivessem em bairros afastados ou que pagassem regularmente seus aluguéis, era necessário que não fossem

vistos. No entanto, a Associação não visava uma forma de escondê-los, mas de organizá-los mediante as condições que entendiam serem necessárias naquele contexto.

Quando Jean disse que era fundamental que os funcionários dos frigoríficos, que eram a categoria que mais havia se exaltado na reunião esperando um resultado rápido da Associação, se acalmassem, pois ainda seria preciso eleger os trâmites burocráticos com as advogadas para legitimar a Associação, a discussão aumentou. Alguns haitianos consideraram que ele não estava sendo combativo o suficiente. Por isso Marcelin comparou o momento vivido em Cascavel com a luta pela independência do Haiti, dizendo que a organização era essencial para que a Associação conseguisse resultados efetivos. Percebi que, assim, ele conseguiu de fato conquistar aqueles que estavam indecisos.

Esses trabalhadores tinham em seu histórico de lutas a organização como um dos principais mecanismos para conquistas. Lucas disse que, ao chegar em Cascavel, antes de encontrar um trabalho, já havia participado das reuniões da Associação, recordou seu papel político em relação aos governos ditatoriais no Haiti: “nunca deixei de fazer parte de sindicato, nunca deixei de criticar as ditaduras que os Estados Unidos faziam no Haiti. Conhecer nossa história de luta faz parte da gente desde quando é criança haitiana, nossos pais, nossos avós e nossos tios nos contam”.

Deste modo, a Associação se tornou um local de encontro desses trabalhadores em busca de uma vida mais digna, mais do que serem vistos como mão de obra imigrante puderam construir um espaço que, ao expressarem suas trajetórias individuais, fosse considerado um local de vivência de experiências coletivas e que, mesmo diante das dificuldades, não estavam sozinhos.

No início de 2019, quando entrevistei Fredner, ele salientou que “ao mesmo tempo que a gente sabia que tinha coisas que seria mais difícil, como por exemplo, brigar com o frigorífico na justiça, mas tinha outras coisas que a gente podia fazer que ajudaria também, como dividir moradia, esclarecer dúvidas, essas coisas”; estava vestido com uma camiseta que haviam feito para representar a Associação e afirmou que ela continuava firme em seus propósitos.

Ele falou que as advogadas brasileiras tinham representado alguns haitianos que decidiram procurar seus direitos na justiça. Deste modo, “agora os encarregados têm medo de nós!”, sorriu enquanto contava que a correlação de forças havia sido possível por meio da Associação. Além disso, a diretoria da organização buscava apoiar os imigrantes recém-

chegados para a regularização dos documentos e encaminhando-os para que fizessem as aulas de Português disponibilizadas nas igrejas. Enquanto se preocupavam em realizar uma lista de prioridade para aqueles que mais necessitavam de comida ou de roupas, buscavam o apoio das entidades acolhedoras e dos CRAS.

Jean permanecia como presidente da Associação e Roody havia se tornado o vice-presidente, como Jean trabalhava de sexta à sábado de estoquista em um mercado, Roody buscava, durante a semana, estabelecer redes de contato com os imigrantes para organizar as reuniões aos finais de semana. Ele relatou que:

Os haitianos cansaram de ter sempre alguém que fala pelos haitianos. Nossa história é de um povo que luta por independência, você pode ver isso na própria história do Haiti. Em 2014 ainda havia muito haitiano que tinha medo de lutar por seus direitos aqui no Brasil, fazia pouco tempo que tinha haitiano no Cascavel, e isso facilitava pra que os que entravam em trabalhos como frigorífico e construção civil sofressem abusos; ano passado eu fui para Curitiba participar de uma reunião com representantes de outras Associações de Haitianos no Ministério Público, nossa organização tem crescido graças ao esforço e dedicação de cada haitiano e haitiana (ROODY, 2019).

Demonstrava entusiasmo quando mencionava sobre a Associação. Embora tenha narrado sua preocupação por estar desempregado, disse que pelo menos utilizava esse tempo para estudar e se dedicar para a organização. Ele acreditava que, mesmo enfrentando dificuldades, muitos haitianos permaneceriam morando no Brasil, por isso, além de representar uma instituição que acolhesse seus interesses e entendesse suas condições, seria um espaço coletivo de memória sobre a cultura haitiana. Quando se encontravam aos finais de semana levavam seus filhos e filhas para que pudessem observar a importância da Associação e tinham a intenção de que futuramente eles fizessem o mesmo.

Conforme já pontuei anteriormente, a discussão acerca do trabalho esteve presente em todas as narrativas, mas na Associação era a temática central. No entanto, houve outros temas, como o preconceito, por isso, no decorrer dos anos, os organizadores buscaram realizar ações envolvendo outras instituições, como as igrejas, pois, segundo Roody, “tem muita gente com preconceito com o Haiti, acha que a gente só traz coisa ruim, doença ... nós temos nossa própria música, nosso jeito de se vestir, falar e comidas típicas também! Nosso povo é muito bom, tem uma cultura linda, falta conhecimento disso!”. Havia o interesse dos haitianos em conviver harmoniosamente em Cascavel, pois, muitos deles, como o vice-presidente da Associação, pretendiam permanecer na cidade e, por isso, procuravam demonstrar para a sociedade

brasileira outras experiências de sua cultura.

Roody fazia curso técnico de Audiovisual em uma escola estadual, por isso contou que havia organizado, nos espaços fornecidos pelas igrejas, feiras com comidas haitianas e com músicas típicas, “até convidamos um grupo de RAP haitiano que participou!”, ele fez questão de salientar que os eventos haviam sido frequentados por haitianos de Cascavel e da região, mas também por brasileiros. Ademais, mencionou que os imigrantes que estavam desempregados recorriam a ele para que acrescentasse seus nomes na lista que organizava, pois ia até o CRAS com os documentos destes imigrantes para realizar seus cadastros como baixa renda para conseguirem cestas básicas. Em 2019, Roody disse que havia muitos planos dos integrantes da Associação para que conseguissem conquistar cada vez mais direitos.

No entanto, em 2020, houve mudanças, com o surgimento do coronavírus que se alastrou pelo mundo, os haitianos não conseguiram mais realizar as reuniões. Jean, que havia sido o presidente até então, decidiu abrir uma agência de turismo para auxiliar os haitianos que queriam vir para o Brasil, além de ajudar nas transferências de dinheiro para o Haiti. “A agência do Jean estava dando muito certo, aí ele foi viajar no início de 2020 pra França e aconteceu o Covid. Adivinha só: Jean teve que ficar lá na França! Tá lá até hoje!”, me contou Roody, em setembro de 2020.

Dessa maneira, Roody relatou que havia dificuldades em saber qual seria o futuro da organização. Então, conversei com Aline, a advogada responsável pela parte jurídica da Associação Haitiana, que também fazia parte do Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu. Ela disse que o novo presidente da Associação era o Mac, devido ao Covid, infelizmente, não pude conhecê-lo. Ao questioná-la sobre como estava a procura por sua assessoria, ela comentou que de 2016 até setembro de 2020, quando conversamos, já havia atuado, algumas vezes, em defesa de trabalhadores haitianos contra os frigoríficos por exploração do trabalho. Acrescentou que o Centro de Direitos Humanos também foi procurado, pois houve trabalhadores que recorreram à justiça contra as empresas que os exploraram e seus advogados negociaram com elas sem sua permissão.

Além disso, a Associação foi regularizada burocraticamente e estava atuante na vida dos haitianos em Cascavel que, em conjunto com o reverendo e a Pastoral do Migrante da Igreja Católica, buscavam, durante a pandemia, auxiliar com cestas básicas e roupas as famílias que mais precisavam.

Conforme iniciei este capítulo, expondo informações acerca da existência de trabalhos destinados aos imigrantes haitianos no Brasil, procurei apresentar como os índices demonstrados nos quadros organizados pelo OBMIGRA eram manifestados em suas trajetórias de vida. O que ficou evidente é que longe de uma conclusão, devemos partir de novos problemas, pois, se já havia pesquisas que caracterizavam a rotina desgastante de trabalho nos frigoríficos, a partir de 2010, com o aumento da vinda dos haitianos novas condições foram expostas, embora, como discutido, a estrutura de exploração e degradação dos seres humanos permaneceu intrínseca ao capitalismo. No entanto, a Associação dos Haitianos surgiu como uma resposta às situações vividas, demonstrando que são sujeitos de suas próprias histórias e que foi necessário compreender suas experiências como coletivas para fortalecer a luta pela sobrevivência em Cascavel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro este trabalho com o intuito de ter respondido algumas das questões que foram cruciais no desenvolver desta pesquisa. A problemática que considero mais importante foi a de sintetizar como as experiências dos trabalhadores haitianos que eram narradas como pessoais puderam, no conjunto das análises, ser interpretadas como experiências de classe.

Entendo que existem questionamentos complexos quando lidamos com pessoas que carregam consigo suas experiências e, entre elas, suas contradições. No entanto, Thompson (1981) argumentou que nós historiadores não escrevemos sobre o que não ocorreu, mas sim sobre as experiências passadas buscando identificar o que poderia ser diferente no presente, na expectativa de um futuro melhor. Sendo assim, procurei que este estudo refletisse também o meu compromisso de engajamento com a sociedade.

Por isso, conviver com os haitianos me fez compreender a importância de escrever suas histórias desde o Haiti, que busquei destacar no primeiro capítulo, entendendo quais eram as dificuldades que os motivaram em enfrentar o árduo processo de imigração. Por seguinte, o contexto do tráfico ilegal, embora já tivesse sido pontuado em outras pesquisas, tive a oportunidade de ouvi-los dizendo sobre como se sentiam e o quanto essas experiências implicaram em suas vidas e na de seus familiares. Por fim, julguei necessário escrever no terceiro capítulo como as relações de trabalho no Brasil, em específico nos frigoríficos e na construção civil na cidade de Cascavel, contribuíam para a desumanização dos corpos destes trabalhadores. Conforme foi apresentado, a exploração do trabalho incidia não apenas sobre as expectativas do presente, mas principalmente acerca do que pensavam do futuro. Ainda que para alguns as perspectivas de uma vida melhor pudessem ter se perdido ao longo das trajetórias, finalizei a tese com a apresentação da Associação Haitiana de Cascavel que mesmo diante de impasses, significava o grito de luta destes trabalhadores que não estavam inertes a construção de suas histórias.

É inevitável mencionar que gostaria de concluir este trabalho em um contexto que parecesse menos ruim para a classe trabalhadora no Brasil. De 2016, ano em que iniciei esta pesquisa, a 2020, ano em que a encerro, acompanhei o desgaste físico e emocional dos imigrantes haitianos, situação vivenciada também por muitos trabalhadores brasileiros.

Em 2016, quando a presidenta Dilma sofreu o golpe que ocasionou seu impeachment, nós que lutávamos pela democracia sabíamos que tempos árduos estavam por vir. Os haitianos, que nem podiam votar, eram surpreendidos, nas ruas de Cascavel, com gritos de que haviam ajudado a eleger a Dilma e que deveriam voltar para o Haiti.

Ao se tornar o presidente interino, em 2017, Michel Temer foi enfático ao defender a precarização do trabalho e a perda de diversas conquistas que foram cenário de luta da classe trabalhadora brasileira durante décadas. A Reforma Trabalhista, em conjunto com a Reforma da Previdência, evidenciou que a elite brasileira não cessaria em conduzir uma série de medidas para a intensificação da exploração do trabalho. “Negociar com o patrão”, talvez tenha sido um dos principais escrachos com os trabalhadores; os haitianos que se negavam a realizar tarefas extras, nos frigoríficos, eram ameaçados e lembrados que poderiam ser demitidos por justa- causa e que havia uma fila de trabalhadores imigrantes à espera de uma vaga no frigorífico.

Em 2018, tivemos uma difícil batalha na disputa presidencial em que, infelizmente, as forças do neofascismo elegeram o atual presidente Jair Bolsonaro, o mesmo que, como destacado nesta tese, entre as poucas vezes que apareceu para o debate durante sua campanha, falou que o exército brasileiro havia realizado “treinamento” em solo haitiano para saber como deveria agir nas favelas do Brasil. Infelizmente, a relação deste presidente com o Haiti não ficou por aí. Um de seus “homens de confiança”, o general Augusto Heleno - chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - comandava a Minustah no Haiti, quando, em 2005, invadiram uma das áreas periféricas de Porto Príncipe, o bairro Cité Soleil, e mataram cerca de 63 pessoas e deixaram pelo menos 30 feridos. Ao ser denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi solicitado que, o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, substituísse o general.

Além de Heleno, Bolsonaro colocou em seu governo outros militares que ficaram conhecidos como “a turma do Haiti”: o general Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa; o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, na Secretaria do Governo e o capitão Tarcísio Gomes de Freitas no Ministério da Infraestrutura. Além disso, quatro secretarias foram ocupadas por militares que também estiveram no Haiti: José Arnon dos Santos Guerra e Freibergue Rubem do Nascimento, ambos no Ministério da Justiça; o general Edson Leal Pujol na Defesa e o porta- voz oficial da Presidência, o general Otávio Santana do Rêgo.

Deste modo, o autoritarismo que assolou o Haiti está presente, desde 2018, nos principais postos do governo brasileiro. Dessa forma, o que podemos esperar para a classe

trabalhadora, incluindo a categoria dos imigrantes haitianos? Os tempos difíceis são evidentes, o alto número de desempregados, o aumento nos valores dos alimentos básicos e a perda constante de direitos. No entanto, a História não pode deixar de ser contada por meio das correlações de forças entre os sujeitos, neste trabalho, principalmente sobre aqueles que foram e são explorados.

A Associação Haitiana em Cascavel, por exemplo, não foi um caso isolado do restante do Brasil. Há Associações em diversas cidades brasileiras, até mesmo em cidades vizinhas, como Toledo. Embora a Associação não consiga resolver todos os problemas relacionados à imigração, é necessário entendê-la como um mecanismo de luta organizado pelos próprios trabalhadores haitianos que compreendem como crucial essa instituição e a consideram como uma maneira de melhorar suas vidas.

Por isso, no Brasil, cada dia mais é necessário uma mudança que busque desenraizar o autoritarismo como um aspecto cultural, e acredito, sobretudo, no caráter de luta da classe trabalhadora - neste estudo, demonstrei que os haitianos compõem essa classe social - não como uma luta utópica, mas como em tantos outros exemplos em que a experiência de classe conduziu o fio da História.

REFERÊNCIAS

- ARISTIDE, J.B. **Investir dans l'Humain**. Port au Prince: Imprimerie Henri Deschamps, 2000.
- ARANGO, Joaquín. Las Leyes de las Migraciones de E. G. Ravenstein, cien años después. **Revista Española de Investigaciones Sociales (REIS)**. Espanha. v. 1, n. 32. Pp. 7-26, 1985.
- ARANGO, Joaquín. La Explicación Teórica de Las Migraciones: Luz Y Sombra. **Migración y Desarrollo**. México. v. 1, n. 1, Octubre, Pp. 1-31, 2003.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- BAENINGER, Rosana et. al. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.
- BORDIN, Ronaldo., MISOCZKY, Maria C. de A. **Fortalecimento da rede de serviços de saúde da cooperação Brasil/Cuba/Haiti**. Porto Alegre: Publicatto, 2015.
- BOSI, Antonio. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 16. n.2., pp. 400-430, 2011.
- BOSI, Antonio. A recusa do trabalho em frigorífico no oeste paranaense (1990-2010): a cultura de classe. **Diálogos**. Maringá, v. 17, n.1, pp. 309-335, jan./ab. 2013.
- BOSI, Antonio. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no oeste do Paraná de 1960 a 2010. **Unisinos**. Rio Grande do Sul. v.20. n.1, p.95-106, 2016.
- BOSI, Antonio. Trabalho e Imigração: os haitianos empregados nos frigoríficos do oeste do Paraná. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa. v. 24. n.2. p. 228-251, 2019.
- BORTOLOTTI, Claudimara. **Migração e trabalho na contemporaneidade: os haitianos no Oeste do Paraná**. São Paulo, 2019. 351 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- BOUZI, Velna. **Desigualdades sociais e educacionais no Haiti**. Campinas-SP, 2015. 74 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Pedagogia- Universidade Estadual de Campinas.
- CALEGARI, Jorge O. **Codemò: escravos sem grilhões: vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe**. Campinas-SP, 2014. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- CARPENTIER, Alejo. **Dos Novelas: El Reino de este mundo**. El acaso: Caracas, 1955.
- CARVALHO, Joselene Ieda dos S. L. **Deslocamentos de trabalhadores de Guaíra para frigoríficos no oeste do Paraná: dinâmica histórica da industrialização regional**. Marechal Cândido Rondon-PR, 2013. 57 p. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- CARVALHO, Joselene Ieda dos S. L. **“Bairros de má fama”**: experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra-PR (1975-2013). Marechal Cândido Rondon-PR, 2016. 108 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, Antonio; TONHATI, Tânia (orgs). A inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra. Ed. Especial**. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, Brasília, 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2018**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, Brasília, OBMIGRA, 2018.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, Brasília, OBMIGRA, 2019.

COGGIOLA, Osvaldo: Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O olho da História**. Salvador. v.2, n.14, pp.7, junho de 2010.

CONSTANT, M. **La convergence créole-français est-elle possible em Haïti?** In: CHAUDENSON, Robert. Français et Créoles: Du partenariat à des Didactiques Adaptées. Port- au- Prince: L' Harmattan, 2007. p. 127-152.

CONSTANT, M. **La Professionalization des Enseignants de l'éducation de Base: les Recrutments sans Formation Inicial**. Port- au- Prince: L' Harmattan, 2007.

COTINGUIBA, Marília; COTINGUIBA, Geraldo. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transacional no Brasil. BAENINGER, Rosana et. al. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.

EBERHARDT, Leonardo D. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde debate**. Rio de Janeiro. v.41, n. Especial. pp. 299-312, 2017.

EBERHARDT, Leonardo. **Haitianos em Cascavel, Paraná: história, trabalho e saúde**. Rio de Janeiro, 2017. 214 p. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Andressa Virgínia. **A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. Belo Horizonte, 2012. 139 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia- Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

FERNANDES, Duval. FARIA, Andressa. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. In: **Revista brasileira de Estudos Populares**. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2016.

FINKLER, A. L. **Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos**. Monografia em Enfermagem. Cascavel-PR, 2007, 94 p. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n.50, pp. 295-302.

GRANDO, Guilherme D. **Luta de classes, trabalhadores e frigoríficos em Cascavel-PR (1980-2015)**. Marechal Cândido Rondon-PR, 2017. 97 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

GUIMARÃES, Priscilla de Brito Ataíde. **A imigração e a proteção do trabalho: o dilema entre a aplicação do Estatuto do Estrangeiro e a proteção trabalhista dos imigrantes bolivianos e haitianos**. São Paulo: LTR, 2016.

GUIMARO, Melissa et. al. Sintomas de estresse pós-traumático em profissionais durante ajuda humanitária no Haiti, após o terremoto de 2010. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v.18, n.11, pp. 3175-3181, 2013.

HARRIS, J. R. e TODARO, M. P. Migration unemployment and development: a two sectors analysis. **American Migration Review**. Estados Unidos. v. 60, n. 1, pp. 126-142, 1970.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HECK, Fernando. JUNIOR, Antonio Thomaz. **O trabalho degradado em frigoríficos e o adoecimento dos trabalhadores**. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt6/o_trabalho.pdf Acesso em: 11 set. 2020.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HURBON, Laennec. **Dieu dans le Vaudou Haitien**. Port-au-Prince: Éditions Deschamps, 1972.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros. Toussaint L' Ouverture e Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOINT, Louis A. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas - católicas. **Pro-Posições**. Campinas. v. 19, n. 2, pp. 181-191, maio/ago. 2008.

JOSEPH, Handerson. **Vodu no Haiti - candomblé no Brasil: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo afro-latino-americano**. Pelotas-RS, 2010. Dissertação de Mestrado. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço imigratório. **Périplos: Revista de Investigación sobre Migraciones**. Brasília. v. 01, n.01, pp.7-26, 2017.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAGUERRE, Michel. **Voodoo and Politics in Haiti**. New York: St. Martin's Press, 1989.

LEE, Everett S. A theory on migration. **Demography**. New York. v.3, n.1, pp- 47-57, 1966.

- LENIN, Vladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.
- LOUIDOR, W.E. **Haiti-Migration - Zoom sur la récente vague migratoire haïtienne vers l'Amérique Latine**: Nouveaux chiffres, prismes conceptuels et images. Bogota, 5 jui. 2012. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article13070>. Acesso em 10 set. 2020.
- MAMED, Leticia. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. Pará. v.18, n.1, p.33-64, jan-jun. 2015.
- MAMED, Leticia. Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **Ruris**. Campinas, v. 10. n. 1., pp.73-111, março-2016.
- MANICA, Carmem A. **A migração haitiana e a inserção no mercado de trabalho na cidade de Cascavel-PR**. Toledo-PR, 2018. 138 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- MARTINS, José Renato et. al. **Diáspora haitiana: da utopia à realidade**. Foz do Iguaçu- PR: Gráfica Grapel, 2014.
- MARX, Karl. **O 18 brumário e as cartas a Kugelmann**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MINCHOLA, Luís Augusto B. Salaamaalekun Brasil: o fluxo migratório senegalês e sua acolhida. In: REDIN, Giuliana (org) **Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.
- MISOCZKY, Maria C. Haiti: março 2011. **REBELA**. Florianópolis, v.1, n.1, pp. 164-179, junho de 2011.
- MURAFONSE, Neide T. (et. al.) **Cartilha sobre a saúde do trabalhador: fique de olho para não entrar numa fria: cartilha para trabalhadores de frigoríficos**. Mestrado de Educação, Curso de Enfermagem, Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: 2008.
- OLIVEIRA, Márcia. SILVA, Elias. Migração haitiana na Amazônia à luz dos Estudos de Gênero. In: BAENINGER, Rosana et. al. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
- PARISE, Paolo. A Missão Paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana et. al. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
- PROSPERE, R et. al. Um olhar sobre a educação no primeiro Estado Afro-Ameríndio da América: o Haiti. **HOLOS**. Rio Grande do Norte. v.4, n.32, pp.401-412, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Vou dizer agora entrevistando o movimento. **História & Perspectivas**. Uberlândia v.36, n.37 pp. 9-31, jan.dez.2007.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**. São Paulo. v.10, n.1, dez 2013.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. **Journal of the Royal Statistical Society**. Reino Unido, v. 2, n. 48. Pp. 167-227, 1885.

RICHMOND, Anthony. **Immigration and ethnic conflict**. London: MacMillan Press, 1988.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. In: Lúcio Kowarick. (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: Paz e Terra: 1988.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. New York: Cambridge University Press, 1988.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “internacional comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas-SP, 2014. 399 p. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Sidney Antonio. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para haitianos? **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. v.23, n.44, p.119-134, jan/jun. 2015.

SIMON, Renel. Processo Imigratório dos haitianos no Brasil. In: REDIN, Giuliana. **Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2010.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**. São Paulo. v.1, n.4, pp.131-143, 2013.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.22, n.44, pp. 341-364, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARUSSA, Rinaldo. O aumento da produção frigorífica de aves no oeste e sudoeste do Paraná entre as décadas de 1970 a 2010: algumas reflexões. In: I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira. III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura. VII Expedição Geográfica da União: Espaços de Fronteira-Território e Ambiente. **Anais**. Marechal Cândido Rondon, 2011, p. 1-12.

VARUSSA, Rinaldo (org.) **“Eu trabalhava com dor”**: trabalho e adoecimento nos frigoríficos. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

ENTREVISTAS

ANITA. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 13 out. 2019.

ASSISTENTE SOCIAL CANCELLI. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 05 fev. 2020.

ASSISTENTE SOCIAL CEU. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 05 fev. 2020.

ASSISTENTE SOCIAL PERIOLLO. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 05 fev. 2020.

BENJAMIN. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 21 jul. 2018.

CRANE. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 10 mar. 2019.

DANIELLA. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 10 dez. 2017.

FABÍOLA. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 29 jul. 2018.

FRANÇOIS. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 15 jan. 2017.

FREDNER. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, Cascavel, 10 mar. 2019.

GARBAS, Luis. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, Cascavel, 14 ago. 2016.

GEFFRARD. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, Cascavel, 10 mar. 2019.

GESNER. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 10 nov. 2019.

JACK. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 05 ago. 2018.

JAMES. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 15 jan. 2017.

JEAN. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 19 jun. 2016.

JEAN BAPTISTE. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. 19 jun. 2016.

LOUIS. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 11 set. 2016.

LOUIS. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 05 maio 2019.

LUCAS. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho**. Cascavel, 11 set. 2016.

- LUCAS. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 05 ago. 2018.
- LÚCIA. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 09 abr. 2017.
- MARCEL. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 10 mar. 2019.
- MARCELIN. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 29 jul. 2018.
- MIKE. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 29 jul. 2018.
- NATASHA. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 04 fev. 2018.
- RODA DE CONVERSA COM 10 HAITIANOS. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 29 jul. 2018.
- ROODY. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 10 mar. 2019.
- SIMON. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 10 mar. 2019.
- SILVA, Márcio. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 08 jan. 2020.
- STEPHANIA. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 03 set. 2017.
- STEPHANIA. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 29 jul. 2018.
- ZEKY. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Marechal Cândido Rondon, 09 fev. 2020.
- WLADIMY. **Entrevista concedida a Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho.** Cascavel, 11 set. 2016.